

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS EM BELO
HORIZONTE E O IMPACTO DA DUPLA CIDADANIA NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÍTALO-BRASILEIRA_1990 A 2008**

Mariângela Porto Braga

Belo Horizonte

2009

Mariângela Porto Braga

**DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS EM BELO
HORIZONTE E O IMPACTO DA DUPLA CIDADANIA NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÍTALO-BRASILEIRA_1990 A 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

B813d	<p>Braga, Mariângela Porto</p> <p>Descendentes de imigrantes italianos em Belo Horizonte e o impacto da dupla cidadania na construção da identidade ítalo-brasileira – 1900 a 2008 / Mariângela Porto Braga. Belo Horizonte, 2009.</p> <p>206f. : il.</p> <p>Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.</p> <p>1. Dupla nacionalidade. 2. Migração – Belo Horizonte (MG). 3. Cidadania. 4. Identidade. I. Botelho, Tarcísio Rodrigues. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 341.71</p>
-------	---

“Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor”

**Descendentes de Imigrantes Italianos em Belo Horizonte e o Possível
Impacto da Dupla Cidadania na Construção da Identidade Ítalo-
brasileira_1990 a 2008**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Mariângela Porto Braga

Aprovada, em 29 de janeiro de 2009.

Por:

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho
Orientador – PUC Minas

Prof. Dr. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa
(UFMG)

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Teixeira de Andrade
PUC Minas

**À comunidade
íalo-brasileira
de Belo Horizonte.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todos os descendentes de italianos e representantes da comunidade italiana de Belo Horizonte, que me concederam os depoimentos, sem os quais, essa pesquisa não seria possível.

Agradecimento especial e sincero ao meu orientador Tarcísio Rodrigues Botelho, por ter-me incentivado a trilhar os caminhos da pesquisa científica. Minha trajetória acadêmica é marcada, desde a graduação, pela sua orientação, tranqüila, paciente e humana.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), por terem financiado parte dos meus estudos.

À professora Dr^a. Luciana Teixeira de Andrade, pelas críticas e sugestões apontadas nos seminários de dissertação e durante o exame de qualificação.

À amiga e colega de mestrado, Elaine Viza Bastos, pelos importantes e necessários conselhos.

À Adiles Savoldi, pela generosidade de me enviar um cd com cópia de sua dissertação, e Hélon Pova Neto, por ter atendido tão prontamente o meu pedido, encaminhando por e-mail dois de seus artigos sobre o contexto italiano de inversão dos fluxos migratórios.

Agradeço ao professor Marcos, pelas aulas de inglês, à Cristina e às alunas do curso de Direito, Andressa e Nícia, pela colaboração na transcrição das entrevistas.

Às diretoras Mary e Ana, por aceitarem flexibilizar o meu horário de trabalho, para que eu pudesse assistir as aulas do mestrado durante as tardes do ano de 2006. Aos ex-colegas de trabalho, Elder Alves de Oliveira e Rejane das Dores Lima, por substituírem as minhas aulas durante o período de ausência.

Agradeço a Deus e à minha família, por me darem forças para concluir esse trabalho.

*Minas é de ouro, aço e ferro, mas
em suas entranhas corre o sangue
italiano.*

(Geraldo Gege Angelino)

Onde há um italiano, há Itália.

(ACIBRA – Associação Cultural
Ítalo-
Brasileira)

*Não sou ateniense nem grego, mas
sim cidadão do mundo.*

(Sócrates)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar, de forma qualitativa, a construção da identidade ítalo-brasileira entre os descendentes de imigrantes italianos, em Belo Horizonte, por meio do reconhecimento da dupla cidadania, e abrangendo, para tanto, o período de 1990 a 2008. A ênfase da reflexão recai sobre a importante participação dos italianos nas correntes migratórias, que chegaram no final do século XIX e início do século XX, ao Brasil de forma geral, e em Minas Gerais, em particular, e a inversão dos fluxos migratórios iniciada no final da década de 1980, na qual estão inseridos alguns casos de descendentes com dupla cidadania. Dentro desse enfoque, procura-se compreender as múltiplas motivações que orientam as solicitações de reconhecimento da cidadania italiana em Belo Horizonte, até o momento associadas de forma equivocada, pelos meios de comunicação escrita, quase que exclusivamente à emigração de caráter econômico. Propõe-se uma discussão mais elaborada sobre as transformações sofridas pela cidadania, que na atualidade assume novas configurações, como a cidadania européia e a dupla cidadania, procurando evidenciar, para além do aspecto legal que o conceito comporta, a dimensão cultural e identitária, ligada ao sentimento de pertencimento. O recurso a fontes jornalísticas e depoimentos orais de doze descendentes e quatro autoridades representantes da comunidade italiana em Belo Horizonte, constituiu o pilar metodológico que possibilitou compreender as diversas dimensões que compõem o reconhecimento da dupla cidadania, entre elas, o sentimento de ser um cidadão ítalo-brasileiro.

Palavras-chave: imigração, cidadania, dupla cidadania, identidade.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate, in a qualitative fashion, the construction of an Italian-Brazilian identity among the descendents of Italian immigrants, in Belo Horizonte, through the recognition of a double citizenship, covering, for this specific purpose, the period between 1990 and 2008. The reflection stresses the important participation of the Italian people in the migratory flows which arrived in Brazil at the end of the XIX century and beginning of the XX century, in a general way, and in Minas Gerais, in particular, and the inversion of migratory flows, beginning at the end of the 1980's, in which some cases of descendents bearing a double citizenship are inserted. Focus is on trying to understand the multiple motivations which have oriented the solicitations for recognition of an Italian citizenship in Belo Horizonte, so far associated, in a mistaken way, by the written means of communication, almost exclusively, to the emigration with an economic character. A more elaborated discussion over the transformations to which this citizenship has been submitted, assuming new configurations presently, is proposed, as well as the European citizenship, and the double citizenship, highlighting, beyond the legal aspect supported by the concept, the cultural and identity dimensions, related to the feeling of pertaining. The resource to journalistic sources and oral statement of twelve descendents and four authorities representing the Italian community in Belo Horizonte constituted the methodological pillar which made it possible to understand the numerous dimensions which compose the recognition of double citizenship, among them, the feeling of being an Italian-Brazilian citizen.

Key words: immigration, citizenship, double citizenship, identity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Porta Retrato: “Segundo Encontro da Família”– 2006	150
FIGURA 2	Fotografia dos <i>Nonos</i> Sobre Móvel da Sala de Estar	152
FIGURA 3	Fotografia da Primeira Geração de Descendentes	153
FIGURA 4	Lugar de Oração	154

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Emigração Italiana Para o Brasil-1870-1920, por região	27
MAPA 2	Mapa da Itália por Áreas (noroeste, nordeste, centro e sul)	27
MAPA 3	Principais Rotas Migratórias da África à Europa	84
MAPA 4	Principais Rotas Migratórias da África à Europa	90
MAPA 5	Localização da <i>Comune</i> de Morigerati – Itália	140

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Emigração Italiana Para o Brasil, por Regiões	27
TABELA 2	Imigração Para o Brasil, 1881 - 1900	31
TABELA 3	Imigração Para o Brasil, 1871 - 1950	31
TABELA 4	Imigração Para o Brasil, por Nacionalidade, 1881 – 1900	32
TABELA 5	Imigração Italiana Para o Brasil _ 1871 - 1950	33
TABELA 6	Imigração Para o Brasil, por Nacionalidade, 1871 – 1950	34
TABELA 7	Imigração Para o Brasil, 1911 – 1913	35
TABELA 8	Imigração Para o Brasil, 1914 - 1918	36
TABELA 9	Imigração Para o Brasil, 1919 – 1920	36
TABELA 10	Total Geral da Imigração Para o Brasil _ 1871 - 1950	37
TABELA 11	Quadro Demonstrativo da Entrada de Imigrantes em Minas Gerais por Nacionalidade, 1894 - 1901	43
TABELA 12	Estimativa de Brasileiros nos Dez Países de Maior Participação _ 2001	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO I – BRASIL: DE UM PAÍS DE IMIGRAÇÃO A UM PAÍS DE EMIGRANTES	25
2.1 Imigração e Colonização no Brasil dos séculos XIX e XX: italianos e outros grupos	25
<i>2.1.1 Das Minas aos Cafezais: as gerais dos Italianos</i>	39
2.2 Brasil, um País de Emigrantes: a inversão dos fluxos	46
<i>2.2.1 Crise Econômica Como Fator de Expulsão dos Brasileiros</i>	48
<i>2.2.2 A Racionalidade das Migrações</i>	52
<i>2.2.3 Legalidade e Ilegalidade nas Migrações</i>	54
<i>2.2.4 O Grande Paradoxo: ascensão social no Brasil versus empregos com baixo status social no exterior</i>	57
<i>2.2.5 Condições de Existência dos Imigrantes: trabalho, moradia e lazer</i>	59
<i>2.2.6 Teoria das Redes Sociais: outras dimensões além da econômica</i>	60
<i>2.2.7 O Reconhecimento da Dupla Cidadania e Possível Retorno dos Ítalo-brasileiros para a Itália</i>	65
3 CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: DO ESTADO-NAÇÃO À UNIÃO EUROPÉIA	70
3.1 Estado, Nação, e Identidade Nacional: a cidadania como posse de direitos e pertencimento	71
<i>3.1.1 Construção da Identidade Nacional Italiana Através da Emigração</i>	74
3.2 Globalização e Fragmentação da Identidade Nacional	78
<i>3.2.1 Limites do Estado-nação Para a Construção da Cidadania Européia</i>	81
<i>3.2.2 União Européia e Imigração: da inclusão dos comunitários à exclusão dos extracomunitários</i>	83

3.2.2.1 <u>Itália Para os Italianos: a rejeição dos extracomunitários</u>	87
3.2.3 <i>Driblando o Cerco: a dupla cidadania como “brecha” das restritivas políticas migratórias</i>	100
4 CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÍTALO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA DUPLA CIDADANIA	103
4.1 Direito de Cidadania Italiana aos Descendentes de imigrantes	103
4.1.1 <i>Legislação Referente à Dupla Cidadania: Abrangência e Restrições</i>	107
4.1.2 <i>Intermediários Para Obtenção da Dupla Cidadania: o Papel dos Advogados</i>	112
4.1.3 <i>A Lei de Cidadania Italiana e os Limites de sua Aplicabilidade</i>	115
4.2 Motivações Para Obtenção do Reconhecimento da Dupla Cidadania	120
4.2.1 <i>A Construção da Identidade Italiana Entre os Ítalo-Brasileiros</i>	129
5 Considerações Finais	166
6 Referências	176
7 Apêndice (s)	190
8 Anexo (s)	200

1 INTRODUÇÃO

*Da Itália partimos,
partimos com nossa honra.
Trinta e seis dias de barco a vapor
E na América aportamos.*

“La Mérica” (tradução nossa)¹.

Cruzar mares e oceanos por meio de navios lotados durante dias e até mais de um mês, fazia parte da saga de milhares de imigrantes europeus e asiáticos que, movidos pelo espírito de sobrevivência, vieram se aportar em terras americanas no final do século XIX e início do século XX. O azul do mar até o horizonte de onde a vista alcançava, era a única paisagem dos passageiros, que a bordo, podiam ter a sensação de que a viagem não mais fosse ter fim. Para os padrões contemporâneos, esses navios constituíam um meio de transporte lento, cujas viagens às terras distantes denotavam a ampla configuração do espaço mundial.²

Com a modernização dos transportes pode-se dizer que o mundo ficou “estrito”, e as fronteiras dos países estão cada vez mais próximas para os imigrantes contemporâneos, que atravessam diversos países pelo ar e em apenas algumas horas de vôo, chegando confortavelmente ao lugar de destino. Devido à modernização dos meios de transportes e comunicações, suas cartas não só podem chegar rapidamente aos familiares no lugar de origem, como estão deixando de ser escritas, face à maior facilidade e rapidez proporcionadas pelo telefone e pela *internet*. Assim, parece se viver a globalização das migrações internacionais, uma vez que a nova configuração do espaço tem facilitado e estimulado o movimento dos fluxos migratórios para várias partes do mundo.

Diferentemente do século XIX, mudanças políticas e econômicas conduziram a um redirecionamento no sentido dos fluxos no final do século XX e início do século XXI. Países que

¹ *Da l'Itália noi siamo partiti, siamo partiti c'o i nostri onori. Trienta e sei giorni de machina a vapore, e nela Mérica noi siamo arrivá.* “La Mérica”. (Ângelo Giusti)

² Savoldi (1998), em sua pesquisa, também observou que “os descendentes de imigrantes sempre relatam que seus ancestrais levaram em média trinta e seis dias de navio para chegar ao Brasil [...]”. Segundo informações coletadas em campo, atualmente é possível sair direto de Belo Horizonte para Portugal, com nove horas de vôo, e de lá pegar outro avião para a Itália, com mais duas horas e meia, totalizando onze horas e meia de viagem. Sobre a relação entre tempo/espaço, e meios de transporte em diferentes períodos históricos, ver Harvey (1989, p.220).

no passado expulsaram parcela de sua população para terras estrangeiras, como algumas nações européias, estão atraindo imigrantes de várias partes do mundo. Por outro lado, o Brasil, até então reconhecido por ter acolhido imigrantes de diversas nacionalidades, tem se revelado como país que exporta seus cidadãos. A emigração de brasileiros ganhou visibilidade quando o volume e a intensidade dos fluxos deixaram de ser esporádicos, e tornaram-se consideráveis, a ponto de serem tema recorrente nos noticiários de toda a imprensa brasileira. Assim sendo, a partir do final da década de 1980 e início da década seguinte, algumas revistas e jornais³ passaram a abordar o tema da emigração de brasileiros em direção ao exterior como resultado da crise econômica, e em 1996, segundo Relatório da Divisão de Assistência Consular do Ministério de Relações Exteriores, mais de 1,5 milhão de brasileiros residiam fora do país, sobretudo nos Estados Unidos, Paraguai e Japão.⁴ (SASAKI, 1999, p.245).

Conforme Sales (1999), não demorou para que o meio acadêmico também se interessasse pelo assunto, e logo surgiram as primeiras dissertações e teses que procuravam compreender e explicar a inversão dos fluxos migratórios, já que desde o final do século XIX o Brasil era conhecido pela sua tradição imigrantista. Para Póvoa Neto (2006), nas décadas seguintes à de 1980, mais pesquisadores se juntaram aos pioneiros nesse tema, de modo que torna “possível hoje afirmar o estudo das comunidades de brasileiros no exterior como plenamente reconhecido pela academia.” (PÓVOA NETO, 2006, p.26). Grande parte dos estudiosos das migrações internacionais recentes, como Assis (2002), Bassanesi (1999), Oliveira (1999), Goza (1992), Martes (1999), Patarra (2006), Póvoa Neto (2006), Sales (1999), entre outros, vêem o movimento de emigração como algo inédito na história brasileira.

Alguns desses trabalhos acadêmicos, em forma de artigos, teses e dissertações, associaram a emigração a uma saída alternativa para a crise econômica, classificando os brasileiros como exilados econômicos, em referência aos exilados políticos da década de 1970. (ASSIS, 1999, p.127). Mas outras pesquisas, como a da própria Assis (2002), procuraram

³ As reportagens pesquisadas em revistas e jornais encontram-se elencadas nas referências, no final dessa dissertação.

⁴ Quanto ao número de brasileiros atualmente residentes no exterior, no *site* do próprio Ministério das Relações Exteriores não foram encontradas estatísticas oficiais. *Sites* governamentais e não governamentais divergem nos números apresentados, oscilando entre 3 a 4 milhões de brasileiros. Mas é importante ressaltar que os estudiosos estão chamando atenção para o fato de o Brasil ter perdido o seu caráter eminentemente imigrantista para se tornar um país de emigrantes. A importância dos estudos recai sobre o sentido inverso do movimento migratório, e não no volume dos fluxos, ainda relativamente modesto.

entender para além da dimensão econômica, o caráter subjetivo acerca de decisão de emigrar, e o vínculo estabelecido entre as redes sociais localizadas nas duas sociedades (de emigração e de imigração). Neste segundo caso, tais estudos procuraram enfatizar os aspectos culturais e sociais que envolvem o fenômeno migratório, destacando a importância das novas teorias como a das “redes sociais”, na compreensão desse objeto de estudo tão complexo, que não podia ser mais observado apenas pelo viés da racionalidade apregoada pela “teoria neoclássica”, para o qual é preponderante a dimensão econômica dos fluxos migratórios.⁵

Entretanto, se as pesquisas enriqueceram o debate acerca da emigração, que já não podia ser mais compreendida apenas como resultado da crise econômica, ou como um projeto de ascensão social no exterior, acabaram por dar ênfase aos fluxos mais volumosos em direção aos Estados Unidos e Japão, face à importância quantitativa dos dados revelados pelas estatísticas oficiais, em detrimento de rotas menos procuradas pelos brasileiros como é o caso de alguns países europeus mediterrânicos. Também partilhando dessa percepção, Póvoa Neto salienta que

Os emigrantes em países europeus mereceram até agora uma menção menor, apesar de alguns poucos trabalhos sobre Portugal, Itália, Espanha e Inglaterra. Considerando a presença crescente de brasileiros emigrantes no continente europeu, tudo indica que esse será um recorte geográfico cada vez mais enfocado. (PÓVOA NETO, 2006, p.36).

Quanto à imprensa, apenas mencionava que os descendentes de imigrantes estavam procurando a dupla cidadania para retornar legalmente ao país de seus ancestrais, para fugirem da crise econômica. Desse modo, considerava-se que os descendentes de italianos começaram a procurar a cidadania apenas no final da década de 1980 e início da década seguinte, e não em períodos anteriores, como decorrência da situação econômica atravessada pelo Brasil, mas nada se dizia sobre o fato de que, apesar da lei de cidadania italiana permitir a dupla cidadania desde 1912, no Brasil apenas com a Constituição Federal de 1988, e a revisão constitucional de 1994, os descendentes puderam requerer a cidadania italiana sem o risco de perder a cidadania brasileira. Segundo Sgarbossa, somente em 1994 o texto constitucional deixou claro que o reconhecimento de outra cidadania por vínculo sanguíneo não se tratava de naturalização, e por ser considerada cidadania originária reconhecida pelo outro país, no caso a Itália, não implicava

⁵ Sobre as teorias das migrações ver Figueiredo (2005), Rezende (2005), e Santos (2006).

na perda da cidadania brasileira reconhecida pelo nascimento do indivíduo no território nacional. (SGARBOSSA, 2008, p.22).

Assim, apesar do interesse acadêmico pela temática da emigração de brasileiros, a pesquisa bibliográfica revelou uma lacuna sobre o tema da emigração para a Itália, sobretudo com relação aos que viajam como duplos cidadãos. Apenas duas obras pesquisadas abordaram esse assunto: a dissertação de mestrado em Antropologia, de Adiles Savoldi, referente ao fenômeno da dupla cidadania no Estado de Santa Catarina, foi de grande valia na compreensão do objeto relativo ao caso de Belo Horizonte, tal como a tese de doutorado em Relações Internacionais, da Joyce Anne Rodrigues Monteiro, sobre dupla cidadania em Portugal, e defendida pela PUC São Paulo. Essas foram as obras que mais se aproximaram do objeto dessa dissertação, por terem vinculado a temática da imigração ao da dupla cidadania, embora tratem de contextos específicos. No primeiro caso, Savoldi discute a dupla cidadania no Sul do Brasil, região notadamente conhecida pela grande presença de descendentes de imigrantes, dentre eles os italianos, e cujas raízes históricas e culturais parecem ter sido preservadas de forma mais evidente do que em Minas Gerais. O segundo caso, apesar de abordar a dupla cidadania em Portugal, permitiu compreender, de forma comparativa, o papel desempenhado pela Itália dentro da União Européia, com relação às leis de inclusão dos duplos cidadãos e a exclusão dos cidadãos extracomunitários.

A intenção inicial dessa dissertação era abordar o tema da dupla cidadania vinculado à emigração dos descendentes em direção à Itália, analisar sua trajetória na terra dos antepassados e o retorno a Belo Horizonte, procurando compreender os aspectos culturais e identitários presentes nesse processo. Tinha-se como hipótese a idéia de que os descendentes de italianos em Belo Horizonte possuíam o desejo de recuperar suas raízes culturais e por isso utilizavam a dupla cidadania para refazer o caminho percorrido pelos seus ancestrais. Entretanto, os relatos das primeiras entrevistas suscitaram dúvidas quanto à comprovação da hipótese citada, que pareceu um tanto quanto romântica, uma vez que os dois primeiros entrevistados falaram da dupla cidadania apenas como recurso utilitário, usado pelos ítalo-brasileiros para emigrarem legalmente, e buscarem “fazer um dinheiro rápido no exterior”, para depois retornarem a Belo Horizonte.

Mas se até para a emigração de brasileiros em direção aos Estados Unidos foi possível encontrar vínculos culturais entre as duas sociedades, uma vez que os migrantes estabelecem redes de amizade e parentesco, como deixa evidente a pesquisa realizada por Assis (2002) em

Governador Valadares, na qual a autora verificou existir uma cultura de emigração que ultrapassa os indivíduos isolados e atinge toda a cidade, cultura essa iniciada através do contato entre os americanos e a população da cidade durante o período da Segunda Guerra Mundial⁶, não seria possível pensar que os descendentes de imigrantes italianos em Belo Horizonte, ao retornarem para a Itália, ou somente solicitarem o reconhecimento da dupla cidadania, estariam mergulhando sobre o seu passado, a fim de construir significados para seu presente? A Itália, que diferentemente dos Estados Unidos enviou milhares de imigrantes para o Brasil, sendo que esse grupo se constituiu como a principal corrente em alguns períodos, não teria um vínculo histórico com esse país, vínculo este em retomada pelos ítalo-brasileiros?

Na tentativa de responder a essas perguntas outras pessoas foram entrevistadas, e na medida em que novas informações foram obtidas, a hipótese inicial não mais pareceu ser algo distante da realidade. Pelo contrário, ainda que não seja a única explicação possível, confirmou-se a existência de uma procura pelo reconhecimento da identidade italiana, por meio da dupla cidadania, ou o contrário, a procura pela dupla cidadania, e a reboque, a emergência da identidade italiana.

Desse modo, se por um lado a hipótese foi testada e os dados empíricos revelaram que ela não pôde ser plenamente confirmada, haja vista que a cultura e a identidade englobam apenas uma das dimensões das razões que impulsionam a procura pela dupla cidadania, por outro lado, não foi totalmente descartada, nem tampouco invalidada. A realidade é que mostrou-se mais complexa que a hipótese, ao comportar dimensões diferentes que se mesclam e se conformam, como a coexistência de motivações de ordem objetiva e subjetiva, ou seja, fatores econômicos juntamente com razões sentimentais, ligadas à herança cultural trazida pelos ancestrais. Em outras palavras, a realidade revelou que a dupla cidadania não está exclusivamente vinculada à emigração, ou apenas à busca das raízes, ou ainda ao desejo de ascensão social. Todos esses fatores, juntos ou separados, podem estar ou não presentes em alguns cidadãos ítalo-brasileiros, e além deles, somam-se outros aspectos que serão abordados ao longo dessa pesquisa.

Pelo fato de apenas cinco das dezesseis pessoas entrevistadas já terem viajado para a Itália, e dentre elas, apenas duas terem trabalhado nesse país, optou-se por abandonar a idéia inicial de abordar o tema da dupla cidadania vinculado à emigração para a Itália, que analisaria a trajetória

⁶ Durante a Segunda Grande Guerra algumas companhias americanas foram instaladas na cidade de Governador Valadares, com o objetivo de explorar a exportação da mica, utilizada na produção bélica.

desses atores e o retorno a Belo Horizonte, procurando compreender os aspectos culturais e identitários presentes nesse processo de ida e volta. Nesse sentido, por ter realizado algumas modificações, sem contudo abortar a hipótese inicial, a presente dissertação tem como objetivo central investigar a construção da identidade ítalo-brasileira por meio da dupla cidadania⁷, e como desdobramento desse objetivo, analisar a possível relação entre a emigração de brasileiros e a corrida dos ítalo-descendentes em busca da cidadania italiana, procurando demonstrar em que medida esses sujeitos obtiveram o reconhecimento desse direito em busca de interesses econômicos e/ou culturais, e quais outros fatores estiveram associados.

Para atingir esse objetivo foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: primeiramente desenvolveu-se uma ampla pesquisa bibliográfica que pudesse nortear o referencial teórico, envolvendo o tema da inversão dos fluxos migratórios brasileiros, e os conceitos de cidadania, nacionalidade e identidade. Além dos livros, periódicos científicos, teses e dissertações, outra fonte utilizada nessa pesquisa refere-se às reportagens jornalísticas sobre o tema das migrações internacionais recentes, veiculadas em diversos jornais brasileiros e organizadas no acervo da hemeroteca da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi, localizada no campus da PUC-Minas Coração Eucarístico.

Estabelecidos os limites da pesquisa teórica, partiu-se para os dados empíricos coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas com os descendentes de italianos com dupla cidadania já reconhecida ou em processo de reconhecimento, e também com as autoridades que representam esses descendentes na cidade de Belo Horizonte. Desse modo, membros do COMITES⁸ e pessoas ligadas ao consulado foram ouvidas, assim como advogados que trabalham com processos de reconhecimento da cidadania italiana.

Ao todo foram realizadas quinze entrevistas, das quais dezesseis pessoas foram ouvidas, sendo dez do sexo feminino e seis do sexo masculino. Quase todas as entrevistas foram individuais, sendo apenas duas realizadas com mais de uma pessoa da família. Isso aconteceu nos casos em que foi agendada a entrevista na residência do depoente, e lá chegando os filhos dos

⁷ A dupla cidadania não é aqui tratada apenas como documento, um papel dotado de finalidade prática, mas como símbolo capaz de levar pessoas a repensarem sua história e sua identidade.

⁸ O COMITES é um órgão de representação dos italianos no exterior, nas relações com as representações diplomático-consulares, e tem a função de informar ao consulado e ao governo italiano sobre as necessidades da comunidade italiana fora da Itália, no âmbito de sua circunscrição. Os Comitês são compostos por 12 a 18 membros, de acordo com o número de cidadãos italianos residentes em cada circunscrição, e podem, conforme já citado, intermediar as solicitações da comunidade junto ao consulado

entrevistados, que também viveram o processo de reconhecimento da dupla cidadania, estavam presentes e fizeram questão de colaborar com a pesquisa. Em um dos casos, o filho da pessoa entrevistada prestou grande contribuição, pois ao contrário da mãe, ele é que havia utilizado a dupla cidadania para morar e estudar na Itália. No outro caso, o filho de um senhor que havia utilizado a dupla cidadania para morar e trabalhar nos Estados Unidos com sua família também prestou grande contribuição à pesquisa por meio de seus relatos. Somente ocorreu um caso em que houve necessidade de se realizar duas entrevistas com a mesma pessoa, em dois dias consecutivos. No primeiro dia da entrevista a depoente havia selecionado material para mostrar à pesquisadora, como cartas, documentos, fotografias, roupas e outros objetos, e através deles quis contar a sua trajetória de imigrante ilegal nos Estados Unidos e cidadã ítalo-brasileira na Itália. Assim sendo, face à necessidade da entrevistada expressar suas idéias, ela acabou por direcionar o depoimento, de modo que a pesquisadora solicitou uma nova entrevista para tentar atender aos objetivos das questões não abordadas naquela sessão.

Das quinze entrevistas, quatro pessoas ligadas ao COMITES foram ouvidas, sendo duas delas advogados que também trabalham com processos de reconhecimento da cidadania italiana. Dos dezesseis entrevistados, apenas um não é brasileiro ou ítalo-brasileiro, nem mora no Brasil, mas em função de atuar como professor de uma universidade italiana, e trabalhar diretamente com a temática da imigração, prestou grande ajuda na compreensão do objeto de pesquisa, através de seu depoimento.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o critério de seleção dos depoentes não se guiou pelo caráter numérico, que pudesse garantir a representatividade dos descendentes com dupla cidadania.⁹ Longe disso, sem a pretensão de parecer representar a população de descendentes de italianos em Belo Horizonte, ou sequer uma amostra desse universo, a presente pesquisa busca tão somente contribuir para o debate, e pelo seu caráter exploratório, estimular que outros estudiosos possam avançar nas pesquisas sobre o tema da dupla cidadania, que ainda consiste numa lacuna a ser preenchida. Ainda assim, apesar de não se ter uma preocupação com a representatividade numérica, procurou-se observar, na medida do possível, o critério da

⁹ Faz-se importante chamar atenção para o caráter qualitativo dessa pesquisa, de modo que o leitor menos atento não seja induzido ao erro de acreditar que tenha-se tido o propósito de generalizar os dados para toda a população de descendentes de italianos em Belo Horizonte, a partir das quinze entrevistas realizadas. Novamente, salienta-se que a representação não constitui o cerne desse trabalho, ainda exploratório, e que a disposição de outros pesquisadores para o trabalho de campo, será importante para ajudar a tornar compreensível o tema da dupla cidadania e sua relação com a identidade italiana em Belo Horizonte.

diferenciação de algumas variáveis, tais como idade, sexo, escolaridade e ocupação profissional, bem como tentou-se contemplar os descendentes de imigrantes oriundos no norte da Itália e os provenientes da região sul da península; os descendentes que retornaram à Itália como duplo cidadãos e aqueles que utilizaram a cidadania para entrar nos Estados Unidos sem necessidade de visto; os que, apesar de serem ítalo-brasileiros nunca estiveram na terra de seus ancestrais; e ainda os descendentes que aguardam na fila do consulado o reconhecimento da dupla cidadania. Procurou-se contemplar também os descendentes que obtiveram a dupla cidadania com diferentes motivações, como o desejo de morar e trabalhar na Itália para conseguir ascensão social no Brasil, estudar e fazer cursos, conhecer a cultura do país para recuperar suas raízes, viajar a passeio, ou simplesmente para obter facilidades nas filas dos aeroportos. Teve-se ainda a preocupação de analisar, além das percepções dos ítalo-brasileiros, o discurso proferido pelas autoridades que os representam, e o depoimento de um professor de história contemporânea que trabalha com o tema da imigração em uma universidade italiana. Nesse último caso, sentiu-se relevante dar voz a uma pessoa que mora na Itália, para compreender como um não-brasileiro percebe o fenômeno “migratório” de brasileiros. Além disso, procurou-se compensar o reduzido número de entrevistados com a profundidade das entrevistas, e desse modo, pela força dos relatos, contribuir para a compreensão acerca do tema, evidenciando dados subjetivos que não poderiam ser captados pelos métodos quantitativos, assim como valores, idéias, sensações, afetos, motivações e significados, que de alguma forma proporcionam o sentimento de identidade, ou seja, de pertencimento à cultura italiana.

A pesquisa foi iniciada apenas com dois contatos, mas esperava-se que através da técnica conhecida como “bola de neve”¹⁰, se pudesse obter dos primeiros entrevistados indicações de outras pessoas, para dar seqüência às entrevistas. Entretanto, apenas um desses primeiros

¹⁰ Segundo Margolis (1994) “bola de neve” é uma técnica de amostragem não aleatória que oferece a vantagem de se poder, através dela, localizar pessoas “escondidas”, como por exemplo os imigrantes ilegais, e a desvantagem de não se poder generalizar os dados obtidos “diante do *corpus* que se tem em mãos.” Entretanto, apesar das pessoas entrevistadas fazerem parte de uma rede de parentes e amigos, pois foram indicados por ela, a autora adverte que a técnica pode se tornar bastante confiável como forma de coleta de dados, quando associada a técnicas etnográficas qualitativas. Diante do exposto e como já foi dito, ressalta-se aqui o caráter exploratório dessa dissertação, uma vez que não se tem o objetivo de generalizar as informações e análises obtidas das poucas entrevistas, para toda a população de descendentes de italianos em Belo Horizonte. E além disso, dentro desse pequeno *corpus* de entrevistas realizadas, deixa-se claro que cinco entrevistados não foram indicados por meio da técnica “bola de neve”, mas tiveram seus nomes e telefones de contato fornecidos pelo Patronato Ital UIL (UNIONE ITALIANA DEL LAVORO ou União Italiana do Trabalho) de Belo Horizonte. O Patronato é uma organização sindical que tem como propósito representar e defender os trabalhadores italianos, e dispõe de questionários preenchidos pelos visitantes. Alguns desses questionários foram cedidos pela funcionária do sindicato, e através deles a pesquisadora fez contato com os descendentes.

depoentes indicou outra pessoa e forneceu telefone de contato da mesma. Diante da dificuldade de localizar os entrevistados, face ao distanciamento em relação ao objeto, uma vez que a pesquisadora não é descendente de italianos, nem faz parte de nenhuma rede social de pessoas que tenham algum grau de descendência, somado ao fato dos ítalo-brasileiros em Belo Horizonte não se distinguirem do restante da população, a pesquisadora optou por matricular-se em um curso do idioma italiano, a fim de conhecer pessoas com algum grau de descendência que pudessem fornecer contatos. Do curso apenas um contato resultou em entrevista, mas por outro lado, foram obtidas informações sobre os eventos italianos, por meio dos quais a pesquisadora conseguiu aproximar-se de alguns descendentes. Mais especificamente, foi na viagem a Barbacena no final de 2006, para participar de um congresso sobre imigração italiana em Minas Gerais, que a pesquisadora conheceu alguns membros do COMITES, e uma descendente que ali estava como palestrante. Por ter participado do evento, seu endereço eletrônico foi cadastrado pela Associação Ponte Entre Culturas¹¹ e pelo COMITES, passando a receber informações de novos eventos por e-mail. A partir daí os contatos aumentaram e a técnica “bola de neve” começou a tomar maiores proporções. Assim, apesar do objeto não permitir a adoção da observação participante como instrumento de coleta de dados, visto que os descendentes não se distinguem do restante da população da cidade de Belo Horizonte, nem formam bairros ou enclaves étnicos, os eventos¹² italianos se constituíram como ferramenta importante para obtenção de novos contatos que algumas vezes resultaram em entrevistas.

Além das autoridades, em geral italianos natos, nem todos os demais entrevistados nasceram em Belo Horizonte, apesar de possuírem um vínculo com a cidade. O pertencimento a Belo Horizonte foi o critério adotado para se chegar ao perfil¹³ dos entrevistados, que ultrapassa o fato deles terem efetivamente nascido na cidade, pois se considera mais importante a relação de identificação desses depoentes com o seu lugar de moradia. Sabendo-se que a capital mineira

¹¹ A Associação Ponte Entre Culturas, criada em 2004, tem a finalidade de integrar o Estado de Minas Gerais à cultura italiana, por meio de projetos culturais e de pesquisa, intercambiados por instituições brasileiras e italianas. Conta com projetos aprovados pela Lei de Incentivo à Cultura.

¹² A pesquisadora participou dos seguintes eventos: “II Seminário sobre imigração italiana em Minas Gerais”, realizado em Barbacena, em outubro de 2006; “Festa Nacional da Itália” realizada em Belo Horizonte, em frente ao consulado, em 02 de junho de 2007, a conferência espetáculo “Escritas Migrantes”, apresentada no VIII Salão do Livro, com tema dedicado à imigração italiana em Minas Gerais, realizado na Serraria Souza Pinto em 14 de junho de 2007, e a missa de natal italiana “Messa di Nalale 2007”, celebrada na Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, em dezembro de 2007.

Os I, III e IV Seminários sobre a imigração italiana aconteceram respectivamente em 2005, 2007 e 2008, nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e São João Del-Rei.

¹³ Na página , há um quadro resumido com o perfil dos entrevistados.

ainda constitui-se um pólo atrativo de migrantes de várias regiões do Estado, optou-se por não abrir mão daqueles que, apesar de não serem belorizontinos natos, tinham boa parte de sua história pessoal relacionada à história da cidade, e estavam residindo na mesma. Apenas dois dos descendentes entrevistados residem atualmente na cidade de Contagem, mas trabalham, estudam ou desempenham atividades diárias em Belo Horizonte, mantendo, desse modo, um vínculo com a capital. A opção por entrevistá-los justifica-se pela necessidade de se abordar o caso dos duplos cidadãos que utilizaram a cidadania italiana para entrar legalmente nos Estados Unidos ou na Itália, devido ao projeto de ascensão social no Brasil. Esses depoentes perfazem o perfil dos entrevistados mais empobrecidos.

O roteiro¹⁴ para as entrevistas semi-estruturadas foi inicialmente elaborado com base na pesquisa bibliográfica, e sofreu algumas modificações após realização da terceira entrevista. Juntamente com as questões referentes à identidade, que permitissem compreender os significados e importância do reconhecimento do direito de dupla cidadania para os descendentes, envolvendo ou não a “emigração” para a Itália, mas que suscitasse expressões de sentimentos e afetos relacionados à cultura italiana, percebeu-se a necessidade de acrescentar perguntas descritivas sobre os passos do processo de dupla cidadania, pois atualmente, face à demora em conseguir-se o reconhecimento desse direito nas agências consulares brasileiras, e de Belo Horizonte em particular, o processo pode envolver não somente gastos, mas também angústias e frustrações aos descendentes, que por decorrência, acabam suscitando novas percepções relacionadas aos significados da dupla cidadania. O roteiro teve apenas o objetivo de orientar a condução das entrevistas para que não se fugisse do tema proposto, a fim de garantir que os objetivos da pesquisa fossem alcançados. Mas assim que as perguntas foram memorizadas, o roteiro passou a ser verificado apenas no final de cada entrevista, com a intenção de checar se alguma questão importante porventura tivesse passado despercebida. A memorização das perguntas foi um recurso importante para garantir a fluidez das entrevistas e a boa interação entre a pesquisadora e os depoentes, de modo que se procurou aproveitar os próprios relatos dos entrevistados para ordenar a seqüência das perguntas ou levantar novos questionamentos, e desse modo garantir a continuidade da conversação. As vantagens apresentadas pelas entrevistas semi-estruturadas são significativas, uma vez que permitem retornar aos pontos que não ficaram claros no decorrer do processo, bem como aprofundar em aspectos de maior relevância.

¹⁴ Os roteiros de entrevistas encontram-se nas páginas 193 e 195 dessa dissertação.

O primeiro contato, via telefone, possibilitou à pesquisadora apresentar-se previamente e falar dos objetivos do trabalho, como também saber da disponibilidade e interesse dos descendentes em colaborar com a pesquisa. Após confirmação e agendamento dos encontros, as entrevistas foram realizadas, sendo todas elas conduzidas pela própria pesquisadora, algumas no local de trabalho dos descendentes, e a maioria na residência dos mesmos, de maneira que pôde-se contar com lugares tranquilos e silenciosos para as gravações.

Todos os entrevistados demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa e responderam as perguntas sem resistências ou constrangimentos. Apesar de não se importarem com o sigilo das informações, no início de cada procedimento foi garantido pela pesquisadora o anonimato de suas identidades, cujos nomes verdadeiros seriam substituídos por nomes fictícios.

Essa dissertação está organizada em três capítulos, nos quais são discutidos inicialmente temas, teorias e conceitos relacionados à e/imigração, identidade nacional e identidade cultural, nação, nacionalidade, cidadania, territorialidade, globalização e desterritorialização, que por conseguinte dialogam com a temática da dupla cidadania e a construção da identidade ítalo-brasileira, analisada em profundidade no terceiro e último capítulo.

No primeiro capítulo discute-se a inversão dos fluxos migratórios brasileiros, procurando analisar como o Brasil, um país tradicionalmente conhecido por receber imigrantes, a partir da década de 1980 começou a expulsar parte de sua população para outros países. No primeiro momento tenta-se recuperar um pouco da história da imigração e colonização no Brasil de forma geral, e em Minas Gerais em particular, destacando a importante participação dos italianos na composição das correntes migratórias. No segundo momento, a ênfase recai sobre a crise econômica brasileira da década de 1980, e a conseqüente emigração de brasileiros de origem urbana, principalmente para os Estados Unidos e Japão. Para isso, foram revisados os recentes trabalhos, sobretudo teses e dissertações, que abordam por um lado, os fatores econômicos motivadores da busca por uma ascensão social no país de origem, por meio de um rebaixamento de status social no exterior, com trabalhos, moradia e lazer precários, além de outras situações adversas, tal como a ilegalidade na sociedade receptora, e por outro lado, os fatores culturais e sociais, tal como a influência da publicidade sobre o estilo de vida dos países ricos, e as redes de parentesco e amizade, que contribuem para a manutenção dos fluxos migratórios. Por fim, situa-se a breve menção que os atuais estudos fizeram aos fluxos de brasileiros em direção à Itália, e a

imagem da imprensa sobre esse fenômeno, que associou a crise econômica brasileira à corrida dos descendentes de imigrantes pelo reconhecimento da dupla cidadania.

O segundo capítulo apresenta alguns conceitos fundamentais para a compreensão do objeto de pesquisa. Visa discutir a construção da cidadania vinculada à idéia do Estado-nação, cuja percepção do nacional se opunha ao estrangeiro, e os desafios que os recentes fluxos de imigrantes, assim como a construção da União Européia, têm colocado à lógica territorial desse Estado, fazendo suscitar a necessidade de se pensar uma cidadania desterritorializada, que ultrapasse os limites do nacional.

Primeiramente, procura analisar a construção do conceito de cidadania como posse de direitos, atrelado às dimensões territoriais do Estado-nação moderno, e como pertencimento, sob o qual a identidade nacional e o nacionalismo conseguiram forjar os laços que garantiram a solidariedade social no seio da população desse Estado, bem como a fidelidade dos cidadãos com os projetos da nação. O caso italiano é evidenciado pela sua peculiaridade, pois ao contrário de outros Estados-nação europeus, sua unificação tardia, com a formação do Estado nacional, deu-se no mesmo período em que o país encontrou na emigração uma saída para a crise econômica e social. Daí a construção de sua identidade nacional fora do território do Estado, por meio dos emigrantes que difundiam a imagem positiva da Itália no exterior. A seguir, discute o processo de globalização e fragmentação do Estado-nação e da identidade nacional, com a construção da União Européia, e os desafios colocados pelos recentes fluxos migratórios de cidadãos extracomunitários. Nesse caso, busca-se compreender como a União Européia vem tentando incluir os cidadãos dos Estados membros dentro da comunidade, e ao mesmo tempo excluir os cidadãos provenientes dos países extracomunitários. Por último, aborda o caso italiano, que apesar de se inserir na mesma lógica de exclusão dos cidadãos extracomunitários, abre o dispositivo da dupla cidadania como brecha das restritivas políticas migratórias, ao permitir que alguns cidadãos de terceiros países, com laços de consangüinidade com os italianos, possam entrar em todos os países da União Européia com os mesmos direitos dos europeus.

Objetivando compreender a construção da identidade ítalo-brasileira por meio da dupla cidadania, o terceiro e último capítulo dessa dissertação apresenta uma análise mais detida das entrevistas. Nele, os relatos dos entrevistados aparecem em boa parte do texto como citações diretas e indiretas, intercaladas pelas análises da pesquisadora, à luz das teorias e conceitos pertinentes ao tema. Trás inicialmente uma abordagem descritiva sobre o processo de cidadania

italiana, a legislação, a abrangência e as restrições do direito de cidadania, a lei e os limites de sua aplicabilidade, haja vista as grandes filas de espera no consulado de Belo Horizonte, as dificuldades encontradas pelos descendentes para montar seus processos, e o papel dos advogados como intermediários na obtenção da dupla cidadania. Em seguida, analisa a hipótese segundo a qual a identidade italiana é reafirmada, recuperada ou construída por meio da dupla cidadania, procurando compreender as dimensões dos diversos fatores que motivam os descendentes a pleitearem o reconhecimento desse direito.

2 CAPÍTULO I - BRASIL, DE UM PAÍS DE IMIGRAÇÃO A UM PAÍS DE EMIGRANTES

Entre 1870 e 1950 os italianos formaram a mais expressiva corrente a entrar no Brasil, com preponderância nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Embora não tenha apresentado paridade numérica em relação a esses dois Estados, Minas Gerais também recebeu uma elevada soma de italianos que desempenhou, entre outras atividades, a substituição da mão-de-obra cativa nas pujantes lavouras cafeeiras. Face ao êxito do café no mercado de exportação, bem como da construção de Belo Horizonte, os anos de 1896 e 1897 apresentaram o ápice da inserção dessa população no Estado mineiro.

Na nova capital os italianos exerceram relevante influência na indústria, no comércio e na arquitetura, e por terem se fixado nessa cidade também deram origem à população ítalo-brasileira, que a partir da década de 1990 pôde beneficiar-se do direito de dupla cidadania para conhecer ou morar na terra de seus ancestrais.

Elucidar o deslocamento de brasileiros em direção ao exterior, a partir do final da década de 1980 e início da década seguinte, como fenômeno que marcou a inversão dos fluxos migratórios iniciados no final do século XIX, constitui o objetivo desse capítulo para explicar a relação que os ítalo-brasileiros da capital mineira estabelecem entre dupla cidadania e emigração. É, pois, o percurso dessa trajetória de mudança na direção dos fluxos que a análise a seguir busca recuperar, seguindo as trilhas deixadas pelos imigrantes nas terras do Brasil e de Minas Gerais.

2.1 Imigração e Colonização no Brasil dos Séculos XIX e XX: italianos e outros grupos

A partir da segunda metade do século XIX a Europa destaca-se por um crescente movimento de deslocamento populacional, sobretudo em direção às Américas, como decorrência de suas transformações econômicas e demográficas. Países que estavam se industrializando face ao processo de transição capitalista, passavam por modificações na distribuição da posse da terra e das relações de trabalho. Devido à pressão demográfica, a indústria nascente não conseguia absorver toda mão-de-obra liberada pela lavoura, como consequência da concentração fundiária.

Tais fatores aumentaram o desequilíbrio entre população e acesso aos recursos (FRANZINA, 2006, p. 79 e 87), gerando um excedente populacional que, não encontrando condições de permanência em seus locais de origem, emigravam para países ainda não industrializados e que dispunham de territórios a serem ocupados e cultivados. Foi assim que as Américas, por sua abundância de terras e escassez de mão-de-obra, tornaram-se áreas atrativas, principalmente para os contingentes expulsos do campo.

No caso italiano, a própria geografia do país limitava a quantidade de terras cultiváveis, pois devido o relevo bastante montanhoso, sobrava na península poucas terras de planície favoráveis à cultura agrícola. Ao passar do sistema de produção feudal para o capitalista, a Itália acabou por concentrar essas terras cultiváveis nas mãos de um reduzido grupo de agricultores que ofertavam, em suas grandes propriedades, produtos a preços mais baixos para eliminar a concorrência dos pequenos agricultores. Estes últimos, que já haviam contraído empréstimos para pagar as altas taxas de impostos sobre a terra, terminavam mergulhados em dívidas, e sem condições de competir no mercado com os produtos das grandes propriedades, não viam alternativa além de sua proletarização. Por outro lado, a Itália, assim como a Alemanha, passava por um processo de industrialização tardia e em função da explosão demográfica, gerada pela diminuição do índice de mortalidade, suas indústrias nascentes não tinham condições de absorver toda mão-de-obra que a lavoura dispensava. Por isso, o país gerou um excedente de mão-de-obra que encontrou na emigração uma alternativa para a sobrevivência. (ALVIM, 2000, p. 385-386).

Entretanto, é importante salientar que grande parte dos imigrantes que partiram da Itália não era composta por pessoas completamente desprovidas de capitais, pois muitos dos que vieram do Vêneto, região norte da península, pertenciam à categoria dos pequenos proprietários de terras, meeiros e arrendatários. Como suas propriedades não lhes davam condições de sobrevivência, encontraram na emigração uma alternativa para a solução de seus problemas. Tinham como costume o trabalho familiar agrícola e por isso ambicionavam encontrar nas Américas, e mais especificamente no Brasil, a possibilidade de ascensão social através da propriedade de terras. (FRANZINA, 2006, p. 73; ALVIM, 2000, p.386).

Conforme TAB. 1 e mapas 1 e 2, a emigração vêneta para o Brasil exerceu uma preponderância em relação às demais regiões da Itália, sendo que, de 1870 a 1920, 30% dos imigrantes que partiam para o Brasil eram provenientes dessa região, localizada ao norte da península. (ALVIM, 2000, p.386). Mas além do Vêneto, outras regiões como a Lombardia,

Piemonte e Ligúria, também se fizeram presentes nos fluxos, e não obstante a entrada desses imigrantes italianos oriundos da parte norte do país, observa-se presença importante de italianos meridionais, provenientes das regiões mediterrânicas, localizadas ao sul da península.

TABELA 1

Emigração Italiana para o Brasil, por regiões					
Norte	Norte	Centro	Centro	Sul	Sul
Vêneto	365.710	Abruzzi/Molise	93.020	Campânia	166.080
Lombardia	105.973	Toscana	81.056	Calábria	113.155
Piemonte	40.336	E. Romagna	59.877	Basilicata	52.888
Ligúria	9.328	Marche	25.074	Sicília	44.390
		Lazio	15.982	Apúlia	34.833
		Úmbria	11.818	Sardenha	6.113
Total	521.347	Total	286.827	Total	417.459

Fonte: Anuario Statistico ell'Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925.¹⁵



Mapa 1: Emigração italiana para o Brasil, 1870-1920, por regiões.

Fonte: http://jglagianico.blogspot.com/2007_01_21_archive.html



Mapa 2: Mapa da Itália por áreas (noroeste, nordeste, centro e sul).

Fonte: http://www.moinhotur.com.br/web/fckeditor/Imagens/Image/mapa_italia2.JPG

Diferentemente do Norte, o Sul não passou pelo mesmo processo de industrialização naquele período das grandes migrações, e até hoje se apresenta como área economicamente mais

¹⁵ Citado por Alvim (2000, p.387).

A tabela 1 apresenta formato diferente da citada por Alvim (2000), que não separou as dezesseis regiões nas áreas norte, centro e sul.

pobre. Assim, enfatiza-se que, se os estudos têm recaído sua atenção sobre o êxodo das populações do norte na época das grandes migrações, associando-o à transição capitalista, o Sul também contribuiu com o processo migratório enviando às Américas um grande contingente populacional, proveniente das regiões da Campania, Calábria, Basilicata, Apúlia e as ilhas da Sicília e Sardenha, como fica evidente na TAB. 1 e no mapa 1. Para completar, além das áreas Norte/Sul, verifica-se ainda a participação das regiões localizadas mais ao centro, como Abruzzi/Molise, Toscana, Emilia Romagna, Marche, Lazio e Úmbria.

Acredita-se que os motivos da emigração na parte da Itália Meridional estão relacionados à própria pobreza da região, que impeliu sua população a buscar no outro lado do Atlântico as possibilidades de sobrevivência ou ascensão social. Ao constatar a influência do Sul da Itália nos fluxos migratórios, sobretudo dos calabreses, Alvim (2000) alerta para o perfil diferenciado desses imigrantes, despossuídos de qualquer propriedade e donos apenas de sua força de trabalho: “os chamados *braccianti*.” (ALVIM, 2000, p.387).

Ao contrário do Norte, o sul da Itália se assemelhava mais à realidade de outras áreas mediterrânicas como Portugal e Espanha, que também ainda não tinham se industrializado. Em Portugal, tem-se como fator de expulsão a própria pobreza econômica do país em relação às principais economias européias. Por não conseguir garantir boas condições de existência à sua população, já que dispunha de uma economia instável, o país deixou que parte de seus cidadãos visse na emigração, quase que exclusiva para o Brasil, uma alternativa viável para busca de melhores oportunidades. De forma contrária ao caso português, observa-se que por não ter laços históricos com o Brasil e sim com outros países da América Latina, a população espanhola, quando tinha recursos para custear suas passagens, optava por destinos como Argentina, Cuba e outros países latinos. Sobre os espanhóis que vieram para o Brasil, sobretudo para o Estado de São Paulo, pesaram mais os fatores de atração do que de expulsão, pois apesar de, sob o ponto de vista econômico a Espanha ainda não ter se industrializado, era um país pouco povoado e não passava por problemas de pressões demográficas tão comuns a outros países como Itália e Japão. Desse modo, como a propaganda sobre as vantagens e benefícios brasileiros foi amplamente divulgada na Espanha e em outros países europeus, a possibilidade de viajar de graça consistiu numa estratégia que atraiu muitos espanhóis pobres às terras brasileiras, que não tinham condições de pagar suas passagens para outros países da América com os quais possuíam laços históricos e culturais.

Somados aos fatores de expulsão e atração nos países de origem e destino respectivamente, como elementos propulsores do processo migratório, os progressos nos transportes também contribuíram para os grandes fluxos intercontinentais na medida que encurtaram as distâncias entre o Velho e o Novo Mundo, tornando as viagens mais rápidas e seguras através do barco a vapor. Além do transporte marítimo, o avanço nos transportes terrestres com a locomotiva e construção de ferrovias, possibilitaram que o imigrante ocupasse áreas cada vez mais vastas dentro do território americano. Daí a grande importância da revolução dos transportes e das comunicações, que ao diminuir as distâncias e os riscos, estimularam os fluxos migratórios transoceânicos.

Tais estímulos refletiram-se nos dados quantitativos que evidenciam as migrações em massa. Estima-se que a Europa Ocidental, com exceção da Rússia, da Hungria, dos Bálcãs e da Grécia, tenha sofrido uma perda de 35 milhões de habitantes entre 1841 e 1915, o que representou uma perda média de quase meio milhão ao ano. Por outro lado, no período dos maiores fluxos, de 1880 à Primeira Guerra Mundial, cerca de 31 milhões de pessoas desembarcaram nas Américas, tendo os Estados Unidos como principal destino (cerca de 70% desse volume), seguidos pela Argentina (4,2 milhões de imigrantes), Brasil (2,9 milhões), e Canadá (2,5 milhões). (KLEIN, 2000, p.14).

As facilidades de acesso a terra e ao trabalho, se consubstanciaram em vantagens oferecidas pelos Estados Unidos, Argentina e Canadá, fazendo com que esses países atraíssem grandes volumes de imigrantes espontâneos. No caso do Brasil, não obstante a entrada de imigrantes espontâneos, foram os subsídios oferecidos que atraíram o maior volume dos fluxos na segunda metade do século XIX. Até 1850 os fluxos foram modestos, apesar do interesse imperial em incentivar o povoamento dos vazios demográficos do país, sobretudo na região Sul, transformando os imigrantes em pequenos proprietários das terras devolutas, dedicados à policultura. Com produção destinada ao mercado interno, visava-se inserir essa região num desenvolvimento econômico contrário ao praticado no nordeste, onde imperava o latifúndio e a monocultura para exportação. Entretanto, se o projeto de colonização encampado pelo governo visava ocupar áreas despovoadas, a elite brasileira ainda não encontrava problemas para obtenção da mão-de-obra escrava, e por isso não se sentia pressionada a substituí-la pela mão-de-obra imigrante, o que resultou na insignificância dos fluxos até 1850.

A segunda fase (1850-1930) marca o período em que a imigração europeia no Brasil realmente se desenvolveu. Ao longo da segunda metade do século XIX o café se consolidou como produto nacional para exportação e fez sentir, por parte da elite cafeicultora, a necessidade de promover a imigração para substituição da mão-de-obra escrava. Assim, a imigração se colocou ao lado da colonização, se bem que a primeira visou atender os interesses privados dos fazendeiros, principalmente os paulistas, enquanto a segunda objetivou suprir as necessidades do governo em povoar o território.

Mas foi desde 1888, com a abolição da escravidão, que a imigração europeia confirmou-se como alternativa para resolver o problema da escassez de braços para a lavoura, idéia esta bastante estimulada pela elite intelectual brasileira. Essa última se preocupava com a construção da identidade nacional e com os componentes humanos e “raciais” que comporiam essa identidade. Alguns autores, como Oliveira Viana e Sílvio Romero, argumentavam que a construção de uma nação sadia e civilizada só podia ser estabelecida através do elemento branco estrangeiro, e que por isso fazia-se necessário o branqueamento da população brasileira através de uma política imigrantista. Assim, a partir de 1888 os maiores fluxos estrangeiros desembarcaram no território brasileiro, apoiados com auxílios concedidos pelos governos estaduais e pelo poder central. O fim último da escravidão é que permitiu o avanço da imigração, conforme constata Diegues Júnior, ao dizer que “imigração e escravidão são termos que se repelem, e não seria possível desenvolver-se o movimento imigratório paralelamente ao trabalho escravo.” (DIEGUES JÚNIOR, 1972, p.105).

Os dados da TAB. 2 confirmam esse constante aumento de imigrantes a partir de 1888, chegando a soma total de 305.973 imigrantes ingressos no país até 1890, o que representa um percentual de 57,6% de todo o decênio. Esse crescimento se estende para a década seguinte de 1891 a 1900, com picos no ano de 1891 (com mais de 216 mil imigrantes), e no triênio de 1895, 1896 e 1897, período em que se verifica a entrada média de 157 mil pessoas por ano.

TABELA 2
Imigração para o Brasil, 1881 - 1900.

Ano	Total de Imigrantes (N)	Total de Imigrantes (%)	Ano	Total de Imigrantes (N)	Total de Imigrantes (%)
1881	11.548	2,8	1891	216.760	18,9
1882	29.589	5,6	1892	86.203	7,5
1883	34.015	6,4	1893	134.805	11,8
1884	24.890	4,7	1894	60.984	5,3
1885	35.440	6,7	1895	167.618	14,7
1886	33.486	6,3	1896	158.132	13,8
1887	55.965	10,5	1897	146.362	12,8
1888	133.253	25,1	1898	78.109	6,8
1889	65.246	12,3	1899	54.629	4,8
1890	107.474	20,2	1900	40.300	3,5
Total	530.906	100%	Total	1.143.902	100%

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).¹⁶

Conforme TAB. 3, o movimento imigratório na década de 1871 a 1880 ainda era fraco, mas obteve significativo crescimento nas cinco décadas seguintes, oscilando com fases de maior e menor número de entradas. Os dados quantitativos também evidenciam que a década de 1891 a 1900 obteve o mais alto índice de todas as décadas, com 24,6%. Esse percentual conta com 6,54% a mais que o decênio de 1921 a 1930, período em que as entradas de estrangeiros ocuparam o segundo lugar, com 18%.

TABELA 3
Imigração para o Brasil, 1871 - 1950

Períodos	(N)	(%)
1871-1880	219.129	4,7
1881- 90	530.906	11,4
1891-1900	1.143.902	24,6
1901-10	690.867	14,9
1911-20	797.744	17,2
1921-30	840.215	18,1
1931-40	288.607	6,2
1941-50	131.128	2,8
Total	4.642.498	100%

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

¹⁶ As tabelas de número 8 a 10 foram elaboradas com base nos dados divulgados pelo Memorial do Imigrante do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/historico/index.htm>

Segundo dados da TAB. 4, do 1,67 milhão de imigrantes entrados no país nas duas décadas que compreendem o período de 1881 a 1900, o grupo principal é formado pelos italianos com 973.824 indivíduos, o que representa um percentual de 58,1%. Esse grupo é seguido pelos portugueses, com 19,1%, espanhóis, com 11,8%, russos, com 2,6%, e alemães, com apenas 2,0%.

TABELA 4
Imigração para o Brasil, por nacionalidade, 1881 - 1900

Períodos	Imigração Total (N)	Imigração italiana (N)	Imigração italiana (%)	Imigração portuguesa (N)	Imigração portuguesa (%)	Imigração espanhola (N)	Imigração espanhola (%)
1881-90	530.906	295.063	55,6	117.763	22,2	39.799	7,5
1891-1900	1.143.902	678.761	59,3	202.429	17,7	157.119	13,7
Total	1.674.808	973.824	58,1	320.192	19,1	196.918	11,8

Períodos	Imigração russa (N)	Imigração russa (%)	Imigração alemã (N)	Imigração alemã (%)	Outros imigrantes (N)	Outros imigrantes (%)
1881-90	28.337	5,3	21.628	4,1	28.316	5,3
1891-1900	14.440	1,3	12.489	1,1	78.664	6,9
Total	42.777	2,6	34.117	2,0	106.980	6,4

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

De forma contrária às últimas décadas do século XIX, conforme mostra a TAB. 5, a primeira década do século XX apresenta uma baixa na entrada de imigrantes estrangeiros, e sobretudo de italianos, que não consegue acompanhar os fluxos entrados na última década do século anterior, de 1891 a 1900. Entretanto, verifica-se que a década de 1901 a 1910 apresenta um crescimento na entrada de estrangeiros em relação à penúltima década do século XIX (1881-1890), com entrada de 690.867 imigrantes no período de 1901-1910, e 530.906 na década de 1881-1890, enquanto a participação italiana decresce em números percentuais nas respectivas décadas, com queda de 55,6% em 1881-1890 para 31,2 % no período de 1901 a 1910.

TABELA 5
Imigração italiana para o Brasil, 1871 - 1950

Períodos	Imigração Total	Imigração italiana total	%
1871-1880	219.129	60.029	27,4
1881-90	530.906	295.063	55,6
1891-1900	1.143.902	678.761	59,3
1901-10	690.867	215.886	31,2
1911-20	797.744	134.010	16,8
1921-30	840.215	101.083	12,0
1931-40	288.607	18.328	6,4
1941-50	131.128	22.750	17,3

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

O refluxo na entrada de italianos iniciou-se quando, em 1902 o governo italiano restringiu a saída de seus emigrantes para o Brasil, em função das denúncias de maus tratos dos fazendeiros com sua população, fazendo-se sentir uma carência de braços nos cafezais paulistas. Tanto que em 1908 os japoneses, até então discriminados pelas políticas imigrantistas, começaram a entrar no Brasil (tendo São Paulo como principal destino) a fim de trabalharem como mão-de-obra familiar na agricultura cafeeira. Contudo, para evitar os problemas encontrados pelo governo italiano, sobre as denúncias de maus tratos aos seus emigrantes nas fazendas de café, o governo japonês cuidou de tutelar a emigração nipônica, cuidando da propaganda, seleção e transporte dos emigrantes do Japão até o Brasil, bem como formou colônias no território brasileiro com infra-estrutura para recebê-los.

É interessante ressaltar que, segundo os dados da TAB. 5, houve sim um refluxo de imigrantes estrangeiros durante as primeiras décadas do século XX, mas apenas em relação à última década do século XIX, uma vez que as entradas para as décadas de 1910, 1920 e 1930, apresentam números superiores às entradas verificadas na penúltima década do século XIX, de 1881 a 1890, período em que o grupo dos italianos era responsável por 55,6% das entradas. De fato, como a abolição da escravidão ocorreu em 1888, dois anos antes de iniciar a última década do século XIX, foi nessa última, de 1891 a 1900, que se confirmaram os grandes fluxos, com entrada de 1.143.902 indivíduos. Entretanto, a queda verificada no número de estrangeiros de 1901 a 1930, em relação à última década do século XIX, não acompanhou a baixa percentual na participação dos italianos, que passou a ter seu grupo menos representado, baixando de 55,6% de 1881 a 1890, e 59,3% de 1891 a 1900, para 31,2% de 1901 a 1910, 16,8% de 1911 a 1920, e para 12% de 1921 a 1930. Enquanto decresce a presença italiana no Brasil, a entrada de estrangeiros

nas três primeiras décadas, de 1901 a 1930, se mantém estável com um número médio de 776 mil estrangeiros por decênio. Tais dados evidenciam uma maior participação de outros grupos estrangeiros nesse período, sobretudo dos portugueses e espanhóis, como se observa na TAB. 6.

TABELA 6
Imigração para o Brasil, por nacionalidade, 1871 - 1950

Períodos	Imigração Total (N)	Imigração italiana (N)	Imigração italiana (%)	Imigração portuguesa (N)	Imigração portuguesa (%)	Imigração espanhola (N)	Imigração espanhola (%)
1871-1880	219.129	60.029	27,4	75.252	34,3	5.177	2,4
1881-90	530.906	295.063	55,6	117.763	22,2	39.799	7,5
1891-1900	1.143.902	678.761	59,3	202.429	17,7	157.119	13,7
1901-10	690.867	215.886	31,2	218.193	31,6	137.613	19,9
1911-20	797.744	134.010	16,8	321.507	40,3	169.944	21,3
1921-30	840.215	101.083	12,0	286.772	34,1	76.013	9,0
1931-40	288.607	18.328	6,4	95.740	33,2	9.937	3,4
1941-50	131.128	22.750	17,3	48.606	37,1	8.101	6,2
Total	4.642.498	1.525.910	32,9	1.366.262	29,4	603.703	13,0

Períodos	Imigração alemã (N)	Imigração alemã (%)	Imigração japonesa (N)	Imigração japonesa (%)	Imigração russa (N)	Imigração russa (%)	Outros imigrantes (N)	Outros imigrantes (%)
1871-1880	17.006	7,8	-	-	8.501	3,9	53.164	24,3
1881-90	21.628	4,1	-	-	28.337	5,3	28.316	5,3
1891-1900	12.489	1,1	-	-	14.440	1,3	78.664	6,9
1901-10	17.533	2,5	1.809	0,3	17.221	2,5	82.612	12,0
1911-20	26.120	3,3	27.497	3,4	37.071	4,6	81.595	10,2
1921-30	75.861	9,0	71.347	8,5	9.625	1,1	219.514	26,1
1931-40	24.472	8,5	86.414	29,9	1.162	0,4	52.554	18,2
1941-50	8.377	6,4	1.593	1,2	1.528	1,2	40.173	30,6
Total	203.486	4,4	188.660	4,1	117.885	2,5	636.592	13,7

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

Na década de 1911 a 1920, período em que eclode a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a participação de estrangeiros aumentou de 690.867 para 797.744 indivíduos, ao passo que o percentual de italianos caiu para metade, de 31,2% para 16,8%. De acordo com as Tabelas 8 e 9, as quedas no número de estrangeiros se verificaram a partir dos períodos de guerra e pós-guerra, mas as entradas nos três anos que antecederam o conflito, de 1911 a 1913, conforme TAB. 7 foram suficientes para garantir o aumento da participação estrangeira em relação à década anterior, de 1901 a 1910, como demonstra a TAB. 6.

A TAB. 6 mostra que 797.744 imigrantes entraram durante toda a década de 1911 a 1920, enquanto a TAB. 7 evidencia que desses 797.744 imigrantes, 501.795 deles, ou seja, 63% entraram nos anos anteriores à guerra, no período de 1911 a 1913. Os números ainda mostram que as entradas estavam aumentando a cada ano, só diminuindo com o início da guerra, em 1914 (TAB. 8). Do total de estrangeiros que chegaram nos anos anteriores à guerra, os portugueses constituem o maior grupo, com 40,0%, seguidos pelos espanhóis, com (20,7%), italianos (17,1%), russos (6,3%), alemães com (3,6%), japoneses com (2,0%), e outras nacionalidades, com (10,4%).

TABELA 7
Imigração para o Brasil, 1911_1913

Ano	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Russos	Alemães	Japoneses	Diversos	Total
1911	47.493	27.141	22.914	14.013	4.251	28	17.735	133.575
1912	76.530	35.492	31.785	9.193	5.733	2.909	16.245	177.887
1913	76.701	41.064	30.886	8.251	8.004	7.122	18.305	190.333
Total	200.724	103.697	85.585	31.457	17.988	10.059	52.285	501.795
(%)	40,0	20,7	17,1	6,3	3,6	2,0	10,4	100%

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

Percebe-se que a representação dos italianos decresceu ao passo em que houve um considerável aumento dos portugueses e espanhóis, mas ainda assim, se constituiu como um dos três grupos de peso nesse período. Quanto aos portugueses, este grupo sozinho, com 40%, conseguiu superar a entrada de espanhóis e italianos juntos, que somam não mais que 37,8%. A presença dos alemães e japoneses é tímida, e juntos correspondem a 5,6%, cifra inferior a entrada de russos, com 6,3%.

De acordo com a TAB. 8, dos 797.744 imigrantes que entraram durante toda a década de 1911 a 1920, 190.880 deles, ou seja, 23,9% entraram no período da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, com predominância dos portugueses, com 36,5%, seguidos pelos espanhóis, (26%), italianos (17%), japoneses (7%), russos (2,6 %), alemães (1,8%), e diversos outros (8 %). Esses dados atestam que devido o conflito mundial, o Brasil recebeu em cinco anos 40% a menos dos estrangeiros que recebeu nos três anos anteriores à guerra.

TABELA 8
Imigração para o Brasil, 1914-1918

Ano	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Japoneses	Russos	Alemães	Diversos	Total
1914	27.935	18.945	15.542	3.675	2.958	2.811	7.366	79.232
1915	15.118	5.895	5.779	65	640	169	2.667	30.333
1916	11.981	10.306	5.340	165	616	364	2.473	31.245
1917	6.817	11.113	5.478	3.899	644	201	2.125	30.277
1918	7.981	4.225	1.050	5.599	181	1	756	19.793
Total	69.832	50.484	33.189	13.403	5.039	3.546	15.387	190.880
(%)	36,6	26,4	17,4	7,0	2,6	1,9	8,1	100%

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

Já a TAB. 9 mostra que os dois últimos anos que sucederam o conflito foram responsáveis pela entrada de 105.069 estrangeiros, o que representa um percentual de apenas 13%, e com a predominância dos imigrantes portugueses. Assim, verifica-se que não houve queda da imigração europeia durante a segunda década do século XX em relação à década anterior. As quedas se verificaram no período de guerra e no pós-guerra, mas as entradas nos três anos que antecederam o conflito foram suficientes para garantir o aumento da participação estrangeira, em relação à década anterior, de 1901 a 1910.

TABELA 9
Imigração para o Brasil, 1919 - 1920

Ano	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Japoneses	Alemães	Russos	Diversos	Total
1919	17.068	6.627	5.231	3.022	466	330	3.283	36.027
1920	33.883	9.136	10.005	1.013	4120	245	10.640	69.042
Total	50.951	15.763	15.236	4.035	4.586	575	13.923	105.069
(%)	48,5	15,0	14,5	3,8	4,4	0,5	13,2	100%

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

As tabelas 7, 8 e 9 também evidenciam para quais grupos a imigração italiana foi perdendo representatividade. Se nas três primeiras décadas do século XX, o número de estrangeiros permaneceu estável, e até elevado em relação à penúltima década do século XIX, na qual os italianos tinham uma participação de 55,5%, os dados da década de 1911 a 1920 demonstram que a participação italiana diminuiu, enquanto aumentou a presença de outros grupos como portugueses e espanhóis.

Somente com a crise de 29 e a subida de Vargas ao poder em 1930, é que a entrada de estrangeiros sofre um declínio acentuado, como fica claro na TAB. 6. Se na década de 1921 a 1930 entraram 840.215 estrangeiros, de 1931 a 1940 esse número caiu para 288.607, o que corresponde a um declínio de 65,7%.

Na década de 1930 os portugueses continuaram ocupando o primeiro lugar nas entradas, pois que não sofreram as restrições da Era Vargas, com a política de cotas impostas às outras nacionalidades. Assim, se a instabilidade política gerada pela subida de Vargas ao poder em 1930, e pela Revolução Constitucionalista de 1932, marcou uma fase desfavorável à entrada de estrangeiros, as constituições de 1934 e 1937 fixaram uma cota sobre os imigrantes já estabelecidos no Brasil, fazendo com que apenas 2% de cada nacionalidade pudesse entrar no país desde então, com exceção dos portugueses, a quem a política de cotas não afetava. Além disso, as sucessivas quedas do preço do café no mercado internacional contribuíram para restringir a necessidade de imigrantes como mão-de-obra nesse período, fazendo diminuir a entrada de estrangeiros de outras nacionalidades.

Portanto, pelos privilégios recebidos, e por não se constituírem como mão-de-obra vinculada às oscilações presentes nas demandas da cafeicultura, os portugueses representaram o maior grupo de estrangeiros a entrar no Brasil no período dos grandes fluxos migratórios, muito embora os italianos tenham representado o grupo com maior participação de 1871 a 1950. Conforme demonstra a TAB. 10, este grupo obteve um percentual de 32,9% para essas oito décadas citadas, enquanto os portugueses ficaram com 29,4%. Assim, observa-se que apesar das quedas nas entradas dos italianos durante as décadas do século XX, a sua preponderante participação durante as duas últimas décadas do século XIX, serviram para garantir-lhe o primeiro lugar em todo o período que se estende de 1871 a 1950.

TAB. 10

Total Geral da Imigração para o Brasil, 1871 - 1950

Períodos 1871-1950	Imigr. italiana	Imigr. portuguesa	Imigr. espanhola	Imigr. alemã	Imigr. japonesa	Imigr. russa	Outros Imigrant.	Total %
(N)	1.525.910	1.366.262	603.703	203.486	188.660	117.885	636.592	4.642.498
(%)	32,9	29,4	13,0	4,4	4,1	2,5	13,7	100%

Fonte: Tabela elaborada com dados divulgados pelo Memorial do Imigrante. (Ver anexo A - página 200).

É bom ter claro que, muito embora o Brasil não tenha sido o país das Américas que atraiu os maiores fluxos de imigrantes, visto que 70% deles tinham os Estados Unidos como principal

destino, seguidos pela Argentina, ainda assim, constituiu-se no final do século XIX e início do século XX como país imigrantista, visto que atraiu levas de imigrantes de várias nacionalidades. E dentro dessas várias nacionalidades que para o Brasil emigraram, os italianos tiveram destacada importância, como já mencionado, sobretudo pela sua preponderância no final do século XIX.

Portanto, salienta-se que os italianos compunham o segundo maior grupo de imigrantes a entrar no Brasil durante todo o século XIX e início do século XX, chegando mesmo a ocupar o primeiro lugar em algumas décadas, e por isso deixaram sua marca presente na cultura dos locais por onde estiveram mais concentrados. Além de Minas Gerais, sabe-se que os italianos também se fizeram presentes nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, em maior número em Santa Catarina e Paraná, mas com grande concentração no Rio Grande do Sul e São Paulo.

A influência mais acentuada na região sul deu-se em função do projeto de colonização que visava ocupar as áreas despovoadas a fim de preservá-las das possíveis invasões por parte dos países platinos. Adquiriram pequenos lotes de terra nos quais predominou a policultura com base na mão-de-obra familiar, e em decorrência do isolamento de suas colônias, mantiveram a tradição cultural do país de origem.

Em São Paulo, destacou-se a presença italiana nos campos e nas cidades. Nos primeiros, substituíram a mão-de-obra escrava nas lavouras que, ao contrário do Sul (onde se praticava a agricultura para atender o mercado interno), concentravam as riquezas originárias do café para exportação, das quais se assentava a economia do país. Já nas cidades, realizaram diversas atividades, com destaque para o trabalho operário nas indústrias nascentes.

A presença italiana em outros Estados, ainda que não tenha sido tão importante do ponto de vista quantitativo, merece considerações sobre a forma em que se processou, como é o caso de Minas Gerais. Nesse Estado, a presença de estrangeiros se deu de forma modesta se comparada a outros Estados imigrantistas, mas contou com o domínio italiano em praticamente todo o período dos fluxos.

2.1.1 Das Minas aos Cafezais: as gerais dos italianos.

O prolongamento da escravidão em Minas até o ano de sua abolição é apontado por Monteiro (1994) como apego do fazendeiro mineiro ao trabalho cativo, e uma conseqüente rejeição à mão-de-obra livre estrangeira. A autora ainda afirma que durante o Império o desvio de escravos das áreas decadentes da mineração para a Zona da Mata e Sul de Minas fazia com que essas regiões contassem com disponibilidade de mão-de-obra internamente, não precisando recorrer ao trabalhador estrangeiro. (MONTEIRO, 1994, p.16).

A tese de Martins (1980) se opõe à de Monteiro (1994), ao demonstrar que Minas Gerais era a província com a maior população escrava durante o Império porque continuava a importar escravos, não sendo estes, portanto, herança do ciclo minerador. O autor considera que a maioria dos escravos mineiros jamais estivera numa lavoura de café, e que por isso não se pode afirmar que as Zonas da Mata e Sul estivessem desviando e esvaziando o estoque de escravos das áreas decadentes da mineração. Além disso, sustenta que enquanto a Zona da Mata também importava escravos, em função de sua economia de agroexportação, o sul da província, ao contrário, era uma região despovoada e isolada, e sem dispor de estradas para escoar a produção, não havia ainda se inserido no conjunto das áreas produtoras de café para exportação, e importadoras de mão-de-obra cativa.

O setor cafeeiro, segundo Martins (1980), até 1850 se desenvolvia de forma tímida, e sua expansão nas décadas seguintes, na Zona da Mata, não empregava tantos escravos como as outras regiões de Minas juntas. Esta área cafeeira em Minas Gerais se apresentava como prolongamento da cultura praticada na área fluminense do Vale do Paraíba, e ocupava não mais que 4% do território mineiro. Assim, o aumento da população escrava em Minas durante o Império não pode ser explicado em função da expansão da economia exportadora de café. A Zona da Mata se apresentava como um enclave exportador e não tinha nenhuma relação com o restante da província, que até a década de 1870, compreendia 96% do território e 79% dos escravos. Se a contínua importação de cativos, que fez aumentar a população escrava da província durante o século XIX, não pode ser associado nem a agroexportação do café, nem à mineração, que já havia entrado em decadência, há que se questionar a que tipo de produção econômica estaria relacionada a mão-de-obra escrava, para então compreender o apego de Minas à instituição servil.

Para Martins (1980), ao contrário de uma economia de *plantation* orientada para exportação, a maior parte da província ficava isolada dos mercados externos, com produção diversificada e voltada para o auto-consumo, com excedentes comercializados no mercado local. Sua diversificação consistia no emprego dos plantéis escravos na agricultura, pecuária, artesanato, manufaturas, “indústria” têxtil e siderurgia, com vistas a atender o mercado interno. As exportações dos produtos mineiros, sobretudo para os mercados do Rio de Janeiro, tinham o caráter residual, e não representavam o ponto forte de sua economia. Desse modo, como salienta o autor, o caso de Minas demonstra o quanto pode ser enganosa a associação automática do trabalho forçado com um sistema econômico voltado para o mercado externo.

Mas por que então não adotar o trabalhador livre, nacional ou estrangeiro, na economia de subsistência? Martins (1980) não se ocupa em estudar a mão-de-obra imigrante, mas considera que Minas Gerais não rejeitou o trabalhador nacional livre. Antes, o trabalhador nacional rejeitou o trabalho assalariado, obrigando os fazendeiros a se valerem dos cativos. Nesse sentido, o prolongamento do trabalho forçado em Minas não se deu pelo apego à escravidão, mas pela impossibilidade de contar com o nacional como mão-de-obra permanente. Para o autor, apesar de Minas Gerais ser a província mais populosa e dispor de latifúndios, contava com enormes vazios demográficos, deixando as terras com acesso livre aos camponeses que delas podiam extrair sua fonte de sustento, não sentindo necessidade de se sujeitarem ao trabalho assalariado. Quando muito, os camponeses aceitavam trabalhos temporários e ocasionais, gerando instabilidade aos fazendeiros que não podiam contar com uma mão-de-obra livre permanente. Daí que, sem uma oferta voluntária de trabalho livre, a escravidão se impôs como alternativa, e não como opção. E os camponeses, ainda que fossem expulsos das posses de terras, migravam para outras terras, devido à abundância delas. Os deslocamentos e não-fixações às terras são, aliás, pontos característicos dos camponeses em Minas Gerais no século XIX.

Partindo das constatações feitas por Martins (1980), com relação à não-rejeição dos fazendeiros aos trabalhadores livres nacionais, talvez se possa também entender, nessa perspectiva, como se operou o prolongamento da escravidão, e o tardio e enfraquecido fluxo de imigrantes na província. Se Minas não rejeitou o trabalhador livre nacional, teria ela rejeitado o trabalhador livre estrangeiro por apego à escravidão, até os anos que antecedem a abolição? Por que Minas Gerais demorou a contratar mão-de-obra imigrante e por que a fez em tão pequena escala?

Lanna (1986) e Monteiro (1994) explicam o prolongamento da instituição servil em Minas Gerais e a rejeição ao trabalhador estrangeiro, em decorrência da grande disponibilidade de cativos. Mas não estariam os fazendeiros receosos de que a formação de colônias em Minas, com a possibilidade de o estrangeiro livre adquirir pequenas propriedades, os afastassem da necessidade de se submeter ao trabalho assalariado? Não estariam pensando os fazendeiros que o acesso à terra pelos imigrantes, assim como ocorreu com os trabalhadores nacionais livres, impossibilitaria a formação de uma classe trabalhadora?

Após 1850, o governo imperial já se preocupava com a adoção de uma política imigrantista, face à proibição do tráfico negreiro e da iminente extinção da escravidão. Apesar de ser a província mais populosa, Minas Gerais ainda dispunha de vazios demográficos, e por isso, aos olhos das autoridades administrativas precisava de políticas que atraíssem estrangeiros para um projeto de colonização e imigração, a fim de povoar o território e conseqüentemente oferecer uma nova organização do trabalho livre. Como os camponeses nacionais se deslocavam freqüentemente de uma terra à outra dentro da província, ou de Minas Gerais para outras províncias, sua não fixação à terra impossibilitava o povoamento do território. Daí a preocupação do governo em atrair imigrantes estrangeiros, tornando-os pequenos proprietários de lotes dentro dos núcleos coloniais, a fim de fixá-los à terra. Além disso, de acordo com Monteiro (1994), com a abolição da escravidão em 1888, as áreas produtoras de café passaram a atrair os ex-escravos das outras regiões de Minas Gerais, fazendo com que essas últimas sentissem escassez de mão-de-obra para a agricultura diversificada, reduzindo a produção de cereais para subsistência, e impondo a Minas Gerais a necessidade de importar cereais da Ásia e Argentina. Por isso os estadistas se preocuparam também com a formação de núcleos coloniais para que os imigrantes pudessem, através da pequena propriedade, promover a policultura para atender o mercado interno.

Contudo, se no Império os governos se preocuparam com o projeto de colonização, foi na República que começaram a serem introduzidas as primeiras levas de imigrantes em Minas, sobretudo com destino às fazendas de café. Os fazendeiros não se interessavam em dividir seus latifúndios para formar colônias, e aceitavam, quando muito, os imigrantes apenas como substitutos de mão-de-obra escrava. Não obstante a premente necessidade de braços para lavoura, as solicitações dos fazendeiros continuavam tímidas, sendo o próprio governo e as empresas responsáveis pela construção de ferrovias os principais solicitantes de imigrantes, que também

trabalhavam como mão-de-obra assalariada na construção dos trilhos, e às suas margens, formavam os núcleos coloniais em que moravam. O surto ferroviário ainda possibilitou a expansão do setor cafeeiro, na medida em que facilitou o escoamento da produção.

As terras devolutas, cedidas pelo governo central para que fossem estabelecidos os núcleos coloniais, não contribuíram para o povoamento de Minas Gerais. Essas terras públicas encontravam-se isoladas, sem vias de acesso e comunicação, e uma vez distantes dos centros urbanos, não atendiam os pré-requisitos para a formação de colônias. A legislação condicionava a formação dos núcleos em lugares localizados próximos aos mercados de consumo e vias de comunicação, estradas e ferrovias, ou seja, deviam ser implantadas em áreas cuja infra-estrutura só existia na Zona da Mata, visto que ali o desenvolvimento dos transportes obedeceu aos interesses do café. Se a legislação dava a possibilidade de se conseguir uma pequena propriedade em terras devolutas, na prática, pelas exigências que ela mesma criava, só deixava ao imigrante a possibilidade de comprar um lote dentro dos núcleos já existentes.

Apesar do discurso de que queria povoar o território, o Estado não demonstrava interesse em dividir suas próprias terras, tornando-se o principal latifundiário, e muitas vezes onerando os cofres públicos com aquisição de terras particulares para formação de colônias. Por outro lado, o projeto de colonização era desprezado pelos cafeicultores, pois que temiam que a pequena propriedade de terras nas mãos do imigrante o afastasse da necessidade de trabalhar na grande lavoura, uma vez que teria terras próprias para a cultura de subsistência. Essa elite cafeeira entendia que a pequena propriedade poderia se tornar uma ameaça ao latifúndio, e daí em nada contribuía para a formação de colônias, apesar dos incentivos do governo. Desse modo, o Estado não criava condições de infra-estrutura para oferecer as terras devolutas, nem os particulares tinham interesses em fragmentar suas próprias terras. Por esses motivos, apesar da existência de núcleos coloniais, não se pode dizer que tal política de povoamento teve grande êxito em Minas Gerais.

Quando à imigração, os anos iniciais da República presenciaram fortes investimentos do Estado mineiro. Como principal estratégia para atrair imigrantes criou-se a Superintendência de Minas na Europa, cuja função consistia em representar os interesses de Minas Gerais na imigração, intervindo diretamente na seleção de imigrantes e contratação de companhias de navegação e transporte. Tal estratégia permitiu à Minas Gerais evitar intermediários e conseguir reduzir o preço das passagens, bem como promover uma propaganda positiva do Estado na

Europa, o que acabou resultando no aumento do número de imigrantes que se dispuseram a embarcar para cá.

Como reflexo dessa política de representação dos interesses de Minas Gerais na Europa, o ano de 1896 apresenta o maior número de entradas de imigrantes em terras mineiras, seguido pelo ano de 1897, como pode ser observado na TAB. 11.

TABELA 11

Quadro Demonstrativo da Entrada de Imigrantes em Minas Gerais por Nacionalidade, 1894 - 1901¹⁷

Ano	Sem.	Total	Ital.	Port.	Áust.	Esp.	Alem.	Greg.	Arm.	Canad.	Ital. etc	Franc.
1894	2º	4.554	4.410	132	12	—	—	—	—	—	—	—
1895	1º e 2º	5.569	5.507	24	—	38	—	—	—	—	—	—
1896	1º e 2º	22.327	17.441	80	—	1.812	—	—	—	—	2.994	—
1897	1º e 2º	17.423	17.153	10	173	40	14	26	—	—	7	—
1898	1º e 2º	2.029	1.917	106	—	3	—	—	3	—	—	—
1899	1º e 2º	661	650	—	2	—	—	—	—	3	—	6
1900	1º e 2º	5	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—
1901	1º e 2º	14	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total		52.582	47.096	352	188	1.893	14	26	3	3	3.001	6

Fonte: Resumo da Entrada de Imigrantes, Livro da Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora.¹⁸

Essa elevação do número de imigrantes em 1896 e 1897 reflete também a prosperidade do café, que exigia mais braços para a lavoura. Assim, embora a imigração europeia em Minas Gerais tenha sido tímida, pode-se dizer que diante da dificuldade do imigrante em tornar-se pequeno proprietário nas colônias, sua presença se impôs nos campos das lavouras de café como substituto do trabalho escravo, e estando os fazendeiros acostumados ao regime de escravidão, não raro dispensaram a ele maus tratos, como antes dispensavam aos trabalhadores cativos.

Apesar da introdução de imigrantes de outras nacionalidades, foi o italiano que obteve preponderância em Minas Gerais, pois havia um interesse dos fazendeiros por esses imigrantes originários do norte da península itálica, visto que já estavam acostumados a lidar com o trabalho

¹⁷ A autora não esclarece porquê duas colunas da tabela 11 estão associadas aos italianos: (ital.) e (ital. etc). Conjectura-se nessa dissertação a possibilidade da penúltima coluna, (ital. etc.) referir-se aos imigrantes pertencentes às regiões ainda não incorporadas ao território italiano, na época da emigração em massa.

¹⁸ Citado por Monteiro (1994), no Anexo A. Em outra página a autora esclarece que “não há correspondência entre os dados apresentados pela Mensagem Presidencial de 1903, relativos à introdução de imigrantes, no período de 1897/1902, com os apresentados pela Hospedaria Horta Barbosa.” (MONTEIRO, 1994, p.85).

agrícola. Acreditava-se que os italianos eram bons trabalhadores e adaptavam-se bem ao clima e à sociedade. (FRANZINA, 2006, p. 264-266; MONTEIRO, 1994, p. 76). Já os espanhóis ocuparam o segundo lugar nas entradas, apesar de serem considerados agressivos, e havia restrições à entrada de asiáticos (japoneses e chineses). Os portugueses, suecos, austríacos e alemães tiveram pequena influência.

Os lucros obtidos pelo café incentivaram investimentos na imigração, não só com a criação da Superintendência na Europa, mas também com o fomento à construção de hospedarias em Minas Gerais, das quais a Horta Barboza em Juiz de Fora teve principal relevo.

Como estratégia para atrair os estrangeiros garantia-se o custeio das passagens, e daí que até 1897 a imigração se desenvolveu em Minas Gerais e contou com maiores verbas. Antes do mercado do café entrar em crise, as entradas eram encaminhadas preferencialmente para as fazendas, mas após 1898, em função do agravamento da crise, reduziu-se a entrada de imigrantes italianos.

Outros fatores dificultaram a entrada de italianos, como a cobrança de impostos sobre a imigração criada pelo governo italiano, e a proibição dos fluxos pelo mesmo em 1903. Como consequência, a Superintendência foi fechada na Europa e em 1904 a Hospedaria Horta Barboza passou a receber migrantes nordestinos para as lavouras de café.

Entretanto, antes da interrupção da imigração italiana para Minas Gerais, o Estado já lidava com a dificuldade de fixar o imigrante ao solo, dado que os salários eram baixos em comparação aos oferecidos por São Paulo. Muitos migravam de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores oportunidades econômicas, acabando por onerar os cofres públicos mineiros, que haviam custeado a passagens. Em certos períodos, o Estado mineiro deixou de financiar o pagamento das passagens, arcando apenas com os gastos daqueles chamados por redes de parentes já estabelecidos no território.

Nos anos que seguiram à Proclamação da República, as atividades laborais dos imigrantes em Minas Gerais estiveram vinculadas essencialmente à agricultura. A presença imigrante era quase inexpressiva, quando comparada a São Paulo, mas tinha na corrente italiana o grupo com maior participação. Belo Horizonte, nova capital edificada sob o primado da República, conheceu a influência italiana nos estilos arquitetônicos de suas construções, e nelas trabalharam italianos

pintores, pedreiros, marmoristas e outros operários.¹⁹ Alguns núcleos foram construídos na periferia para fixação desses imigrantes operários, núcleos esses mais tarde incorporados à cidade pelo crescimento da malha urbana, constituindo bairros, como são exemplos: Carlos Prates, Lagoinha, Horto, Santa Efigênia, entre outros.

Desse modo, pelo fato dos núcleos coloniais não terem sido localizados distantes da área urbana, e os estrangeiros não se isolarem dos nacionais, como aconteceu em alguns locais da região sul, onde os imigrantes tenderam a conservar a língua e os costumes da pátria de origem, os italianos e seus descendentes acabaram assimilando a cultura brasileira, de forma geral, e a mineira em particular. Atualmente os descendentes de italianos, em Belo Horizonte, já não carregam, além do sobrenome, quaisquer traços que os identifiquem visivelmente com os seus ancestrais, muito embora alguns grupos ainda conservem, em seu ambiente familiar, alguns costumes e valores que são rememorados e celebrados como culto aos antepassados, ou como afirmação da identidade italiana.

Por possuírem esses laços de consangüinidade com os imigrantes italianos que vieram para cá no final do século XIX e início do século XX, os descendentes possuem o direito à cidadania italiana, e em tempos mais recentes começaram a utilizá-la para, entre outros motivos, saírem do Brasil em direção a outros países, bem como para retornar à terra de seus ancestrais como duplos cidadãos. A corrida dos ítalo-brasileiros em busca da dupla cidadania tem sido associada, entre outros fatores, à crise econômica da década de 1980, que fez com que parte da população brasileira procurasse no exterior oportunidades de ascensão social. Esse fenômeno de inversão dos fluxos migratórios brasileiros, ainda que de caráter espontâneo, individual, e de volume relativamente pequeno, atesta que o Brasil perdeu a sua marca de país de imigração, e tornou-se recentemente um país de emigração. Por isso, faz-se importante analisar os principais grupos de emigrantes envolvidos, suas motivações objetivas e subjetivas, seus projetos, expectativas, bem como a relação de sua partida com a conjuntura política e econômica brasileira, como será abordado nas próximas seções.

¹⁹ De acordo com Franzina, a emigração italiana envolveu entre 1876 e 1886 “sobretudo assalariados rurais, meeiros e pequenos proprietários”, e entre 1887 e 1901 “em maior número os mesmos componentes rurais já citados e, às vezes, até mesmo certos grupos de artesãos e operários das cidades.” (FRANZINA, 2006, p.83)

2.2 Brasil, um País de Emigrantes

Alguns autores têm descrito o fluxo emigratório de brasileiros para o exterior como algo inédito na história brasileira, até então marcada por um caráter imigrantista, já que recebera levas de imigrantes de vários países europeus durante os séculos XIX e XX. Sempre existiram pessoas que saíram do Brasil para morar em outros países, seja por motivo de estudo ou trabalho, mas é a partir da década de 1980 que essas saídas começaram a se configurar como correntes migratórias, e não mais como decisões de indivíduos isolados.

Se a princípio a saída de brasileiros para o exterior foi noticiada pela imprensa, posteriormente começou a interessar os estudiosos, preocupados em mensurar os dados, apontar os principais destinos, e ainda, entender as forças econômicas e sociais que atuam sobre tal fenômeno. Embora os dados sejam subestimados, a tabela 12 indica os dez países com maior participação de brasileiros.

TABELA 12

Estimativa de Brasileiros nos Dez Países de Maior Participação, 2001

Países	Brasileiros
Estados Unidos	799.203
Paraguai	454.501
Japão	224.970
Alemanha	60.403
Portugal	51.590
Argentina	37.912
Itália	37.122
Suíça	25.800
França	22.436
Suriname	20.015

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Brasília – Distrito Federal, 2001.²⁰

Ao observar os dados da TAB. 12, nota-se que a Itália não é um dos países de preferência dos brasileiros, nem mesmo é o país com maior participação de brasileiros dentro da Europa, já que a Alemanha até 2001 ocupava o primeiro lugar, seguida por Portugal. A partir dessa constatação, faz-se necessário entender os motivos que conduzem os brasileiros aos seus principais destinos, Estados Unidos, Paraguai e Japão, já que esses três países juntos representam um percentual de 85,3% do total de emigrantes. Entretanto, como os deslocamentos para os

²⁰ Citado por Tedesco (2006, p.65).

Estados Unidos e Japão são marcados pela origem urbana dos emigrados, e nesse sentido se aproximam dos ítalo-brasileiros, serão os únicos fluxos a serem analisados, pois não é objetivo desse trabalho abordar a questão da emigração brasileira para o Paraguai, dado o seu caráter rural e fronteiriço.²¹

Entre Estados Unidos e Japão observa-se, em geral, o caráter de irregularidade da condição do imigrante no primeiro país, e de regularidade no segundo, já que os brasileiros que migram para o Japão são em grande parte descendentes dos imigrantes japoneses que para o Brasil vieram no início do século XX.²²

Para a Itália, sabe-se que existem imigrantes brasileiros ilegais, outros com vistos de permanência, e ainda aqueles que se tornaram cidadãos italianos, quer tenha sido através do matrimônio com um (a) italiano (a) nato (a), ou através da naturalização, ou ainda por meio do direito adquirido pelo critério *jus sanguinis*, que confere ao descendente de italiano nascido no exterior o direito de dupla cidadania. Sobre esses últimos é que a pesquisa de campo foi realizada, tentando contemplar não somente os descendentes que foram residir na Itália, mas também aqueles que possuem o reconhecimento da cidadania e nunca estiveram no país de seus ancestrais, bem como os que aguardam no Brasil o processo de reconhecimento da sua cidadania, e ainda os que a utilizaram como elemento facilitador para entrar legalmente nos Estados Unidos. Para tanto, foram analisados os fatores objetivos e subjetivos que pesam sobre o ato de emigrar para os Estados Unidos, Japão e Itália, a partir de duas teorias das migrações: a neoclássica e a das redes sociais. A primeira aponta a crise econômica como “expulsora” dos brasileiros para o exterior, juntamente com os motivos que os atraíram nesses países, enquanto a segunda considera o papel das redes sociais, de parentesco e amizade, além de outros motivos subjetivos presentes nos recentes fluxos migratórios internacionais.

²¹ De acordo com Wagner (1990) e Sprandel (1991) a expressão *brasiguaios* refere-se aos camponeses brasileiros que emigraram para o Paraguai na década de 1960, atraídos pela promessa de se tornarem pequenos proprietários de terras, mas que lá enfrentaram vários problemas, como o de terem suas terras invadidas pelos camponeses paraguaios, e a falta de documentos que pudessem comprovar sua propriedade sobre as mesmas. A falta de documentos, a expropriação das terras, e a violência policial contra os camponeses, foram responsáveis, em grande parte, pelo retorno dos brasileiros ao país de origem desde a década de 1970. Ao retornarem, os camponeses começaram a invadir fazendas improdutivas e exigir o reassentamento da população por parte das autoridades brasileiras.

²² Não se pretende fazer generalizações a respeito dos imigrantes. Sabe-se da existência de brasileiros regulares nos Estados Unidos e irregulares no Japão. Entretanto, a literatura consultada tem dado relevo a importante participação de brasileiros indocumentados no primeiro país, e de documentados no segundo.

2.2.1 Crise Econômica Como Fator de Expulsão dos Brasileiros

Chamados por Margolis de “exilados econômicos”, os brasileiros de classe média e média-baixa que se dirigiram à Nova York a partir da década de 1980, partiram, segundo a autora, fugindo da inflação que estava reduzindo sua renda e padrão de vida. (MARGOLIS,1994, p.29-30). Nessa conjuntura o Brasil passou por vários planos econômicos e diversas vezes mudou de moeda, mas não conseguiu controlar a inflação, que desenfreada, provocava incertezas nos brasileiros, estimulando a classe média e média-baixa (que podia arcar com os custos da emigração) a procurarem uma saída nos países desenvolvidos, ainda que para isso precisassem aderir-se à clandestinidade.

A relação das crises econômica e política com o êxodo de brasileiros em direção ao exterior é apontado por vários autores quando comparam o aumento dos fluxos a partir da década de 1980. Martes (1999a) estudou a emigração de brasileiros para Massachusetts, e observou que a recessão e a queda do padrão de vida da classe média no Brasil criaram um “imaginário favorável à emigração”, uma vez que a migração interna não mais garantia o sonho de mobilidade social. Em seus estudos, detectou uma imagem negativa dos brasileiros em relação à política e à economia brasileiras, na medida em que seus entrevistados afirmaram “que não teriam partido para Massachusetts, caso tudo estivesse correndo bem no país em relação ao qual, apesar da imagem descrita, julga[va]m ainda lhes pertencer, do mesmo modo como se pertence a uma família”. (MARTES, 1999, p.71 e 190).

Assis (2002) estudou o fenômeno migratório recente de valadarenses para o exterior e também apontou a década de 1980 como o momento em que se intensificou a partida para os Estados Unidos. Os valadarenses, segundo a autora, partiam em busca da realização do projeto de ascensão social, difícil de ser atingido no Brasil naquele momento.

Ao estudar a emigração dos nipo-brasileiros em direção ao Japão, Kawamura (1999) também apontou os anos 1980 como período em que se faziam nítidas as seqüelas deixadas pela crise do petróleo, a redução de investimentos estrangeiros, a inflação e juros altos, a desaceleração da economia e o desemprego. Para ela, no conjunto, todos esses problemas somados à adoção de uma política econômica neoliberal, com diminuição dos investimentos em áreas sociais, conduziram ao aprofundamento da crise que colocou “parcelas da população dos

estratos médios e inferiores em face da busca de *saídas* individuais para a solução, mesmo que temporária, para a crescente deterioração do nível de vida.”(KAWAMURA, 1999, p.59). A autora observa que apesar da redemocratização, os anos 1980 evidenciaram problemas políticos e econômicos. Com a inflação e o elevado custo de vida, a classe média, da qual os nipo-brasileiros faziam parte, sofreu uma queda no seu poder aquisitivo e buscou alternativas fora do país.

Sasaki (1996 e 1999) também estudou o fenômeno emigratório dos nipo-brasileiros para o Japão associado à crise política e econômica do Brasil na década de 1980, e revelou que esta emigração se caracterizou mais como um investimento do que como uma busca de sobrevivência, pois comparados à média geral dos brasileiros, os descendentes de japoneses no Brasil não eram pobres, tinham emprego antes de emigrar, bem como possuíam um alto índice de formação educacional. Com referência à crise e a emigração, comentou que

no Brasil, em 1990, tomou posse o presidente Fernando Collor. Nesse governo, medidas econômicas, como o Plano Collor, entraram em vigor, tendo sido confiscada a poupança dos brasileiros. Foi um governo marcado pela instabilidade econômica e política, e que contribuiu como mais um fator a reforçar a emigração de brasileiros. (SASAKI, 1999, p. 259).

Confirmando a análise feita por Sasaki (1999), Oliveira (1999) esclarece que o rebaixamento econômico da classe média tomou elevadas proporções nos governos Sarney e Collor, mas foi com este último presidente, no início da década de 1990, que eclodiu o *boom* de *dekasseguis* em direção ao Japão.

Sales (1999) também apontou a passagem da década de 1980 para 1990 como momento em que a inflação e a decepção com o governo Collor gerou um sentimento de desencanto e falta de esperança com o Brasil, que culminou com a saída dos brasileiros de classe média para o estrangeiro.

Segundo as autoras, a emigração de pessoas pertencentes às classes média e média-baixa brasileiras desmentiu o estereótipo do emigrante sem formação educacional e pertencente às faixas miseráveis da sociedade de origem. Em geral, são os membros da classe média que possuem os recursos para emigrar, e muitos deles, são possuidores de diplomas universitários. Por não encontrarem empregos em sua área profissional com salários condizentes aos investimentos que fizeram em sua formação, acabam por não ver em seu próprio país

expectativas de mobilidade social. Esse processo dá-se pelo “desencontro entre oportunidade e expectativa, há muito tempo identificado como causa da migração.” (MARGOLIS, 1994, p. 135).

Explicações sobre a participação das classes médias nos fluxos migratórios internacionais também podem ser encontradas em Portes (1999) quando afirma que os fatores determinantes da emigração não residem na pobreza. Para o autor, emigram as classes sociais que podem contar com certos recursos e que são as mais afetadas pelo desequilíbrio entre uma expectativa de vida moderna e os meios econômicos para alcançá-la. (PORTES, 1999, p. 3).

Margolis (1994) também identifica em seu trabalho sobre brasileiros em Nova York, um perfil de imigrantes de classe média e média-baixa, sendo muitos deles possuidores de diplomas universitários. A autora constatou que não se tratava de pessoas que fugiam da extrema miséria de seu país de origem, mas daqueles que haviam sofrido uma queda no padrão de vida em função da inflação e de toda crise econômica, e que por isso, diante da impossibilidade de conseguir empregos com salários que lhes permitissem ascender socialmente em seus próprios países, acabaram por partir para os Estados Unidos a fim de efetivar esse projeto. Assim sendo, a autora se dá conta de que “o espectro social brasileiro não está representado em Nova York, uma vez que poucos brasileiros pobres podem se dar ao luxo de viajar para Nova York ou outro lugar dos Estados Unidos.” (MARGOLIS, 1994, p. 33).

Outro dado importante a ser considerado é que os aspirantes a emigrantes necessitam comprovar perante os funcionários do Consulado norte americano que são possuidores de bens, bons empregos, bons rendimentos, poupança... e que portanto, seus vistos de turista não representam uma condição para entrarem legalmente nos Estados Unidos a fim de conseguirem emprego, e dessa forma, se tornarem imigrantes ilegais. Para obterem vistos eles precisam convencer que são realmente turistas e que após passeio pelos Estados Unidos, estarão regressando novamente ao Brasil. Paradoxalmente, como as pessoas mais pobres da população não dispõem de bens materiais para convencer os funcionários do Consulado de que não se tratam de aspirantes a imigrantes ilegais, cabe-lhes somente a opção de pagar por documentos falsos que de certa forma “comprovem” a sua próspera condição social no Brasil. Esse processo acabou por encarecer sobremaneira o projeto de partida para os Estados Unidos, reduzindo as possibilidades das classes mais baixas investirem nesse empreendimento.

Outro ponto relevante da pesquisa realizada em Nova York refere-se a variável “raça” ligada à classe social. Ao constatar uma esmagadora presença de imigrantes brasileiros brancos

de classe média nos Estados Unidos, Margolis (1994) lembrou que apesar do mito da democracia racial as pessoas de cor estão visivelmente representadas nas camadas inferiores da sociedade brasileira, mas que não é essa a parcela da população que dispõe dos recursos e informações necessários para a emigração.

Sales (1999) confirmou a análise de Margolis (1994) ao declarar que o número reduzido de imigrantes negros deve ser relacionado ao fato de que trata-se de “migração marcadamente de classe média e que classe e raça no Brasil são altamente correlacionadas, sendo evidente a maior participação da população negra nos setores de mais baixa renda.” (SALES, 1999, p.79).

Ao estudar os emigrantes de Governador Valadares que partiam para os Estados Unidos, Assis (2002) afirma inicialmente, a partir de conclusões tiradas de uma de suas fontes de pesquisa (as cartas escritas por aqueles que partiram para os que ficaram) que o universo e perfil dos emigrantes valadarenses indicava ser mais diversificado, se estendendo da classe média para outros estratos sociais da população. Todavia, deixa revelar em outro ponto do seu trabalho, que os migrantes são em geral de classe média e média baixa, como Margolis já havia constatado. A autora diz que “(...) sendo os emigrantes em geral de classe média, média-baixa, estes têm que aprender a limpar banheiros, lavar pratos, roupas, cozinhar, serviços que não faziam no Brasil, principalmente os homens.” (ASSIS, 2002, p.92).

Martes (1999) endossa as constatações das autoras já citadas sobre as considerações à respeito da emigração de uma significativa parcela da classe média brasileira. Estudando a emigração para o Estado de Massachusetts ela discorre sobre a queda da mobilidade social no Brasil, que fez com que pessoas trocassem, ainda que de forma temporária, “ a condição de secretária para a de faxineira, ou de contador para a de lavador de pratos.” (MARTES, 1999, p.72-73).

Não obstante, Martes (1999) considera que embora o padrão de escolaridade dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos esteja acima da média dos brasileiros, eles tem formação nas áreas em que já há excesso de profissionais atuando no mercado brasileiro. Ela tenta, dessa forma, explicar porque pessoas com formação educacional acima da média brasileira optam pela emigração, apesar de ter que realizar no país de destino tarefas menos qualificadas do que aquelas executadas no país de origem.

2.2.2 A Racionalidade das Migrações.

Um ponto importante acerca das novas migrações internacionais de brasileiros para o exterior diz respeito à migração como um projeto econômico e racional, que leva a pessoa a mudar de seu país de origem e privar-se de conforto material, a fim de conseguir juntar dinheiro para posteriormente retornar.

A concepção inerente à teoria neoclássica, empurra-puxa (atração e expulsão), é guiada pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho entre os países de emigração e imigração, bem como das desigualdades econômicas entre os dois países. Desse modo, os países com alto índice de pobreza, desemprego e salários baixos, tendem a exportar sua mão-de-obra excedente para os países ricos e industrializados, que em função de sua carência de mão-de-obra para uma economia em potencial expansão, são capazes de ofertar trabalhos bem remunerados. Este modelo é também reconhecido como “modelo do equilíbrio”, que tende a equacionar os problemas oriundos da desigualdade entre o excesso e a carência de mão-de-obra, naqueles países que expulsam e atraem migrantes em todo o mundo. Esses migrantes, segundo a teoria neoclássica, perfazem o perfil condizente ao homem econômico, que objetiva maximizar os lucros e minimizar as perdas, e por isso são imbuídos por um cálculo utilitarista no projeto de emigração. Ao calcular os custos e benefícios de sua emigração para os países ricos, o migrante tende a ver como vantajoso o seu projeto individual de ascensão social.

O modelo neoclássico, embora apresente limites à explicação do fenômeno migratório em suas várias facetas, apresenta vitalidade na medida em que não se contesta que os migrantes geralmente se deslocam de países mais pobres em direção aos mais ricos do globo. As motivações econômicas para partir pressupõem uma racionalidade que consiste em equacionar a possibilidade de ganhar dinheiro num menor espaço de tempo, e os Estados Unidos, como poucos países do mundo, aparecem no imaginário de muitos migrantes como “terra prometida”, país das oportunidades. Esse imaginário é construído e difundido, em grande parte, pelos próprios migrantes que ao retornarem ao Brasil fazem propagandas positivas e muitas vezes exageradas a respeito da vida na América. Os relatos acabam por incentivar outras pessoas a emigrarem para os Estados Unidos com a utopia de que lá terão mais oportunidades. Entretanto, o migrante só consegue separar a fantasia da realidade quando chega de fato ao local de destino, para então se

dar conta de que sonho e esperança de uma vida melhor devem caminhar lado a lado com os sacrifícios enfrentados longe de seu país de origem. O sucesso e o conforto material é jogado para um futuro próximo, no qual o imigrante já terá conseguido (apesar dos sacrifícios enfrentados) economizar os recursos que lhes garantirão adquirir bens no Brasil.

Em Governador Valadares, Assis (2002) constatou que o investimento no mercado imobiliário representou a concretização dos sonhos dos emigrantes, pois a maioria deles, ao partir, leva em mente o objetivo de adquirir a casa própria. Soares (1999) também estudou a relação da ascensão social do emigrante valadarense no local de origem através dos investimentos realizados no mercado imobiliário, que por decorrência, alteraram a paisagem da cidade desde a intensificação dos fluxos a partir da década de 1980. Apesar da crise econômica pelo qual atravessava o país neste período, até rotulado de “década perdida”, a remessa de dólares dos emigrantes valadarenses foram injetados na construção civil e dinamizaram a economia da cidade, permitindo inclusive a geração de empregos.

O caso japonês também ganha destaque na preferência dos brasileiros, sobretudo dos nipo-brasileiros, pois são esses últimos que encontraram facilidades na legislação japonesa, entrando regularmente no país de destino. Nesse ponto, a emigração regular do Brasil para o Japão difere completamente da emigração para os Estados Unidos, fortemente marcada pela clandestinidade. Apesar dessas diferenças os descendentes de japoneses, segundo a literatura revisada, também possuem um cálculo racional de ascensão social através da emigração. Eles se dirigem ao Japão a fim de conseguirem trabalhos e salários capazes de gerar um acúmulo de reservas que no futuro possibilitem retornar ao Brasil, e nesse país aplicar os investimentos capazes de satisfazer o sonho de mobilidade social, como aquisição da casa própria, carro ou o próprio negócio. (LASK, 2000, p.76; SASAKI, 1996, p.99).

Kawamura (1999) também aponta a influência das representações sociais construídas no imaginário acerca do Japão como um país que se recuperou rapidamente da destruição gerada pela Segunda Guerra, e se constituiu como potência econômica mundial. Tal imaginário contribuiu para acelerar o desejo de muitos descendentes em ir para o Japão trabalhar, permanecer lá por um tempo e depois voltar ao Brasil bem-sucedidos.

2.2.3 Regularidade e irregularidade nas Migrações.

As principais diferenças apresentadas entre os fluxos de emigrantes brasileiros em direção aos Estados Unidos e ao Japão, dizem respeito ao caráter da irregularidade dos primeiros e regularidade dos segundos, como já citado. Isso se deve a outra diferença, pois como os Estados Unidos não têm tradição emigrantista e sim imigrantista, ou seja, não expulsou em massa sua população para outras partes do mundo em nenhum momento de sua história, como ocorreu com a Itália, Alemanha e Japão, por exemplo, e sim atraiu imigrantes de vários países, ele agora não é um país que pode contar com o retorno legal dos que partiram e seus descendentes.²³

Nos Estados Unidos são irregulares tanto os imigrantes que chegam pela fronteira do México, quanto aqueles que entram com visto de turista, mas com objetivo de lá residir e trabalhar. A diferença é que embora seja difícil conseguir o visto de turista, quando esse é autorizado o imigrante entra no país de forma regular, mas na medida em que começa a trabalhar ou permanece nos Estados Unidos após a validade do visto, acaba tornando-se clandestino, da mesma forma que ocorre com aqueles que entram com passaporte europeu. Já os que conseguem atravessar a fronteira do México, entram de imediato como imigrantes irregulares, sem nenhuma documentação que lhes garanta o direito de estar no solo norte americano.

Não é fácil adquirir o visto de turista, uma vez que o brasileiro precisa comprovar perante as autoridades do Consulado que não tem a necessidade de se tornar um trabalhador clandestino nos Estados Unidos, bem como possui motivos suficientes para retornar ao Brasil. Para tanto, deve comprovar que possui bom emprego, bens significativos e profundos laços familiares no Brasil, e ainda dispõe de recursos para custear sua viagem de turismo. (MARGOLIS, 1994, p.68).

Entretanto, segundo Margolis (1994), não era raro que brasileiros utilizassem documentos falsos para comprovar sua estabilidade financeira, como extratos bancários com altas somas de dinheiro (que na verdade eram tomados de empréstimo de outras pessoas), recibos de imposto de renda e outros documentos, para conseguirem um visto verdadeiro, ou ainda falsificavam o próprio visto e passaporte. Na atualidade os Consulados parecem ter se tornado ainda mais

²³ Não se discute aqui a emigração de indivíduos norte-americanos para Brasil ou outros países, mas apenas enfatiza-se que os Estados Unidos não têm uma tradição de emigração em massa, como aquela presenciada pela Europa no final do século XIX.

rigorosos na concessão de vistos, e o Serviço de Imigração americano tendeu a fechar mais o cerco contra os aspirantes a imigrantes ilegais.

Quanto à rota mexicana, esta é tida como última alternativa para quem quer entrar nos Estados Unidos, não somente por ser a mais cara, porque envolve pagamento de coitotes e passagens aéreas e terrestres (do Brasil até a cidade do México, de lá até a fronteira, e da cidade americana de fronteira até a cidade de destino), mas também por ser a mais perigosa e envolver riscos, inclusive de morte.

Já a emigração dos nipo-brasileiros para o Japão assume o seu caráter seletivo baseado na consangüinidade, e assim, ao contrário dos brasileiros nos Estados Unidos que temem retornar temporariamente ao Brasil, com receio de não conseguirem um novo visto de turista para voltar aos Estados Unidos (com exceção daqueles que possuem o *green card*, porque gozam de livre trânsito entre os dois países), os descendentes de japoneses até a terceira geração e seus dependentes conseguem obter sem dificuldades os vistos de entrada e reentrada no Japão, o que possibilita estabelecer laços mais estreitos com o Brasil.

Quando a crise econômica se instalou no Brasil em meados dos anos 1980 e se adentrou pelo início da década seguinte, gerando uma perda do padrão de vida da classe média brasileira em geral, e da nipo-brasileira em particular, coincidentemente, no mesmo período (1990), o Japão reformulou sua legislação acerca da imigração, que tendeu a favorecer os descendentes de japoneses. Desde a década de 1970 o Japão convivia com a presença de trabalhadores estrangeiros em seu território, tais como coreanos, filipinos, chineses e outras nacionalidades. Em função da baixa taxa de fecundidade e o conseqüente envelhecimento da população, a dificuldade em admitir mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, além do fato dos japoneses possuírem um elevado nível de escolaridade e qualificação, optando por trabalhar apenas nas empresas de grande porte e prestígio, e rejeitando os trabalhos braçais e pesados que não exigem qualificação, as pequenas e médias empresas japonesas sofriam uma carência de mão-de-obra, tendo que recorrer aos trabalhadores estrangeiros para as funções que não exigem qualificação profissional.

O Japão, na década de 1980, vivia o desafio de manter e expandir o seu crescimento econômico face à diminuição da mão-de-obra disponível. A carência de braços para os trabalhos pesados do chão das fábricas conduziu o país a adotar uma política migratória favorável à entrada de estrangeiros, que acabou resultando no aumento da imigração clandestina. Como ocorre nos Estados Unidos, as pessoas chegavam com vistos de turista no Japão e lá ficavam na condição de

clandestinos após ter vencido o prazo de permanência. Em função das penalidades sofridas pelas empresas frente à irregularidade dos trabalhadores, os pequenos e médios empresários optaram por buscar os japoneses emigrados e seus descendentes, dos quais, grande parte estava no Brasil. Cedendo às pressões dos grupos interessados, em 1990 a lei de imigração japonesa foi alterada a fim de admitir a entrada legal de descendentes de japoneses até à segunda geração, com seus dependentes, por motivos de trabalho.

A proliferação das empresas de pequeno e médio porte no Japão deve-se às formas de gestão implantadas nas grandes empresas, que visavam flexibilizar o uso dos recursos materiais e humanos na produção, a fim de controlar o desperdício e promover a qualidade dos serviços, através da contratação de empresas terceirizadas. As empresas maiores passaram a terceirizar as atividades mais complicadas e problemáticas, colocadas sobre o controle das pequenas e médias empresas subcontratadas. Foram estas últimas, dos ramos automobilístico e eletroeletrônico que se proliferaram no Japão após a reestruturação produtiva, e que demandaram a entrada dos descendentes para suprir a carência de mão-de-obra. A lógica de funcionamento da reestruturação produtiva consistia “numa estrutura piramidal”. Assim, “as maiores empresas constituíram-se no topo de uma imensa rede de empresas subcontratadas para produzirem peças, componentes e serviços necessários aos seus projetos econômicos.”(KAWAMURA,1999, p.94).

Como trabalhadores temporários com vistos de permanência de um a três anos, com possibilidades de renovação, os nipo-brasileiros começaram a trabalhar nessas empresas médias e pequenas, subcontratadas pelas grandes empresas japonesas. Estes trabalhadores temporários foram denominados *dekasseguis*, termo japonês de caráter pejorativo, que no Japão já era antes utilizado para caracterizar as migrações de trabalhadores que se deslocavam temporariamente do campo para as regiões mais desenvolvidas, em função da agricultura atingida pelos invernos rigorosos. Atualizado, o termo *dekassegui* passa a ser atribuído aos descendentes de imigrantes japoneses que partem de seus países rumo ao Japão em busca de sucesso financeiro, e que, embora possuam em grande parte uma formação superior, acabam assumindo postos de trabalho menos qualificados.

O caráter seletivo da imigração com base na consangüinidade evidencia que a opção de atrair descendentes de imigrantes deu-se porque os japoneses acreditavam que esses descendentes tivessem uma cultura próxima à deles, e assim, pudessem se integrar à sociedade e a cultura local com maior facilidade.

2.2.4 _ O Grande Paradoxo: ascensão social no Brasil *versus* empregos com baixo status social no exterior.

Sendo oriundos da classe média e média-baixa, e não de uma classe miserável, os imigrantes brasileiros acabam por realizar nos Estados Unidos atividades que jamais realizaram em seu país de origem. Esse paradoxo é observado no exemplo das mulheres brasileiras que contratam empregadas domésticas no Brasil, e nos Estados Unidos se tornam empregadas domésticas das americanas. Daí que essas mulheres acabam tendo que se ajustar à perda de status social de suas atividades e ocupações, bem como os homens, muitos deles com diplomas universitários, que se prestam a engraxar os sapatos dos americanos com formação educacional similar à sua. (MARGOLIS, 1994, p.47).

Uma das conclusões que Margolis (1994) chegou é de que os imigrantes conseguem conviver com essa situação de perda de status social, na medida em que encaram seus trabalhos nos Estados Unidos como algo provisório, temporário. Se esses empregos não oferecem oportunidade de ascensão social no país receptor, os salários obtidos através deles podem, através da conversão cambial em moeda brasileira, render o capital necessário para comprar propriedades, casa, carro, ou abrir um negócio no Brasil. A baixa de status nos Estados Unidos em função da realização de trabalhos braçais, é então compensada pelo caráter temporário e a possibilidade de ascensão social no retorno ao Brasil, através dos investimentos feitos. O imigrante entende que esse trabalho não vai durar para sempre, mas só o necessário para acumular bens no Brasil.

As atividades exercidas pelos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos estão, em geral, todas inseridas no setor de serviços gerais. Assim, ao contrário dos nipo-brasileiros no Japão, não são as atividades industriais que exercem atração sobre os brasileiros nos Estados Unidos. Martes (1999) argumenta que o próprio processo de desindustrialização de algumas cidades americanas não reduziu o fluxo de imigrantes, atraídos pelo setor de serviços gerais.

No setor de serviços, geralmente os imigrantes realizam tarefas como lavar pratos, engraxar sapatos, fazer faxinas domésticas, trabalhar em restaurantes como ajudantes de garçom, servir mesas, limpar casas, cuidar de crianças, serviços de manutenção e construção civil. Os trabalhos que concentram a maior quantidade de mulheres brasileiras são os serviços domésticos, muitos dos quais, as empregadas moram no emprego. Para as imigrantes esses empregos

oferecem a oportunidade de economizar, uma vez que não precisam gastar com aluguel, alimentação e transporte de casa para o trabalho, possibilitando juntar mais dinheiro em menos tempo. Entretanto, esse tipo de emprego doméstico as deixam disponíveis quase o tempo todo para o trabalho, com exceção dos dias de folga, o que pode acarretar em maior exploração por parte dos patrões. Por isso, na medida em que começam a se estabelecer na sociedade americana, elas tendem a alugar apartamentos e dividi-los com outros brasileiros, na tentativa de se distanciarem de seus trabalhos. (MARGOLIS, 1994, p.203). Outras brasileiras ainda trabalham como *baby-sitters*, garçonetes e *go go girls*. Este último tipo de trabalho, apesar de não ser um trabalho braçal e ainda render um salário mais vantajoso, é bastante estigmatizado, pois as mulheres trabalham para o público masculino, tornando-se vulneráveis ao assédio sexual. Já para os homens imigrantes, os serviços que eles mais se concentram são aqueles ligados a restaurantes, tais como lavar pratos e servir mesas. Mas há também motoristas de táxis, comerciantes ambulantes, lavadores de carros, distribuidores de folhetos, engraxates etc.

No Japão, a baixa de status social dos trabalhadores imigrantes é tão notada como a já observada nos Estados Unidos. Mas apesar do nível educacional elevado, a falta de conhecimento da língua e da cultura local constitui-se como obstáculos para inserção desse imigrante na sociedade e nos postos de trabalho mais qualificados. Os brasileiros mais familiarizados com o idioma nipônico são os que conseguem comunicar-se melhor dentro das fábricas, podendo com isso ocupar posições consideradas privilegiadas.(KAWAMURA, 1999, p.134). Entretanto, não são muitos os descendentes que possuem domínio da língua japonesa, restando-lhes apenas ocupar posições no mercado de trabalho que não carecem de tal conhecimento, pois “no local de trabalho, a própria natureza das funções não qualificadas prescinde do uso da comunicação, bastando a simples compreensão dos sinais (luz, som etc.) (...)” (KAWAMURA, 1999, p.213).

O caráter temporário do trabalho não qualificado para descendentes faz parte da gestão empresarial japonesa que prima pela flexibilização dos recursos materiais e humanos. Assim, no fim do prazo do contrato temporário, as empresas ficam livres dos encargos por demissões, além de não terem que manter os funcionários ociosos, caso diminua o ritmo de produção. De modo contrário, os trabalhadores japoneses são contratados em caráter vitalício até sua aposentadoria, para desempenhar as atividades mais complexas e que exigem qualificação.

Segundo Kawamura (1999), os trabalhos executados pelos brasileiros são caracterizados pelos japoneses como 3 ks: *Kitsui* (pesados), *Kiken* (perigosos) e *Kitanai* (sujos). Já os brasileiros

as classificavam com 5 ks, pois além das características já citadas, consideravam esses trabalhos *Kibishii* (exigentes) e *Kurai* (detestáveis).

Como a natureza do trabalho não requer dos brasileiros qualificação, nem as empresas investem em treinamentos, restaria ao descendente a disposição de investir sozinho em sua carreira profissional. Entretanto, como não têm perspectivas de ascensão profissional no Japão, já que ocupam temporariamente estes postos de trabalho, e ainda precisam economizar para retornarem ao Brasil, os descendentes acabam por não realizar tais investimentos. As empresas também não querem qualificar uma mão-de-obra que é temporária e cujos investimentos não permanecerão dentro dela.

2.2.5 Condições de Existência dos Imigrantes: trabalho, moradia e lazer.

Sendo considerados baixos os valores salariais dos imigrantes, comparados ao alto custo de vida americano, uma das maneiras que essas pessoas encontram para superar esse descompasso é trabalhar em mais de um emprego em turnos diferentes, o que lhes permite juntar mais dinheiro e reduzir o tempo de permanência nos Estados Unidos. Desse modo, os imigrantes acabam por dedicar-se tanto ao trabalho, que pouco tempo lhes resta para outras atividades como o lazer. Além disso, se a razão principal de estarem nos Estados Unidos é o trabalho, e as economias que permitirão o retorno ao Brasil, o cálculo utilitarista levam-nos a considerar o lazer como algo caro em dois sentidos: de um lado porque demanda o gasto do dinheiro já ganho (com ingressos, contas de bares e restaurantes), e do outro, porque rouba o tempo do trabalho e do dinheiro que se poderia ganhar através dele.

Mas não são todos os imigrantes que pensam dessa forma, e quanto mais tendem a adiar o retorno para o Brasil, permanecendo mais tempo nos Estados Unidos, sentem necessidade de investir em conforto e qualidade de vida, disponibilizando tempo e recursos para o lazer. Ademais, não é por muito tempo que conseguem suportar o cansaço gerado pelo excesso de trabalho, pois geralmente depois de dois anos suas energias se esgotam e não conseguem mais trabalhar em dois ou três turnos, o que faz reduzir as receitas, mas gera horas disponíveis para o descanso e lazer. (ASSIS, 2002, p.99). Desse modo, passados os primeiros anos de permanência

nos Estados Unidos, tendem a investir também em conforto dentro do espaço interno de suas moradias. Assis (2002) observou que depois de todo o cansaço gerado pelo excesso de trabalho, a casa oferece ao imigrante o descanso e o lazer. Por isso, o perfil dos imigrantes da década de 1970 e início de 1980, que moravam em apartamentos *kitnetes* lotados de pessoas, não é mais uma realidade tão comum nos Estados Unidos, sobretudo porque, ao estender o prazo de permanência no país receptor, se dão conta de que não suportam mais tantos sacrifícios. Nessa perspectiva, segundo observado por Margolis (1994), vários imigrantes recém-chegados moravam mesmo em apartamentos lotados e resgatavam objetos do lixo dos americanos para equipá-los, mas com o tempo, porém, quando adiavam o retorno para o Brasil, tendiam a montar seus apartamentos com eletrodomésticos e sair de casa para comer fora, o que denota uma melhoria nas condições de vida.

No Japão, em função do elevado custo de vida japonês, os salários pagos aos brasileiros são considerados baixos, e por isso eles ocupam um lugar periférico não só no trabalho, mas também na economia e na sociedade nipônica, com moradias precárias e reduzida participação na vida social. A questão da moradia é mais complicada porque o Japão é um país com território pequeno em relação ao volume de sua população. Daí que os espaços de moradias são cada vez menores e mais caros, restando aos brasileiros morar nas periferias e em condições precárias. Quanto ao lazer, quase não lhes sobra tempo, uma vez que se dedicam exaustivamente ao trabalho, inclusive aos sábados, e com um elevado número de horas extras. Ademais, como estão dispostos a economizar para retornarem ao Brasil, e o lazer custa caro no Japão, sobram-lhes poucas opções como “visitas a áreas públicas (parques, zoológicos, museus etc).” (KAWAMURA, 1999, p.163).

2.2.6 Teoria das Redes Sociais: outras dimensões além da econômica.

Diferentemente das teorias que preconizavam o livre mercado, os novos estudos ultrapassam o aspecto econômico, abordando as dimensões culturais (antropológicas) e sociais. Assim, um ponto importante a ser considerado acerca das novas migrações não diz tanto respeito

à migração como projeto econômico, mas à influência da cultura e das redes de amizade e parentesco nos movimentos migratórios.

A teoria neoclássica não explica como e porque os migrantes internacionais geralmente não são provenientes das faixas mais pobres da população, bem como não explica como eles chegam aos países de destino. O ponto fraco dessa teoria é não contemplar as outras dimensões do processo migratório igualmente importantes, e que escapam ao caráter meramente econômico. Há que se considerar a influência dos aspectos culturais e sociais, como a publicidade acerca do estilo de vida e poder de consumo dos países ricos, veiculada em várias partes do mundo, bem como o peso das redes sociais de amizade e parentesco sobre a manutenção dos fluxos migratórios. Segundo Portes citado por Martes (1994, p.38) o fato das pessoas migrarem espontaneamente para os Estados Unidos, independente de qualquer tipo de recrutamento, reflete a atração pelo estilo de vida desse país. Mas além de considerar a influência do estilo de vida americano, Portes (1999) diz que os meios sociais também agem e afetam a racionalidade individual do projeto migrantista. Se os atores sociais, isto é, os imigrantes, selecionam os meios disponíveis para atingir os objetivos almejados, que nessa perspectiva condiz com o cálculo utilitarista do homem econômico, esses imigrantes também se inserem em relações sociais. Os indivíduos sozinhos não sustentam os fluxos populacionais, mas sim as redes de pessoas ligadas por laços de amizade e parentesco. Desse modo, as migrações assumem seu caráter seletivo e explicam porque em países pobres apenas alguns indivíduos migram e outros não. Por mais que um grande número de pessoas esteja sofrendo as consequências da crise econômica em seus países, por quê somente uma parte delas, as classes média e média-baixa, encontram na imigração uma saída alternativa, e não as classes miseráveis? Para Margolis

a resposta pode ser resumida em duas palavras: recursos e informação. Quando desanimados, em virtude da falta de bons empregos e oportunidades econômicas em casa, são os membros dos setores médios, que não tem restrições de renda para pagar os altos custos da emigração para o exterior, como também os contatos sociais para saber como fazê-lo. (MARGOLIS, 1994, p.153).

As classes média e média-baixa foram aquelas que, atingidas pela crise, possuíam os recursos para emigrar. Mas isso só não basta, pois é preciso saber como utilizar esses recursos, é preciso ter informações e vínculos com o país de destino, além de disposição para enfrentar as adversidades de morar em um país desconhecido. Os que emigraram foram aqueles que tiveram

recursos, acesso às informações necessárias sobre a emigração, bem como dispunham de contatos e apoio de amigos e/ou parentes que facilitaram a sua entrada e adaptação no país estrangeiro, e ainda, tiveram coragem e disposição para correrem novos riscos, pois como esclarece Martes, num país estrangeiro “quase tudo está para ser aprendido novamente.” (MARTES, 1999, p.188).

Até mesmo aqueles que emigram sozinhos participam de um processo social maior. São as redes sociais que oferecem apoio e informações sobre a viagem, os trabalhos disponíveis na sociedade de destino e o acesso à moradia, e desse modo possibilitam reduzir os custos da emigração. Nessa perspectiva, de acordo com Martes (1999), ao homem econômico se contrapõe o homem solidário e, ao indivíduo, as redes sociais a que ele pertence.

O papel e influência das redes sociais foram estudados por Assis (2002) em Governador Valadares, quando então constatou que a emigração, embora tenha um peso preponderante no aspecto econômico, é também um projeto familiar e afetivo. A autora buscou perceber a subjetividade do processo migratório vinculando-o a uma cultura migratória que ultrapassa os indivíduos e atinge a cidade. Essa cultura migratória, segundo ela, foi construída a partir do contato com os americanos que estiveram na cidade durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa época, os primeiros valadarenses que se aventuraram a ir para os Estados Unidos e lá trabalharam por um período, adquiriram bens no Brasil, e ao retornarem à cidade trouxeram relatos de como era a vida na América, colaborando para construir um imaginário sobre os Estados Unidos como país das oportunidades. Esse imaginário passou a fazer parte da cultura migratória e explica porque os valadarenses (muito mais do que pessoas de outras cidades) optam em emigrar para os Estados Unidos e não para qualquer outro país do globo. Nessa perspectiva afirma Assis, citando Portes: “Pessoas emigram para onde elas encontram conexões e uma certeza de familiaridade. Fatores econômicos são importantes na decisão de migrar, mas informações acerca das oportunidades são igualmente cruciais na decisão para migrar.” (PORTES, citado por ASSIS, 2002, p.46).

Em outra passagem, Portes reafirma essa idéia quando diz que “as correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações.” (PORTES, 1999, p.3). Os emigrantes escolhem lugares que lhe sejam familiares, e neste sentido os Estados Unidos se tornaram um lugar familiar para os valadarenses que lá possuem parentes e amigos já estabelecidos. Nada pode ser mais familiar do que ter a presença de

parentes e amigos por perto, que podem oferecer as informações necessárias para a inserção do imigrante no país receptor. Os familiares e amigos diminuem os custos dos recém-chegados nos primeiros dias ou meses, na medida em que lhes oferecem abrigo, ajudam a encontrar emprego, dão informações que possam orientá-los a andar pela cidade e utilizar os seus serviços, bem como oferecem apoio psicológico quando necessário. Nesse sentido, os laços entre as pessoas dos dois países formam redes sociais de amizade e parentesco que, ao criarem facilidades e reduzirem os custos da imigração, acabam por estimular, sustentar e ampliar os fluxos migratórios conforme foi analisado por Assis (2002) no estudo sobre a emigração de valadarenses para os Estados Unidos, uma vez que existe, segundo a autora, uma forte relação entre aqueles que partiram e os que ficaram, estabelecida através de contatos por cartas, telefone, fitas de vídeo, retornos ao Brasil, ida de parentes aos Estados Unidos etc. As idas e vindas dessas pessoas entre os dois países acabam por colocar em contato os valores, normas e culturas dos dois lugares. Assim, compreende-se que as redes sociais de amizade e parentesco estão presentes nas migrações de valadarenses para os Estados Unidos, pois quando os imigrantes chegam nesse país, já existem pessoas esperando por eles, e são essas pessoas que os ajudam no primeiro momento com moradia, informações e auxílio para encontrar emprego etc. Na outra ponta da rede, em Governador Valadares, se encontram os parentes dos migrantes que também os auxiliam administrando os bens, cuidando dos filhos e dando apoio necessário para a continuidade do projeto.

Digna de nota é a observação feita por Assis (2002) de que em muitos momentos a dimensão afetiva e familiar se faz presente no projeto, a ponto de superar a dimensão econômica contida no cálculo racional da migração. Um bom exemplo disso são os elevados gastos com telefonemas internacionais realizados pelos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos para seus familiares no Brasil, que contrariam a lógica da acumulação, mas ao mesmo tempo os ajudam a matar as saudades dos parentes e obter apoio familiar para continuar perseguindo o projeto. Daí pode-se entender que as redes permitem às pessoas buscarem trabalho em outros países e ainda assim, continuarem mantendo relações com a sociedade de origem.

Na emigração de nipo-brasileiros em direção ao Japão observa-se, segundo trabalho de Tommasino (2002), que as migrações, embora tenham mesmo um caráter econômico de busca de ascensão social, não excluem motivações de outra natureza. A pesquisadora estudou os fluxos migratórios de nipo-brasileiros a partir da cidade de Londrina, e constatou que enquanto 27,8%

dos entrevistados disseram emigrar por motivos econômicos, 38,9% buscavam realização pessoal, 40,7% desejavam conhecer novos lugares e culturas, enquanto 26% queriam fazer novas amizades. Ainda sem indicar um percentual, a autora comenta que “alguns entrevistados especificaram que tinham interesse em conhecer a terra natal de seus pais e avós.” (TOMMASINO, 2002, p.84). Mas deve-se se atentar para o fato de que uma mesma pessoa pode ter motivações variadas para decidir emigrar, tanto de cunho econômico, quanto para adquirir capital humano, aprender uma nova língua, conhecer uma nova cultura etc.

Ocada (2003) também constata motivações de caráter étnico e cultural para o desejo de emigrar em direção ao Japão. Em sua análise, compreende que o deslocamento para a sociedade de destino representa para o japonês e descendentes não somente uma busca de ascensão social através da venda da força-de-trabalho, mas também “um retorno às origens, uma tentativa de retornar ao tempo inicial da migração.” (OCADA, 2003, p.39). Nessa mesma linha de raciocínio, as motivações racionais e subjetivas das emigrações são também consideradas por Rossini, quando diz que o retorno dos nipo-brasileiros para exercerem trabalhos não qualificados no Japão é ancorado na motivação gerada não somente pelo desejo de enriquecimento, mas também pela vontade de procura das raízes. (ROSSINI, 1992, p.200).

Já com relação às redes sociais de parentesco e amizade presentes na emigração de japoneses e descendentes para o Japão, sabe-se que elas foram se desenvolvendo com o passar do tempo e funcionam através daqueles nipo-brasileiros já estabelecidos no país de destino, que indicam trabalhos para os recém-chegados. Devido à confiança que os primeiros conquistaram nas empresas em que trabalham, estas deixam de contratar os serviços das agências de recrutamento para aceitar as indicações feitas pelos seus funcionários. Nesses casos, a insegurança de ir morar e trabalhar num país desconhecido é amenizada pela ajuda de parentes e amigos (KAWAMURA, 1999, p.90-91), uma vez que as redes sociais favorecem a ligação e unidade entre as famílias, através do espírito de solidariedade e ajuda mútua, possibilitando uma maior integração entre esses brasileiros no exterior, que formam grupos de vizinhança e amizade. Num país com língua e cultura tão diferentes da brasileira, a integração entre os nipo-brasileiros por meio das redes de parentesco e amizade, permite que eles possam se sentir seguros para se comportarem conforme os códigos culturais da sociedade de origem. (KAWAMURA, 1999, p.215). Nesse sentido, além das razões objetivas, como o projeto de ascensão social, percebe-se que as redes sociais são elementos que permitem aos nipo-brasileiros encontrarem na emigração

para o Japão uma certa familiaridade e segurança. Através dos parentes e amigos que já se estabeleceram no país de destino, os nipo-brasileiros podem obter informações sobre as oportunidades de emprego e os modos de vida japoneses, bem como sobre os caminhos a percorrer para conseguirem a documentação e realizar a viagem.

À familiaridade presente nas redes sociais, soma-se a curiosidade acerca dos vínculos históricos e culturais com o país de origem dos ancestrais, no caso o Japão, que se constituem como fatores subjetivos que motivam a decisão de emigrar. De forma análoga, a emigração de descendentes de imigrantes italianos para a Itália também envolve aspectos subjetivos com relação aos vínculos históricos e culturais. Ainda que os descendentes tenham um projeto racional de conquistar melhores oportunidades na terra de seus ancestrais, normalmente se vêem envolvidos por sentimentos de pertencimento à cultura italiana. É nessa perspectiva que a próxima seção tentará apontar os elementos racionais e subjetivos que envolvem o pedido de reconhecimento da cidadania italiana pelos descendentes, relacionando-o ao fenômeno de inversão dos fluxos migratórios brasileiros em direção ao exterior, a partir do final da década de 1980. Para tanto, a emigração de ítalo-brasileiros para os Estados Unidos será também mencionada, por representar entre os descendentes uma emigração de caráter eminentemente racional, em contraste com a emigração de descendentes para a Itália, também marcada pela tradição familiar, e outras motivações de ordem afetiva e cultural.

2.2.7 O Reconhecimento da Dupla Cidadania e Possível Retorno dos Ítalo-brasileiros para a Itália.

O crescente aumento do interesse pela dupla cidadania é muito associado à crise econômica brasileira de meados da década de 1980, período em que os jornais e revistas começaram a divulgar a inversão dos fluxos migratórios brasileiros. De acordo com Assis, ainda que de intensidade pequena, comparado aos fluxos de imigrantes que chegaram no Brasil nos séculos XIX e XX, esse fenômeno começava a mostrar, na década de 1980, que o Brasil tornava-se um país de emigração, e que parte dessa população era constituída por descendentes de imigrantes.

Em meados da década de 80, fomos surpreendidos por notícias de vários turistas brasileiros “barrados” pelos Serviços de Imigração, em aeroportos internacionais dos EUA e de Portugal, pela suspeita de que poderiam vir a engrossar os contingentes de imigrantes ilegais nestes países. Outro dado relevante é o movimento de retorno de descendentes dos imigrantes que vieram para o Brasil, nos séculos XIX e início do XX, para os países de origem. (ASSIS, 2002, p.10).

Segundo Margolis, no início da década de 1990 a imprensa brasileira divulgou a emigração de descendentes de japoneses, espanhóis e italianos, numa quantidade jamais vista, o que acabou por aumentar a demanda por serviços consulares.

Em janeiro e fevereiro de 1990, 700 brasileiros de ascendência espanhola solicitaram documentos de cidadania no consulado espanhol em São Paulo _ enquanto só houve 90 solicitações ao longo de 1989. O consulado italiano daquela cidade também foi sitiado e emitiu uma média de 550 passaportes por mês a brasileiros cujos ancestrais vieram da Itália. (MARGOLIS, 1994, p. 26).

Também no final de década de 1990 uma reportagem da revista *Veja* noticiou que “uma febre” estava “atacando” os descendentes de italianos. Atraídos pela nova Itália, moderna e rica, evidentemente a do norte e não a do sul, esses descendentes estariam correndo atrás dos documentos que pudessem comprovar seu direito à dupla cidadania. Assim, mais do que o amor pela terra dos antepassados, os descendentes estariam interessados em entrar na Itália “européia”, na época a quinta economia mundial e parceira de peso dos negócios com o Brasil. Todas essas características positivas somadas à possibilidade real de se entrar no país com os mesmos direitos de um italiano nato, a ainda circular livremente por outros países da União Européia.

[...] com a quinta economia mundial, a Itália está na moda. Seus carros têm charme, seus costureiros, de Versace a Giorgio Armani, passando por Dolce & Gabanna, estão batendo os franceses, seu futebol é o mais rico. [...] Essa Itália nova tem pouco a ver com a cultura italiana trazida pelos imigrantes paupérrimos que entraram no Brasil para substituir a mão-de-obra escrava, a partir do final do século passado. (ENTRE..., 1997, p.25).

A corrida em busca da dupla cidadania é muito atribuída à posição que a Itália passou a ocupar no cenário internacional. A partir de então, não se tratava mais da Itália pobre que expulsou seus camponeses para várias partes do mundo, mas uma nova Itália, integrada ao bloco dos países mais ricos do planeta. Como disse uma entrevistada, quando mudou a imagem em torno da Itália no mundo, é que “deu esse estalo nos brasileiros de falar ‘vamos todos fazer

cidadania e vamos todos virar italianos.” (Bárbara, professora universitária, filha de italianos, 46 anos, bairro Santo Antônio. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 25/01/2007). Assim, de uma cultura mais voltada para os Estados Unidos, os brasileiros começaram a olhar novamente para a Europa como um campo de possibilidades. Com a formação da União Européia e diante da relativa facilidade de se conseguir a cidadania de um país europeu, no caso a Itália, muitos descendentes começaram a correr em busca do reconhecimento desse direito, fenômeno este bastante acentuado após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Entretanto, há que se observar que entre os ítalo-brasileiros existem aqueles que conseguem o reconhecimento da dupla cidadania no Brasil ou diretamente na Itália, e depois a utilizam para emigrarem para os Estados Unidos, sem necessidade de visto. Sobre esse assunto, Margolis fez o seguinte comentário:

Uma vez me contaram que aqueles capazes de arcar com as despesas iam para a Europa e solicitavam vistos de turista nos consulados americanos de lá, porque as exigências para emissão de tais vistos eram um pouco mais brandas que no Brasil. Esta prática supostamente acabou quando as normas consulares americanas foram estreitadas. Além disso, uns poucos brasileiros de ascendência portuguesa e italiana requeriam a cidadania dos países de seus ascendentes, através dos consulados português e italiano no Brasil. Assim, uma vez que os europeus _ ao contrário dos brasileiros _ não têm a reputação de *overstayers* de visto e de ilegais em potencial, entre os escritórios consulares americanos no Brasil, estes europeus nascidos-de-novo se dirigiam ao consulado americano mais próximo, com seus passaportes novinhos em folha, onde lhes eram assegurados os vistos de turista para viajarem aos Estados Unidos. (MARGOLIS, 1994, p.102).

Neste caso da emigração de ítalo-brasileiros para os Estados Unidos, está presente a dimensão racional da emigração como projeto, em que os indivíduos utilizam os meios necessários (a cidadania italiana) para atingir os fins objetivados: acumular dinheiro e investir no Brasil, comprar carro, casa própria, ou quaisquer outros bens materiais. Sob essa perspectiva, ao calcularem os custos e benefícios, os ítalo-descendentes retornados dos Estados Unidos e entrevistados na pesquisa de campo, conseguiram demonstrar em termos concretos, o sucesso material obtido através da emigração. Relataram que os sacrifícios enfrentados no dia a dia difícil dos Estados Unidos, submetidos ao setor de serviços domésticos, com salários baixos comparados ao alto custo de vida americano, e realizando as tarefas rejeitadas pelos autóctones, ainda assim, valeram a pena. Outros descendentes também obtêm a dupla cidadania imbuídos pelo cálculo utilitarista de emigrarem para a Itália, a fim de realizarem um projeto racional de ascensão social. Pelas dificuldades impostas aos imigrantes pelos Estados Unidos após o atentado

de 11 de setembro de 2001 a Europa parece acenar como nova possibilidade, sobretudo para aqueles a quem é dada a opção de emigrar legalmente, como é o caso dos ítalo-brasileiros, que podem escolher morar e trabalhar na Itália, ou em qualquer outro país da União Européia, com direitos jurídicos de um cidadão europeu.

Contudo, pôde-se constatar, por meio dos dados coletados em campo, que devido às possibilidades que a dupla cidadania oferece, não parece ser a Itália o país mais atraente para quem deseja cumprir um projeto de ascensão social em um espaço de tempo relativamente curto. Ao contrário do Japão, que modificou sua legislação para promover uma imigração seletiva com base na consangüinidade, e chegou a ter suas empresas recrutando descendentes no Brasil para seu mercado de trabalho, a Itália já possuía uma legislação que concedia direitos de cidadania aos descendentes, mas nada fez no sentido de atraí-los para ocupar os postos de trabalho. Por não adotar inicialmente uma política restritiva aos imigrantes extracomunitários, nem um critério de imigração seletiva, visando estimular o retorno dos ítalo-descendentes, que constituem grande capital humano na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil, a Itália teve que lidar com a chegada em massa de imigrantes famintos e desesperados, em situações econômicas complicadas, e que lá desembarcavam fugindo da miséria. A partir da década de 1990, em decorrência da competição pelos postos de trabalho devido à acentuada presença desses imigrantes extracomunitários, os ítalo-descendentes passaram a não encontrar mais empregos na Itália, ou se sujeitarem aos salários pouco atraentes. Sob essa perspectiva duas ítalo-brasileiras de classe média e média-baixa entrevistadas na pesquisa de campo, relataram terem executado na Itália, na década de 1990, atividades em serviços domésticos que jamais realizaram em Belo Horizonte ou Contagem. Mas muito embora uma delas tenha revelado um cálculo racional em seu projeto de ascensão social, declarou que só emigrou para a Itália porque fôra antes deportada dos Estados Unidos, visto que os salários neste último país são bem mais altos e atraentes. Já a outra entrevistada declarou que só realizou esses trabalhos porque através deles pôde conseguir os rendimentos necessários para se manter na Itália, e desse modo conhecer a cultura do país. Assim, enquanto no primeiro caso o trabalho doméstico permitiu à descendente, que morou em seu local de trabalho, economizar com aluguel e transporte, e juntar economias para investir no Brasil, o que demonstra o caráter racional da emigração, o segundo caso, de forma oposta, demonstra a presença da subjetividade na decisão de emigrar, já que a descendente utilizou seus salários para investir em cultura, viajando pela Itália e conhecendo sua história.

É, pois, no âmbito da subjetividade acerca do reconhecimento da dupla cidadania, que os próximos capítulos enfatizarão a questão da construção das identidades. Para tanto, o segundo capítulo inicialmente abordará o tema da cidadania vinculado à construção das identidades nacionais, para em seguida focar os fluxos migratórios, por meio dos quais a nação italiana construiu sua identidade.

3 CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: DO ESTADO-NAÇÃO À UNIÃO EUROPEIA.

O *status* de cidadania atrela-se a um duplo sentido, a saber, de um lado, à posse de direitos e obrigações dos indivíduos que se inserem numa comunidade política, e do outro, ao vínculo de pertencimento e lealdade desses indivíduos a essa “comunidade imaginada”²⁴: o moderno Estado-nação.

Organizado dentro de fronteiras territoriais bem definidas, o Estado nacional não só legitimou sua soberania política, separando o ambiente doméstico do ambiente internacional, como também definiu, dentro dessa territorialidade, os membros da comunidade a quem eram conferidos os direitos de cidadania. Surgindo dessa associação dos indivíduos a um lugar, a um território, a cidadania teve em seu princípio a exclusão dos não-nacionais, os estrangeiros.

Em tempos mais recentes, contudo, a presença de imigrantes dentro dos Estados tem suscitado questionamentos acerca dessa lógica de atribuição dos direitos de cidadania apenas aos nacionais dessa comunidade.

O presente capítulo, assim, discute inicialmente o acoplamento entre Estado e Nação, e por meio dele, a construção dos conceitos de identidade e cidadania vinculados às fronteiras nacionais. Em um segundo momento, enfoca a inserção das migrações internacionais no processo de globalização, e sua influência na desterritorialização das fronteiras e na fragmentação das identidades nacionais, fazendo emergir a necessidade de uma cidadania transnacional. Além disso, examina como o processo de integração regional da União Européia, ao suprimir as fronteiras dentro do bloco com provisão de direitos aos nacionais dos Estados membros, também desafia a cidadania atrelada à territorialidade desses Estados, e ao mesmo tempo busca construir barreiras para os cidadãos provenientes de terceiros países.

Por fim, mas não nessa ordem, analisa como o processo de construção da identidade nacional italiana apresenta diferenças em relação aos outros Estados nacionais, uma vez que a unificação italiana aconteceu tardiamente, no século XIX, período em que o país viveu a emigração em massa de sua população para outros países, e desse modo, a esses italianos residentes no exterior foi atribuída a missão de construção do pertencimento à pátria mãe distante.

²⁴ Em referência a Anderson (1989).

Assim, demonstra-se que para atender os italianos emigrados, a elaboração da cidadania italiana pelo critério *jus sanguinis* apresentou um caráter desterritorializado desde seu início, o que tem permitido que em tempos recentes os descendentes desses imigrantes, com cidadania italiana transmitida pela consaguinidade, possam adotar uma dupla cidadania, e desse modo “driblar” o cerco construído pela União Européia aos imigrantes extracomunitários, através de políticas cada vez mais restritivas.

3.1 Estado, Nação e Identidade Nacional: a cidadania como posse de direitos e pertencimento.

O início da Idade Moderna presenciou a formação dos primeiros Estados politicamente organizados sobre um território delimitado. Dotados de um aparelho administrativo para o recolhimento de impostos, e possuindo controle sobre a polícia e o exército, os Estados modernos não só garantiram o monopólio legítimo do uso da violência, como através dele conseguiram defender sua unidade territorial frente às ameaças estrangeiras. Sobre essas fronteiras territoriais delimitadas o Estado tornou-se soberano no cumprimento da lei e na manutenção da ordem.

De acordo com Habermas (1995, p.88) as nações, em sua acepção moderna, surgiram depois do nascimento dos Estados. É a partir da Revolução Francesa que a “nação” passa a constituir-se como uma identidade política, e a definição antiga de seu conceito como integração étnico-cultural de comunidades, ou a concepção medieval, de sentimento dedicado quase que exclusivamente à ideologia religiosa,²⁵ cede lugar à idéia de que nação é o Estado soberano politicamente, cujo território é habitado por pessoas portadoras de direitos iguais perante a lei, e que possuem um sentimento de pertencimento e lealdade à sua filiação nacional.

Acoplada ao Estado moderno, a nação antes entendida num sentido pré-político passa a abarcar o conjunto de indivíduos, que fixados no território se mantêm unidos ao Estado pelo

²⁵ Durante a Antiguidade romana até a Idade Média, prevaleceu o conceito de nação como lugar de origem, de nascimento. Nações eram comunidades integradas pelo território, vizinhança e cultura, que partilhavam dos mesmos costumes, língua, tradições. A partir da Idade Média o Cristianismo exerceu forte influência sobre o sentimento de pertencimento. Pelo fato de compartilharem a mesma religião os indivíduos se definiam antes como cristãos do que como europeus, e só na modernidade adotaram uma identidade nacional, a partir da criação do Estado-nação.

vínculo jurídico de nacionalidade, cujas leis definem os critérios de atribuição da cidadania. Da definição de nacionalidade como vínculo jurídico que liga os povos ao Estado, surgiu a noção de cidadania como igualdade de direitos e obrigações dentro dos limites territoriais desse Estado. O dualismo interior e exterior, ambiente doméstico e ambiente internacional deram a tônica à criação de uma “comunidade imaginada” dentro dos limites geográficos do Estado moderno, como fonte de soberania e legitimidade política. Assim, a cidadania atrelada às fronteiras nacionais passou a ser instrumento de inclusão e exclusão, abertura e fechamento, determinando quem podia pertencer, entrar ou sair do Estado nacional. Definir quem era nacional ou estrangeiro tornou-se um mecanismo de demarcação das fronteiras não só territoriais, mas também ideológicas. (MONTEIRO, Joyce, 2006; VIEIRA, 1999).

O estatuto da cidadania derivado das leis de nacionalidade se guiou por dois princípios: o *jus soli* e o *jus sanguinis*. O *jus soli* surgiu durante o Feudalismo, na Idade Média, época em que a terra era considerada o melhor símbolo de riqueza e poder, e cujos indivíduos ficavam a ela atrelados, sob domínio de um senhor. (SAVOLDI, 1998, p.15). Esse critério ainda garante a cidadania a todo indivíduo que nasce dentro dos limites geográficos do Estado-nação.

Após a Revolução Francesa, no ímpeto de romper com o Antigo Regime e criar uma nova ordem, o Estado francês adotou o critério *jus sanguinis* em suas leis de nacionalidade, cujo princípio garante a atribuição da cidadania pela descendência, independente do local de nascimento do indivíduo. A França foi o primeiro Estado a instituir o princípio *jus sanguinis*, por meio do código civil de 1804, mas já em meados do século XIX a maior parte dos países europeus se inspirou no direito francês, e adotou o mesmo princípio na atribuição da nacionalidade. Fato é que esses países, durante o final do século XIX e início do século XX, presenciaram ondas de emigração em massa, de modo que o *jus sanguinis* possibilitava a inclusão dos cidadãos que se encontravam fora do território da nação.²⁶ (MONTEIRO, Joyce, 2006, p. 204-205).

Além do status legal, como posse de direitos iguais, a Revolução Francesa revestiu a cidadania do caráter de pertencimento a uma comunidade, baseado em princípios puramente nacionalistas. Os cidadãos deveriam ser patriotas, prestar serviços à pátria e, se preciso fosse, até

²⁶ Ao contrário, países imigrantistas como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Brasil, adotam o *jus soli*, permitindo que filhos de imigrantes obtenham o direito de cidadania.

mesmo morrer por ela. Assim, de um exército de mercenários, o Estado moderno passou a contar com o sangue dos ‘filhos da nação’. (HABERMAS, 1995, p.93).

Ao construir formas de pertencimento por meio do nacionalismo, o Estado-nação moderno promoveu a integração dos indivíduos. Para Habermas, somente com o caráter legal da cidadania e sem a identidade cultural, ou seja, sem esse sentimento de pertencimento à comunidade política, o Estado-nação não teria força para garantir a integração social. Só algo que pudesse tocar os “corações e mentes das pessoas”, somente o sentimento de se identificar com a nação através da sua história e cultura compartilhadas, faria com que pessoas distantes e diferentes “se sentissem politicamente responsáveis,” (HABERMAS, 1995, p.93). Assim, a cidadania obteve um caráter duplo, pois além do status legal, como posse de direitos, passou a ser definida também em termos culturais, como pertencimento a uma comunidade política. O nacionalismo converteu-se na solidariedade oficial que agregava os cidadãos do Estado-nação, e as leis de nacionalidade, a base de sustentação da cidadania vinculada a esse Estado.

Para criar laços de identidade entre os cidadãos, o Estado teve que ganhar o significado de uma comunidade que partilha os mesmos modos de vida, a mesma história, origem e cultura. Por isso, a concepção moderna de nação acoplada a esse Estado, foi criada como uma ideologia, uma idéia ilusória e subjetiva do que é ser nacional, que embora não refletisse as características e singularidades dos cidadãos, visava agregá-los em uma situação de poder, construindo representações simbólicas da nacionalidade que gerassem neles um novo sentimento de fidelidade e pertencimento compartilhado. Essa representação simbólica da nacionalidade tendeu a pegar elementos comuns a certos grupos e falseá-los, generalizando-os como se fossem partilhados por todos os entes nacionais, chegando a suprimir os costumes e valores de grupos minoritários.

Escritores, historiadores e vários intelectuais participaram desse projeto de forjar uma tradição²⁷ que unificasse culturalmente o moderno Estado-nação, por meio da criação de mitos, histórias, romances etc. A partir daí, pessoas estranhas e espalhadas pelo território foram estimuladas a despertarem um sentimento de pertencimento à comunidade nacional, acreditando possuírem em comum a mesma história, língua, cultura etc. Nasceu então uma identidade cultural e política: a identidade nacional, que embora tenha sido o resultado da manipulação de intelectuais, apresentou-se como algo natural. Essa “comunidade imaginada”, a nação, revestiu-se

²⁷ Sobre as tradições inventadas pelo Estados nacionais, ver Hobsbawm (1997).

de legitimidade como se a cultura compartilhada tivesse sido herdada naturalmente, e assim, ao ser naturalizada, tornou-se um eficiente instrumento de coesão social dentro das fronteiras do Estado. Nessa integração dos indivíduos ao tecido social, por meio da identidade nacional compartilhada, tendeu-se a homogeneizar as diversas identidades, de indivíduos ou grupos de indivíduos, numa identidade única. Dito de outra maneira, mais do que uma homogeneidade cultural, o Estado-nação moderno promoveu a imposição e dominação de uma cultura nacional sobre outras culturas e formas de pertencimento.

3.1.1 - Construção da Identidade Nacional Italiana Através da Emigração.

O Estado Nacional italiano formou-se tardiamente em relação à maioria dos países europeus. Desde o desaparecimento do Império Romano a península itálica fragmentou-se em várias regiões estranhas umas às outras, constituindo cada uma sua própria identidade local. De acordo com Bechelloni (2006), essas “muitas Itálias”, regionais e locais, caracterizadas por diferentes etnias, geografias e histórias, adotavam tradições definidas por distintos sentimentos de pertencimento, enraizados nas comunidades, nas línguas, nos dialetos, na família, na religião e nas festas. Os peninsulares se identificavam apenas com as aldeias onde nasciam e moravam, lugares estes que para eles se consubstanciavam em verdadeiros países, ou *paeses*, e no qual falavam um dialeto próprio. Esses lugarejos situavam-se dentro de regiões específicas, e assim, antes da unificação, podia se falar das diferentes Itálias, siciliana, calabreza, sarda, abruza, toscana, veneziana, romanhola, lombarda, entre outras. (BECELLONI, 2006, p.86).

Despossuída de um sentimento de unidade nacional, a península itálica tornou-se vulnerável aos conflitos internos e externos. Na medida em que as regiões apresentavam divergências, não só guerreavam entre si, como também se tornavam frágeis para impedir as invasões estrangeiras. Alguns pensadores e artistas como Dante, Petrarca e Maquiavel se preocuparam com o estabelecimento de um governo capaz de por fim a tamanha desordem política. Entretanto, todos faleceram antes que pudessem conhecer a tão sonhada unificação italiana, que só ocorreu no final do século XIX, como resultado dos movimentos revolucionários, bastante influenciados pelos ideais da Revolução Francesa. Foi através do nacionalismo, esse

desejo de liberdade e unificação, que os revolucionários deram ênfase à necessidade de constituição do Estado nacional italiano. Até 1870, os territórios foram todos anexados, restando ao novo Estado criar uma identidade nacional capaz de cimentar as identidades locais e regionais, fundadas em diferenças lingüísticas, históricas e culturais.

Por outro lado, como país recém-formado no final do século XIX, a Itália precisou atentar-se para as questões internacionais e perceber que chegara um pouco tarde demais para participar, em iguais condições, da competição por novos mercados consumidores fora da Europa. O colonialismo já era praticado há bastante tempo pelas nações mais antigas, e no final do referido século, a divisão do mundo já estava bem adiantada.

No plano interno, as desigualdades sociais existentes entre as regiões Norte e Sul da península demandavam decisões emergenciais. O Sul tinha sua economia fundada na agricultura, enquanto o Norte apresentava um vertiginoso desenvolvimento industrial que gerou, por sua vez, a proletarização dos camponeses, mas não foi capaz de absorvê-los em grande escala. Expulsa das terras, sem trabalho, e atingida pela miséria, a massa camponesa encontrou na emigração uma possibilidade de sobrevivência fora de seu país. Neste sentido, de acordo com um romancista da época era possível constatar “(...) as veleidades e as frustrações da Itália umbertiana, grande exportadora de homens e mentes, mas que chegou em último lugar na cena política internacional e foi excluída do ‘grande’ circuito das conquistas coloniais.” (SALGARI²⁸, citado por FRANZINA, 2006, p.432).

Com tantos problemas internos e externos, somados à falta de uma identidade nacional coesa, alguns intelectuais italianos fabricaram ideologias para dar à emigração o caráter de colonização pacífica, e ao mesmo tempo, incentivar o nacionalismo italiano no exterior. De acordo com Franzina (2006), a ambigüidade da emigração italiana está nesse seu vínculo com a colonização, que se pretendia pacífica, ao contrário daquela realizada por outros países.

Na região do Vêneto, alianças foram realizadas entre os intelectuais, a burguesia, o clero católico e o Estado, que de alguma forma buscavam atender seus interesses através da expulsão dos camponeses. Ao clero interessava a expansão do catolicismo, e ao Estado, que os emigrantes mantivessem um sentimento de amor à sua pátria e promovessem a influência da cultura italiana no exterior, ao mesmo tempo em que se resolvia o problema do excedente populacional. Já a

²⁸ “Emílio Salgari (Verona, 1862 - Turim, 1911) desenvolveu sua atividade no Vêneto entre 1883 e 1893, ano que se transferiu para Turim, no Piemonte. Colaborou como autor de romances e contos, sobretudo nos dois maiores jornais da sua cidade natal (*La Nuova Arena e L’Arena*).” (FRANZINA, 2006, p. 456).

burguesia interessava-se pelo incremento da navegação, da indústria e do comércio de seus produtos com as colônias italianas da região do Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai, e os três Estados do Sul do Brasil). Segundo a ideologia dominante, através da emigração a Itália estaria partindo pela conquista da América Latina, pois a predominância de italianos nesse território só poderia levar boas influências para a “pátria-mãe.” (FRANZINA, 2006, p.416-444). Essa colonização pacífica, tal como foi intitulada a emigração italiana, seria realizada através do fomento à construção de escolas, ensino e divulgação da cultura italiana pelo mundo, que em decorrência, conduziria ao interesse desses países em fazer negócios com a Itália.

(...) tudo o que os italianos semeiam no exterior tende a fortalecer a própria nação, a aumentar a sua parte no mundo, a sustentar energeticamente a sua potência, [...] seria necessário que naqueles países [do Prata] houvesse também escolas italianas [...] para que ‘a Itália fora da Itália’ mant[ivesse] a sua influência também com a cultura. (FRANZINA, 2006, p. 424-425 citando o *Giornale di Udine*, 16 jan., 1868).

Assim, propagandas e mitos foram criados para que, através das emoções e sentimentos, se conseguisse uma mobilização em torno dos fluxos migratórios. De acordo com Franzina (2006), no lugar do peso negativo da expulsão dos camponeses pela “pátria-mãe”, colocava-se o sinal positivo da expansão dos italianos pela América.²⁹

Essa idéia positiva acerca da emigração como dispersão, expansão dos italianos pelo mundo ou colonização pacífica, esteve no cerne da construção de uma identidade nacional italiana. Contudo, inicialmente os migrantes tenderam a desenvolver, fora da Itália, uma solidariedade ligada à região ou à cidade específica que haviam habitado. Antes de aprender a enaltecer a pátria nacional, entendiam a pátria como *paese*, “a *patri natia*”, a cidadezinha ou lugar de nascimento. (GABACCIA citado por BECHELLONI, 2006, p.21, 74 e 83).

A possibilidade de a emigração modificar os símbolos e representações sociais de um grupo, na medida em que o dispersa em novos territórios, também conduz à construção de uma identidade que o faça sentir-se ligado ao grupo de origem. Assim, cria-se a “identidade da diáspora” fundada na memória, na saudade, no desejo de retorno à pátria. E se essa pátria, para os

²⁹ Já para Bechelloni (2006), a idéia da expulsão deve ser abortada, uma vez que os imigrantes italianos lembram em muito o povo grego, sobretudo os atenienses que se espalharam pelo Mar Mediterrâneo durante a antiguidade, e no seu entorno constituíram colônias e assentamentos. Segundo a autora, a diáspora italiana não se fez com vítimas, mas com empreendedores que desejavam tentar a sorte e melhorar suas próprias condições de existência em território estrangeiro. Ao contrário de Franzina que fala da “expulsão” dos camponeses, a autora prefere adotar o conceito de “expansão” italiana.

“migrantes da Itália”, inicialmente era identificada com a procedência regional ou local, aos poucos tendeu a ser associada ao âmbito nacional. Savoldi (1998), sobre o caso dos italianos no Sul do Brasil, observou que internamente ao próprio grupo os imigrantes assumiam uma identidade ligada à região de procedência na Itália, (vênetos, trentinos, lombardos etc)³⁰ enquanto externamente, em relação ao grupo composto pelos brasileiros, se qualificavam como italianos. Assim sendo, quando os imigrantes adotavam uma identidade regional, queriam estabelecer as diferenças entre si, ao passo que ao assumirem uma identidade nacional italiana, observavam o que tinham em comum, e que ao mesmo tempo os tornavam diferentes dos brasileiros. Nesse jogo de construção da identidade através dos contrastes entre semelhanças e diferenças, Savoldi (1998) constatou a ênfase dada à disposição para o trabalho como um atributo pertencente a todos os imigrantes italianos, e que os distinguia do restante da população brasileira. Nessa perspectiva, a nação italiana parece ter se formado antes fora da Itália do que dentro dela, na medida em que os imigrantes italianos souberam articular suas diferentes identidades numa identidade comum, face às diferenças relacionadas aos grupos autóctones das sociedades hospedeiras. Mas uma identidade desterritorializada, construída fora dos limites fronteiriços do Estado-nação italiano, e que tendeu com o tempo a hibridar-se com as culturas das sociedades de destino. Daí tornar-se comum a expressão “*tuto el mondo é paese*”, ou seja, “*todo mundo é o país*”, para denotar a identidade dos migrantes italianos espalhados pelo mundo. (BECELLONI, 2006, p.75). Essa expressão evidencia o caráter cosmopolita do imigrante italiano, para o qual a pátria supera a territorialidade do lugar de origem. A nação passa a ser entendida como uma comunidade transnacional que compartilha a cultura e os valores referentes à pátria italiana, e que se reconhece em função desse sentimento de pertencimento. Essa identidade é, assim, uma articulação entre o mundo e o lugar de origem, entre o global, o nacional, o regional e o local.

³⁰ Alvim também faz a mesma constatação: “As referências a tais imigrantes tratam o grupo de maneira geral, sem levar em conta suas peculiaridades. Vênetos, calabreses, lombardos ou siscilianos se identificavam muito mais pelas diferenças regionais do que eram portadores do que como italianos, mas as generalizações históricas apagam essas peculiaridades.” (ALVIM, 2000, p. 396)

3.2 Globalização e Fragmentação da Identidade Nacional

Vários fenômenos contemporâneos, tais como as viagens de avião, as comunicações por satélite ou via *Internet*, têm contribuído para romper com a territorialidade do Estado-nação, e por isso, mais do que as tecnologias em si mesmas tornam-se importantes as transformações que elas provocam nos modos de vida cotidianos e nas sociabilidades humanas. (GIDDENS citado por BECHELLONI, 2006, p.29).

Além das tecnologias, o fenômeno migratório também se tornou um eficiente meio de desterritorialização das fronteiras nacionais, de modo que nessa nova configuração da geografia global, faz-se importante pensar a globalização para além do seu aspecto econômico, a fim de entendê-la não somente como fluxo de bens materiais, mas também como movimento de seres humanos, trocas culturais e conflitos identitários que os migrantes provocam.

Atualmente, face à pobreza, à fome, à busca de melhores oportunidades, como fugitivos de guerra ou refugiados políticos, migrantes de várias nacionalidades procuram as grandes potências ocidentais como países de destino, e para elas carregam todo referencial cultural de seus países de origem. Na medida em que esses migrantes e suas culturas ultrapassam as fronteiras territoriais dos Estados nacionais, não só promovem o encontro das diferenças culturais e identitárias, como também suscitam conflitos e discriminações. Paradoxalmente, o encontro das diferenças coloca em xeque a idéia do Estado-nação como comunidade formada por uma pretensa homogeneidade cultural, obrigando-o a tornar-se cada vez mais pluriétnico, ao mesmo tempo em que possibilita, de um lado, o fortalecimento da identidade nacional do grupo majoritário em oposição ao estrangeiro, e do outro, a luta por inclusão e reconhecimento por parte dos grupos minoritários, que buscam a reafirmação de sua identidade étnica. (HALL, 2006). Em outras palavras, se as culturas já não obedecem as fronteiras territoriais do Estado-nação, uma vez que ao se deslocarem os imigrantes carregam consigo todo o referencial cultural de seus países de origem, os contatos entre culturas diferentes também fazem suscitar conflitos identitários entre os imigrantes e os nacionais, bem como ainda colocam em evidência as reivindicações pelo reconhecimento da identidade cultural dos imigrantes, e de sua maior inclusão nas leis de cidadania.

Se na modernidade a identidade foi construída junto ao projeto de uma comunidade política nacional, no qual o Estado-nação limitava o pertencimento aos cidadãos, excluindo os estrangeiros e as identidades de grupos minoritários, os atuais migrantes internacionais tem cada vez mais questionado os limites do pertencimento que incluem apenas os nacionais. Assim, se para os modernos Estados nacionais com fronteiras territoriais bem delimitadas, e possuidores de uma identidade nacional coesa, os imigrantes se consubstanciavam em algo indesejável, em invasores, intrusos que não deveriam receber qualquer prerrogativa que lhes conferissem direitos legais de cidadania, a intensificação dos fluxos migratórios internacionais recentes tem ensejado debates acerca da democracia dos países ocidentais frente à sua maior ou menor inclusão das minorias. (MONTEIRO, Joyce, 2006; VIEIRA, 1999).

O processo de globalização tem promovido a emergência da diversidade cultural, e levantado indagações quanto à forma de integração desses imigrantes e outras minorias étnicas nas comunidades que os acolhem, pois muitos desses grupos sentem-se excluídos dessas sociedades não só no que diz respeito ao acesso a bens e serviços, mas também por possuírem uma identidade cultural diferente. Em face à violação dos direitos culturais nas últimas décadas, por medidas de assimilação dos imigrantes à cultura majoritária, com intolerância e discriminação das diferenças presentes em seus modos de vida, é que tem se discutido a possibilidade de se criar direitos legais em defesa dessas identidades culturais.

Com o fim das fronteiras culturais e identitárias, uma vez que os imigrantes ultrapassam os limites territoriais do Estado-nação e provocam novas relações sociais e culturais, reconstróem e reproduzem novas identidades, faz-se necessário repensar a cidadania atrelada ao território nacional, questionando se ela também pode ser desterritorializada, e tornar-se, em certa medida, supranacional, pois os grupos minoritários reclamam o direito de serem diferentes, possuírem modos de vida diferentes, bem como de terem essas diferenças reconhecidas publicamente nos direitos de cidadania, para que possam exercer uma maior participação no seio das sociedades hospedeiras. O dilema atual das democracias ocidentais parece ser o de encontrar a fórmula de incluir as diferenças numa relativa pauta de igualdade, tornando possível que os imigrantes compartilhem da justiça e dos direitos garantidos pelos princípios que regem as leis de cidadania, sem a obrigatoriedade de esquecer os vínculos com a cultura de origem para assimilar a identidade da cultura majoritária.

Entretanto, a natureza individual, igualitária, e universalizante da cidadania preconizada pelos direitos humanos, esbarra no caráter da diversidade e particularidade das identidades culturais de grupos minoritários. Para incorporar esses grupos às sociedades receptoras, as leis de cidadania precisam adotar medidas que contemplem não somente os direitos individuais, mas também o direito dos grupos de se sentirem pertencentes a seus valores, crenças, instituições diferentes, bem como de terem essas diferenças reconhecidas. Em outras palavras, para impedir que as minorias culturais continuem vivendo em sociedades ‘democráticas’ regidas pelas decisões da maioria, seria necessário criar direitos específicos para esses grupos, para que pudessem participar com igualdade nessas sociedades. A cidadania teria que encontrar uma fórmula de incorporar esses grupos diferentes com direitos diferenciados, enquanto o ideal dos direitos humanos continua sendo a igualdade entre os homens.

A questão que se coloca é se, ao criar direitos culturais específicos, não se correria o risco de suprimir os direitos e liberdades individuais. Para Fraser (2001, p.248-251) não se deve dar ênfase à política de reconhecimento, de modo a pressionar que indivíduos imigrantes se condicionem à cultura do grupo minoritário, uma vez que esses mesmos indivíduos podem ter várias identidades intercambiantes. Sabe-se que o aumento dos fluxos migratórios recentes, promovido pelo processo de globalização, acentuou as desigualdades e diferenças culturais dentro do Estado-nação, ao mesmo tempo em que produziu os conflitos de identidade. Por outro lado, tanto os cidadãos nacionais quanto os imigrantes, que antes possuíam uma identidade fixa, única, e estável, atrelada ao Estado nacional, passaram a carregar várias identificações que se conflitam, mas também se conformam ao longo de sua trajetória. Desse modo, entende-se que os indivíduos, nacionais ou estrangeiros, em suas interações sociais e cruzamentos culturais, redesenham novas identidades plurais. As identidades, nesse processo, são construídas, reconstruídas, se inter cruzam e se interpenetram, tornando-se híbridas. (HALL, 2006; MONTEIRO, Joyce, 2006; VIEIRA, 1999).

Assim, para alguns autores, como Fraser (2001), a ênfase não deve ser dada à criação de direitos diferenciados para as identidades culturais, até mesmo porque existe uma diversidade de culturas e nenhum direito específico daria conta de atendê-las.³¹ Além disso, os direitos humanos

³¹ Os direitos humanos também entendem que existem práticas culturais como a “subordinação da mulher em comunidades que praticam o casamento forçado, a venda de noivas, a anunciação feminina, ou direitos desiguais à herança” que agridem os princípios da dignidade humana e por isso não devem ser protegidos como identidades culturais. (DONDEERS, 2005, p.127).

já reconhecem o direito dos indivíduos não serem discriminados pelas suas diferenças. Isso significa que, embora os direitos humanos se fundamentem no princípio da igualdade, “ter direitos iguais não é o mesmo que ser tratado da mesma forma. De fato, a igualdade e a não-discriminação não só implicam que situações iguais devem ser tratadas de forma igual, mas que, ao mesmo tempo, situações diferentes devem ser tratadas de forma desigual.” (DONDEERS, 2005, p.129). Nessa concepção, os indivíduos não só possuem o direito de não serem discriminados, como não devem ser condicionados a adotarem uma identidade única, separada, excludente, quer seja ela a do grupo majoritário ou a do grupo minoritário. Portanto, as migrações internacionais contemporâneas vão além da troca de uma sociedade por outra, uma vez que os fluxos de imigrantes nem sempre se fixam de forma permanente nas sociedades de destino, mas se constituem como movimentos transnacionais entre os países de origem e de acolhimento, que constroem, para além da identidade nacional única, várias identidades e sentimentos de pertencimento diversos. Nessa nova reconfiguração da geografia global, as migrações permitem pensar novas formas de pertencimento para além do espaço local, uma vez que a vida social dos imigrantes encontra-se vinculada a mais de um Estado-nacional. Os imigrantes se desterritorializam e se reterritorializam, e muitas vezes vivem no espaço indeterminado da fronteira entre dois ou mais países, ao mesmo tempo em que constroem e reconstróem identidades.

3.2.1 Limites do Estado-Nação Para Construção da Cidadania Européia

A cidadania européia vem apresentando um caráter ambivalente, na medida em que a concepção de soberania supranacional tem se contraposto à soberania dos Estados territorialmente bem delimitados, levando o cidadão dessa nova organização a ter que aprender a conviver com duas relações, sendo a primeira com as instituições de seu país, e a segunda com as instituições da União Européia. Mais do que isso, a possibilidade de se exercer os direitos políticos em outro Estado membro, que não o de nascimento, tem permitido uma mudança no exercício da cidadania, ampliando a comunidade política para além dos limites dos Estados-nação. (MONTEIRO, Joyce, 2006; VIEIRA, 1999).

Dentro da União Européia os indivíduos possuem o direito de se deslocarem, trabalharem e residirem legalmente em qualquer Estado membro, e ao exercerem esse direito constroem novos modos de vida, combinando a identidade nacional com outras formas de pertencimento, como a de residência em outro país. Desse modo, a cidadania assume um caráter processual, na medida em que a nacionalidade não pode ser considerada a única e exclusiva fonte de pertencimento. Nem mesmo a figura do estrangeiro pode mais ser representada pela oposição ao nacional, uma vez que as diferentes nacionalidades dos Estados-membros foram integradas pela União Européia, bastando ser nacional de um desses Estados para ser considerado um cidadão europeu. Diante disso, volta-se o olhar para fora dessa comunidade, e passa-se a conceber o imigrante extracomunitário como elemento estranho ao grupo: o estrangeiro. O movimento dos comunitários dentro do espaço da União perde importância diante da preocupação com aqueles que estão fora dela, mas que no seu território desejam entrar, e sobre o quais recai a nova lógica de exclusão. (MONTEIRO, Joyce, 2006; PÓVOA NETO, 2005).

O contato entre as culturas diferentes dos Estados membros, somado aos elementos culturais introduzidos pelos imigrantes, lança à União Européia o desafio de amalgamar as diferenças existentes entre esses grupos, pois apesar de rejeitados, os imigrantes estão cada vez mais presentes no interior da comunidade. Entretanto, a lógica de exclusão ancora seu discurso na possível ameaça que a cultura desses imigrantes oferece à integração da identidade étnica europeia, como se existisse uma identidade única e homogênea para a Europa, apesar de saber-se evidente que cada Estado membro apresenta especificidades culturais.

Se por um lado a União vislumbra promover a integração dos Estados-membros, na medida em que busca reformular a relação entre cidadania e nacionalidade, por outro, cria políticas restritivas à imigração, diferenciando os cidadãos europeus dos imigrantes extracomunitários. E apesar dos esforços dos Estados membros em trabalhar conjuntamente na criação de políticas restritivas à imigração, todos os países utilizam sua soberania para legislar de forma específica acerca dos princípios de nacionalidade e cidadania, aplicando políticas diferenciadas de exclusão dos imigrantes dentro da comunidade.

Não obstante à progressiva formulação de políticas restritivas à imigração, as leis de nacionalidade de alguns Estados membros da União permitem a dupla cidadania, que por sua vez abre uma brecha na legislação, ao permitir que pessoas originárias de nações não pertencentes à

União possam ter acesso à cidadania europeia, diferentemente da maioria dos imigrantes extracomunitários.

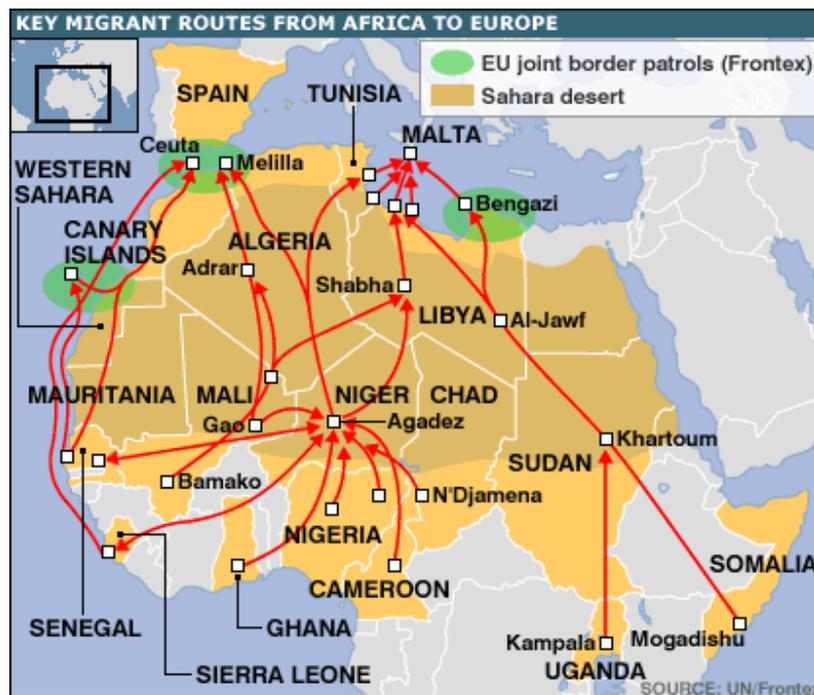
3.2.2 União Europeia e Imigração: da inclusão dos comunitários à exclusão dos extracomunitários

A partir do final do século XIX e início do século XX, a Europa viu centenas de milhares de seus cidadãos partirem para novos continentes em busca de sobrevivência e melhores condições de vida, ao passo que em épocas recentes, sobretudo durante a década de 1990, começou a ter que conviver com o sentido inverso desse fenômeno. De centros de emigração, os países europeus se tornaram locais de destino dos imigrantes dos novos tempos, muito em função da prosperidade econômica da União Europeia, que se consubstanciou em forte atrativo.

Com a queda do muro de Berlim, em decorrência do fim da ditadura comunista, aumentaram os fluxos migratórios da parte leste da Europa para o Ocidente, motivados pelo sonho de uma vida melhor. Aos russos se juntaram imigrantes da ex Alemanha Oriental, refugiados albaneses, turcos, ex-iuguslavos entre outros, em geral minorias étnicas e culturais que após anos de opressão dos regimes ditatoriais, ressurgiram como movimentos de emancipação. Entretanto, mais que os imigrantes do leste, foram os africanos que provocaram as maiores ondas de reação e xenofobia nos europeus, pois além de serem negros e adotarem o islamismo como religião, que acabou por vinculá-los ao terrorismo, se constituíram como uma das correntes mais numerosas e empobrecidas.

Na Europa, as principais portas de entrada dos imigrantes, provenientes dos Bálcãs, da Ásia, do Oriente Médio, e da África, estão localizadas em países mediterrânicos como Espanha, Itália, Grécia e Portugal. Na medida em que os países localizados ao norte da Europa aumentaram as restrições à imigração, e os países posicionados às margens do Mediterrâneo exerciam fraco controle sobre suas fronteiras, imigrantes da África e dos Bálcãs aproveitaram a proximidade geográfica para entrarem na Europa, sobretudo através da Espanha e da Itália. No caso da Espanha, como pode ser observado no mapa 3, dois caminhos são utilizados pelos africanos, sendo o estreito de Gibraltar, no encontro do oceano Atlântico com o mar mediterrâneo, o mais

curto e mais vigiado. Já a outra rota, pelo deserto do Saara até às ilhas Canárias³², localizadas à costa noroeste da África, no oceano Atlântico, embora seja a mais longa e arriscada, tem sido escolhida por grande parte dos africanos que tenta fugir do policiamento ostensivo em Gibraltar.



Mapa 3: Principais Rotas Migratórias da África à Europa

Fonte: http://newsimg.bbc.co.uk/media/images/42029000/gif/_42029904_africa_migrants2_map416.gif

Segundo Costas (2006), devido ao patrulhamento espanhol em Gibraltar, os traficantes humanos tiveram que encontrar outros novos caminhos para atravessar seus clientes da África para o solo europeu. Inicialmente partiam de Marrocos com os barcos lotados de imigrantes, em direção às ilhas Canárias, localizadas a 160 km de distância, mas face ao policiamento na costa marroquina promovido pelo governo do país, passaram a buscar rotas ainda mais distantes através de Senegal e Mauritânia.³³

³² As Canárias pertencem à Espanha, e por conseqüência, integram a União Européia, destino sonhado por esses imigrantes que arriscam suas vidas em travessias perigosas.

³³ Além das principais rotas utilizadas pelos imigrantes africanos, rumo à Europa, o mapa 3 evidencia a atuação da FRONTEX (Agência Européia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Européia) no patrulhamento das fronteiras territoriais da comunidade, incluindo não apenas a rota que passa por Gibraltar, mas também a que utiliza as ilhas Canárias como parte do trajeto. Impedir a entrada de imigrantes extracomunitários para dentro da União Européia, constitui o principal objetivo dessa agência.

Algumas reportagens, no ano de 1996, já denunciavam os riscos de morte a que esses africanos estavam submetidos, narrando o exemplo dos 24 marroquinos que tentaram passar pelo estreito de Gibraltar, durante a madrugada, através de um barco a motor com menos de sete metros.

O motor de pouca potência não agüenta a sobrecarga e pára de funcionar. Numa rápida decisão, jogam-no ao mar e deixam a viagem por conta de Alá. E da maré. Rezam para que as ondas acabem os levando a uma das praias da Andaluzia. Uma patrulha da Guarda Civil os localiza [...] Resgatados, contam sua história. Querem entrar na Espanha para procurar emprego. Vinte e três homens e uma mulher. Ela está grávida. [...] Em 24 horas estarão de volta ao ponto de partida. Nessa mesma noite, a Guarda Civil captura mais 16 pessoas no estreito. Três dias depois, encontra outras cinco que, exaustas, tentavam chegar à fronteira a bordo de um pedalinho. Só em agosto foram presos 400. (SELENE, DOTI e MAGALHÃES-RUETHER, 1996, p.54).

De acordo com Costas (2006), a segunda rota utilizada pelos africanos para chegarem à Espanha revela o contraste entre os ricos e os pobres do planeta. Escolhida por diversos europeus que desejam desfrutar de suas águas termais, cassinos e campos de golfe, as ilhas Canárias também recebem os imigrantes que fogem da miséria da África subsaariana, e que famintos, cansados e desidratados, quando não mortos depois de longa viagem, são freqüentemente socorridos pelos turistas.

Face à carência de infra-estrutura das ilhas para abrigarem tantos imigrantes, os africanos são transferidos para o continente onde ficam detidos por 40 dias na Espanha, e libertados após esse período, mas sem documentos que viabilizem sua extradição, são colocados nas ruas com um ofício determinando o retorno para o país de origem, que em geral não é cumprido, pois a maioria ali permanece ou migra para outros países da União.

Em função desse aumento dos fluxos migratórios, a Espanha solicitou uma ação conjunta dos países membros da União Européia para reforçar o controle nas fronteiras. Dentro do bloco, sobretudo após o atentado terrorista nos Estados Unidos, vários partidos de extrema-direita começaram a obter vitórias nas eleições, na medida em que promoviam suas campanhas ancoradas na rejeição aos imigrantes, associando-os ao crime e ao terrorismo, e disso resultou a criação de barreiras e políticas cada vez mais restritivas.

Desde então, a opinião pública européia já não acompanha os ideais de uma sociedade progressista e democrática com relação aos imigrantes, e mesmo os governos não alinhados à

extrema direita compreenderam que a criação de leis mais restritivas à imigração pode se tornar uma “mina de votos.” (GUILAYN, 2002, p. 41).

O combate à imigração ilegal faz-se mediante uma ação conjunta dos países membros da União para protegerem suas fronteiras, com utilização de navios e aviões destinados a interceptarem embarcações de clandestinos. A ação conjunta é justificada, uma vez que a supressão de fronteiras dentro do bloco europeu pode significar que um imigrante, ao entrar em um país membro, pode facilmente se locomover para outros países da comunidade. Assim, ao mesmo tempo em que a União Européia abre-se para “os de dentro” da comunidade, ergue muros, barreiras e ações repressivas aos imigrantes de terceiros países, representando-os como criminosos e perigosos para a Europa “civilizada”. Inferiorizados e marginalizados por essas representações simbólicas excludentes que os categorizam como terroristas potenciais, os imigrantes se tornam indesejados pelas sociedades receptoras, que se esforçam em criar leis para deportá-los.

O paradoxo da imigração consiste no fato dos imigrantes serem indesejados e ao mesmo tempo necessários para manterem a população economicamente ativa da Europa ocidental, pois com o envelhecimento demográfico dos países europeus, são eles que introduzem mão-de-obra jovem capaz de garantir a manutenção da economia e do sistema previdenciário. Entretanto, como tendem a adotar os padrões de fecundidade da sociedade hospedeira, reduzindo o tamanho das famílias com rapidez, devido à precariedade econômica, ao desemprego e ao futuro incerto, fazem gerar, nesses países, a necessidade de não interrupção dos fluxos de entrada de novos imigrantes, a fim de se manter o padrão jovem da população.

Sob essa perspectiva da dinâmica populacional, pode-se considerar que,

quanto mais jovem a população de um país, maior tende a ser sua taxa de fecundidade e de crescimento, [como é] o caso da África.
Na ponta oposta está a Europa: populações com muitos idosos e baixas taxas de fecundidade por mulher. No limite, o envelhecimento populacional gera colapso econômico: o número de pessoas ativas é insuficiente para sustentar aposentados e crianças. O fluxo migratório vira uma válvula que equilibra a dinâmica das populações. (TOLEDO, 1997, p.20).

Mas para que os imigrantes contribuam com o sistema previdenciário, é preciso que estejam em condições de fazê-lo, ou seja, que estejam com seus documentos regularizados, e foi nesse sentido que em 2006 a Espanha criou um projeto para anistiar um número significativo de clandestinos, a fim de aumentar o volume de impostos arrecadados. Desse modo, o paradoxo da

imigração consiste na ambigüidade das políticas adotadas, já que em alguns momentos os países, assim como a Espanha, pedem auxílio à União Européia para combaterem a imigração ilegal, e em outros, eles mesmos criam leis de anistia para aumentar a arrecadação de impostos. Assim sendo, o paradoxo dos necessários indesejáveis se faz presente em países que temem o choque cultural provocado pelos imigrantes, mas não abrem mão de sua importante contribuição para o revigoramento da economia.

Por outro lado, apesar da relevância econômica dos imigrantes, como dito antes, os partidos de extrema-direita relacionam os clandestinos com a criminalidade, criando percepções negativas e preconceituosas na população nativa, que já se sente insegura frente a essas minorias. No lugar da importância econômica dos estrangeiros, esses partidos conservadores colocaram a falsa noção de que os mesmos roubam os empregos da população nativa, mas nada dizem sobre o fato de que são esses imigrantes os ocupantes dos empregos rejeitados pelos autóctones.

3.2.2.1 Itália para os Italianos: a rejeição dos extracomunitários.

Devido à falta de oportunidades dentro da Itália por mais de um século os italianos emigraram em massa, fenômeno este invertido nas últimas décadas, pois ainda que mantendo uma desigualdade econômica entre as regiões norte e sul, a península prosperou economicamente, tornando-se o paraíso para aqueles que se deslocam em busca de uma vida melhor, e que não mais encontraram abrigo nas demais nações européias cujas portas se fecharam mais cedo à imigração.

De uma situação em que exportava emigrantes, a Itália tornou-se uma área de trânsito para o norte da Europa, e mais recentemente um país receptor de imigrantes. (PÓVOA NETO, 2006, p.2). Mas demorou a tomar consciência de sua condição recente de país de imigração, e por isso, nas décadas de 1980 e 1990, ainda não contava com uma legislação específica que regulamentasse os fluxos. Apesar de sua situação de país de emigração se inverter na década de 1970, a península continuava a perceber-se como um país de emigrantes ou corredor de passagem. Até mesmo a categoria “imigrante” era atribuída aos próprios italianos que migravam da região

sul para o norte da península, não existindo termo que categorizasse a entrada de estrangeiros provenientes de países não europeus. (GABACCIA citado por PÓVOA NETO, 2006, p.4).

Assim, a Itália se descobriu como país de imigração no mesmo momento em que outros países mediterrânicos também o fizeram, tais como Espanha, Grécia e Portugal. (MACIOTI & PUGLIESE citados por PÓVOA NETO, 2006, p.4). Sua geografia peninsular, cercada por água pelos três lados, e proximidade com o nordeste da África, Europa oriental e região dos Bálcãs, dificultaram o controle eficiente de suas costas marítimas, pois com o fim dos regimes comunistas no leste europeu, migrantes provenientes dessa região engrossaram os fluxos dos imigrantes ilegais africanos que atravessam o mediterrâneo em busca de melhores oportunidades em seu território. Outra corrente tornou-se evidente a partir dos conflitos na Europa Central, no início da década de 1990, que gerou a saída em massa de refugiados albaneses para a Itália, juntamente com uma menor quantidade de ex-ioguslavos, turcos e outras nacionalidades. As imagens dos albaneses chegando em massa na costa adriática, em 1990 e 1991, foram televisionadas para o mundo inteiro e geraram “negativa impressão”, uma vez que esses refugiados ficaram presos nos alojamentos de um campo aberto, impedidos de entrarem no território italiano (PÓVOA NETO, 2006, p.6), bem como “[...] receberam para se proteger do frio, sacos de plásticos, daqueles que se utilizam para cadáveres.” (KADARÉ, 1991, p.10).

De acordo com Póvoa Neto (2006), embora os albaneses, em 1990 e 1991, tivessem sido recebidos de forma improvisada, foram também, nesse primeiro momento, acolhidos com generosidade pela população e autoridades, uma vez que se apresentavam como refugiados da ditadura comunista. Para uma autoridade entrevistada durante a pesquisa de campo dessa dissertação, como a Itália também foi um país de emigração, no momento em que ela se deparou com a chegada dos extracomunitários imigrantes e refugiados, não podia tratá-los mal. Segundo relatou: “como a Itália foi um país de emigrantes, naquele momento em que precisou receber imigrantes, a ficha caiu: *‘nós vivemos isso também. Então não vamos fazer com ou outros o que fizeram conosco.’*” (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em janeiro de 2008).

Nos casos de barcos à deriva, a marinha recolhia as pessoas e levava para o território italiano, acolhendo-os com comida, cobertores e hospedagem, por um certo período, ao mesmo tempo em que tentava com os países de origem o retorno dessa população. Fato é que esses países não estavam interessados no retorno dessas pessoas, e muitas delas acabaram ficando na

própria Itália, enquanto outras utilizavam a península como corredor de acesso a outros países da Europa, sobretudo os mais ricos, localizados ao norte.

Sobre a chegada dos albaneses na costa adriática italiana, no início da década de 1990, comenta um depoente:

Como os cubanos pegam um barquinho e vão para os Estados Unidos, na Itália existem albaneses que pegam um barco (que não é um barquinho). Pegam barcos pra duzentas, trezentas pessoas, e vão pra costa italiana... Simplesmente desembarcam na praia e saem andando, e o governo italiano acolhe, dá comida, cobertor... Atualmente eu acho que ele tá devolvendo, mas até há alguns anos atrás ele acolhia todo mundo. A política italiana era o seguinte: recebia o ilegal, mandava pro abrigo, dava comida, cobertor, e depois um papel dizendo que ele tinha três dias pra deixar a Itália...e pronto. E de repente ele ficava na Itália, ia morar num gueto, ia pra Portugal, Alemanha... (André, advogado, italiano nato, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 23/01/2007).

Por ser o país que melhor recebeu o imigrante, a Itália acabou se tornando o “a terra prometida” para os extracomunitários, enquanto por outro lado, gerou conflitos com países da União Européia, que passaram a pressioná-la por atitudes mais restritivas, conforme esclarece outra depoente:

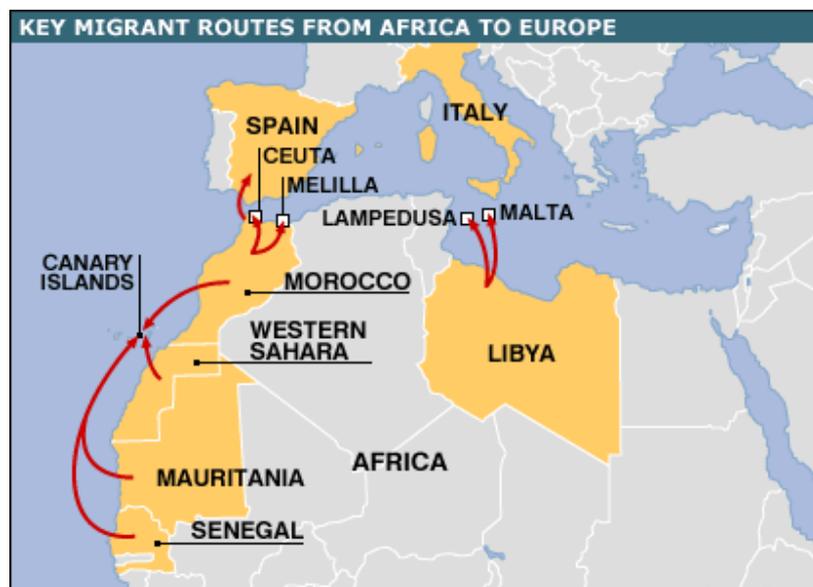
Eu tava na Itália na época da guerra da Albânia. Lembra a primeira imagem, que ficou um navio pendurado de gente caindo pra tudo quanto é lado, chegando na Itália? Eu tava lá, foi nessa época. Então, teve essa invasão mesmo, ali da Albânia, da Macedônia. Esse pessoal invadiu o sul da Itália. E a própria Alemanha ficou com receio e tomou atitude contra a Itália, porque eles tavam passando pela Itália e indo pra outros países, principalmente Alemanha e França. (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 31/01/2007).

Quando os extracomunitários começaram a entrar na Itália, o país não contava com uma legislação para acolhê-los ou expulsá-los, mas aos poucos foi concedendo visto e legalizando esses imigrantes. Assim, durante a década de 1980 adotou uma política de anistia e regularização de estrangeiros, bem como no início da década seguinte seguiu o modelo humanitário de acolhida ao imigrante, que colocou em dúvida para os demais países da União Européia sua capacidade de aderir ao tratado de Schengen em 1998, e cumprir as obrigações do mesmo acerca da expulsão e combate à imigração clandestina. (GEDDES, citado por PÓVOA NETO, 2006, p.7). Mas na medida em que os navios lotados de imigrantes não paravam de chegar, as atitudes de acolhimento dos italianos foram se transformando em medo e fechamento ao que passou a ser considerada “uma invasão”. (PÓVOA NETO, 2005, p.3-4). De acordo com o Correio da Unesco, face ao ingresso da Itália na União Européia e sua adesão ao Tratado Schengen em 1998, em

março desse mesmo ano foi aprovada, pelo parlamento italiano, a lei que estabeleceu, “[...] pela primeira vez, mecanismos legais precisos e compreensíveis para o ingresso no território italiano e a renovação de permissões de residência vencidas. As leis anteriores, excessivamente complexas ou simplesmente inaplicáveis, haviam favorecido as situações irregulares.”(A EXCEÇÃO italiana...,1999, p.31).

Da inclusão da Itália na União Européia após o Tratado de Schengen, nasceu o termo “extracomunitário” para designar o indivíduo que é estrangeiro não só à Itália, mas à toda União Européia. Dentro da comunidade, apesar de possuírem diferenças históricas e culturais, os indivíduos foram incluídos como europeus, enquanto os extracomunitários foram excluídos dessa fronteira, no âmbito territorial, cultural e identitário. (TEDESCO, 2006, p.91). Em outras palavras, pode se dizer que as fronteiras internas européias foram abertas aos comunitários e fechadas aos extracomunitários, sendo que para estes últimos a Europa se tornou uma fortaleza com muros quase intransponíveis.

No caso italiano, além da costa adriática, marcada pelo desembarque de albaneses, a ilha de Lampedusa, localizada entre o norte da Líbia e o sul da Sicília, próxima à ilha de Malta, tem sido o principal ponto de chegada dos africanos, como pode ser observado no mapa 4.



Mapa 4: Principais Rotas Migratórias da África à Europa

Fonte: http://newsimg.bbc.co.uk/media/images/42029000/gif/_42029904_africa_migrants2_map416.gif

Em barcos mal conservados os imigrantes indocumentados deixam a Líbia e partem para a ilha siciliana, não sendo raro a ocorrência de naufrágios, afogamentos e mortes, que, segundo Tedesco, por serem freqüentes tornaram-se banalizados, de modo que não chamam mais tanta atenção. Conforme suas palavras “praticamente, senão todos os dias, uma ou mais vezes por semana, esse fato é objeto, já secundário, de manchetes de jornais de abrangência nacional. A chegada de clandestinos, pela costa sul da Itália, raramente não vem acompanhada de mortes, de dezenas ou centenas deles.” (TEDESCO, 2006, p.233). Assim, o sonho de chegar ao território europeu é marcado pela tragédia e sofrimento de uma população que se arrisca em frágeis barcos, e enfrenta passar um grande número de horas no mar, às vezes em más condições de tempo, e faminta. Entre esses imigrantes, os que conseguem entrar e permanecer no solo europeu, não são incluídos da mesma forma que os comunitários, mas de uma maneira marginal, controlada e demorada, face às restritivas políticas migratórias.

Essas políticas restritivas aos extracomunitários se fortaleceram após a vitória eleitoral dos partidos de extrema-direita, oriundos do norte da Itália, região economicamente mais desenvolvida. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001³⁴, nos Estados Unidos, a campanha política do premiê italiano Sílvio Berlusconi, baseada na promessa de restrição à imigração ilegal, ganhou força e o garantiu a vitória nas eleições nesse mesmo ano. A retórica da invasão extracomunitária foi enfatizada, e o controle policial das fronteiras, através de novas tecnologias, passou a ser o assunto em destaque para as políticas anti-imigração.

Ainda em 2001 foi criado um projeto de lei contra a imigração clandestina, redigido pelo líder da Liga Norte³⁵, Umberto Bossi, e o vice-premiê italiano, Gianfranco Fini, da Aliança Nacional, ambos partidos de extrema-direita com características veementemente xenófobas. Nesse projeto de lei foram permitidas a entrada e permanência de imigrantes na Itália, desde que tivessem um contrato de trabalho, ao mesmo tempo em que ficou expresso o intento de punir severamente a imigração clandestina com expulsões sem direito à defesa, e reclusões de até quatro anos. A lei ainda impôs limites à reaproximação familiar, restringida aos filhos e cônjuges dos imigrantes residentes na Itália, e ao ser aprovada em 2002, foi contestada pelos imigrantes e

³⁴ Foi descoberto que supostos membros da Al Qaeda viveram na Itália antes dos ataques terroristas nos Estados Unidos. (Folha de São Paulo, 12/07/02 Caderno Mundo, A11).

³⁵ A Liga Norte, que compõe a coalizão de centro-direita, surgiu na década de 1990 com o objetivo de tornar o norte da Itália independente do resto do país, sob o nome de República da Padania. Para isso desenvolveu uma política de discriminação entre os italianos do norte e os italianos do sul, assim como atualmente tem feito com os imigrantes e italianos, estimulando atitudes de xenofobia destes últimos em relação aos primeiros. (Ver TEDESCO, 2006, p.121).

partidos da oposição de centro esquerda, pois um dos problemas dessa lei, ao restringir a entrada de estrangeiros na Itália, foi desconsiderar a baixa taxa de natalidade do país e sua necessidade de mão-de-obra imigrante para realizar os trabalhos rejeitados pelos autóctones.

Em 2007, com o afastamento de Berlusconi do poder, foi escrita uma nova lei³⁶ sobre imigração, cujo texto tentou equacionar a necessidade de mão-de-obra com o controle da clandestinidade, visando criar meios de ingresso legal. Foram ampliadas as cotas de entrada de imigrantes para o trabalho, ao mesmo tempo em que se flexibilizou a cota dos trabalhadores domésticos de assistência à pessoa, havendo possibilidade de se ampliar a cota desses trabalhadores face ao aumento da demanda pelas famílias italianas. A nova lei previu a abertura de listas para vistos de permanência no exterior, organizadas nos consulados e demais órgãos internacionais, nas quais deveriam ser inscritos os interessados a emigrarem para a Itália. O critério de seleção seria pautado na formação educacional, através dos diplomas apresentados, na competência profissional específica, bem como na capacidade de compreender e falar o idioma italiano.

A abertura das listas no exterior abriu a possibilidade de se migrar para a Itália sem ter um contrato de trabalho pré-estabelecido, que era exigência da lei Bossi-Fini e que na prática não se concretizava, já que nenhuma empresa ou família italiana assumia contratos com desconhecidos. Outra novidade da lei é que ao ficar desempregado, o imigrante não mais precisava retornar automaticamente para seu país de origem, ou correr o risco de ser preso na Itália, uma vez que seu visto de permanência seria prolongado por um ano, tempo suficiente para arranjar uma nova ocupação.

Sob essa perspectiva, a lei Amato-Ferrero tentou utilizar um expediente totalmente diferente da lei Bossi-Fini no combate ao trabalho ilegal, pois ao invés de impor um controle ostensivo que pudesse impedir a entrada de imigrantes, criou diretrizes para incentivar a entrada de mão-de-obra regular. Não só reconheceu que a Itália sente necessidade do trabalho imigrante, como possibilitou que esses trabalhadores, por meio da regularização, pudessem se tornar contribuintes do fisco.

Entretanto, em abril de 2008 Sílvio Berlusconi foi eleito pela terceira vez ao cargo de primeiro-ministro da Itália, e voltou ao cenário político para novamente aplicar as severas leis de

³⁶ Essa lei foi chamada de Amato-Ferrero, em referência às autoridades governamentais responsáveis pela sua implementação: o Ministro do Interior, Giuliano Amato, e o Ministro da Solidariedade Social, Paolo Ferrero, ambos políticos de centro-esquerda.

combate à imigração,³⁷ cujo teor está em consonância com sua plataforma política apresentada nas propagandas eleitorais. A força da campanha que obteve apoio dos eleitores conservadores e rendeu o terceiro mandato ao premiê italiano, estava na promessa de criar leis para combater a clandestinidade, e assim, tendo em vista que uma grande parcela dos autóctones acredita existir uma correlação entre a presença dos imigrantes e o crescimento da criminalidade, os atuais atos de prisões e expulsões dos clandestinos, pelo governo, parecem ganhar um ar de legitimidade.

Por outro lado, a pena de até quatro anos, prevista pela lei italiana, é mais dura que a adotada pela União Européia, cujo tempo de detenção pode se estender até no máximo dezoito meses. Daí que não deixaram de surgir críticas à política do atual governo, sobretudo advindas dos partidos de oposição de centro-esquerda, do Vaticano, das associações católicas e de direitos humanos, bem como da ONU. Esta última se preocupa com os solicitantes de asilo, e com a impossibilidade deles chegarem legalmente na Itália, pois sendo a clandestinidade entendida como crime, os refugiados podem ser automaticamente taxados de criminosos e expulsos do país, antes que se explique a legitimidade de seu pedido de asilo.

Os partidos de extrema-direita, por meio da imprensa conservadora, veiculam suas campanhas políticas com forte hostilidade aos imigrantes, culpando-os pelos problemas sociais italianos. Espetacularizam as notícias acerca do fenômeno migratório, tornando-as cada vez mais dramáticas e sensacionalistas, bem como constroem estereótipos para etiquetar de forma distorcida a representação acerca da categoria social do imigrante, cuja imagem negativa é relacionada à preguiça, à pobreza, à prostituição, ao crime, ao terrorismo e a outras mazelas sociais.

³⁷ Berlusconi, um dos empresários mais ricos da Europa e dono de um império televisivo e editorial, entrou para a política na década de 1990 a fim de modificar as leis nas quais estava enquadrado por crimes de corrupção, “evasão de divisas, suborno, fraude fiscal e negócios com a máfia.” (DAQUI..., 2006, p.69). Conforme Di Lauro (2008), ao voltar ao poder em 2008, o atual premiê italiano conseguiu ser beneficiado por uma cláusula que suspendia os processos com penas baixas, dos quais ele era réu, e obteve imunidade judicial para exercer suas funções políticas. Não obstante tenha conseguido se livrar das sanções pelos crimes cometidos, o primeiro ministro tratou logo de criar leis para transformar a imigração ilegal em crime, passível de pena de seis meses a quatro anos de prisão, bem como aumentou em um terço a pena de detenção dos extracomunitários julgados por outros crimes não ligados a imigração clandestina. Pelo texto da nova lei, a detenção também passou a ser aplicada aos proprietários que alugam seus imóveis aos imigrantes clandestinos, que podem receber uma pena de seis meses a três anos de prisão, além de terem suas propriedades confiscadas pelo Estado. Resumidamente, o primeiro governo de Berlusconi durou de maio a dezembro de 1994, quando foi retirado do poder pela Liga Norte, partido que atualmente faz parte da coalizão de centro-direita, junto com a Forza Itália do então primeiro ministro. Em 2001 subiu ao poder para o seu segundo mandato, que perdurou até 2006, ano em que perdeu as eleições para Romano Prodi, de centro-esquerda. Novamente eleito ao cargo de primeiro-ministro em abril de 2008, o líder de extrema- direita volta ao poder para exercer o seu terceiro mandato.

Uma ítalo-brasileira, que esteve na Itália no início da década de 1990, relatou que depois da “invasão” dos extracomunitários era possível observar pessoas morando debaixo dos viadutos em condições de existência miseráveis, certamente ainda mais agravadas durante as noites frias de inverno. Segundo comentou, no Brasil ainda há um clima favorável à população de rua, enquanto na Europa ela tende a morrer por não suportar a neve e o frio intenso.

Na questão da segurança, disse ter observado que a Itália era bem mais segura antes da chegada dos imigrantes extracomunitários, pois que estes aumentaram o índice de criminalidade, levando as pessoas a se preocuparem em tomar conta de suas bolsas, com medo de serem roubadas. Entretanto, ela mesma confessa que teve sua bolsa roubada em Bari, Sul da Itália, por um garoto italiano, mas que esse tipo de roubo não é noticiado, já que os jornais atribuem a criminalidade aos invasores estrangeiros: “É famosa a ladroagem em Nápoles, Bari, todo Sul da Itália... Mas logicamente não é noticiada. O povo fala: ‘Cuidado!’ _ mas não sai no jornal. A dor da gente não sai no jornal, sai a dos outros.”(Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 31/01/2007).

Na perspectiva narrada pela entrevistada, os partidos de extrema-direita, por meio dessa imprensa sensacionalista, constroem uma imagem de que os extracomunitários são os bárbaros dos novos tempos, inassimiláveis que invadem e ameaçam a homogeneidade cultural do ocidente de forma descontrolada, e desse modo imputam ao imigrante os sinais diacríticos de invasor, perigoso, e inimigo público, com o qual a população autóctone não deve dialogar. Como consequência, ao difundir o medo coletivo na opinião pública, que também passa a rejeitar os imigrantes de forma preconceituosa e discriminatória, esses partidos não só conseguem reforçar a identidade nacional italiana, ou o nacionalismo italiano, como também conseguem multiplicar a quantidade de eleitores conservadores.

Essa estratégia discursiva coloca a Itália como vítima da invasão dos extracomunitários, sobre os quais recai a culpa por afetarem a homogeneidade da cultura nacional italiana, bem como por enfraquecerem a segurança da sociedade, uma vez que favorecem o terrorismo, o tráfico de drogas, a delinquência e outros problemas. Ao se criar o inimigo simbólico, reforça-se a identidade do “nós” italianos_ “os de dentro” _ contra o “outro”, “o de fora” _ o invasor extracomunitário que tenta invadir e roubar as garantias e seguranças dos comunitários. Esse estratégico discurso, que busca colocar a Itália como vítima e os imigrantes como culpados, torna-se eficiente na medida em que, não apenas justifica a adoção de medidas restritivas aos

extracomunitários, como também reforça a coesão social entre os italianos. Neste sentido, observa-se que a integração da União Europeia criou a idéia de pertencimento e identidade entre os povos dos países membros localizados dentro de suas fronteiras, em sua diferenciação com os de fora, os extracomunitários (AMBROSINI, citado por PÓVOA NETO, 2006, p. 9), e uma vez que a Itália assumiu essa identidade da “Grande Europa”, e passou a ser liderada por grupos xenófobos, começou a rejeitar os cidadãos oriundos de terceiros países de forma mais recorrente e acentuada.

Essa imagem estereotipada acerca do imigrante como problema social, construída pelos países europeus, e entre eles a Itália, vale uma reflexão na perspectiva adotada por Elias (2000) em referência às lutas simbólicas, travadas entre os grupos estabelecidos e *outsiders*. Segundo o autor, os estabelecidos se auto-percebem como indivíduos da “boa sociedade”, portadores de uma identidade social fundada na tradição, e tal grupo só pode existir em função da sua distinção em relação aos *outsiders*, cuja tradução, os “de fora”, evidencia o caráter excludente que guia essa relação de desigualdade, pois que os *outsiders* são aqueles que não conseguem ultrapassar as barreiras para penetrar a tal “boa sociedade”, aqui no caso, a sociedade italiana.

A abordagem apresentada por Elias (2000) ajuda a descortinar as relações de conflito estabelecidas entre italianos e extracomunitários, tornando clara a estigmatização que o primeiro grupo imputa ao segundo. Com base na distinção entre “nós” e “eles”, ainda que fundada numa fantasia idealizada sobre a representação do que são “nós” e do que são “eles”, os italianos constroem uma identidade social com determinados grupos sociais, os europeus, e não com outros, os imigrantes de terceiros países.

De acordo com Elias (2000), *outsiders* são grupos sociais inferiorizados por grupos estabelecidos, quando estes últimos monopolizam as posições de prestígio e poder, definindo, portanto, a base da desigualdade. Este princípio pode ser aplicado à sociedade italiana, uma vez que nela os autóctones exercem atividades de maior prestígio social, e deixam aos imigrantes aquelas ocupações que não possuem interesse em desempenhar, em geral mais pesadas e mal remuneradas, além, é claro, de baixo prestígio social. A propósito da marginalização das ocupações desempenhadas pelos imigrantes, na Itália, uma entrevistada relata que havia, no início da década de 1990, uma certa estratificação segundo a nacionalidade.

Os filipinos eram os empregados domésticos, os indianos também...cozinham bem, e tal...Os albaneses eram ladrões ou lavadores de vidro de carro no sinal fechado. Isso

eu tô falando do pensamento deles [os italianos]. As brasileiras eram prostitutas, e os africanos eram aquele povo que vende muamba na rua. Era estratificado. (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 31/01/2007).

É importante ressaltar que os trabalhadores domésticos ilegais não causam a mesma visibilidade e rejeição da opinião pública, como aqueles clandestinos que exercem suas atividades nas ruas, avenidas, estações ferroviárias e outros ambientes das cidades, atividades estas ligadas à mendicância, venda ambulante de mercadorias irregulares, limpeza de pára-brisas de carros, entre outras. Os estabelecidos necessitam e têm contado com a mão-de-obra dos *outsiders*, porém, quando estes executam atividades nas ruas das grandes cidades, chamam a atenção da opinião pública sobre os problemas sociais criados pela “invasão” estrangeira. (PÓVOA NETO, 2006, p.8-9).

Os árabes e os africanos são, entre os imigrantes extracomunitários, os mais estigmatizados, e que mais sentem dificuldade de inserção no mercado de trabalho italiano. Para Goffman (1975), o estigma é uma marca que deixa o indivíduo incapacitado para a aceitação social plena, e em alguns casos ela pode ser corporal, como a cor escura da pele dos africanos, que é um estigma possível de ser escondido nos contatos via cartas ou telefone, nos quais a pessoa não revela sua imagem, mas impossível de ser ocultado no contato face a face. Conforme o depoimento de uma descendente, é em função dessa estigmatização que os africanos, na Itália, chegam a tomar remédios para clarear a pele. Segundo narrou “quando eu estava na Itália, eu vi a reportagem de um navio que tinha chegado com uma carga de pílulas pra vender, pra clarear a pele, pra conseguir emprego. Porque aqueles africanos pretos... preto igual carvão, é difícil deles conseguirem emprego. O grupo mais discriminado é o grupo dos africanos.” (Carla, secretária, neta de italianos, 54 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem em 30/01/2007).

Na perspectiva narrada pela entrevistada, percebe-se que apesar de ser uma marca congênita, e permanente, os africanos tentam mudar a cor da pele a fim de ocultar seu estigma. E isso demonstra os limites dos dramas pessoais enfrentados por esses atores sociais, que os levam a tomar atitudes extremas, pois conforme analisado por Goffman, comumente os estigmatizados apresentam predisposição a se vitimizarem, e se entregarem aos cuidados dos oportunistas que “vendem meios para corrigir a fala, para clarear a cor da pele, para esticar o corpo, para restaurar a juventude [...]” (GOFFMAN, 1975, p. 19).

Além das marcas corporais, existem outros meios que conduzem à identificação das pessoas estigmatizadas, como os documentos de identidade, em que a aparência é comprovada através de fotografias, ou origem do imigrante. E não são raros os imigrantes que encobrem características de sua identidade social, ao falsificar documentos que permitam-lhes mudar para outro país numa situação aparentemente legal. O caso dos africanos é novamente elucidativo, pois como narrou a entrevistada, muitos marroquinos e tunisianos viveram a experiência de viajar inicialmente para São Paulo, comprar documentos falsos e depois pegarem um avião rumo à Itália, como se fossem cidadãos brasileiros, uma vez que estes não necessitam de vistos. Sobre essa manipulação das identidades, a entrevistada comenta:

Os marroquinos me falaram que eles ficam uma semana em São Paulo, conseguem todo o kit de documentos, pegam o avião e vão como brasileiros pra Europa. E lá eles ficam como imigrantes ilegais, e esquecem que são 'brasileiros'. Isso eu fiquei sabendo porque eu tenho amigas que namoravam marroquinos...então eles contavam esses casos. Agora, quem é que sabe disso? Só quem penetra da intimidade dessas pessoas. Nas amizades que você vai criando com os imigrantes, você fica sabendo de coisas que ninguém sabe. Será que a polícia sabe desse caso? Não deve saber que eles vêm pra cá fazer documento falso brasileiro, e depois ir pra lá. (Carla, secretária, neta de italianos, 54 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem em 30/01/2007).

Para os africanos estigmatizados citados pela entrevistada, o segredo é uma estratégia utilizada para “manusear os riscos, dividindo o mundo em um grande grupo ao qual [...] não [se] conta nada, e um pequeno grupo ao qual [...] [se] diz tudo, e sobre o qual, então, [...] se apóia (...)” (GOFFMAN, 1975, p.106). Sendo assim, esses marroquinos não podiam contar as estratégias que os levaram a entrar na Itália, a não ser a um grupo pequeno de sua confiança, porque abrir mão do segredo significaria correr o risco de ser pego pela polícia e finalmente extraditado.

Ser africano e ter pele escura são atributos estigmatizantes, e por isso esses africanos falsificaram seus documentos, e outros se iludiram com as promessas que lhes garantiam o clareamento da pele. Mas além da cor da pele, também a pobreza leva os africanos a constituírem o grupo mais hostilizado dentro da Itália, assim como em toda a Europa, de uma maneira geral, uma vez que é considerada, além dela mesma, fonte geradora de outros problemas sociais.

Através das falas dos entrevistados, na medida em que começaram a aparecer problemas sociais na Itália, como aumento da criminalidade, prostituição, formação de guetos etc, o país começou a revelar-se intolerante e hostil aos imigrantes extracomunitários, uma vez que os

mesmos, em geral, são ilegais, vivem se escondendo da polícia, em guetos, e suas precárias condições financeiras não lhes permitem morar confortavelmente, de modo que, geralmente abrigam diversos indivíduos em uma só casa de poucos cômodos. Assim, ao descaracterizam a paisagem urbana, como fazem os africanos, tornam visíveis os problemas sociais e geram rejeição dessa sociedade.

Mas embora não sejam estigmatizadas da mesma forma que os africanos, que têm na pele uma marca congênita e permanente que se configura num estigma, as ítalo-brasileiras podem ser estigmatizadas na Itália em função de outros atributos. As falas recorrentes nas entrevistas criam evidências sobre o estigma acerca da mulher brasileira, símbolo da vulgaridade e prostituição.

Roma tinha uma idéia muito ruim do Brasil, porque a maior parte das prostitutas e travestis que estavam na rua, eram brasileiros. Então, foi a época que o Papa proibiu que eles ficassem na rua. Daí nessa época eles extraditaram muitos travestis que estavam lá. Mas tinha essa imagem... desse povo livre. Mas o lado bom é que eles sabem que é um povo extremamente alegre... eles são alucinados com o Brasil. (...) (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 31/01/2007).

Outra entrevistada disse existir, no imaginário italiano, uma associação entre carnaval e prostituição:

Existe muita prostituição na Itália... tem brasileiras também que são prostitutas na Itália, que fazem programa, tudo isso. Você pega o jornal *Seconda Mano*, naquela coluna de relatos, você vai ver as brasileiras se oferecendo também. Mas a prostituição maior na Itália são das mulheres do Leste Europeu. Agora, o que passa a idéia da mulher brasileira como vulgar, prostituta, é o carnaval e o turismo sexual feito no Brasil. (Carla, secretária, neta de italianos, 54 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem em 30/01/2007).

É interessante observar que embora a maioria das brasileiras na Itália possa não trabalhar com prostituição e esteja desempenhando outros tipos de ocupações, as que atuam nessa profissão acabam imprimindo o estigma a todo o grupo social. A prostituição é associada ao carnaval brasileiro, e por isso, embora muitas mulheres do leste europeu trabalhem como prostitutas, nem todo o grupo de mulheres dessa região é estigmatizado pela prostituição.

Mas muito embora os italianos enfatizem o caráter sedutor da mulher brasileira, recorrentemente associado à prostituição, todos os entrevistados disseram perceber existir uma relação bastante amistosa entre italianos e brasileiros, ou entre italianos e descendentes. Alguns ainda salientaram a existência de imigrantes que também não respeitam as regras comportamentais presentes na sociedade italiana, o que os leva a considerar que a intolerância

pode existir dos dois lados, tanto daqueles estabelecidos que não aceitam a cultura e modos de vida dos imigrantes, quanto destes últimos, quando agem com rebeldia contra as regras comportamentais dos primeiros. Nesse sentido, para uma ítalo-brasileira o respeito à cultura italiana é fundamental, haja vista que os brasileiros também possuem uma cultura própria que deve ser igualmente respeitada pelos estrangeiros. Quando perguntada se os italianos gostam que os descendentes abracem a cultura deles, ela logo respondeu:

Todo mundo gosta. Até nós, não é não? Quando chega um estrangeiro você fala: *Qual é meu, você tá no Brasil*. Então, é uma questão de respeito. Se você está num país que não é o seu, você vai na casa que não é sua, você tem que respeitar as regras da casa. (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 31/01/2007).

Conforme os relatos, as diferenças culturais entre brasileiros e italianos são diluídas na afinidade que os dois grupos exercem entre si, de modo que não se pode comparar a forma pelo qual o brasileiro é tratado na Itália, ainda que sem dupla cidadania, com a maneira pelo qual os outros imigrantes são tratados.

Sobre a presença ilegal de imigrantes extracomunitários na Itália, e a possibilidade dos ítalo-brasileiros retornarem para a terra de seus antepassados, amparados pela dupla cidadania, uma depoente escreveu o elucidativo relato:

Vi na Itália a quantidade de imigrantes da antiga União Soviética. Conheci imigrantes romenos, ucranianos, poloneses e moldavos. O número de asiáticos é enorme, bem como de indianos, árabes do norte da África e do Oriente Médio. Enquanto os imigrantes do Leste Europeu chegam de ônibus de turismo, os imigrantes negros africanos arriscam a vida nos barcos que cruzam o Mediterrâneo. Muitos naufragam e o sonho de uma vida melhor na Europa vai com a vida para o fundo do Mediterrâneo. Os que conseguem chegar ao Sul da Itália são resgatados pela guarda costeira italiana, são acolhidos em abrigos e deportados para seus países de origem. (...) São muitas as famílias de brasileiros descendentes de italianos que estão fazendo o caminho de volta. Emigram do Brasil, mas não expõem as famílias aos riscos e incertezas da clandestinidade.³⁸ (Carla, secretária, neta de italianos, 54 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem em 30/01/2007).

É, pois, a possibilidade dos ítalo-brasileiros fazerem o caminho inverso dos seus ascendentes imigrantes, sem se exporem aos riscos da ilegalidade, que será discutida na próxima seção.

³⁸ A entrevistada apresentou a pesquisadora com este texto, que segundo informou faria parte do livro que escreveu e está tentando publicar, sobre o caso dos descendentes de italianos de uma cidade do interior de Minas Gerais, que estão se servindo da dupla cidadania para emigrar para a Itália. A pesquisadora não teve acesso ao livro.

3.2.3 Driblando o Cerco: a dupla cidadania como “brecha” das restritivas políticas migratórias.

Três elementos desafiam, na contemporaneidade, a associação entre cidadania e Estado-nação, sendo eles a cidadania europeia, a dupla cidadania e as migrações internacionais. Neste último caso a intensificação dos deslocamentos humanos entre países suscita questionamentos sobre as instituições democráticas ocidentais, e em que medida suas leis de nacionalidade permitem uma maior ou menor inclusão dos imigrantes, de modo a respeitar os direitos humanos. Nesse sentido, as migrações colocam em evidência as tensões geradas pela incompatibilidade da cidadania nacional, com suas fronteiras territoriais delimitadas pelo Estado-nação, face às necessidades de inclusão e integração dos imigrantes que pedem maior participação no seio das sociedades hospedeiras. A própria intensificação dos fluxos migratórios para determinados países imigrantistas já demonstra a capacidade do fenômeno migratório em desterritorializar as fronteiras dos Estados-nações e de suas cidadanias nacionais.

Já os duplos cidadãos, que adquirem uma segunda cidadania com base na ancestralidade, têm a possibilidade de fugir das restritivas políticas imigrantistas e se inserirem com facilidade nos países europeus com os quais apresentam laços históricos e culturais, como é o caso dos ítalo-brasileiros cuja ancestralidade deu-se através dos fluxos migratórios que saíram da Itália para o Brasil no final do século XIX e início do século XX. Assim, a dupla cidadania apresenta uma brecha que possibilita a entrada legal de pessoas não pertencentes a países europeus, para dentro da União Europeia, e desse modo, reelabora o conceito de cidadania atrelado à territorialidade do Estado-nação, uma vez que os duplos cidadãos possuem cidadania de dois países com territórios diferentes e bem definidos, podendo escolher em qual deles residir, de forma temporária ou permanente, e além disso, ter a possibilidade de ultrapassar os limites territoriais desses dois Estados, já que pode se inserir em qualquer Estado membro da União Europeia. Em outras palavras, tendo em vista o caráter restritivo das políticas migratórias, a dupla cidadania parece acenar para os que a ela têm direito com base na ancestralidade, como grande possibilidade de entrar e se estabelecer em qualquer país europeu, gozando das prerrogativas de um cidadão nacional dos Estados membros.

Nesse sentido, a existência dos duplos cidadãos demonstra o caráter processual da cidadania, na medida em que esta, em muitos casos, questiona os limites das explicações baseadas na territorialidade dos Estados, já que não mais se apresenta atrelada a uma única nacionalidade.

Para os indivíduos oriundos de países não europeus que residem em algum Estado membro da União Européia, a conquista da dupla cidadania se apresenta como elemento facilitador de inserção na sociedade hospedeira, uma vez que as políticas migratórias estão cada vez mais restritivas, além de oferecer a possibilidade de circular livremente dentro da comunidade. Ao que parece, uma das principais vantagens da dupla cidadania consiste exatamente em potencializar, dobrar ou triplicar a possibilidade de circular entre alguns países. Assim, observa-se que a cidadania vinculada à nacionalidade vai cedendo espaço a uma cidadania desterritorializada, à cidadania européia, quando indivíduos provenientes de países não europeus e que possuem uma dupla cidadania baseada no critério *jus sanguinis* optam por residir em qualquer país da União não correspondente a sua segunda nacionalidade. Nessa perspectiva, tanto a dupla cidadania quanto a cidadania européia colocam em xeque a cidadania atrelada exclusivamente à nacionalidade e ao Estado-nação, ao demonstrarem que a cidadania está ultrapassando os limites nacionais e processando mudanças substanciais nesse mundo globalizado. Daí que as leis de nacionalidade de determinados Estados membros, ao permitirem a dupla cidadania baseada na ancestralidade e nos laços históricos com países não europeus, promovem uma maior fragmentação das fronteiras territoriais européias. Nesse sentido a cidadania tem apresentado seu caráter processual de mudanças e transformações na integração dos indivíduos à União Européia, permitindo a inclusão dos duplos cidadãos originários de países não europeus, enquanto se exclui a maioria dos imigrantes originários desses mesmos lugares.

Dentro da lógica de exclusão dos imigrantes extracomunitários, a dupla cidadania se apresenta como uma brecha para possibilitar a inclusão dos ítalo-brasileiros à Itália e à Europa. Todavia, se a lei de cidadania italiana preconiza o possível retorno dos descendentes, sua aplicabilidade tem sido questionada, haja vista a existência das longas filas de espera que se formaram nos consulados brasileiros, nas quais os descendentes aguardam, por vários anos, o reconhecimento de sua origem.

Como observado na pesquisa de campo, a demora para obter o reconhecimento da dupla cidadania em Belo Horizonte tem gerado angústias e frustrações nos descendentes que possuem

uma identificação com a Itália e sua cultura. As próximas páginas serão dedicadas, assim, a uma análise sobre a lei de cidadania italiana, sua aplicabilidade, os motivos pelos quais os descendentes solicitam seu reconhecimento, e a ainda, a identidade italiana conservada ou construída pelos ítalo-brasileiros na capital mineira.

4 CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÍTALO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA DUPLA CIDADANIA

A partir das reflexões abordadas no primeiro capítulo sobre a imigração italiana no Brasil e em Minas Gerais, no final do século XIX e início do século XX, e a inversão dos fluxos migratórios iniciada no final da década de 1980, com a participação dos ítalo-brasileiros em direção à Itália e aos Estados Unidos, bem como ainda da revisão teórica e conceitual apresentada no capítulo anterior, acerca das mudanças processadas nas configurações da cidadania atrelada à territorialidade do Estado-nação, objetiva-se, nesse presente capítulo, analisar o processo de construção da identidade ítalo-brasileira por meio da dupla cidadania, procurando compreender as dimensões dos diversos fatores que motivam os descendentes a pleitearem o reconhecimento desse direito. No bojo dessa relação entre dupla cidadania e identidade, tal tarefa requer também examinar a lei de cidadania italiana e sua aplicabilidade.

4.1 O Direito de Cidadania Italiana aos Descendentes de Imigrantes

Em 2007, uma reportagem veiculada pela revista *Veja* causou grande apreensão entre os ítalo-brasileiros, ao divulgar a informação segundo a qual os países da União Européia, cuja cidadania não é concedida pelo critério *jus sanguinis*, ou pelo menos não a concedem sem impor limite de gerações, estariam tomando medidas para controlar a cidadania italiana atribuída aos descendentes. A razão da pressão sobre a Itália seria sua flexível legislação, que privilegia o acesso de seus descendentes à União Européia em detrimento “daqueles de países vizinhos.”

Nesse contexto da possível limitação do direito de transmissão da cidadania italiana, um advogado entrevistado durante o trabalho de campo calculou existir quase sessenta milhões de italianos dentro da Itália, e aproximadamente o mesmo número de futuros italianos fora dela, de modo que, se esses quase sessenta milhões de futuros italianos resolvessem obter a cidadania para entrar na União Européia, poderiam gerar a ela sérios problemas de previdência e assistência social.

Porque os países lá estão preparados pra um número X de pessoas a serem atendidas nas escolas, transporte público...Se você injeta dez, vinte milhões de pessoas a mais, que na verdade nunca contribuíram financeiramente pro balanço...isso vai gerar um problema de estrutura. Eu acredito que a Europa, depois que ela acabar com todos aqueles que não são legalmente residentes, [como] albaneses, argelinos, iuguslavos, marroquinos... o dia que ela acabar com isso, aí o segundo ponto vai ser, talvez, acabar com os italianos de cidadania adquirida. Talvez não. Não posso prever. (André, advogado, italiano nato, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 23/01/2007).

Mas a polêmica gerada em torno dessa discussão referente ao controle da atribuição da cidadania italiana, apresenta divergências até mesmo entre as autoridades entrevistadas. De acordo com outra advogada, representante do COMITES, não há necessidade de preocupação por parte da Itália ou da União Européia com relação ao retorno em massa dos descendentes, pois embora nem todos os ítalo-brasileiros tenham fortunas, grande parte deles possui formação educacional, profissão, e uma vida bem estruturada no Brasil. A própria Itália, segundo o professor de uma universidade italiana, também entrevistado durante a pesquisa, não manifesta interesse em por fim à concessão da dupla cidadania aos brasileiros descendentes, porque não sente isso como um problema, uma vez que é modesto o número de ítalo-brasileiros retornados, fenômeno nem de longe semelhante ao dos brasileiros para os quais os Estados Unidos e o Japão se constituem como principais países de destino, e para onde formaram correntes migratórias bastante expressivas. Conforme pôde relatar, o retorno dos ítalo-brasileiros para a Itália é também diferente do retorno dos ítalo-argentinos, sendo este último motivado por interesses econômicos, em função da permanente crise financeira enfrentada pela Argentina. Além disso, segundo narrou, os ítalo-argentinos quando emigram para a Itália, rapidamente procuram a Espanha como destino, devido à familiaridade com a língua. No caso brasileiro, não acredita que os ítalo-descendentes estejam utilizando a cidadania italiana para se estabelecerem em Portugal.

Segundo outra autoridade entrevistada, vários projetos de leis já foram encaminhados ao Senado e à Câmara italianos, no sentido de restringir a cidadania aos descendentes. Entre eles estava o que propunha a atribuição da cidadania pelo critério *jus soli*, ou seja, para todos os indivíduos nascidos em território italiano, o que contemplaria os filhos de imigrantes nascidos na Itália, mas acabaria com a cidadania adquirida pelos descendentes. Um segundo projeto propunha limites na transmissão da cidadania até a segunda geração, que excluiria o direito dos descendentes de tataravôs italianos, enquanto outra proposta referia-se a obrigatoriedade do conhecimento da língua italiana pelo descendente, condicionando o reconhecimento da cidadania à sua aprovação no exame de línguas. Contudo, embora várias propostas tenham sido

encaminhadas ao parlamento italiano, no sentido de restringir a cidadania, o único projeto que está para ser aprovado é justamente uma proposta de abertura, referente à abolição das restrições ao direito de cidadania via matrilinear, cujo objetivo é conceder a cidadania aos descendentes de mãe italiana, nascidos antes de 1948. Assim sendo, a partir de sua aprovação o ano de 1948 não será mais adotado como critério balizador daqueles que possuem ou não o direito de se tornarem cidadãos italianos. Já as demais propostas foram julgadas inconstitucionais, por ferirem o critério *jus sanguinis* da lei de cidadania prevista pela constituição nacional, na qual se diz que todo indivíduo possuidor de sangue italiano é italiano desde seu nascimento, ainda que este fato tenha ocorrido em terra estrangeira.

De acordo com a entrevista dessa última autoridade citada, a Itália jamais pensou que os descendentes pudessem para ela retornar, bem como jamais incentivou esse retorno. E, talvez, esse tenha sido o seu erro, porque se tivesse, no final da década de 1980 e início de 1990, se dado conta de que teria tanto potencial na América Latina, e especialmente no Brasil, provavelmente tivesse adotado uma política exterior de incentivo ao retorno dos descendentes para ocupar os postos de trabalho de que o país dispunha, e que acabaram sendo preenchidos por imigrantes do Leste Europeu e da África.

Naquele momento a Itália precisava de mão-de-obra, e ela podia ter buscado essa mão-de-obra nesses descendentes de imigrantes de origens italianas que haviam aqui. Como ela não pensou nisso, acabou abrindo as portas à outra imigração, que é a imigração do Leste Europeu e da África, e acabou enchendo a Itália de estrangeiros. E hoje, quando o ítalo-descendente tem desejo de retornar à Itália em busca de um posto de trabalho, já foi ocupado por um estrangeiro. Foi uma falta de visão do governo naquele momento. (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008).

Para essa autoridade entrevistada, a Itália continua não acreditando no retorno dos descendentes para fins profissionais, uma vez que seu mercado de trabalho já está bastante saturado, e as ocupações mais humildes de que dispõe não oferecem condições de se viver confortavelmente, já que o custo de vida italiano é considerado alto em relação ao Brasil. Além disso, segundo comentou, outros elementos dificultam a adaptação do brasileiro ao país, como as baixas temperaturas.

Na contramão do que diz essa autoridade, para alguns ítalo-brasileiros a Itália, cuja população está bastante envelhecida, deve estar interessada em estimular o retorno dos descendentes jovens, para que estes possam trabalhar e contribuir com a previdência social, como

é o caso de Néelson, para o qual a razão do interesse do governo italiano sobre a mão-de-obra dos jovens brasileiros descendentes, é ancorada no fato deles também carregarem o sangue italiano, e dessa forma, não representarem uma possível fonte geradora de choques culturais.

Conforme salienta, com a concessão da cidadania

o governo está facilitando que as pessoas do terceiro mundo possam regressar. Mas o quê ele quer? Pelo menos que regresse gente que tem um pouco do sangue italiano, pra não chegar lá e ter choques com os costumes. O pensamento de concessão da cidadania é mais ou menos esse. (Nelson, advogado, bisneto de italianos, 28 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 09/01/2008).

Sob essa perspectiva da divergência presente nas falas narradas por descendentes e autoridades entrevistados, no que concerne aos interesses da Itália em estimular a concessão da dupla cidadania e o retorno dos ítalo-brasileiros, já que alguns salientam que esse retorno levaria ao estrangulamento da previdência social, enquanto outros o percebem como solução, dado à possibilidade dos descendentes poderem trabalhar e participar das contribuições sociais, de modo a arcar com a previdência dos inativos, que por sua vez representam a maior parcela da população italiana, as evidências empíricas indicaram algumas contradições entre o que de direito é garantido aos ítalo-brasileiros, através da lei de cidadania italiana, e o que de fato desse direito é cumprido pelas instituições italianas.

Mas segundo as autoridades entrevistadas, se por um lado a Itália já conta com um mercado de trabalho saturado, sobretudo pela presença de imigrantes de terceiros países, e por isso não tem interesse em estimular o retorno dos descendentes, por outro lado o país também não pode extinguir o reconhecimento da cidadania italiana transmitida pela consangüinidade, visto que essa medida contraria a legislação vigente. E apesar da ausência de estímulo por parte do governo italiano, é com base nesse direito garantido pelas leis italianas que os ítalo-brasileiros, cada vez em maior número, procuram advogados e órgãos consulares para se inteirarem sobre o processo que lhes possibilitem se tornarem duplos cidadãos, como será abordado a seguir.

4.1.1 Legislação Referente à Dupla Cidadania: Abrangência e Restrições.

No final do século XIX e início do século XX, a Itália presenciou a emigração em massa de sua população que buscava em outros territórios, sobretudo nas Américas, oportunidades de sobrevivência e melhores condições de vida.

Em 1912, face à preocupação do Parlamento italiano com esses intensos ciclos de emigração, foi criada a lei de cidadania baseada no critério *jus sanguinis*, ou direito de sangue. Acreditava-se na possibilidade desses cidadãos italianos que estavam emigrando para o Brasil, Argentina e Estados Unidos, fazerem fortuna no exterior e depois voltarem para sua pátria. Desse modo, pensava-se que o futuro retorno desses italianos emigrantes seria acompanhado dos seus filhos nascidos em outros países, e que, portanto tornava-se ético atribuir a cidadania italiana também a esses últimos.

Não obstante a possibilidade de retorno prevista em lei, a grande maioria dos italianos que para o Brasil emigrou no final do século XIX e início do século XX, jamais retornou com seus filhos para a Itália, e só em tempos mais recentes os descendentes de terceira e quarta geração redescobriram a lei de 1912, e estão fazendo o caminho inverso de seus ascendentes imigrantes.

A aquisição da cidadania italiana pelos brasileiros descendentes de imigrantes não exclui a cidadania brasileira, visto que não se trata de processo de naturalização italiana, mas do reconhecimento de uma cidadania originária, existente desde o nascimento do descendente. Isso acontece porque o princípio de atribuição da cidadania italiana está ancorada no direito *jus sanguinis*, ou direito de sangue, cuja transmissão é garantida pela descendência, independente do local de nascimento, e sem limites de geração.

De acordo com esse princípio, Sgarbossa esclarece que o texto da constituição brasileira de 1988 já previa a perda da nacionalidade brasileira em caso de naturalização, e a emenda constitucional de revisão, datada de 1994, veio confirmar a possibilidade de se reconhecer a cidadania originária pela lei estrangeira, sem acarretar perda da cidadania brasileira, visto que ficou claro não se tratar de processo de naturalização. Por isso pode se falar em dupla cidadania, “uma vez que o indivíduo preenche todos os requisitos para ser cidadão italiano, conforme a lei

italiana, e todos os requisitos para ser cidadão brasileiro, conforme a lei brasileira.”³⁹ (SGARBOSSA, 2008, p.22).

O processo para obter a cidadania italiana consiste em provar a descendência, apresentando no consulado a documentação com as certidões de nascimento⁴⁰, casamento e óbito do imigrante italiano, e de todos os descendentes em cadeia genealógica, geração por geração, até chegar ao requerente do pedido de reconhecimento da cidadania. A esses documentos, que visam comprovar a cidadania italiana do imigrante, nascido na Itália, e sua transmissão às gerações de descendentes nascidos no Brasil, soma-se a certidão negativa de naturalização do imigrante, obtida junto ao Ministério da Justiça, em Brasília, cujo objetivo é também provar que o ascendente não perdeu a cidadania italiana através de processo de naturalização, e que portanto não há qualquer impedimento para sua transmissão às gerações de descendentes.

Na lei de cidadania italiana de 1912, conforme esclarece Sgarbossa (2008), a naturalização do imigrante em outra nacionalidade acarretava a perda de sua cidadania originária, e impedia a transmissão dessa cidadania aos filhos nascidos após a naturalização, pois que não se transmite o que não se tem, bem como retirava ainda a cidadania dos filhos nascidos antes da naturalização, caso fossem menores, não emancipados, e residissem com os pais em país estrangeiro.

Daí a importância de se apresentar a certidão negativa de naturalização ao consulado, como exigência para o reconhecimento da cidadania italiana, pois é preciso verificar se o requerente possui de fato direito ao reconhecimento, ou se perdeu esse direito pela naturalização de seu ascendente italiano.⁴¹

Mas além da naturalização existem outros dois fatores que se constituem como impedimentos legais para a transmissão da cidadania, que Sgarbossa (2008) denominou de restrições geográficas e restrições de gênero. No primeiro caso, como os limites geográficos

³⁹ A legislação brasileira não concede a dupla cidadania, mas admite os casos em que países estrangeiros possibilitam o reconhecimento de uma segunda cidadania. Desse modo, por não se tratar de naturalização, o reconhecimento da cidadania estrangeira não implica em perda da cidadania brasileira, tornando possível ao duplo cidadão gozar dos direitos garantidos pela constituição dos dois países.

⁴⁰ Como o registro civil tornou-se obrigatório na Itália a partir de 1870, os imigrantes nascidos antes dessa data possuem registro somente junto à Igreja. Nesses casos, a certidão de nascimento pode ser substituída pela certidão de batismo, desde que esta última seja emitida por autoridade religiosa e reconhecida pela Cúria Diocesana. (SGARBOSSA, 2008, p. 78).

⁴¹ Atualmente, com a nova lei de cidadania italiana datada de fevereiro de 1992, a perda da cidadania originária não mais acontece automaticamente pela naturalização, mas somente nos casos em que o naturalizado expressa renúncia da mesma.

italianos se alteraram muito até à Unificação, e após esse período se processaram novas reconfigurações das fronteiras do país, existem descendentes de imigrantes provenientes de territórios que hoje pertencem à Itália, mas que pertenciam ao Império Austro Húngaro, na época da grande emigração em massa, como é o caso dos descendentes de imigrantes oriundos da região do Trentino-Alto Adige e das províncias da atual região do Vêneto. Os imigrantes que saíram destes territórios antes de sua anexação à Itália, não possuíam cidadania italiana e por isso não podiam transmiti-la aos descendentes. Entretanto, para o caso dos trentinos, no ano de 2000

[...] foi aprovada a Lei 379 que concedeu um prazo de cinco anos para que os descendentes de imigrantes oriundos de tais territórios fizessem a opção [pela cidadania italiana], sendo que o prazo final é 20.12.2005. Há projeto de lei tramitando no Parlamento italiano para excluir o prazo, tornando o reconhecimento possível sem limite de tempo. (SGARBOSSA, 2008, p.).

O outro fator de impedimento, referente ao gênero, diz respeito à transmissão da cidadania pelo lado feminino, pois como já foi dito, apesar de não haver limites de gerações para se requerer a cidadania italiana, nem ser necessário possuir ascendentes vivos, pela legislação italiana, que é patrilinear, a descendência é sempre transmitida pelo lado masculino, ou seja, pelo pai, sendo que as mulheres só transmitem a cidadania aos filhos nascidos após 01/01/1948.

Ainda sobre esse assunto, como observa Savoldi (1998) a lei de 1912 reconhecia a cidadania somente aos filhos de italianos do sexo masculino, porque assim as mulheres italianas casadas com estrangeiros não podiam transmitir a cidadania aos seus descendentes, pelo simples fato de elas mesmas não gozarem dos direitos de cidadania. Segundo a autora, essa era a forma encontrada pelo regime monárquico italiano, que perdurou até 1946, de impedir a divisão do patrimônio dos herdeiros do reino, e apenas com a nova constituição da República italiana de 1948, a legislação foi revista e as mulheres passaram a ser incluídas nos plenos direitos de cidadania, podendo inclusive transmiti-la aos seus descendentes, ainda que estes fossem filhos de pais estrangeiros. Entretanto, a constituição que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1948 não dispunha de poder para revogar a lei de 1912 e tornar possível que filhos de mães italianas nascidos antes dessa data também pudessem obter o direito de cidadania. Em 1992 a nova lei de cidadania substituiu a lei 555 de 1912, embora tenha se mantido de acordo com a última constituição, que é de 1948. Desse modo, tal legislação ainda permite que seja possível entre irmãos, alguns desfrutarem o direito de cidadania quando nascidos após 1948, e outros não gozarem do mesmo direito por terem nascido antes desse ano. Esse é o exemplo de uma ítalo-

brasileira nascida em Belo Horizonte, para a qual essa legislação parece injusta, na medida em que contemplou apenas uma parte de sua família.

na minha casa eu sou a mais nova de seis filhos. Então, só eu e minha irmã logo acima de mim é que temos a cidadania, porque só nós nascemos depois de 1948. Os meus irmãos nasceram antes, eles não podem ter a cidadania. É o negócio mais esquisito do mundo. A constituição tinha que dizer que a partir de 1948 as mulheres tinham direitos civis, mas tinha que ser retroativo. Como uma mãe tem dois filhos, um é italiano e o outro não é? Então os meus irmãos sempre ficaram com muita curiosidade de eu ser italiana, de eu ter a cidadania. Por exemplo, essa semana chegou o meu passaporte novo e ontem eu falei pelo *skype* com meu irmão no Rio [de Janeiro]. Eu tive que mostrar pra ele, pela câmera. É uma coisa alegre. Acho que todo mundo gosta de ter sua origem reconhecida. (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

Outro exemplo que confirma a incoerência da lei italiana, referente à transmissão da cidadania pelo lado materno, é citado por uma advogada entrevistada, que embora o considere exagerado, diz possibilitar fazer importantes reflexões. Desse modo, conforme narrou em seu hipotético exemplo:

Uma mãe esta grávida de gêmeos. No dia 31 de dezembro de 1947, às onze e quarenta e cinco da noite nasce o primeiro filho. O segundo gêmeo nasce nos dez primeiros minutos do dia 1º de janeiro de 1948. Um tem direito [à cidadania] e o outro não. Mas é a lei... Eu tenho primos, filhos de mãe italiana viva, que nasceram antes de 1948 e não têm direito. Os que nasceram depois, da mesma mãe, têm a cidadania e o passaporte... Claro que isso vai ser modificado, mas não há perspectiva para quando. Mais dia menos dia essa lei vai cair. Mas isso depende da tramitação no congresso italiano. (Patrícia, advogada e tradutora juramentada, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte, neta de italianos, 63 anos. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 11/01/2008).

Há, portanto, uma disparidade no ordenamento jurídico italiano cuja constituição prevê a isonomia entre os sexos, mas na prática não garante os mesmos direitos entre homens e mulheres na transmissão da cidadania. De acordo com Savoldi (1998) e Sgarbossa (2008), há notícias de processos judiciais em que foram realizados reconhecimentos de cidadania para descendentes nascidos antes de 1948. Entretanto, o reconhecimento via processo judicial demanda altos custos, deve ser feito na própria Itália, e é bastante moroso.

Segundo reportagem da revista *Veja*, em 2007, tornou-se uma emenda constitucional o projeto de lei proposto pelo deputado ítalo-argentino Ricardo Antônio Melo, que garantirá em

breve a igualdade de gênero prevista pela constituição italiana, com inclusão dos descendentes de mães italianas, nascidos antes de 1948, nos direitos de cidadania. E desse modo, apesar de já terem sido apresentados ao Senado italiano vários projetos com o objetivo de restringir a cidadania aos descendentes, o único que está para se tornar lei é justamente este, com características de abrangência, e não de restrição da cidadania.

Outros obstáculos à regularização da cidadania italiana referem-se à obtenção da documentação necessária, sobretudo a certidão de nascimento ou de batismo do ascendente imigrante, quando os descendentes desconhecem o nome da cidade, província, ou até mesmo da região de onde vieram seus antepassados, para começarem a busca desses documentos. Como a certidão de nascimento ou de batismo do imigrante são essenciais para se dar entrada no processo de cidadania, uma vez que comprovam sua origem, e se realmente possuía a cidadania para então transmiti-la aos descendentes, torna-se importante saber o nome da cidade onde nasceu, foi registrado e batizado, para então se realizar a procura desses documentos.

Nos casos em que os descendentes não possuem informações sobre o local de nascimento do imigrante, a tarefa se torna difícil porque, de acordo com Sgarbossa (2008) a Itália possui cerca de vinte regiões divididas em diversas províncias, compostas por mais ou menos cinco mil municípios. Cada município possui várias paróquias, e uma vez que a divisão político-administrativa não corresponde à divisão eclesiástica, essas paróquias podem estar localizadas em uma província, mas pertencer à outra.⁴² E ainda, conforme constatado por Salvoldi (1998, p.91) e pela pesquisa de campo dessa dissertação, são poucos os casos em que se encontram registrados nas certidões de casamento e óbito do ascendente, os nomes da região, província, ou comuni de origem do mesmo. É mais comum encontrar apenas as vagas expressões “nascido na”, “natural da Itália”, ou “natural do reino da Itália”, e mesmo quando os nomes dos municípios se encontram nas certidões, pode ocorrer deles já não existirem mais com o mesmo nome, ou não se referirem às cidades italianas, mas apenas às frações delas, que correspondem no Brasil aos distritos municipais. Além disso, como os imigrantes que vieram para o Brasil tiveram seus nomes traduzidos ou aportuguesados nos registros públicos, os nomes e sobrenomes que constam

⁴² Antes de 1870 não havia registro civil na Itália, e mesmo após essa data alguns camponeses não o faziam, fosse pelas grandes distâncias, carência de recursos materiais ou qualquer outro motivo. Por outro lado, o povo italiano era bastante religioso, e ainda que não efetivassem o registro civil de seus filhos, não deixavam de batizá-los na igreja, o que gerava um outro tipo de registro: a certidão de batismo. Desse modo, “para períodos anteriores a 1870, somente na igreja deve ser procedida a busca. Após 1870, tanto na igreja quanto nos comuni [cidades].” (SGARBOSSA, 2008, p.49).

nos cartórios brasileiros, em geral não são os mesmos que constam nos cartórios italianos, o que dificulta mais ainda a localização dos documentos, e faz com que os descendentes se vejam impelidos a contratarem os serviços de advogados especializados para efetuarem as buscas dessas certidões.

4.1.2 Intermediários Para Obtenção da Dupla Cidadania: o Papel dos Advogados

Devido às dificuldades encontradas pelos descendentes na pesquisa de sua origem familiar, bem como na localização dos documentos de seus ascendentes imigrantes nos cartórios brasileiros e italianos, alguns escritórios de advocacia se especializaram em fazer os processos de dupla cidadania.

Na página do Consulado, disponível na *internet*⁴³, são divulgadas informações sobre os procedimentos de busca dos documentos e montagem desses processos, que segundo as autoridades entrevistadas, não precisam ser realizados por advogados, exceto os casos que demandam retificação dos nomes grafados incorretamente nas certidões de casamento e óbito, devendo o requerente corrigi-los através de serviços advocatícios, junto ao fórum. Com exceção desses casos, os descendentes precisam apenas dos advogados quando estes são juramentados, para traduzirem seus documentos, e só pagam pelos custos da tradução.⁴⁴ O próprio COMITES e o patronato italiano oferecem consultoria gratuita para orientar os descendentes a realizarem sozinhos seus processos de cidadania. Entretanto, muitos não têm interesse, ou não possuem tempo e disponibilidade para fazer as pesquisas e buscas das certidões, acabando por recorrer aos escritórios de advocacia.

As maiores dificuldades encontradas pelos descendentes se dão quando a família não guardou as certidões de nascimento, casamento e óbito do ascendente italiano, que devem ser inseridas dentro do processo juntamente com a certidão negativa de naturalização do imigrante. Em alguns casos a família não sabe como localizar nem mesmo os documentos emitidos no

⁴³ http://www.conselohorizonte.esteri.it/Consolato_BeloHorizonte

⁴⁴ Ainda que os descendentes ou advogados dominem o idioma italiano, a tradução só pode ser realizada por advogados juramentados pelo Consulado, ou pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Brasil, porque não possui informações de onde o ascendente italiano se casou, ou faleceu. No caso das certidões emitidas na Itália, como as de nascimento e de batismo, normalmente as dificuldades dizem respeito à localização da cidade onde nasceu o imigrante italiano, e conseqüentemente, do cartório ou igreja onde se possa procurar por esses documentos. Assim, o trabalho de pesquisa torna-se essencial, mas pode demorar e se arrastar por vários anos.

Um advogado entrevistado disse ter conhecido pessoas que sozinhas deram início ao processo de busca dos documentos, e conseguiram obter sucesso até determinado ponto, mas por falta de informações precisas acabaram procurando as certidões nos lugares errados, o que fez emperrar todo o processo. Como essas pessoas não tinham interesses imediatos na cidadania, porque entendiam que não era algo que pudesse lhes trazer algum retorno naquele momento, optaram por interromper a pesquisa, que ficou parada por três ou quatro anos, até que um parente informou o local onde o imigrante se casou. Daí recomeçaram todo o processo de pesquisa no momento em que os primeiros documentos traduzidos já se encontravam vencidos, tornando-se necessário validá-los novamente. Desse modo, concluiu o advogado, pelo fato do descendente não ter contratado um serviço especializado, a primeira impressão é de que o processo não lhe custou caro, enquanto, na realidade, acabou desperdiçando tempo e dinheiro realizando pesquisas em lugares errados. Portanto, mesmo que o requerente queira fazer o processo de cidadania sozinho, sem ajuda de um profissional, acaba por pagar um valor alto, pois que o custo das viagens para localizar as certidões, quer seja nas cidades brasileiras ou na Itália, somado ao custo das traduções, onera sobremaneira todo o processo. Além disso, há que se considerar o fator tempo, uma vez que os processos de cidadania conduzidos pelos próprios requerentes tendem a demorar mais, haja vista que os mesmos normalmente fazem buscas de documentos em lugares errados.

Para o entrevistado, o papel do advogado no processo de cidadania, como em qualquer outro, é vender informações, e por já ter montado outros processos e possuir experiência na área, pode utilizar o conhecimento e informações que dispõe sobre os melhores caminhos a seguir, para montar o processo de cidadania mais rápido do que o descendente sozinho conseguiria fazer.

Entretanto, há que se considerar que alguns advogados atuam como especuladores, na medida em que cobram valores exorbitantes para montarem o processo, especialmente nos casos em que buscam os documentos na Itália, como narrou uma entrevistada.

Esse advogado que eu conheço, ele arruma dez pessoas, cobra um valor altíssimo e vai pra Itália, fica lá um mês, passeia, pega os documentos, que são de graça, e volta. Ganha rios de dinheiro...Ele pega dez famílias, por exemplo, cobra dez, doze mil reais de cada uma. (Patrícia, advogada e tradutora juramentada, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte, neta de italianos, 63 anos. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 11/01/2008).

Uma reportagem do jornal “Estado de Minas”, de maio de 2007, também informa sobre os casos em que escritórios de advocacia de Belo Horizonte atuam direto na Itália, para agilizar os processos de cidadania. Conforme é descrito, o requerente deve ir pessoalmente até à Itália e alugar um apartamento que comprove sua residência⁴⁵, matricular-se num curso de italiano, e depois de solicitar a cidadania, aguardar em casa a inspeção das autoridades locais. Para o advogado Eduardo Chelotti, citado nessa mesma reportagem, a aventura de obter o reconhecimento da cidadania direto na Itália não custa menos que 18 mil reais, sendo 6 mil reais referentes aos honorários advocatícios.

Para os descendentes que não conhecem a Itália nem dominam o idioma do país, torna-se inviável viajarem sozinhos para obterem a cidadania, e são nesses casos que o advogado, ou vai junto para orientá-los, ou atua com parceiros na Itália que possam acompanhá-los no andamento do processo. Uma advogada que trabalha em parceria com um escritório localizado na Itália, disse que quando alguém lhe pede indicação, ela telefona para lá, avisa que está encaminhando um descendente e pede para a pessoa esperá-lo no aeroporto. Essa pessoa arruma casa, o *permesso di soggiorno*, bem como vai até a *comuni* (cidade) onde nasceu o imigrante italiano, a fim de localizar os documentos. O custo para o descendente ficar durante um mês na Itália e voltar com a cidadania, disse a entrevistada, gira em torno de 2.500 a 2.800 euros.

Embora os custos sejam elevados, a legislação italiana oferece ao descendente a possibilidade de partir para a Itália e lá obter a cidadania mais rapidamente, e ainda que esse tempo possa sofrer variações, dependendo da facilidade ou dificuldade de se localizar os documentos, o processo pode demorar no máximo alguns meses, enquanto no Brasil as filas dos

⁴⁵ Uma descendente morou na Itália e lá conseguiu obter o reconhecimento de sua cidadania. Em entrevista, disse que o maior obstáculo para tirar a cidadania é a comprovação da residência, sobretudo quando a pessoa trabalha em serviços domésticos, morando na casa de seus patrões. Sua sorte é que seu patrão dispunha de um apartamento vazio em Milão, e lhe deu autorização para usar o endereço como se fosse o seu local de residência. E acrescenta que entre os brasileiros na Itália, é comum a prática de venda de endereços: “Então, lá na Itália, entre os brasileiros, rola muito a venda de endereços. E depois os fiscais vão na casa confirmar se a pessoa mora lá. Quem está fala assim: ‘mora, mas saiu. Não está no momento.’”

Em outros casos, os descendentes alugam apartamentos e formam repúblicas com o intuito de obter um endereço fixo que lhes possibilitem legalizar a cidadania.

consulados se arrastam por longos anos. Segundo informações de uma entrevistada, em algumas *comunis* italianas é possível conseguir a cidadania dentro de um mês, enquanto nos grandes centros como Roma, Milão e Torino o processo se torna mais demorado. Conforme narrou, nesta última cidade os processos estão sendo liberados com cerca de oito meses, período este em que o descendente deve ficar residindo no país com visto de permanência, já que o prazo para turistas é de apenas três meses. Entretanto, como o visto de permanência não dá à pessoa o direito de trabalhar legalmente dentro do país, ela deve dispor de recursos financeiros para se manter, sem precisar exercer atividades laborais com vínculo empregatício durante esse tempo.

Nesse sentido Sgarbossa descreve as vantagens e desvantagens de se fazer o requerimento de cidadania diretamente na Itália:

A vantagem oferecida pelo requerimento na Itália é, evidentemente, o curto prazo para obtenção do reconhecimento, mínimo em comparação com a demora junto aos consulados. A principal desvantagem, no entanto, é o custo, eis que pode ser necessário ficar na Itália vários meses, com todas as despesas daí decorrentes, e sem autorização para trabalhar. Outra desvantagem é que somente admite o pedido individual, para a pessoa que esteja legalmente na Itália. (SGARBOSSA, 2008, p.93).

Para alguns entrevistados que aguardam o reconhecimento da cidadania nas filas do consulado italiano em Belo Horizonte, entrar com o requerimento da cidadania diretamente na Itália não é para eles uma possibilidade real, devido os elevados custos financeiros que esse ato implica. E diante dessa situação, costumam questionar a lei de cidadania italiana e o trabalho realizado pelo consulado na capital mineira.

4.1.3 A Lei de Cidadania Italiana e os Limites de sua Aplicabilidade: as Longas Filas de Espera no Consulado

Os ítalo-brasileiros que solicitaram o reconhecimento da cidadania italiana em meados da década de 1980 e início da década seguinte encontraram maior facilidade e rapidez no andamento e conclusão de seu processo. As dificuldades encontradas, nesse período, ainda não se referiam à burocracia e morosidade dos serviços consulares, mas à própria localização dos documentos, tradução e correção dos nomes grafados de modo incorreto. Alguns entrevistados relataram que a

conclusão de seu processo com o reconhecimento da cidadania, durou poucos meses ou no máximo dois anos, realidade bastante diferente da atual.

Atualmente, a carência de funcionários nos consulados para atender o aumento das solicitações de reconhecimento da cidadania italiana faz com que os processos se arrastem por vários anos em lista de espera, como confirma Sgarbossa:

Devido ao enorme volume de requerimentos de reconhecimento da cidadania por parte dos descendentes de imigrantes recebido pelos consulados, assim como a carência de pessoal e estrutura dos mesmos, o que ocasiona uma demora de vários anos na análise e decisão dos processos, generalizou-se entre os diversos consulados a prática de instituir uma lista de espera. (SGARBOSSA, 2008, p.51).

Segundo números da Embaixada da Itália, em Brasília, existem cerca de 25 milhões de descendentes de italianos no Brasil, dentre os quais cerca de 215 mil já obtiveram o reconhecimento da cidadania, e praticamente o dobro, aproximadamente 500 mil estão aguardando na fila de espera. (FILA..., 2008, p.1). Desses últimos, conforme relato de uma autoridade entrevistada, cerca de 15 a 20 mil pertencem à lista do Consulado de Belo Horizonte, onde aguardam desde 2001 a análise de seus processos. Por outro lado, dos 98 funcionários dos seis consulados italianos no Brasil, apenas 10 estão em Belo Horizonte para atender toda a comunidade italiana local, composta pelos italianos natos que para cá vieram, mais os descendentes de imigrantes com cidadania já reconhecida, que juntos somam cerca de 15 mil pessoas. Sobre as demandas desses 15 mil italianos natos e reconhecidos é que recai o atendimento prioritário no Consulado, pois o reduzido número de funcionários não é suficiente para atender com eficácia os outros quase 20 mil que ainda aguardam o reconhecimento da cidadania na fila de espera, como fica claro nas palavras da entrevistada:

Essa não foi uma política prevista pelo governo italiano. Então esses descendentes chegam no Consulado [de Belo Horizonte] e dividem as tarefas com os outros 15 mil italianos que já estão lá inscritos. E ainda reclamam: 'ah! Eu não sou atendido!'. Os outros 15 mil têm quer ser atendidos porque já são cidadãos italianos e têm direito a ser, vocês ainda não são. Então, por isso acabam ficando na espera, e acaba demorando tanto...porque a prioridade é para os 15 mil que já estão inscritos. (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008.).

A depoente reconsidera sua fala e diz que na verdade os descendentes que estão na fila do consulado já são italianos, e estão apenas aguardando o reconhecimento de sua cidadania. Assim

sendo, eles possuem os mesmos direitos que têm os cidadãos italianos natos ou já reconhecidos, de serem atendidos, mas na prática, infelizmente, não há um número de funcionários suficiente para atendê-los.

Além das tarefas referentes às relações diplomáticas entre Brasil e Itália, o consulado também atende a comunidade italiana local em assuntos relacionados à passaportes, certificados, carteiras de motorista e outros documentos, não restando-lhe, dentro desse enxuto quadro de pessoal, mais que um ou dois funcionários para atender os processos de cidadania. Esta desproporcional relação entre o reduzido número de funcionários e a crescente demanda por pedidos de dupla cidadania dificulta a aplicabilidade da lei de cidadania italiana baseada no critério “*jus sanguinis*”, como esclarece a entrevistada:

O problema sério é esse. A lei existe, sempre existiu, está na Constituição, mas nunca houve demanda. E um belo dia, as pessoas começaram a ter dificuldades e falaram: ‘eu tenho a oportunidade de tentar algo melhor lá fora, então eu vou apresentar a solicitação de cidadania.’ O consulado não tinha preparo, não tinha funcionários, nem verba pra isso. O governo italiano nunca estipulou verba pra isso, nunca estimou esse número, nunca gerou recursos pra essas pessoas obterem a cidadania com mais rapidez. (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008).

Para essa autoridade, uma alternativa seria o governo italiano enviar mais pessoas da Itália para reforçar o quadro de funcionários da rede consular, a fim de atender exclusivamente a legalização da cidadania, mas como essa força tarefa demandaria mais gasto, pois seria necessário alocar recursos para manter esses funcionários trabalhando aqui no Brasil, até o momento não houve qualquer movimentação do governo italiano nesse sentido. Diante do exposto, os consulados solicitaram autorização para contratar e treinar localmente seu quadro de pessoal, e remunerá-lo com salários equiparados aos brasileiros, cujos valores são mais baixos que os pagos aos funcionários italianos. Todavia, os sindicatos italianos se opuseram a essa medida e exigiram proteção aos trabalhadores nacionais, que não deveriam deixar seus postos de trabalho serem tomados e ocupados por brasileiros. Em decorrência dessa tensão entre governo e sindicatos, estes últimos saíram vitoriosos, e os consulados da Itália no Brasil não puderam contratar mão-de-obra local para atender os processos de cidadania. Resultado disso é o crescimento do número de descendentes nas filas de espera, aguardando o reconhecimento de um direito, que embora seja amparado por lei, na prática está cada vez mais difícil de ser concretizado. Em tom de descontentamento e desabafo, a depoente fez o seguinte comentário:

A gente acha que ficar junto com 558 mil na fila de espera é uma injustiça, porque é uma coisa que o governo deveria absolutamente resolver. Se a lei existe, é obrigação do governo torná-la praticável. Senão, vamos eliminar a lei. Não tem como você criar uma lei, se não tem condições de aplicá-la. (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008).

De acordo com a fala dessa autoridade, o COMITES, juntamente com o Consulado e a Embaixada da Itália no Brasil enviaram uma carta ao Ministério solicitando uma resolução urgente para o problema das gigantes filas de descendentes, que aguardam há anos o reconhecimento de sua cidadania. Segundo informou, foi solicitado o envio do dobro de funcionários que atualmente trabalham na rede consular, para que se possa, enfim, resolver definitivamente essa questão.

Outro ponto relevante a ser considerado, é que o governo italiano envia para o Consulado verbas com valores correspondentes ao número de italianos inscritos, e assim, na medida em que os descendentes que aguardam na fila são reconhecidos cidadãos e incorporados a essa lista de italianos assistidos, aumenta o valor das verbas a serem enviadas. Isso demanda um certo jogo político e explica, em parte, o desinteresse do governo italiano em oferecer condições aos Consulados para que estes possam agilizar o atendimento dos processos de cidadania.

Para outra entrevistada, também ligada ao Comitês, se a Itália possui um banco de dados com os nomes dos cidadãos italianos residentes no exterior, e consegue fazer com que esses cidadãos participem do processo eleitoral, ela também deveria promover a informatização dos processos de cidadania para que estes se tornassem mais ágeis, pois como informou, atualmente todos os processos são arquivados em pastas físicas, e por isso demandam mais tempo para serem procurados e localizados. Além disso, as filas para obtenção da cidadania italiana estão longas porque nela estão também inclusas pessoas que não possuem a mínima possibilidade de comprovarem sua descendência. Como não é necessário estar com o processo todo pronto para dar entrada do pedido no Consulado, mas apenas entregar um requerimento, ocorre de muitas pessoas serem chamadas para apresentarem a documentação e só aí ser descoberto que elas não possuem a menor idéia de que lugar na Itália seu ancestral nasceu, para que se possa fazer a busca das certidões. Outras perderam o direito à cidadania porque o imigrante que veio para o Brasil se naturalizou brasileiro, e há ainda os casos daqueles que entram com o requerimento, se mudam e

não solicitam alteração de endereço no consulado, tornando impossível sua localização na época de apresentar os documentos.

Segundo uma entrevistada, se os descendentes, ao depositarem o requerimento no Consulado, entregassem o documento do Ministério da Justiça comprovando que seu ascendente italiano não se naturalizou brasileiro, certamente as filas seriam menores, porque nelas estariam apenas as pessoas com direito a obterem o reconhecimento da cidadania.

Antes de você começar com o processo, a primeira coisa que você tem que saber é se o imigrante foi ou não naturalizado [brasileiro]. Se Brasília manda falando que ele não foi naturalizado, a partir daí você tem direito de lutar pelos seus objetivos, seus ideais. [Essa informação] tiraria muita gente da fila, porque também não adianta nada mandar o nome pro consulado, e não saber se tem o direito... Quer dizer, a pessoa vai ser apenas mais um na fila, de mais de 15 mil. (Isabela, decoradora, bisneta de italianos, 47 anos, bairro Cidade Jardim. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008).

Isabela aguarda há dois anos na fila, e criticou o serviço do Consulado. Ela disse que sua família já estava de posse de toda documentação, e ainda assim, por acreditar que com a ajuda de um advogado o processo se tornaria mais ágil, contratou os seus serviços e entregou-lhe o processo praticamente pronto. Entretanto, quando entrou com o requerimento no Consulado, teve que aguardar na fila juntamente com todas as outras pessoas, muitas das quais não possuem documentos que comprovem sua descendência, enquanto ela permanece com a pasta do processo pronto em casa, apenas aguardando o chamado para apresentação das certidões. Conforme sugeriu, o Consulado deveria fazer uma triagem para averiguar as reais condições de cada requerente, de modo a possibilitar que pessoas com o processo já pronto, inclusive passado pelas mãos de um advogado, pudessem ter a chance de obter o reconhecimento de sua cidadania em tempo justo.

Se eu estou com o processo todo pronto, com todas as certidões prontas, por quê eu tenho que ficar esperando três, quatro, sete... sei lá quantos anos pela frente? É errado. Se tem dois funcionários [no Consulado] então coloca um pra atender a documentação pronta e outro pra atender a documentação a ser procurada. Ou então, já que dois funcionários não têm capacidade de atender, chama as pessoas e marca uma entrevista pessoal, pra escutar. Porque eu posso chegar lá e falar: 'olha, a minha documentação já tá toda pronta.' Então que tenha uma pessoa pra verificar se tá tudo certinho, já que foi tudo traduzido e passado pelas mãos de um advogado. (Isabela, decoradora, bisneta de italianos, 47 anos, bairro Cidade Jardim) Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008.

A entrevistada, depois de dois anos com todos os documentos reunidos e entregues ao advogado, reclama da fila de espera e dos critérios adotados pelo Consulado, pois conforme relatou, existem processos com documentação incompleta junto com outros totalmente corretos, como é o caso do processo de sua família. Em sua opinião, o Consulado deveria fazer uma triagem para separar os processos que estão corretos e agilizá-los.

Mas, apesar das dificuldades acerca do reconhecimento da cidadania italiana, e da burocracia enfrentada nos órgãos consulares, como ocorre com a família da Isabela, os ítalo-descendentes, cada vez mais e em maior número, buscam esses órgãos para entrarem com o processo de cidadania. Diante desse fenômeno, torna-se importante analisar as motivações que conduzem esses descendentes a iniciarem esse processo, que além de moroso, demanda altos gastos financeiros.

4.2 Motivações Para Obter o Reconhecimento da Dupla Cidadania

A perda do poder aquisitivo é freqüentemente citada como principal motivo da classe média brasileira emigrar para outros países, e no caso dos ítalo-brasileiros, conforme os estudos de Santagati (2005), parecem se confirmar as informações de que os descendentes são membros da classe média. Segundo a autora

A condição socioeconômica da classe média e o nível alto de instrução dos entrevistados, é confirmado por outras pesquisas, em que resulta que as pessoas que estão pedindo a cidadania italiana (ou que já tem ou que querem deixar o Brasil) são principalmente jovens de classe média (Ministero degli affari esteri, 2003), são homens e mulheres com nível médio de escolaridade. (SANTAGATI, 2005, p.10).

Juntamente com o fato dos ítalo-brasileiros poderem obter uma cidadania estrangeira sem abrir mão da brasileira, essa corrida em busca da dupla cidadania é influenciada por vários e diferentes motivos, dentre os quais se destacam, na fala dos entrevistados, o aumento do rigor para concessão de vistos de entrada e permanência nos Estados Unidos e Europa, depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Em quase todas as entrevistas, os descendentes relataram que até antes dos atentados, os brasileiros com cidadania italiana entravam legalmente nos Estados Unidos sem necessidade de visto, e depois de vencido o prazo de permanência

ficavam no país como ilegais. No caso dos mineiros, que são os menos benquistos pelos norte-americanos, sobretudo os oriundos de Governador Valadares, a quem os vistos são freqüentemente negados, a cidadania italiana permitia-lhes mudar o sinal negativo para positivo, na medida em que passavam a assumir uma identidade européia, e munidos do passaporte italiano, podiam entrar livremente nos Estados Unidos. Esses fatos são confirmados nas palavras de um advogado que trabalha com processos de dupla cidadania, e um descendente, que junto com sua família (pai e mãe) utilizou a cidadania italiana para entrar nos Estados Unidos:

Tem muitos brasileiros que estão ilegais nos Estados Unidos... que entraram legalmente, como italianos, depois de três meses o tempo venceu e eles não voltaram para o Brasil... e tão lá ilegais. Então, os dois são ilegais, tanto quem entrou no México pulando a cerca, como quem entrou legalmente e depois se tornou ilegal. (André, advogado, italiano nato, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 23/01/2007).

as pessoas geralmente tentam o visto, e quem não consegue tenta atravessar o México da vida, que é uma loucura. Eu não encararia fazer isso nunca. Mas a gente teve os documentos italianos, a cidadania italiana, né... Aí a gente teve acesso livre, como turista, e como turista a gente resolveu ficar por lá. E aí a gente acabou ficando ilegal. (Kleber, estudante, trineto de italianos, 24 anos, bairro Jardim Vera Cruz, Contagem. Pesquisa de campo realizada em Contagem em janeiro de 2008).

Apesar da cidadania italiana ser utilizada pelos ítalo-brasileiros como meio para entrar nos Estados Unidos como cidadãos europeus, sem necessidade de visto, as autoridades da imigração podem constatar, no domínio do idioma italiano ou falta deste, o sinal capaz de identificar o indivíduo com a Itália ou com o Brasil, [e ao constatarem que trata-se de um cidadão brasileiro, podem criar obstáculos para liberar a entrada do descendente no país. Nesse sentido, como observou Savoldi (1998, p.130), o domínio da língua italiana é que permite “ao cidadão, ora representar o papel de brasileiro, ora de italiano no exterior”, manipulando, segundo a necessidade, as duas identidades. Todavia, de acordo com um descendente, antes dos atentados terroristas, saber falar italiano não era tão relevante, bastando ao imigrante possuir um passaporte europeu para passar tranqüilamente pelo serviço de imigração norte americano, como foi o seu caso:

Engraçado é que quando a gente chegou no aeroporto de Nova York, aí eles pegaram todos os passaportes pra organizar as filas de saída... Eu lembro que eles falaram: Você é italiano que fala português? Aí eu falei: sim. (risos) Tem uma fila especial pras pessoas que têm passaporte europeu. E aí nós ficamos na fila dos europeus, que tava até vazia. Nós chegamos, a pessoa carimbou e já fomos. Não falou nada. Só

falou: me dá seu passaporte, *e tum*, carimbou, tchau. Acho que os brasileiros passaram uns bons apertos, que geralmente com brasileiros eles perguntam mais. (Kleber, estudante, trineto de italianos, 24 anos, bairro Jardim Vera Cruz, Contagem. Pesquisa de campo realizada em Contagem em janeiro de 2008).

Nas entrevistas, mostrou-se recorrente a idéia de que, após os atentados terroristas, os Estados Unidos impuseram a obrigatoriedade do visto para os italianos que não residem na Itália, dado a grande quantidade de ítalo-descendentes que utilizam a dupla cidadania para ter acesso ao país, e posteriormente tornar-se imigrante ilegal. Embora muitos descendentes acreditem que os ítalo-brasileiros estão impedidos de viajar livremente para os Estados Unidos, as entrevistas realizadas com autoridades vinculadas ao COMITES revelaram que os descendentes de italianos com cidadania reconhecida possuem direito de viajar como turistas, tanto para os Estados Unidos quanto para o Canadá, sem necessidade de visto. Contudo, podem permanecer apenas três meses dentro de cada país, sem direito a trabalhar ou estudar.

De acordo com uma autoridade, os Estados Unidos realmente tentaram impor a obrigatoriedade do visto para os ítalo-decendentes, plano esse fracassado em função da resistência da Itália em aceitar tal política. Entre os motivos da reação italiana, é apontado pela entrevistada o apoio do governo da Itália a Bush, na questão da guerra do Iraque, e sua percepção de que o governo norte-americano somente queria apoio quando lhe era necessário, mas não oferecia contrapartida. Ao enxergar a situação dessa maneira, a Itália ameaçou romper relações com os Estados Unidos, fazendo com que esse último cedesse à pressão.

O governo italiano falou: *‘você quer o apoio da Itália quando vocês precisam, mas não quer a Itália quando isso não é conveniente pra vocês. Então, isso não é a política que a Itália tem intenção de levar adiante. O direito de ir e vir faz parte de um país democrático. Dois países democráticos que têm acordos financeiros juntos, não podem criar restrições a esse nível.* Então, não foi criada a obrigatoriedade do visto para ir aos Estados Unidos. (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em janeiro de 2008).

Mas apesar dos ítalo-brasileiros poderem entrar livremente nos Estados Unidos, sem necessidade de visto, a entrevistada alerta para o fato que, nos aeroportos norte-americanos, os descendentes nem sempre são tratados com o mesmo respeito que é dado aos italianos natos, embora estejam amparados legalmente por um passaporte europeu. Isso porque o descendente

carrega um sobrenome brasileiro junto ao italiano, além de na maioria das vezes não falar o idioma da terra dos seus ancestrais.⁴⁶

A diferença entre o ítalo-descendente que usa a cidadania italiana para ingressar e trabalhar nos Estados Unidos, e aquele que a utiliza para entrar na Itália, ou qualquer outro país da União Européia, reside na irregularidade do primeiro e na regularidade do segundo. Com a cidadania italiana o descendente consegue entrar em qualquer país membro da União Européia e solicitar permanência, podendo nele morar, estudar e trabalhar legalmente. A cidadania, nesse caso, confere a possibilidade do indivíduo permanecer no país escolhido pelo tempo que quiser sem infringir nenhuma regra legal, enquanto que no caso dos Estados Unidos ele só a utiliza legalmente para dar entrada no país, mas não pode trabalhar, e deve retornar ao país de origem no prazo estabelecido.

As motivações que conduzem os descendentes para a Itália são diferentes e dependem de sua situação econômica aqui no Brasil. Uma entrevistada declarou ter viajado para a Itália, em seguida à sua deportação dos Estados Unidos (país em que viveu e trabalhou como imigrante ilegal durante cinco anos), motivada única e exclusivamente pelo interesse em resolver seus próprios problemas financeiros. Como disse, aqueles descendentes que fazem parte da “grande massa” de brasileiros despossuídos de riquezas e conforto material, optam por mudar de país apenas motivados pelo desejo de “trabalhar e fazer um dinheiro rápido”, enquanto os outros descendentes, detentores de um poder aquisitivo maior, “podem se dar ao luxo de migrar por questões culturais.” (Carla, secretária, neta de italianos, 54 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem, em 30/01/2007).

Entretanto, se alguns descendentes saem do Brasil por considerar seu mercado de trabalho pouco atraente, há que se considerar as características dos trabalhos que desempenham no exterior, e até mesmo na Itália, que em geral, são de baixo prestígio social.

A pessoa que vai, pena em várias situações. [Na Itália] eu passei roupa, eu lavei chão, cuidei de bebê, cuidei de velhas, dei banho nelas. E... nada disso é humilhante, nem degradante. Você tem que viver e ganhar seu dinheiro. (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 31/01/2007).

⁴⁶ Após os atentados terroristas de 2001, os Estados Unidos adotaram o novo passaporte digital como ferramenta de segurança que dificulta falsificações, muito embora esta medida não elimine a imigração ilegal, uma vez que há sempre a possibilidade de se entrar no país legalmente e nele permanecer após ter vencido o prazo de permanência.

A descendente que deu essa entrevista morou na Itália durante cinco anos e disse que lá o mercado de trabalho é bastante fechado, restando aos estrangeiros aqueles serviços que os próprios italianos não querem mais fazer, na maioria das vezes os mais pesados, os trabalhos braçais. A entrevistada acrescentou que para os descendentes, na época, ainda era mais difícil do que para os imigrantes de outros países, porque os italianos, não raro, temiam que os ítalo-brasileiros estivessem tentando competir pelos postos de trabalho mais qualificados.

Além disso, existem obstáculos que impedem a inserção da maioria dos ítalo-brasileiros no mercado de trabalho de mais alto nível. Quando os descendentes são pouco escolarizados, automaticamente se sentem constrangidos a aceitar qualquer tipo de serviço, mas ainda que tenham formação superior, devido às diferenças nos currículos brasileiro e italiano, não conseguem a equivalência dos seus diplomas para exercerem a profissão na qual se formaram, já que precisariam antes completar seus estudos na Itália para se adequarem ao currículo do país. Neste sentido, segundo Tedesco, “os títulos universitários e/ou capacidades profissionais [...] não dizem muito, ou melhor não dizem nada para os imigrantes [ou para os italianos de origem reconhecida] _ um paradoxo que o mercado de trabalho italiano, [...] não resolveu ainda.” (TEDESCO, 2006, p.237).

Sobre o não reconhecimento dos diplomas brasileiros, uma ítalo-brasileira desabafa:

Você lembra aquela vez, aquela polêmica dos dentistas brasileiros em Portugal? Pois é, isso é um problema muito sério. Aí o capital vai aonde quer, e a mão-de-obra não pode ir, porque tem o problema do visto, da licença pra trabalhar. Na hora que você consegue a licença, você tem qualificação profissional, você estudou a vida toda...seu diploma não é aceito. Então, são só barreiras... Agora, pro capital não tem barreira nenhuma. As multinacionais vão e vem aonde melhor lhes convém. E normalmente se fala só de visto, de ir e vir do imigrante. Então, uma vez que se globalizou tudo, teria que globalizar também isso. Muita coisa tem que acontecer, tem que mudar, pra criar essa cidadania universal. (Carla, secretária, neta de italianos, 54 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem, em 30/01/2007).

Todavia, juntamente com o não reconhecimento dos diplomas, a falta de domínio da língua italiana também impele os descendentes aos trabalhos de baixo prestígio social, e é nesse ponto que as associações e instituições italianas, segundo as autoridades entrevistadas, gostariam que o reconhecimento da dupla cidadania fosse condicionado ao domínio do idioma, até mesmo porque fica difícil conceber que os cidadãos de um país não falam sua própria língua. Assim, entende-se que o conhecimento do idioma não só é o ingrediente essencial da cidadania, como

também um importante elemento na formação da identidade cultural, que possibilitaria aos ítalo-descendentes recuperarem suas raízes históricas, e retornarem para a Itália não apenas motivados por interesses econômicos.

Aos descendentes que requerem a dupla cidadania, imbuídos por razões econômicas, e os que a demandam por motivos culturais, somam-se aqueles que encontram na cidadania italiana a possibilidade de viajar e passear livremente pela Europa e Estados Unidos sem necessidade de visto, e ainda todos os outros descendentes que a conquistam simplesmente para fazer jus ao direito de possuí-la. Neste último caso, os ítalo-brasileiros vislumbram obter a cidadania e reservá-la para um momento futuro, caso haja necessidade. Muitos nem pensam em si mesmos, mas somente em garantir esse direito aos filhos e às próximas gerações depois deles.

Uma das entrevistadas contou que muitos parentes seus conseguiram a cidadania italiana, mas que apenas um deles a utilizou para morar em outro país, enquanto ou outros, como sua mãe, somente usaram o passaporte em viagens de passeio.

Obter a cidadania italiana, e conseqüentemente o passaporte europeu, é na fala dos entrevistados uma grande vantagem nessas viagens, pois que não precisam passar pelas longas filas dos aeroportos, destinadas aos extracomunitários.

Eu lembro da cara do sujeito que me atendeu no guichê da imigração até hoje. Tinha sete postos com fila daqui até do outro lado do muro. Aí eu olhei de longe e vi a bandeira da União Européia, onde o trânsito é livre. Eu coloquei minha mala no chão, e não acreditei. Eu falei: Será? E não tinha ninguém na fila, tanto que o cara tava assim, escorado, parecendo que tava descansando. Aí eu fui e passei, ele olhou e falou assim: *'benvenuto em Itália'*... como se diz: *'Ah! Que bom!'*. (Nelson, advogado, bisneto de italianos, 28 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Outro descendente não gozou da mesma sorte. Estava com a data de validade do passaporte europeu vencida, e quando comprou sua passagem em Belo Horizonte, a atendente respondeu que não seria necessário renová-lo, já que era possível viajar normalmente com o passaporte brasileiro. Segundo relatou, esse fato atrapalhou sua viagem, tornando-a mais cansativa, pois além das escalas e conexões, teve que enfrentar a fila destinada aos extracomunitários.

Quando eu desembarquei em Roma, a gente passou numa fila pra latino americano, não sei o quê... Uma fila é da Comunidade e a outra é do resto. Eu fiquei no resto. Aí eu fiquei irritado, porque eu fiquei na fila um tempão, já cansado, e de lá fui pra outro

país, porque tinha conexão. Mas agora eu aprendi. Quando eu for, só vou com passaporte europeu, que pelo menos eles te tratam melhor. Ou não te tratam mal, pelo menos. (Luciano, administrador, neto de italianos, 46 anos, bairro São Pedro. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 08/01/2008).

Além da rapidez no atendimento dentro dos aeroportos, os descendentes revelam que se sentem mais bem tratados pelos funcionários quando estão de posse do passaporte europeu. Contudo, mais do que as facilidades nas viagens, os interesses por estudos nas diversas áreas, tais como na Arte, no Design, na Cultura, na História, no Direito, entre outras, ou ainda nos programas de mestrado e doutorado, parecem atrair mais os descendentes para o pedido de reconhecimento da cidadania. Como exemplo uma entrevistada formada em Arquitetura declarou desejar ir para a Itália cursar mestrado na área de restauração, mas que para isso aconteça, está tentando conseguir uma bolsa junto ao Consulado da Itália em Belo Horizonte. Sua única preocupação é com a bolsa, pois considera que ao chegar na Itália não terá dificuldades em encontrar emprego para se manter, já que possui cidadania e passaporte italiano. Assim, a cidadania é concebida pela depoente como uma fonte de segurança, capaz de lhe possibilitar trabalhar legalmente para se manter no país, enquanto realiza os estudos.

Para um advogado entrevistado, essa é mais uma diferença a ser destacada entre aqueles brasileiros que emigram para os Estados Unidos, e os descendentes que vão para a Itália, ou seja, enquanto os primeiros, em geral possuem um nível sócio-econômico mais baixo e vislumbram conseguir um emprego que lhes possibilite melhorar de vida no Brasil, os segundos, que viajam para a Itália, normalmente possuem um nível sócio-econômico mais alto, e almejam fazer cursos e especializações, ainda que para se tornarem mais competitivos no mercado de trabalho brasileiro. Em outras palavras, o emprego é o objetivo principal para quem vai para os Estados Unidos, enquanto na Itália ele é apenas um meio para se conseguir sobreviver e atingir outros objetivos considerados mais importantes. Como exemplo, cita o advogado:

Eu tenho dois clientes que tão lá na Itália agora. Um é formado em Direito e trabalha num restaurante japonês, de dia, e de noite tá fazendo a pós-graduação. Quer dizer, ele trabalha nesse restaurante única e exclusivamente pra se manter. E tem outro que tá fazendo o curso de Comércio Exterior, mas também com o intuito de voltar futuramente. (André, advogado, italiano nato, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 23/01/2007).

Para aqueles que procuram cursos de especialização, o país de destino escolhido nem sempre é a Itália, como pôde ser observado em algumas entrevistas cujas pessoas declararam

terem feito uma pós-graduação em Portugal, ou desejo de cursar mestrado na Espanha. Ainda assim, em alguns casos relatam que o destino acabou lhes conduzindo para a Itália, como é o caso de um descendente que escolheu Coimbra para fazer sua pós-graduação. Ele contou que nas universidades européias todo estudante deve cursar um semestre em outra universidade de qualquer país a fim de enriquecer o currículo, e que devido a isso, havia em Coimbra pessoas de todo lugar da Europa. Por afinidades culturais ele acabou se aproximando dos italianos, e quando lhe foi oferecido estudar uma língua na faculdade de Letras de Coimbra, acabou optando pelo idioma italiano, pelo simples fato de que já conhece o português, e ter interesse em conhecer a língua de seus antepassados. Mas o seu interesse pelo idioma italiano foi crescendo, de modo que ele decidiu tentar uma bolsa de estudos para estrangeiros na Universidade de Perúgia, na Itália. Passou um e-mail para o setor de bolsas da Universidade, e conseguiu uma ajuda no valor de setecentos euros para se manter no país, mais a isenção do curso, que lhe custaria quinhentos euros. Além disso, não precisou pagar diárias de hotel, uma vez que pôde se abrigar na casa dos amigos italianos conhecidos em Coimbra. Depois de ter concluído esse curso em Perúgia, voltou à Itália recentemente para fazer um curso de italiano avançado, na cidade de Roma.

Outra entrevistada relatou que seu pai e avós emigraram para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial, e que ela ainda possui parentes conhecidos na Itália. Então, após concluir seu curso de graduação aqui no Brasil, na década de 1980, sua avó usou a aposentadoria dela para financiar sua viagem para a Itália. Quando foi pela primeira vez, ficou hospedada na casa de parentes e aproveitou para coletar material para sua pesquisa de mestrado em Antropologia aqui no Brasil, e já da segunda vez, viajou com o marido, que ganhou uma bolsa sanduíche para fazer parte do doutorado em Ancona. Nesta segunda fase, já havia concluído o mestrado, mas aproveitou para estudar mais o idioma italiano, porque já havia decidido trocar a área da Antropologia pela Lingüística.

É importante ressaltar que em muitas dessas viagens dos descendentes para a Itália ou outros países, além do interesse por estudos estão presentes a curiosidade e o espírito de aventura. No caso do entrevistado que inicialmente viajou para Coimbra, além do objetivo de estudar, observa-se a vontade de conhecer novos amigos e criar oportunidades. Disse que quando foi para Coimbra não conhecia ninguém, e apenas sabia que era uma excelente universidade na área do Direito, pois parte da bibliografia do seu curso de graduação, feito em Belo Horizonte, era composta por autores portugueses. Diante disso, pesquisou na *internet* a grade do curso,

calendário, preço, e uma vez selecionado pela faculdade, pegou suas malas e partiu para Portugal. Tudo que sabia sobre Coimbra foi pesquisado pela *internet*.

Outra descendente, também revelando o espírito de aventura que envolveu sua viagem para a Itália, declarou ter ido cursar hotelaria, mas após ter concluído seus estudos se deu conta de que estava apaixonada pelo país e lá resolveu ficar. Uma vez que almejava conhecer as diversas regiões da Itália, optou por morar em vários lugares diferentes: Bari, Pisa, Firenze, Pescara e Roma. E para se manter, morava nas casas de quem trabalhava como doméstica ou babá, nas cidades por ela citadas. Para ela, tal experiência permitiu-lhe amadurecer, bem como lhe deu a possibilidade de conhecer outra cultura, como deixa evidente em suas palavras:

Foi pra mim um crescimento cultural imenso. Uma sensação de autodefesa. Eu não tinha ninguém. Qualquer ato, qualquer palavra, eu era responsável por ela. Então, eu acho que todo mundo devia passar um ano fora da casa dos pais. Fez dezessete anos, dezoito...vai morar lá no sul, lá no nordeste, vai se virar. Agora... morar fora é muito melhor, porque é uma sensação de aprender uma outra cultura. Não é aprender... é mergulhar nela e tentar se adaptar. Isso é fundamental! (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 31/01/2007).

Conforme demonstrado, os motivos para os pedidos de reconhecimento da dupla cidadania variam de acordo com os interesses e necessidades dos ítalo-brasileiros. Durante a pesquisa, pôde-se observar que essas motivações oscilam entre objetivos mais pragmáticos e racionais, e outros mais subjetivos, como são destacados a seguir:

- Conseguir entrar nos Estados Unidos ou outros países da União Européia, sem necessidade de visto.
- Simplesmente obter um passaporte europeu que facilite as viagens de turismo, ou de negócios, na medida em que torna desnecessário enfrentar as longas filas dos aeroportos destinadas aos cidadãos extracomunitários.
- Aventura de poder obter uma experiência longe da família, “se virar” sozinho diante das dificuldades, e ao mesmo tempo conhecer outra cultura.
- Estudar na Itália ou em outros países da União Européia.
- Guardar a cidadania como uma segurança futura para os descendentes.
- Conhecer a terra dos ancestrais e recuperar as origens da história familiar.

Digna de ressalva, a dupla cidadania, como demonstrado, oferece uma gama de possibilidades aos descendentes que desejam e possuem o direito de obtê-la, e por isso as motivações apontadas pelos ítalo-brasileiros, para o seu reconhecimento, podem se apresentar de forma isolada ou combinada, como serão enfatizadas e analisadas na próxima seção.

4.2.1 A Construção da Identidade Italiana Entre os Ítalo-Brasileiros

Durante a realização do trabalho de campo em Belo Horizonte, alguns entrevistados, quando questionados sobre a cultura italiana herdada de seus antepassados imigrantes, revelaram que suas famílias lhes passaram pouco da língua, costumes, hábitos e tradições italianos, o que justifica, em parte, a fragilidade dos laços que atualmente os mantém ligados à Itália.

Em alguns relatos, ficou evidente a influência da ditadura varguista no enfraquecimento da identidade italiana, identidade esta construída pela emigração através da concepção de cidadania fundada no direito de sangue. Como a Itália compreende os conceitos de cidadania e nacionalidade fundamentados nos laços sanguíneos, seu patriotismo está baseado em características puramente étnicas e não-territoriais, o que a levou a incentivar que os imigrantes italianos no Brasil e seus descendentes mantivessem em seu cotidiano o uso da língua materna, bem como formassem associações e escolas étnicas para manter vivos a cultura, os costumes e o sentimento de pertencimento à pátria distante. Assim, a identidade herdada pelo sangue seria perpetuada pelos imigrantes e descendentes, ainda que distante do território italiano, de modo que pudessem se sentir pertencentes a um grupo étnico: dos italianos no Brasil. Através do patriotismo desses emigrados espalhados pelo Brasil e por outros países, o governo italiano visava construir um capital simbólico favorável à Itália, para promover o comércio de importação dos produtos italianos, como é confirmado por Savoldi, quando diz que na década de 1930 “[...] as relações culturais (entre Brasil e Itália) eram vistas pelo governo italiano como instrumentos de penetração, influência e construção de imagens positivas, que seriam favoráveis ao fascismo e aos negócios italianos.” Entretanto, houve um choque dos nacionalismos fascistas, o varguista e o italiano, na medida em que o primeiro “pregava que ‘a italianidade deveria ser devorada pela brasilidade.’” (CERVO, citado por SAVOLDI, 1998, p.19-20).

Neste contexto da convivência conflituosa entre os dois nacionalismos, compreende-se que as “comunidades imaginadas”⁴⁷, enquanto criações do século XIX, consistiram na construção de símbolos nacionais capazes de amalgamar os diferentes povos e etnias pertencentes a um território, dando a eles o sentimento de pertencimento a uma mesma pátria nacional. Daí que também no Brasil o nacionalismo apregoado por Vargas pretendia “inventar”⁴⁸ uma identidade nacional capaz de cimentar as diferenças étnicas dos imigrantes numa pretensa pauta de igualdade.

Como as identidades se afirmam diante das diferenças, foi através da emigração que os italianos desenvolveram a consciência de sua identidade italiana, ainda que essa identidade tenha sido interpretada pelo Estado brasileiro como ameaça à cultura nacional. Tendo em vista os conceitos de identidade trabalhados por Roberto Cardoso de Oliveira (1976) compreende-se que os contatos e “fricções interétnicas” entre italianos e brasileiros, por meio da campanha de nacionalização do governo Vargas, resultaram numa relação de caráter etnocêntrico, uma vez que o grupo majoritário (brasileiro) tendeu a expressar os seus valores e padrões de conduta como referenciais que receberam uma carga positiva, em contraposição aos valores culturais dos grupos minoritários: os imigrantes italianos.

Assim como em todas as partes do Brasil onde a imigração italiana se fez presente, também em Minas Gerais a campanha de “nacionalização” realizada pela ditadura varguista, parece ter exercido relativa influência na assimilação dos imigrantes aos princípios de brasilidade. Após a Primeira Guerra, e, sobretudo, durante o Estado Novo, criou-se o temor de que a propaganda nazi-fascista atingisse as instituições fundadas pelos imigrantes. E com os objetivos de erradicar as influências estrangeiras e incutir o sentimento de brasilidade na população de origem européia, promoveu-se o fechamento das escolas e instituições italianas, como aconteceu com o Colégio Marconi, em Belo Horizonte, segundo o depoimento de uma autoridade:

O Colégio Marconi foi fundado pela sociedade italiana. Depois, por motivo de guerra, os italianos, alemães e japoneses, que eram inimigos, faziam parte do Eixo, não podiam ter escolas, ter nada que lidasse com jovens. Os italianos eram inimigos, entre outras, porque as pessoas [italianas] que estavam aqui, também não tinham nada a ver com aquela guerra lá. Aí o Colégio passou para o poder público, para o Estado, e depois, para a prefeitura. (Patrícia, advogada e tradutora juramentada, representante

⁴⁷ Sobre a criação das identidades nacionais, forjadas e essencializadas como algo natural, ver “A invenção das tradições”, de Eric Hobsbawm, e “Comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson.

⁴⁸ *Ibidem*.

da comunidade italiana em Belo Horizonte, neta de italianos, 63 anos. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 11/01/2008).

O receio da possível influência do nazi-facismo fez surgir manifestações hostis aos imigrantes e descendentes. De acordo com Seyferth (2000), durante o Estado Novo houve imposição da língua portuguesa, sendo que os jornais e publicações em língua estrangeira foram proibidos, e os nomes das sociedades recreativas alterados do italiano para o português. As medidas de nacionalização foram impostas a todas as nacionalidades de imigrantes, porém, após a Segunda Guerra Mundial, e a participação do Brasil contra o Eixo, medidas nacionalizadoras de assimilação voltaram-se com mais força contra alemães, japoneses e italianos.

Uma entrevistada disse ter ouvido histórias interessantes sobre a perseguição aos imigrantes japoneses nesse período, em Belo Horizonte, muito embora ela não saiba dizer se são verdadeiras. Como ela mesma narra

havia aqui umas famílias de japoneses que forneciam verduras pras pessoas. Aí foram impedidas de trabalhar, na época da guerra. Mas como Belo Horizonte era uma cidade que também tava começando, muito sem possibilidades... então, quem é que ia fornecer verduras pras pessoas? Aí, a pedidos, eles voltaram a trabalhar, voltaram a plantar. Hoje você tem floriculturas aí que estão, em grande parte, nas mãos dos japoneses. E eles sabem lidar com a terra. (Patrícia, advogada e tradutora juramentada, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte, neta de italianos, 63 anos. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 11/01/2008).

Segundo o ponto de vista de outra descendente entrevistada, os italianos, na época da guerra, temiam não somente serem identificados como italianos e perseguidos pelos brasileiros, como também serem convocados a voltar para a Itália, a fim de lutar no conflito. Daí os motivos pelos quais os pais transmitiam tão pouco da cultura italiana aos seus filhos.

Eles [os imigrantes] já tinham vindo e já tinham sofrido muito. Então, o que eles queriam era trabalhar e ficar aqui com a família unida. Tinham medo de se meterem em confusão. O medo deles é que pegassem alguém e levassem pra Itália em guerra. Na verdade, eles não entendiam politicamente o que tava acontecendo. E a gente não entendia porque era que eles não passavam a cultura italiana pra gente. Eles não queriam que parecesse que a gente era italiano. (Mariana, cirurgiã dentista, neta de italianos, 54 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Embora tenha participado pouco da Segunda Guerra Mundial, o Brasil entrou no conflito apoiando o bloco liderado pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e pela França, enquanto do outro lado se encontravam Itália, Japão e Alemanha, que foram os países perdedores. Desse modo, pelo

fato de Brasil e Itália fazerem parte de blocos antagônicos, os italianos que se encontravam no Brasil sentiam a necessidade de assimilarem a cultura brasileira, em detrimento da cultura de origem, a fim de evitarem perseguições, e muitas vezes, conforme Zanine (2004, p.54), queimavam livros, fotos, documentos e quaisquer outros objetos que revelassem seu pertencimento italiano. Em função disso acabou se enfraquecendo a cultura italiana no Brasil, que estaria fortalecida se tivesse sido preservada e passada de geração em geração.

Nesse contexto de negação da identidade como forma de sobrevivência, em referência a Roberto Cardoso de Oliveira (1976), observa-se que a identidade italiana parece ter se tornado uma “identidade negativa”⁴⁹, ao ser reprimida pelo grupo dos italianos e descendentes, na medida em que foi discriminada pelo Estado nacional brasileiro. Para o autor, quando os imigrantes são vítimas de preconceitos e discriminações dentro da sociedade hospedeira, podem não se intimidar frente ao contato interétnico, e dessa forma assumirem uma identidade de resistência, como também podem, se o contrário ocorrer, imprimirem uma carga de negatividade à sua cultura de origem, assimilando os princípios culturais da sociedade hospedeira, e esvaziando sua própria identidade. Nesse último caso, os imigrantes tentem a se “transformar em nativos”, na medida em que assimilam a cultura local e negam a sua própria identidade, deixando de ter consciência de si, e passando a se ver com os olhos do “outro”: o nativo, neste caso, o brasileiro.

No sentido proposto por Roberto Cardoso de Oliveira (1976) sobre a “identidade negativa”, uma ítalo-brasileira entrevistada, quando escreveu sua dissertação de mestrado em Antropologia, observou, na fala de seus entrevistados que viveram no pós-guerra, a tentativa de esconder suas origens italianas.

Eles viveram isso, eles tinham vergonha de dizer que eram filhos de italianos, e eles tentavam esconder isso. E eles viveram nesse período aí do pós-guerra. Então, não era glória pra ninguém ser italiano. E eles sentiam, muitos me diziam isso, eu tenho essas falas na minha dissertação: *Eu fico meio assim, incomodado, porque antes eu não era ninguém, hoje me tratam feito um rei. Quando eu digo que sou italiano: Ah! porque isso... Ah! porque meu avô... Antes ninguém estava interessado no avô.* (Bárbara, professora universitária, filha de italianos, 46 anos, bairro Santo Antônio. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 25/01/2007).

⁴⁹ Roberto Cardoso de Oliveira define a “identidade negativa” como “a soma de todas aquelas identificações e os fragmentos de identidade que o indivíduo tem que reprimir em si mesmo por serem indesejáveis ou irreconciliáveis, ou pela qual indivíduos atípicos e minorias marcadas são forçadas a se sentir diferentes.”

Mas, ao que parece, outros fatores também contribuíram para a relativa perda da identidade italiana em Belo Horizonte, tal como o fato dos imigrantes não terem residido em colônias isoladas dos brasileiros. Na medida em que puderam conviver com esses últimos e realizaram casamentos inter-étnicos, tenderam a hibridar mais rapidamente a cultura da sociedade hospedeira com os hábitos de sua cultura de origem, como se processou com os elementos lingüísticos. De acordo com os descendentes entrevistados, esses imigrantes quando chegaram não falavam o italiano, mas o dialeto da região em que moravam na Itália, e aos poucos, começaram a falar uma terceira língua: um português *macarrônico*, mistura do português com esses dialetos italianos. Daí seus descendentes já não falavam bem o idioma, e a língua e a cultura italiana foram se perdendo nesse contexto.

Essa perda da identidade italiana entre os descendentes de imigrantes é atribuída, para outra entrevistada, ao fato do Brasil ter como vizinhos países que falam espanhol, bem como, por ter-se criado uma cultura no Brasil, nas décadas de 1960/1970, de importação dos valores norte americanos. Como os Estados Unidos se tornaram o “sonho dourado” de muitos brasileiros, a Europa foi ficando mais distante, e até mesmo a cultura francesa, que ditava os valores e ideologias até um certo momento, foi perdendo espaço.

Perdeu-se a identidade italiana sim. No Sul se conserva mais. Mas, espalhado pelo Brasil foi se perdendo. A própria língua italiana foi deixando de ser cultivada. Nossos vizinhos todos falam espanhol. Nós temos aqui um *espalês* ou um *portunhol* e nós nos entendemos com eles e eles se entendem conosco. E também a febre, depois dos anos 1960, 1970, do êxodo cultural, entre aspas, para a América. Tornou-se fácil ir para a América do Norte. Os Estados Unidos apresentavam uma porção de facilidades, principalmente na cultura com a juventude. E você sabe que quando se quer conquistar, a primeira coisa que se passa são ideologias, língua, cultura. Então, nós ficamos mais americanizados e largamos nossa identidade, entre aspas, européia. (Patrícia, advogada e tradutora juramentada, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte, neta de italianos, 63 anos. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 11/01/2008).

A perda da italianidade em função da ideologia americana, também é destacada por Savoldi:

[...] nos anos 60 os meios de comunicação, em especial a televisão, difundiam valores que refletiam uma “aversão à herança dos colonos: para prosperar era necessário esquecer as raízes, modificar o modo de falar, ouvir música estrangeira (americana), romper com a família e a religião. (MOMBELLI, citado por SAVOLDI, 1998, p.20).

Outro entrevistado comentou que vários descendentes, por terem nascido e passado a vida toda no Brasil, não se identificam com a cultura italiana, como é o exemplo de algumas pessoas de sua família, que apesar de terem sangue italiano correndo nas veias, quando chegam à Itália não conseguem se adaptar à cultura local.

Eu vou te falar a verdade, tem muita gente da nossa família da parte de italiano... de sangue puro italiano, que chega lá [na Itália] e não se adapta. Por quê? O cara já conviveu aqui no Brasil e já adquiriu o costume da cultura brasileira. Então, às vezes o cara aqui [no Brasil], completamente puro sangue italiano, chega lá [na Itália] e não vai se adaptar... Primeiro, muitos já acostumaram com o churrasco, a cerveja, o arroz-com-feijão, não sei o quê... Muitos não vão tolerar comer massa, massa, massa, massa todo dia. Isso lá é sagrado, é uma religião!

Então, todo mundo fala que somos italianos, italianos de sangue. É, e é muito mesmo! Mas alguns costumes...eu fui na Itália e vi, principalmente da alimentação...já se perdeu um pouco. Porque se você chega e vê um cara batendo um prato de espaguete com um copo de vinho e um pedaço de pão velho, na hora você vai falar: “*esse cara não é japonês*”. É verdade. Então, isso também foi se perdendo aqui, e foi se incorporando à cultura do frango caipira e do feijão. Na Itália não se come feijão assim, igual a gente come feijão-com-arroz. Lá sempre se inicia uma refeição com um prato de massa, seja qual for...Feijão lá é uma coisa exótica, incomum. É como se fosse pra nós aqui, por exemplo, comprar Joelho de Porco Alemão e Chucrute, sei lá... É uma coisa exótica. Tem feijão, mas ninguém compra. Polenta é todo santo dia! Duas vezes por dia. Mas é polenta, não é esse angu doido que fazem em Belo Horizonte, não. Tem gente que diz que o meio faz a pessoa. O cara pode nascer alemão, mas se ele é criado no meio de japonês comendo peixe cru, ele vai virar japonês. (Nelson, advogado, bisneto de italianos, 28 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Na perspectiva narrada pelo depoente, Da Matta (1984) também chama atenção para os hábitos alimentares como códigos culturais reveladores de identidades sociais. Segundo o autor, o homem transforma natureza em cultura na medida em que é capaz de elaborar pratos e receitas a partir de alimentos crus. E essas receitas constituem signos identitários, uma vez que significam, mais do que o simples alimento, a comida elaborada e saboreada por determinada sociedade. Se remetendo a Levi-Strauss,⁵⁰ o autor analisa *o cru* como estado de natureza e selvageria, cuja transformação em alimento *cozido* pressupõe uma passagem ao estágio de civilização e cultura, ou seja, a um universo socialmente elaborado. Assim, mais do que a função de alimentar o corpo, a comida assume um caráter simbólico, uma vez que reflete relações sociais e identitárias, definindo quem são as pessoas e as relações que mantêm entre si. De forma mais clara, Da Matta distingue o alimento da comida em poucas palavras: “[...] alimento é tudo aquilo que pode ser

⁵⁰ Levi- Strauss considera que a comida não é apenas “boa para comer”, mas também “boa para pensar.” Em outras palavras, salienta que a comida é portadora de significados simbólicos, uma categoria de pensamento.

ingerido para manter uma pessoa viva; comida é tudo que se come com prazer [...]” E mais que o prazer, revela a identidade de um [...] “grupo, classe ou pessoa.” (DA MATTA, 1984, p.55).

Neste sentido, ainda segundo Da Matta, a comida reveladora da identidade brasileira é realmente o arroz-com-feijão, também citada pelo entrevistado. Nesse prato, tal como na mistura de raças, o preto do feijão é misturado com o branco do arroz, sugerindo a representação de um país mulato, capaz de combinar os contrários numa síntese identitária.

Mas retomando a fala do entrevistado, é interessante observar a conclusão a que chega, de que a cultura e a identidade não são transmitidas geneticamente, por meio do sangue, mas construídas pelo meio social em que as pessoas se inserem. Por terem nascido no Brasil, os descendentes de italianos aprenderam a saborear o tradicional arroz-com-feijão, e em Minas Gerais, o frango caipira, de modo que passaram a estranhar os hábitos alimentares italianos de se comer muita massa nas principais refeições. Como exemplo contrário aos seus parentes, descendentes de italianos com dupla cidadania, mas sem uma identificação com a cultura italiana, disse ter conhecido, no apartamento em que morava, na Itália, uma filha de pai e mãe marroquinos, de pele escura que morava na Itália desde os dois anos de idade, e falava fluentemente o idioma do país. Segundo narrou, ela só comia massas e gostava de tudo na Itália, o que o levou a entender que a moça possuía uma identidade italiana, embora não tivesse o sangue italiano, nem fosse cidadã desse país. Este fato lhe revelou a existência de estrangeiros que se sentem italianos de fato, e de italianos de direito que não se sentem de fato italianos, de maneira que, conforme declarou, em seu ponto de vista a concessão da cidadania deveria ser mais rigorosa, uma vez que existem descendentes que simplesmente encaram a cidadania como um documento que pode ser utilizado para fins utilitários, como a facilidade para entrar nos Estados Unidos, sem necessidade de visto, mas nada fazem para conhecerem e se integrarem à cultura italiana.

Eu acho que o critério deve ser maior, mais rigoroso do que o sistema já tem. Um italiano que já perdeu o costume nunca vai lá na Itália. E eu tenho visto muita gente pegar o passaporte italiano simplesmente pra ir pros Estados Unidos trabalhar como escravo. Acho um absurdo! Nada a ver! Devia pegar um cidadão desse e cancelar sua cidadania. Esse pessoal encara a cidadania simplesmente como um documento a mais. Acho que são poucas pessoas que encaram a cidadania mesmo. Se você pegar aqui dentro de Belo Horizonte e mandar esses descendentes cantarem o hino da Itália...um vai saber cantar, dois já fica difícil. (Nelson, advogado, bisneto de italianos, 28 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

O entrevistado tenta traduzir o grupo de ítalo-belorizontinos como aquele que perdeu o contato com os costumes da pátria de seus ancestrais, não carrega uma identidade italiana, e atualmente obtém a dupla cidadania por razões meramente utilitárias e não-culturais. Nesse caso, o símbolo cultural utilizado pelo depoente, concernente à identidade italiana, refere-se a um símbolo oficial, o hino, que diz respeito à identidade nacional. Pelo que se sabe, como a Itália foi unificada no final do século XIX, época em que os imigrantes vieram para o Brasil, estes últimos ainda não possuíam uma identidade italiana, mas apenas uma identidade local ligada à região ou o *paese* (local de nascimento), e desse modo, parece pouco provável que soubessem cantar o hino da Itália, para então transmiti-lo aos descendentes. Atualmente, os poucos descendentes que sabem falar em italiano e cantar o hino, geralmente fizeram cursos do idioma italiano, no Brasil ou na própria Itália, como é o caso do entrevistado, que estudou a língua em uma universidade italiana, na cidade de Perúgia.

Mas também é fato que muitos descendentes procuram o reconhecimento da dupla cidadania, imbuídos por motivos utilitários. Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a cidadania italiana passou a ser muito mais procurada, e alguns entrevistados acreditam que os ítalo-brasileiros não estão buscando exatamente suas raízes culturais de família, mas apenas um passaporte para sair do Brasil e obter uma oportunidade de trabalho. De acordo com um advogado entrevistado, a busca das raízes acontece única e exclusivamente para se obter informações sobre a obtenção da cidadania italiana. Como o processo envolve pesquisa, os descendentes reúnem a família, trocam informações, querem saber de onde os avós vieram etc, mas somente com o objetivo de conseguirem as certidões que lhes possibilitem pedir o reconhecimento da cidadania italiana. Assim, a obtenção da cidadania e do passaporte já basta, não derivando em vínculos às associações ou outras manifestações ligadas à recuperação da identidade italiana.

Por outro lado, se em algumas entrevistas ficou evidente o sentimento de perda da identidade italiana, entre imigrantes e descendentes, em outros depoimentos o sentimento de italianidade revelou-se bastante fortalecido. De acordo com Savoldi (1998, p.7 e 20), as manifestações étnicas italianas, bastante reprimidas pelo Estado nacional brasileiro, no governo autoritário da ditadura varguista, ocorrida na primeira metade do século XX, voltaram a serem vivenciadas, não apenas no ambiente privado, mas também nos espaços públicos, após a abertura política, no pós-regime militar. Juntamente com a redemocratização teve importância a

comemoração do centenário da imigração italiana no Brasil, em 1975, como marcos de um período em que procurou iniciar-se um movimento, ainda que tímido, de retomada da cultura italiana através da história da imigração. A partir de então, com incentivo da própria Itália, foram criadas associações culturais que procuraram representar as diversas regiões italianas e suas culturas, bem como recuperar as raízes italianas entre os descendentes.

Para os que acreditam ter se perdido a cultura italiana no Brasil, ao longo de um século, os movimentos em torno da identidade parecem se inserir num contexto de “invenção das tradições”, no qual os descendentes procuram construir as memórias de suas famílias, como é enfatizado por Santagati:

É interessante sublinhar que as raízes e o pertencimento a Itália, na maioria dos casos, não são mantidas e transmitidas de geração em geração, mas procuradas, descobertas, inventadas, construídas, escolhidas: trata-se de uma verdadeira invenção da identidade italiana pelos descendentes, que se verifica escolhendo de maneira ciente seus próprios antepassados. (SANTAGATI, 2005, p.23).

Já para os que acreditam na identidade não-perdida, mas apenas renunciada por um certo período, a retomada dos elos com a Itália e sua cultura, tenta recuperar a identidade adormecida. De acordo com Fáveri (2005), os imigrantes italianos e descendentes em Santa Catarina, que viveram o período de repressão, no qual tiveram que silenciar sua língua materna, deixar de praticar rituais e festas, entre outras práticas cotidianas pertencentes à sua cultura de origem, apenas não reafirmavam sua identidade étnica por questão de sobrevivência, mas na intimidade e nas subjetividades o sentimento de pertencer à cultura italiana se manteve e até foi exacerbado em alguns casos, como pôde ser observado através dos relatos de sua pesquisa. Nesse caso, segundo a autora, a memória desses imigrantes foi apenas guardada, para ser reativada algumas décadas depois.

Desse modo, talvez possa considerar-se que apesar das perseguições da ditadura varguista aos imigrantes italianos, e dos processos de hibridação, alguns grupos não perderam todos os traços da cultura de origem, reveladores de sua identidade, mas apenas os renunciaram por um período, para retomá-los em tempos mais recentes. É nessa perspectiva que Roberto Cardoso de Oliveira (1976) pensou interpretações mais plásticas para o conceito de “identidade renunciada” em contextos que o indivíduo renuncia sua identidade por um certo período, mas pode voltar a invocá-la posteriormente. Assim, em situações adversas os imigrantes podem manipular suas

identidades, a base de critérios de ganhos e perdas, como numa estratégia de sobrevivência social, sem, contudo, renunciar definitivamente os valores com os quais foi familiarizado desde a infância, em seu país de origem.

A recuperação das origens italianas em Minas Gerais, de forma geral, e em Belo Horizonte em particular, é mais tímida que a observada por Savoldi no sul do Brasil. Entretanto, o trabalho realizado pelas associações italianas, somado à imagem positiva da Itália no contexto internacional, bem como à ampla divulgação da imigração italiana nas telenovelas, e ainda, à possibilidade de se conquistar a dupla cidadania, têm contribuído para fomentar, entre os descendentes, um certo orgulho de serem italianos. Assim, observa-se que a identidade italiana renunciada pelos descendentes durante a era Vargas e no pós-Segunda Guerra Mundial, volta a ser reavivada em tempos recentes, na medida em que os sinais negativos daquela cultura minoritária cedem lugar a uma carga positiva, bastante valorizada pelas instituições ítalo-brasileiras, cujo objetivo é incentivar o orgulho pela cultura italiana.

Com o intuito de promover e divulgar a cultura da Itália, as associações italianas, que geralmente trabalham em conjunto com as regiões de origem e possuem verbas próprias para destinar a projetos no exterior, começaram a realizar viagens de retorno às origens, cursos do idioma italiano e outras atividades culturais. Segundo as autoridades entrevistadas, promover o conhecimento do idioma italiano entre os descendentes é uma estratégia importante na retomada das raízes e na construção da identidade. Por isso, foi muito bem visto o projeto de lei encaminhado ao Senado e Câmara italianos que, embora não tenha sido aprovado, solicitava a obrigatoriedade do conhecimento do idioma pelos ítalo-descendentes, para que estes tivessem reconhecido o seu direito de cidadania. De acordo com essa proposta de lei, o requerente deveria realizar uma prova de italiano em uma escola reconhecida, ficando condicionado o reconhecimento da cidadania à sua aprovação no exame. O objetivo era de que, com o conhecimento da língua e da cultura, pudesse ocorrer a recuperação das raízes culturais italianas, e por conseguinte, também a recuperação da identidade, de modo que o reconhecimento da dupla cidadania não findasse simplesmente no acesso ao passaporte europeu, como bem observou Savoldi:

Muitas associações e instituições italianas no Brasil vêm pregando que a busca da cidadania deve estar ligada aos sentimentos de italianidade, enquanto busca de suas raízes e não deve servir como mero *trampolim* para interesses pessoais e comerciais. (SAVOLDI, 1998, p.99).

Embora as instituições ítalo-brasileiras defendam o direito de cidadania italiana aos descendentes de imigrantes, acreditam que os mesmos, ao utilizarem a dupla cidadania para apenas satisfazer interesses econômicos, não respeitam a identidade étnica do grupo. Assim, por entenderem a língua como um componente essencial da constituição da cidadania, incentivam o ensino do idioma italiano entre os descendentes, para que estes possam recuperar a paixão pela Itália e sua cultura.

De acordo com uma entrevistada, presidente de uma associação italiana, juntamente com os cursos do idioma, as associações também promovem viagens de retorno às regiões da Itália, a fim de fortalecerem os laços dos descendentes com o país de onde partiram seus ancestrais. Um exemplo disso é o projeto de “retorno às origens” da Associação da Campanha em Belo Horizonte, que em 2007 conseguiu levar sessenta pessoas divididas em dois grupos, nos meses de julho e setembro, para visitar a cidade de Morigeratti.⁵¹

É relevante observar que Morigeratti é uma cidade pequena, localizada ao Sul da Itália, como pode ser observado no mapa 5, e possui uma população de cerca de quinhentos habitantes, enquanto que para o Estado de Minas Gerais a estimativa da população de descendentes de imigrantes originários desse lugarejo gira em torno de cinco mil pessoas.⁵² Atualmente, em razão das migrações de jovens da região sul para o norte da Itália, sobretudo para as grandes cidades como Torino e Milão, em busca de melhores oportunidades de trabalho, a cidade de Morigeratti ficou quase deserta e possui uma população composta basicamente por pessoas idosas. Ao perceber a cidade vazia, o prefeito montou uma infra-estrutura com restaurantes, alojamentos, preservação do centro histórico etc, para atrair a visita dos descendentes.

⁵¹ O prefeito da cidade de Morigeratti investiu no retorno, incentivando cada descendente que não havia visitado a Itália há mais de três anos, com a quantia de quinhentos euros, e anunciou o projeto na festa realizada no Clube do Cruzeiro, onde a Associação da Campanha conseguiu reunir cerca de quatrocentos e oitenta descendentes residentes em Belo Horizonte, sendo que, dos inscritos, sessenta participaram da viagem no ano de 2007. A previsão é de que a associação conseguirá levar a mesma quantidade de pessoas a cada ano.

⁵² Informações coletadas em campo.



Mapa 5: Localização da comuna de Morigerati – Itália.

Fonte: http://www.comune.morigerati.sa.it/images/comearrivare/italia_campania.jpg

Outra entrevistada, cujos ancestrais vieram do norte da Itália, disse com grande pesar ter perdido a data de inscrição para a viagem de retorno a Belluno, na região do Vêneto.

Eles [da associação] estavam selecionando dez descendentes da região do Vêneto, pra passar quinze dias em Belluno. Mas eu perdi, porque quando eu peguei o jornalzinho, já tinha passado a data. (Olga, arquiteta, 34 anos, bisneta de italianos, bairro Gutierrez. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 10/01/2008).

O objetivo dessas excursões para a Itália é permitir aos descendentes conhecerem o lugar de origem de seus ancestrais, bem como estabelecer um vínculo maior entre os dois países. Mas juntamente com as viagens de retorno às origens, a reivindicação da dupla cidadania também tem fortalecido a memória e a identidade dos descendentes. Há relatos de pessoas que procuraram, a partir das décadas de 1980 e 1990, obter as primeiras informações sobre a cidadania italiana porque sempre sentiram uma certa identificação com a Itália. Narram que sentiam curiosidade sobre as raízes italianas, e que através da dupla cidadania acabaram se constituindo como agentes de retomada desses elos familiares. Desse modo, torna-se equivocado dizer que os italianos buscam a cidadania apenas para fins utilitários, pois se de fato algumas famílias iniciam a pesquisa sobre as origens para obterem a dupla cidadania por motivos econômicos, também é verdade que outras famílias iniciam as pesquisas com o objetivo de estabelecerem um diálogo com o passado, e dessa forma construirão significados acerca de sua história pessoal e familiar.

Eu acredito também que boa parte faça a cidadania por orgulho, por paixão, por saudade, por desejo de ter contato com suas origens... por uma afinidade com a Itália.

Então, a gente acaba polemizando e dizendo que todos eles querem o passaporte porque querem ir trabalhar nos Estados Unidos. Eu não acredito nisso. Eu diria que 30% das pessoas querem ir trabalhar em outros países, 30% quer uma opção de trabalho na própria Itália, 30% que tem paixão pela Itália e quer mesmo a Itália como país onde viver, e essa é uma oportunidade. E tem uns 10% com qualquer opção. [...] É um estereótipo dizer que o brasileiro quer o passaporte para ir para os Estados Unidos, apesar de, infelizmente, ter esse componente também. (Helena, italiana nata, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em janeiro de 2008).

Existe uma parcela dos descendentes que solicita o reconhecimento da cidadania italiana por orgulho, prazer, e para poder dizer que é italiana. Neste sentido, uma entrevistada declarou conhecer uma senhora de oitenta e um anos, que pediu a cidadania, mas não tem o menor interesse nem condição de ir para a Europa ou Estados Unidos trabalhar. Para ela, o objetivo não é econômico, mas cultural e identitário, assim como é para os descendentes que fazem a árvore genealógica apenas para obter conhecimento sobre sua história familiar.

Uma ítalo-brasileira revelou que sentia curiosidade de obter informações sobre os avós, quando vieram, onde nasceram, e apesar de não ter inicialmente planos de viajar para a Itália, achou interessante buscar informações sobre o processo de obtenção da dupla cidadania, a fim de recuperar a origem e trajetória familiar de sua mãe, descendente de italianos. Após adquirir o reconhecimento da cidadania italiana, surgiram-lhe oportunidades de ir à Itália a trabalho, quando então pode criar maiores vínculos com a terra de seus antepassados.

Eu já fui algumas vezes à Itália e isso ficava me chamando atenção..., porque eu sempre voltava pra lá, algo me puxava pra lá. Também, quando a gente carrega um sobrenome italiano, né... (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

Alguns ítalo-brasileiros entendem que os sobrenomes de família os identificam com um grupo específico, o de descendentes de imigrantes, bem como os ligam a uma história familiar, e desse modo, o peso de carregá-los implica a obrigação de tentar recuperar a trajetória de sua família. Sobre esse assunto, para Abreu Filho (1980, p.197) os indivíduos representam uma família antes de representarem a si mesmos, de modo que seu sobrenome é associado à posição que ocupam no mundo. Sob essa perspectiva, aplicada ao caso dos ítalo-belorizontinos, compreende-se que o nome de família se tornou um elemento portador de identidade e de valores, muitas vezes utilizado como recurso seguro para puxar conversa com desconhecidos, que também são portadores de sobrenomes italianos, dado ao orgulho que se tem em narrar a própria

história familiar. Assim, o sobrenome italiano é carregado de valores como a disposição para o trabalho, a religiosidade e o respeito à família, que recheiam as histórias de famílias narradas pelos descendentes.

Para recuperar a história familiar, alguns descendentes conquistam a dupla cidadania e viajam para a Itália a fim de refazer a trajetória de seus ascendentes imigrantes, como aconteceu com uma entrevistada, que, segundo declarou, embora inicialmente só objetivasse aproximar-se da cultura de seus ancestrais, encontrou na Itália oportunidades de fazer cursos e realizar trabalhos, que acabaram por fortalecer seu vínculo com o país. Ela teve contato com um grupo de teatro, com o qual conviveu por algum tempo apresentando festivais, e chegou a fazer um curso de fabricação e utilização de máscaras, em Padova, norte da Itália, onde também realizou estudos sobre *comédia del'arte*. Atualmente trabalha com influências italianas no teatro, o que acaba fortalecendo ainda mais o vínculo com a terra de seus antepassados.

Ah... eu me sinto bem italiana, e cada vez mais...porque cada vez mais eu estou descobrindo essa origem, esse vínculo, que é muito forte, que é muito bacana. Por coincidência... também não sei se são coincidências, se elas existem... mas o fato de eu ter encontrado essas pessoas que têm uma visão de teatro parecida com a minha, que faz um trabalho tão parecido...isso fortalece muito o vínculo. (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

Para essa entrevistada “são os desejos que geram os fatos”, e a curiosidade e a vontade de buscar o reconhecimento da cidadania italiana acabaram por gerar situações e acontecimentos que a vincularam mais ainda à Itália e sua cultura. Conforme disse, se não fosse o seu desejo inicial de buscar o reconhecimento da cidadania, estes fatos talvez não tivessem ocorrido.

Essa história italiana, essa identidade italiana... isso foi o que me guiou. Eu tinha uma necessidade de gerar fatos que confirmassem essa história e essa identidade. Agora eu estou indo pra ficar dois meses, mas eu fui sondada pra ficar mais, pra fazer um trabalho teatral...porque eu tenho a cidadania e eu posso ir trabalhar lá como atriz...Não deu certo agora porque teve um problema com a diretora, que é cubana, e ela não pôde ir. O fato de eu ter a cidadania, de eu conhecer essas pessoas, deles fazerem esse projeto e me chamar... essas coisas vão fortalecendo cada vez mais o vínculo. (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

Conforme relatou a entrevistada, sua curiosidade e interesse pela Itália advêm do seu avô, cujo nome era idêntico ao seu, e com o qual os familiares sempre lhe disseram que ela se parece.

Ele faleceu antes de seu nascimento, e por isso ela não chegou a conhecê-lo, mas de acordo com sua família, ela possui gestos e atitudes cotidianos muito parecidos com os dele.

Eu não tomava leite requentado de jeito nenhum, e até hoje não tomo. Todo mundo achava um absurdo lá em casa, e às vezes minha mãe botava escondido pra ver se eu ia descobrir. Eu tomava e falava *'ai mãe...esse leite é requentado'*... Ela falava assim: *'Nossa senhora... cê parece demais com seu avô... que seu avô também não tomava leite requentado de jeito nenhum.'* Então, essas coisas é que vão criando uma curiosidade e criando uma identidade. Eu ficava me perguntando o tempo todo: *'como é que foi esse meu avô...que eu pareço tanto com ele?'* Então, através dessas coisas eu posso concluir que eu já tinha uma identidade italiana. (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

A identidade, tal como os costumes e a cultura italianos, na percepção de alguns ítalo-brasileiros são transmitidos pelos laços de consangüinidade, e nesse sentido, de acordo com Abreu Filho, o sangue deixa de ser apenas um elemento natural que corre nas veias, para transformar-se numa categoria de pensamento, cuja lógica de descendência orienta a percepção social de que os indivíduos herdam características de seus parentes, como fica evidente nas frases tipo: “fulano puxou o jeito da avó, o gênio do tio, o andar do pai etc.” (ABREU FILHO, 1980, p.170 e 172).

Ainda com relação aos laços de consangüinidade, uma entrevistada comentou que em sua família sempre se procurou realizar casamentos interétnicos por assim acreditarem que, de alguma forma, a não-mistura de sangues pudesse garantir a manutenção da cultura italiana. Ao contrário do desejo da família, ela se casou com um brasileiro não descendente, e teve que enfrentar diversos problemas relativos aos costumes e hábitos do marido e sua família, que divergem completamente daqueles em que foi educada. Ela disse ter chegado a sugerir para o marido “se tornar” um cidadão italiano, mas logo mudou de idéia, pois concluiu que “quando não tá no sangue não tem jeito, ele nunca vai ser um italiano.” (Mariana, cirurgiã dentista, neta de italianos, 54 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Sobre a não-mistura de sangues através dos casamentos, outro descendente narra com orgulho:

Em minha família, até onde eu sei, não teve nenhuma mistura. Todos foram casados italianos com italianos, por parte do meu pai, por parte da minha mãe, por parte dos

meus bisavós, por parte de mãe, por parte de pai, do outro lado também, por parte de mãe e por parte de pai. Então, só casou italiano com italiano até a minha geração. (Kleber, estudante, trineto de italianos, 24 anos, bairro Jardim Vera Cruz, Contagem. Pesquisa de campo realizada em Contagem, em janeiro de 2008).

Observa-se que o direito à cidadania italiana é baseada no critério *jus sanguinis*, também chamado ‘direito de sangue’, que fundamenta-se no princípio da descendência, independente do território onde se tenha nascido, e segundo esse princípio, como relatado pelos entrevistados, “basta ter sangue italiano correndo nas veias para ser um cidadão italiano.” Nesse sentido, conforme as palavras de um advogado entrevistado, “pra Itália não interessa se o indivíduo nasceu lá ou não. O que interessa é o sangue”, que revela a identidade passional dos italianos. “Italiano é um povo esquentado, nervoso, amoroso, tudo a ver com o sangue.” (André, advogado, italiano nato, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 23/01/2007).

As representações acerca do sangue italiano revestem-se de uma pretensa herança genética e cultural, como puderam ser observadas em algumas entrevistas, nas quais os ítalo-brasileiros não raro se referiram à identidade italiana como algo transmitido pelo sangue ou pelos gens, e não como algo construído pelo meio social. Sobre esse ponto de vista, segundo Abreu Filho, nos sistemas de parentesco o sangue é, antes de mais nada, um vetor de transmissão das qualidades físicas e morais das famílias.

Esta concepção das relações de parentesco como relações asseguradas pelo sangue enquanto vetor de qualidades físicas e morais nos permite dizer que não são as relações em si que são substancializadas, mas a moral, o caráter. Pois sangue não significa simplesmente uma substância formadora do corpo, ele também forma o caráter, recobrando a moral. (ABREU FILHO, 1980, p. 172).

Em outra entrevista, o sangue também foi percebido como vetor de transmissão de valores culturais, uma vez que a depoente declarou ter sido muito emocionante a viagem que fez à Itália para resgatar a sua história familiar, porque chorava com tudo que via, como se estivesse sentindo saudades de algo que ela mesma nunca havia antes presenciado. Para ela, é como se carregasse essas lembranças em seu código genético.

mas eu ficava emocionada...nossa...eu via uma foto e chorava...eu via uma cena assim na rua...era uma coisa estranha mesmo...parecia que eu tava sentindo saudade de coisas que até eu mesma não vivi. E eu acho que é isso...que a gente já nasce com uma cultura, com uma história...assim....até tem gente aí que diz que essa história tá

registrada mesmo no nosso corpo, na nossa cabeça, no nosso gen...sei lá...de alguma forma que nem a ciência consegue detectar ainda.... Mas dizem isso, que a gente não nasce só essa coisa física, que a gente já traz essas lembranças e tal....porque eu sentia muito isso..., e cada contato assim...com pessoas e com a casa...com o cotidiano..., isso é que me encantava, que me mobilizava completamente. Ir na casa da Ceíça por exemplo, em Fara Sabina... A Ceíça nos chamava pra ir à casa dela...ela fazia comida, comia todo mundo junto numa tábua grande...aquela montanha de macarrão... cada um, só com um talher ...e tomando vinho e morrendo de rir. Isso pra mim era....nossa...era o céu....aí eu chorava de alegria ((risos)). . (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

A entrevistada declarou se sentir italiana tanto na sua constituição física, pelo fato de possuir feições italianas, como no jeito de ser, na formação dos hábitos. Recorda-se de uma das vezes em que esteve na Itália e um amigo italiano lhe disse o quanto ela era italiana e não sabia, não tinha consciência. E atribui essa identidade italiana tanto às manifestações genéticas, como também aos costumes perpetuados dentro de seu ambiente familiar, que fizeram com que parte da cultura italiana ali pudesse sobreviver. Conforme se lembra, na casa dos seus pais os familiares jamais fariam o prato no fogão e sentariam à mesa para comer, porque ali o ritual das refeições era algo considerado importante. Essa era uma tradição que não podia ser quebrada, de modo que embora o almoço tivesse um horário estabelecido para ser servido, as pessoas costumavam esperar pelas outras, a fim de reunir toda a família em volta da mesa. Servir a comida, comer junto e conversar, eram as atividades principais, sobretudo no dia de domingo, considerado o dia do almoço, e por isso o mais importante da semana. Nesse dia o almoço se prolongava, e pais e filhos ficavam em volta da mesa conversando durante horas após a refeição, a sobremesa e o café.

Para a entrevistada, sempre foi dito em sua família que o hábito de comer juntos pertence à cultura italiana, o que pode ser confirmado em Leonardo (2006, p.4) quando diz que “na Itália, uma refeição é um momento de profunda comunhão familiar[...] [e dura] até mais de 3 horas, pois este momento é reservado para estarem juntos, e o comer é um fator social. [...]”

De acordo com Silva (2007, p.2) o ato de compartilhar a comida surgiu ainda na pré-história, período em que os homens se uniam em grupos para facilitar a caça dos animais maiores, e depois se reuniam, tanto para consumirem o alimento, quanto para celebrarem o sucesso do feito. É nessa perspectiva que a Antropologia da Alimentação, a partir do consumo de alimentos, estuda as relações sociais, os produtos identitários, as representações e os valores socioculturais, pois que a alimentação humana é compreendida não somente como um ato biológico, mas também simbólico, na medida em que, além de alimentar o corpo, nutre o homem de “imaginário

e de significados, partilhando representações coletivas.” (FISCHLER, citado por MACIEL, 2001, p.2). Assim, o homem não apenas escolhe *o que* come, mas também *quando* come (em dias comuns ou em momentos especiais), *como* come (vivo, cru, cozido, assado, apodrecido, defumado ou congelado), *onde* e *com quem* come (amigos, família). Nesse último caso, o ato de alimentar-se juntamente com outras pessoas envolve partilha e transforma a alimentação num acontecimento social. Para Maciel “a comensalidade, ‘o comer juntos’, é o momento de reforçar a coesão do grupo pois ao partilhar a comida partilham-se sensações, tornando-se uma experiência sensorial compartilhada.” (MACIEL, 2001, p.6).

Comer todos juntos o macarrão numa tábua grande com o mesmo talher, ou reunir a família em volta da mesa durante as refeições, demonstram que o ato de comer traz ao homem a sociabilidade, cuja função cultural está para além de sua função meramente fisiológica. Nessa perspectiva, o homem se distingue dos animais ao transformar natureza em cultura, através de seu comportamento e etiqueta utilizados durante as refeições compartilhadas. O prazer de comer e beber juntos envolve conversas, discussões, risos, brincadeiras, e por vezes músicas e teatros, fazendo com que o ato de alimentar-se ultrapasse a sua função biológica, e ganhe uma função simbólica e social.

Outro entrevistado confirma esse ritual de compartilhar os alimentos, também presente na casa de seus pais.

Fazer a refeição juntos era uma coisa sagrada pra minha mãe. Ela inclusive me repreendia quando eu era criança. Depois que eu fiquei marmanjo ela já não falava, mas eu entendia qual era a dela, apesar de desobedecê-la. Refeição era todo mundo junto, e tinha que fazer a oração antes.⁵³ (Luciano, administrador, 46 anos, bairro São Pedro. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 08/01/2008).

Segundo muitos entrevistados, mais do que a comida, é a forma de se comer, é o ritual que envolve as refeições o sinal identificador da cultura italiana.

Eu acho que o que permaneceu na minha família, da cultura, é a parte da comida. A língua se perdeu, mas a culinária italiana se fixou mais. A forma, o jeito de receber as pessoas é muito extravagante. Italiano geralmente enche uma mesa, assim, pra comer umas dez mil pessoas, mesmo que tiver vindo só cinco pessoas comer na casa dele. Então, são culturas que foram passadas de geração em geração. (Kleber, estudante,

⁵³ Alguns ítalo-belorizontinos relataram que face à correria da vida moderna, o hábito da família se unir toda em volta da mesa durante as refeições já não é mais possível de ser mantido. Normalmente cada membro da família realiza atividades diferentes, com horários também diferenciados, que acabam por gerar desencontros dentro de casa.

trinetto de italianos, 24 anos, bairro Jardim Vera Cruz. Pesquisa de campo realizada em Contagem, em janeiro de 2008).

As receitas de família são muitas vezes elaboradas e saboreadas pelos descendentes numa espécie de ritual, que traz a marca da preservação dessa identidade cultural italiana, ancorada na sociabilidade promovida pelo ato de “comer juntos”. Uma entrevistada disse conservar o hábito de preservação dessa memória cultural, mantendo e perpetuando a tradição passada por uma tia, imigrante italiana. Ela conta que na época da Semana Santa, no Domingo de Ramos, sua tia fazia um *espaguetti* e o servia aos amigos e parentes, bem como o distribuía, em vasilhas, aos vizinhos da rua. Assim, além de comer junto com a família, ela mandava a massa para as outras casas, para que todos pudessem compartilhar de sua receita.

Nesse caso, observa-se que, *o que comer* (o *espaguetti*), e *o como comer* (de forma compartilhada), demonstram as escolhas da tia imigrante que referem-se à identidade do grupo social italiano. Ao compartilhar o *espaguetti*, a imigrante italiana podia demonstrar simpatia, cordialidade, e desse modo reforçar os laços de sociabilidade com a vizinhança.

A fim de perpetuar a tradição iniciada por sua tia, a entrevistada disse preparar a massa do *espaguetti* todos os anos, de preferência no domingo de Ramos, servindo-o em casa para os parentes e amigos convidados. E como num ritual, narra para todos ali presentes, sobretudo para as crianças, a história do *espaguetti* que deu origem a essa tradição familiar. Desse modo, a depoente, além de responsável por esse ritual em torno do alimento, assumiu o caráter de narradora das histórias familiares, nas quais os antepassados são lembrados e apresentados para as novas gerações de descendentes.

A entrevistada recorda que há mais tempo houve em Belo Horizonte um concurso de massas, no qual as pessoas inscritas deveriam apresentar suas receitas referentes ao preparo do *espaguetti*, e cuja premiação (duas passagens para a Itália) seria dada àquele que apresentasse a receita mais original. Ela escreveu a história em torno da receita de sua tia e a enviou para o concurso, com o objetivo de ganhar o prêmio e levar sua mãe até à Itália. Mas muito embora não sido a vencedora, essa história que escreveu para o concurso é a mesma narrada todos os anos para os familiares e amigos que participam da tradição de comer o *espaguetti* em sua casa, preparado com molho de cebola, sardinha e canela. Dessa forma, tal como no “narrador”, em Benjamin (1985), a entrevistada assume a função de narrar as experiências e histórias de sua família imigrante, para que a memória familiar seja perpetuada pelas novas gerações, através da

oralidade, e assim, poder-se estabelecer um elo do presente com o passado dos ancestrais. Pereira denomina “guardiãs da memória” essas pessoas que desempenham o papel de cuidar da memória do grupo familiar, sem as quais a identidade étnica não poderia vir à tona, já que são “inúmeros [...] os indivíduos descendentes das referidas famílias imigrantes que desconhecem a origem peninsular de seus antepassados. (PEREIRA, 2003, p.17).

Como já evidenciado, o ato de comer juntos e compartilhar alimentos é repleto de significados simbólicos para alguns descendentes de imigrantes italianos, uma vez que representa sua história pessoal e a tradição familiar, carregada de valores, sentidos e emoções. Entretanto, não apenas o consumo das massas de forma compartilhada, mas também o seu preparo,⁵⁴ criam sociabilidades e fazem aflorar sentimentos, pois que constituem a continuação de uma tradição culinária familiar, que envolve rituais e interações entre as pessoas inseridas no processo, revelando o prazer da confraternização que alimenta o espírito. Em uma das entrevistas foi possível perceber, de forma mais evidente, o ambiente de aconchego familiar que esses momentos em torno do preparo das massas suscitam nos descendentes, revelando o estado de espírito e as emoções que “temperam esses pratos”. De acordo com a entrevistada, seu pai “tem uma maquinazinha de fazer massa. Fica ele e o amigo fazendo a massa, cozinhando e cantando. Tem todo um processo. E nisso vai tomando vinho... Tem que ter vinho acompanhando.” (Olga, arquiteta, 34 anos, bisneta de italianos, bairro Gutierrez. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 10/01/2008).

O preparo da massa regado a vinho e cantoria demonstra a carga de emoção envolvida no processo de produção da receita de família. Nessa perspectiva, salienta Maciel:

A comida envolve emoção, trabalha com a memória e com os sentimentos. As expressões “comida da mãe”, ou “comida caseira”, ilustram bem este caso, invocando infância, aconchego, segurança, ausência de sofisticação ou de exotismo. Ambas remetem ao “familiar”, ao próximo, ao frugal. Porém, se o “toque caseiro” é o toque mais íntimo em oposição ao “toque profissional”, em série, não-pessoal, o toque “da mãe” é uma assinatura, que implica tanto no que é feito, como na forma pela qual é feito, que marca a comida com lembranças pessoais. (MACIEL, 2001, p.7).

Como forma de expressão de sentimentos e demonstração de afetos, nas festas natalinas, que também têm esse caráter de reunião familiar, é comum os descendentes prepararem as massas segundo as receitas elaboradas pelos seus antepassados. Assim, a função religiosa se

⁵⁴ Por ser um processo demorado, de acordo com os entrevistados, atualmente as famílias costumam preparar o macarrão em casa apenas de forma esporádica, ou em ocasiões especiais.

mescla com o ritual de celebração dos laços de parentesco, que tem a função social de manter a coesão do grupo. De acordo com uma entrevista, foi durante uma dessas reuniões familiares que ela percebeu o quão forte lhe é o sentimento de pertencer à cultura italiana.

Até um dia desses, foi dia de Natal... eu comprei uma vasilha muito maravilhosa, de por massa. Eu tinha feito macarrão em casa igual eu aprendi com a minha mãe. É uma receita de família. Quando eu comprei a vasilha, olhei embaixo e tava escrito *'made in itália'*. Eu disse: *'pronto! Acabou! Eu vou levar essa vasilha de qualquer jeito'*. Eu comprei e levei pra botar o macarrão. Aí uma pessoa chegou perto de mim e disse: *'Nossa, que trem bonito!'* Aí eu falei: *'sabe porque é lindo? É porque veio da Itália.'* Aí minha sogra disse que eu tava desfazendo do nosso Brasil... mas não é isso. É porque é bonito mesmo, não tem jeito... (Mariana, cirurgiã dentista, neta de italianos, 54 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Em alguns casos, essas pequenas reuniões familiares começaram a dar origem às grandes festas de famílias, nas quais se reúnem gerações de descendentes, com o objetivo de partilhar informações sobre os ancestrais, como foi observado por Zanini (2004) ao pesquisar a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Ao narrarem as histórias referentes à saga dos seus ascendentes imigrantes, os descendentes, com base em documentos, informações e muita história oral, constroem releituras e memórias sobre seus antepassados.



Figura 1: Porta retrato: “Segundo Encontro” da Família – 2006.

Fonte: Foto tirada no interior da residência de uma entrevistada ítalo-brasileira.

Assim, de forma análoga às festas realizadas no sul do país, parece que algumas famílias também iniciaram em Belo Horizonte a tradição de reunir as gerações de descendentes espalhadas pelo Brasil, como é o caso da família dos entrevistados Mariana e Néilson. No porta retrato (FIG. 1) o “2º Encontro da Família” é eternizado como recordação da reunião familiar, na qual vários parentes compareceram. Na foto da festa, que acontece anualmente no mês de julho, aparece a casa da fazenda em que os *nonos* moraram, no interior de Minas Gerais, os descendentes com o brasão da família estampado no peito, e ao fundo, a bandeira que Néilson trouxe da Itália.

Desse modo, observa-se o culto à família como um elemento de afirmação da identidade italiana, algumas vezes ritualizada nessas festas familiares, nas quais, segundo Zanini, a família

se torna um “patrimônio simbólico” e transmite prestígio aos seus membros, valorizando a identidade do descendente.” (ZANINI, 2004 p.57).

No depoimento da entrevistada Mariana, o culto à família era um pilar de sustentação dos imigrantes italianos que ainda continua presente na vida de muitos descendentes, pois conforme relatou, na fazenda em que nasceu, onde ocorreu a festa (FIG. 1), os filhos se casavam e continuavam a morar dentro da casa dos pais, e muito embora isso ampliasse o tamanho da família, não gerava conflito entre os membros, uma vez que todos eram ensinados a promover a coesão do grupo. As noras chamavam a sogra de mãe, o sogro de pai, e eram tratadas pelos mesmos como filhas, a tal ponto que: “Se a gente tivesse uma desavença com as cunhadas, a minha mãe falava: *olha minha filha, ela é a mulher do seu irmão, vamos ficar tudo sossegado, porque é você que tá errada...*” (Mariana, cirurgiã dentista, neta de italianos, 54 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Vários depoentes destacaram o culto à família como um forte valor da cultura italiana. O respeito entre pais, filhos e irmãos, conforme disseram, garante uma forte integração entre os membros do grupo, que dessa forma se sentem mais protegidos e amparados. Apenas um dos entrevistados revelou não sentir admiração pelo culto à família, mas apesar disso, reconheceu que família, tradição e religião, são elementos importantes na cultura italiana.

Eu tenho um problema com essa coisa de culto à família, do parentesco. Meu pai é brasileiro e é muito mal visto por não ter esse culto à família, essa bobajada... Eu puxei um pouco dele, porque eu não gosto desse culto. Não é que eu não os considere ou trate mal [os parentes], mas eu quero ficar na minha. Tem um lado sadio, até certo ponto, que é a coisa da solidariedade. Mas chega um momento que ultrapassa essa linha e já se torna falta de confiômetro. Fica invasivo... Mas enfim, isso também é cultura de italiano. (Luciano, administrador, 46 anos, bairro São Pedro. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 08/01/2008).

Nas residências de alguns descendentes o culto à família é comumente representado através de alguns objetos materiais, como os porta-retratos dos *nonos* dispostos sobre os móveis da casa, ou as fotografias guardadas em caixas de papel, como puderam ser observadas durante as visitas para realização das entrevistas, em que os depoentes buscavam esse material para relembrar as histórias de seus antepassados.



Figura 2: Fotografias dos *nonos* sobre móvel da sala de estar.

Fonte: Foto tirada no interior da residência de uma entrevistada ítalo-brasileira.

Essas fotografias (FIG. 2) dispostas sobre o móvel da sala permitem aos descendentes recuperarem na memória as lembranças dos *nonos* que se foram, bem como possibilitam a construção de narrativas acerca de acontecimentos passados referentes à sua história familiar. São representações de pessoas e situações passadas que já não existem mais, mas que de alguma forma os descendentes desejam manter presentes, pois, ao que parece, conforme observado através das entrevistas, quando essas fotografias deixam de estar dispostas no fundo das caixas de papel e passam a ocupar espaços importantes da casa, como sobre os móveis da sala ou sobre a mesa de cabeceira, é sinal de que os descendentes temem esquecer seus ancestrais, sua história familiar, e sua própria identidade. Lembrar do passado faz esses ítalo-brasileiros reafirmem sua identidade italiana, visto que a preservação da memória, por meio dessas fotografias, está carregada de sentidos, afetos, emoções, valores, símbolos e representações sociais. Nesse móvel (FIG. 2) os porta-retratos assumiram papel de destaque, deixando aos outros pequenos objetos a simples função de adorno, e, muito embora as imagens ali estejam apresentadas em preto e branco, as lembranças que elas provocam denotam o colorido dos sentimentos que envolvem a

identidade italiana. Imortalizados na imagem congelada da fotografia os *nonos* se fazem presentes nas mais diversas cenas cotidianas passadas no ambiente doméstico dessas famílias.



Figura 3: Fotografia da primeira geração de descendentes.

Fonte: Foto tirada no interior da residência de uma entrevistada ítalo-brasileira.

A fotografia da primeira geração de descendentes exposta no porta-retrato (FIG. 3) não somente aponta para a possibilidade dos descendentes mais antigos terem mantido o padrão de fecundidade adotado pelos imigrantes italianos, como também indica o peso da tradição familiar ainda cultuada pelas gerações mais novas. A jóia que representa o número exato de filhos nascidos não é usada como adorno feminino pela filha que herdou o objeto, mas sim como elemento que propicia o simbólico reencontro dela e dos irmãos com os seus queridos pais. Desse modo, embora fisicamente ausentes, os pais continuam presentes na vida dos seus descendentes diretos que também, de forma simbólica, se mostram abraçados e unidos em volta dos seus falecidos pais.

E é interessante salientar que durante as entrevistas, algumas características foram recorrentemente citadas como sinais diacríticos da cultura italiana, tais como a vocação para o trabalho, o culto à família e a manutenção das tradições, bem como a devoção religiosa. Em algumas residências visitadas durante o trabalho de campo, como pode ser observado na (FIG. 4), tornou-se perceptível que alguns descendentes elegem lugares sagrados dentro do espaço doméstico, tidos como lugares de oração, e neles encontram-se altares com imagens de santos, juntamente com objetos referentes aos ascendentes imigrantes, como o passaporte do *nono* e o brasão da família, emoldurados e pendurados na parede.



Figura 4: Lugar de oração

Fonte: Foto tirada no interior da residência de uma entrevistada ítalo-brasileira.

Além dos objetos de memória, capazes de ligar o presente dos descendentes às lembranças dos seus ancestrais, outros objetos símbolos identificados com a cultura italiana são freqüentemente adquiridos, tais como livros, revistas, postais, e adesivos da bandeira da Itália (colados nos vidros dos carros). De acordo com o relato de uma descendente, todas as vezes que ela vai à livraria não resiste e acaba comprando livros relacionados à arquitetura italiana, enquanto seu pai coleciona revistas das várias regiões da Itália. Já no carro da família está colado o adesivo da bandeira italiana, só retirado uma única vez, quando na Copa do Mundo, em 2006, o Brasil foi desclassificado e a Itália disputou a final dos jogos com a França. Por medo de confusão nas ruas, retiraram o adesivo para instantes depois colarem outro no lugar. Segundo narrou, a bandeira é um símbolo de rápida identificação com o país, de modo que todas as vezes que vê um carro na rua com o adesivo da bandeira da Itália, imediatamente lhe vem o pensamento: “Oh, esse é italiano!”

A bandeira é um dos símbolos mais representativos da cultura oficial de um país, e não raro os ítalo-descendentes também exibem a bandeira brasileira na Itália. Uma entrevistada que morou na Itália durante cinco anos narrou sua chegada ao país e o espanto inicial causado pelo trânsito de Roma. No primeiro momento pensou jamais dirigir naquele lugar, que segundo suas palavras parecia um “enxame de abelhas”, mas não só acabou dirigindo como comprando um *motorino*, uma espécie de moto com baixa cilindrada, com baú na parte traseira, local onde ela instalou uma bandeira do Brasil para ser vista pelas ruas de Roma.

Eu tinha uma bandeira do Brasil atrás da *bauleta*... aquele baú preto. Então o povo mexia, fazia farra, brincava... E eu adorava! Eu saía cantando: ‘*Maria, Maria...*’ [a entrevistada canta trecho da música do Milton Nascimento]... Me dava uma alegria, sabe? Naquele ambiente maravilhoso, vendo tanta coisa bonita e inserida no contexto deles. Foi muito legal... (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 31/01/2007).

A entrevistada disse ser apaixonada pela Itália e pretende morrer em Roma, mas sentiu saudades do Brasil durante os cinco anos em que esteve ausente, sobretudo em relação às reuniões de amigos nos botecos após o trabalho, tão comuns em Belo Horizonte. Ela sentia falta da sociabilidade, “da farra, do calor humano, do espírito coletivo.” (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 31/01/2007).

Sob a perspectiva narrada pela entrevistada, observa-se que a identidade brasileira acaba sendo aguçada quando os descendentes estão na Itália, exatamente em função do contraste entre as duas culturas. E os autores que discutem o conceito de identidade comumente apontam para esse caráter contrastivo, no qual o “nós” se afirma diante dos “outros”, pois esse é o mecanismo de diferenciação que leva as pessoas a se identificarem como iguais ou diferentes em relação a outras pessoas ou grupos sociais. Assim, a relação e o contato devem estar sempre presentes para que a identidade possa se manifestar, já que “ela não se afirma isoladamente.” (OLIVEIRA, Roberto, 1976, p.5).

Se a princípio o conceito de identidade brasileira remete àquilo que é idêntico ou semelhante, o reconhecimento dessa igualdade só aparece diante da sua diferença: a cultura italiana. E é assim que a identidade não pode ser pensada sem o contraste, pois o “nós” não existe sem a sua negação, oposição ou contradição: os “outros”. Nesse sentido, uma entrevistada observou que “é saindo do Brasil que se passa a observá-lo melhor”, e conforme constatou “ a cultura brasileira é muito bonita, assim como a tolerância dos brasileiros, maior que a dos outros povos.” (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

Sempre antes de suas viagens à Itália, a depoente comentou que selecionava as músicas brasileiras mais bonitas para mostrá-las aos italianos, mas acabou se dando conta de que só os brasileiros conseguem sentir a grandeza da beleza daquelas canções, exatamente em função da história e dos sentimentos que os fazem se identificar com sua cultura.

As vezes eu achava uma música linda e decidia levar pra Itália, pra mostrar pro pessoal de lá. No início eu fazia isso muito, [mas] depois eu vi que quem acha ela tão bonita somos nós mesmos. Eles acham bonito, mas não acham pungente...sabe?...como nós achamos. Porque a cultura é carregada de história, de sentimento. (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

O forte sentimento de identificação com o Brasil e com a Itália é percebido na fala de vários descendentes entrevistados. Alguns não possuem pretensão de ir morar no país de seus ancestrais, mas garantem que o reconhecimento da cidadania tornou-se uma fonte de realização pessoal. Outros chegam a morar na Itália, e segundo relataram, jamais utilizariam a cidadania para ir morar e trabalhar nos Estados Unidos, como alguns descendentes têm feito, pelo simples fato de não se identificarem com a cultura desse país.

Uma depoente morou na Itália durante cinco anos e considera o atrativo da Europa diferente, por possibilitar uma formação pessoal e cultural, enquanto “nos Estados Unidos, a única coisa que se aprende é sobre Hollywood e ganhar dinheiro.” (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 31/01/2007).

Essa entrevistada morou em Firenze, e disse que por várias vezes chorou de emoção ao observar “A Primavera” de Botticelli, exposta numa galeria de arte. Assim, para ela, torna-se importante não somente conhecer as cidades italianas, apreciar sua gastronomia, mas também entender o modo pelo qual se formou o pensamento italiano, os modos de vida, e a relação do povo italiano com a arte. Ela disse que, ao contrário do europeu, que atribui à arte um valor sentimental, quando esteve em Los Angeles observou que o americano, de um modo geral, trata as obras como peças de coleção, passíveis de serem adquiridas por qualquer pessoa cujos recursos financeiros sejam suficientes para comprá-las.⁵⁵

Para alguns descendentes a conquista da dupla cidadania não se dá por razões instrumentais, pois não cogitam a possibilidade de utilizar o passaporte europeu para irem trabalhar nos Estados Unidos ou qualquer outro país da Europa além da Itália. Para eles, o reconhecimento da dupla cidadania reveste-se de motivações e significados em torno da busca das origens, saber como começou a história de sua família, juntamente com a procura de uma experiência cultural. Nos relatos dos entrevistados, ficou evidente a consciência da Itália como referência cultural para o mundo ocidental, uma vez que foi o berço do movimento renascentista, e exibe os traços dessa cultura em suas ruas, praças, monumentos, igrejas e museus. Como disse um entrevistado, na Itália “se respira cultura”. (André, advogado, italiano nato, representante da comunidade italiana em Belo Horizonte. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte em 23/01/2007).

Nesse sentido, outra descendente disse ter sentido dificuldades para adaptar-se a Belo Horizonte, quando retornou por motivo de doença da mãe, porque desejava ter continuado em Roma, cidade onde podia visitar galerias, teatros e museus. Mas ainda deseja retornar para lá, talvez na velhice, porque conforme relatou, sempre brinca com as pessoas dizendo que irá morrer em Roma.

⁵⁵ É importante salientar que os ítalo-brasileiros geralmente associam os Estados Unidos a uma cultura massificada. Entretanto, no trabalho realizado por Margolis em Nova York, a autora observou alguns casos de brasileiros que gastavam “seu dinheiro, duro de ganhar, em ingressos para teatro, ópera e balé. (MARGOLIS, 1994, p.270)

Foi recorrente, em alguns relatos dos descendentes, o desejo, não apenas de viajar para a Itália a passeio, mas morar no país de seus ancestrais, a fim de se inserirem na cultura local. Para eles, o turismo não lhes forneceria o tempo necessário para aprender os modos de vida italianos.

Por outro lado, uma das descendentes entrevistadas disse ter solicitado o reconhecimento da cidadania por motivo de realização pessoal, e para poder oferecer oportunidades de intercâmbio cultural aos filhos, pois não pretende morar ou trabalhar na Itália, uma vez que sua vida está toda estruturada em Belo Horizonte.

Eu fiz a cidadania para mim e eu tenho um orgulho muito grande disso, porque eu completei a minha alma, a minha pessoa. Mas a finalidade mesmo é para os meus filhos. Pra quê que eu vou morar na Itália? Meus parentes estão todos aqui. Agora... é lógico que eu vou lá fazer um passeio. Mas assim, eu não sinto que eu pertença a esse mundo daqui. Parece triste falar assim... como diz o ditado popular: 'cuspir no prato que comeu'... mas não é nada disso. ...” (Mariana, cirurgiã dentista, 54 anos, neta de italianos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

A entrevistada relata possuir uma forte identidade italiana, mas como toda sua vida está estruturada em Belo Horizonte, e já se encontra, segundo ela, em idade mais avançada, não pretende mudar-se para a Itália e viver lá por um período. Já os seus filhos estão começando a vida, e para eles a cidadania italiana tem permitido realizar estudos na Itália e outros países, bem como possibilitado conhecer outras culturas.

Ao contrário de Santagati (2005) para quem o indicador de que os descendentes estão buscando a dupla cidadania apenas por razões instrumentais é o fato da maioria não buscar residir nas cidades de onde partiram seus antepassados, mas nos grandes centros como Roma, Torino e Milão, a pesquisa realizada em Belo Horizonte demonstrou que, embora os descendentes realmente procurem os grandes centros para se estabelecerem, não deixam, contudo, de conhecer o lugar de origem de seus ancestrais, nos quais, muitas vezes ainda habitam alguns parentes. Segundo os relatos, alguns descendentes viajaram até a cidade onde o bisavô nasceu, viram ruas com o sobrenome da família, procuraram o sobrenome na lista telefônica para localizar as pessoas, tocaram a campainha e se apresentaram aos parentes.

Conforme as informações coletadas nas entrevistas, em alguns casos os descendentes foram bem recebidos, enquanto em outros, os parentes italianos não se mostraram muito cordiais. Neste último caso, os constrangimentos narrados pelos descendentes acabaram por desestimular outros ítalo-brasileiros, que desistiram de procurar pelos parentes. Nos depoimentos, houve

comentários de que os italianos temem o retorno dos descendentes em busca de herança, bem como sentem pavor de ter que hospedá-los em suas casas. Como disse uma entrevistada, quando foi conhecer seus parentes na cidade onde seu avô nasceu, percebeu que

eles [os parentes] tiveram um pouco de medo, assim...tipo: *‘lá vem uma estrangeira falando que é da família. O quê que ela quer?’* De cara eu logo fui falando: *‘eu não quero nada, eu só quero descobrir a família, lugar onde meu avô nasceu.’* Aí quebrou o gelo... Mas eles morrem de medo, porque se você pensar bem, metade do mundo é italiano, por causa dessa liberdade toda de cidadania...e a vida lá é muito cara. Se é difícil pra eles, imagina se tiver que receber gente de fora...Então, eles têm medo disso. ...” (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 31/01/2007).

A entrevistada levou documentos e fotos para comprovar seu parentesco, e lá descobriu que um parente italiano, já falecido, estava montando a árvore genealógica da família.⁵⁶ Para ela, ficou evidente a existência de interesses e curiosidades recíprocos entre italianos e descendentes, pois assim como estes últimos procuram conhecer a saga dos imigrantes que chegaram ao Brasil, os primeiros também demonstram interesse em falar dos parentes que da Itália partiram e jamais retornaram.

Segundo outra depoente, assim como no Brasil, quando descendentes de italianos desconhecidos por acaso se encontram e logo começam a puxar conversa, querendo saber do outro seu sobrenome, e região da Itália de onde partiram seus parentes imigrantes, os italianos também gostam de ouvir essas histórias contadas pelos descendentes. Quando estive numa cidadezinha localizada na região do Vêneto, na casa de uma amiga italiana, disse que saia de casa pelo menos meia hora mais cedo para dar conta de cumprir seu trajeto, pois a todo instante parava para conversar e responder as perguntas sobre sua família, sobrenome, origem, bem como precisava ouvir as histórias contadas por eles, os italianos. Lembra que certa vez estive no cartório de uma cidadezinha localizada em Pádova, e quando falou seu sobrenome para que o escrivão procurasse a certidão de se avô, muitos italianos da fila ouviram e logo disseram serem parentes, demonstrando alegria pela descoberta. Em outra ocasião, sua mãe e irmão encontraram um açougue em Veneza, cujo nome era igual ao sobrenome de sua família. Eles entraram, se apresentaram e foram convidados a retornarem à noite, quando então foram recebidos com um lanche. Depois disso perderam o contato e nunca mais se falaram.

⁵⁶ A descendente disse que passou uma manhã com os parentes, mas depois foi embora e não teve mais contato com eles.

Nas falas dos depoentes entrevistados, mostrou-se recorrente a percepção de que os italianos gostam muito do Brasil e dos brasileiros, bem como existe uma semelhança no comportamento alegre e festivo dos dois povos. Os italianos, segundo os entrevistados, consideram os brasileiros alegres, e o Brasil um bom país para passear e morar, já que possui praias, calor o ano inteiro, e maior liberdade nos modos de vida. A idéia de emendar feriados, sair depois do trabalho para tomar cerveja, o carnaval, o calor, as mulheres bonitas, tudo isso atrai bastante os italianos.

Uma entrevistada disse ter sido muito confundida pelos italianos, para os quais ela parecia francesa ou do leste europeu, mas quando ficavam sabendo que era brasileira, acabavam se aproximando e se entrosando mais. Outra descendente, quando foi pela primeira vez à Europa, ficou durante um mês viajando por outros países antes de chegar à Itália, e disse sentir um certo alívio e uma alegria muito grande ao ter contato com povo italiano, que segundo ela, em relação aos outros europeus é muito mais alegre e festivo. Conforme pôde observar nos outros países, quando sem querer encostava-se em alguém, a pessoa logo reclamava, e nos espetáculos, ao ver seu marido vestido de palhaço, as crianças ficavam contidas e despistavam seu interesse pelas brincadeiras.

Meu marido já trabalhava como palhaço na época, e usava um tênis de uma cor, e outro de outra. Na França e Alemanha, cê precisava ver...as crianças despistavam, ficavam contidas. Aqui no Brasil os meninos pegam no cabelo dele, perguntam sobre os tênis diferentes... Na França os meninos fingiam que não tavam vendo... a gente ficava morrendo de dó. Quando nós entramos na Itália, que a gente ouviu choro de criança, menino gritando: 'mama,' não sei o quê lá... a gente falava: '*ai...que música pros nossos ouvidos.*' (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

De acordo com o relato dessa depoente, na primeira vez em que visitou a Itália teve receio de ficar muito sozinha durante a viagem, mas ao contrário, ela é que precisou se esconder dos italianos para ficar um pouco só. Conforme narrou “eles [italianos] ouvem que a gente é brasileiro e adoram, vem ... se aproximam, querem conversar. Existe uma atração...porque a gente se sabe muito próximo, né...” (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas).

Embora os ítalo-brasileiros se considerem muito próximos dos italianos, quando viajam para a Itália na expectativa de buscar suas raízes culturais, e vão residir nos grandes centros, sua identidade inicialmente convive com a tensão de duas representações: a Itália do passado, agrária,

pobre, e expulsora de seus antepassados imigrantes, com a nova Itália rica e desenvolvida. A imagem romântica da Itália, com suas construções antigas, está no imaginário desses descendentes que se defrontam com uma realidade completamente diferente quando chegam às grandes cidades italianas, como Roma, Milão e Torino. De acordo com Seyferth (1981), as medidas adotadas pela campanha de nacionalização, a fim de se construir uma identidade brasileira em oposição ao elemento estrangeiro, acabaram por interromper o processo de atualização das identidades étnicas, levando os descendentes de imigrantes, atualmente, a ter como base dessa identidade elementos elaborados no passado. Com relação às expectativas dos ítalo-brasileiros em relação à Itália e sua cultura, e a realidade constatada quando chegam no país de seus ancestrais, uma descendente explica que

A imagem que a gente tem [da Itália] é daquela mulher com a mão no queixo, na janela, com o pano na cabeça vendo o campo, as frutas. Essa imagem bucólica da Itália, nós nos iludimos muito com ela. A gente fala: ‘Ah... a Itália... *aquelas coisas antigas...bonitas.*’ Aí quando você chega lá, você encontra a outra Itália que é a do grande *design*, do povo riquíssimo, magro, chique, alto, tudo caríssimo. Você encontra a outra Itália, que é a Itália de *Milano*, a Itália da competição. ...” (Daniela, gestora cultural, neta de italianos, 50 anos, bairro Anchieta. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 31/01/2007).

Para a entrevistada, a Itália de hoje é muito diferente das representações presentes no imaginário do descendente, trazidas pelos imigrantes há mais de um século. Para ela, até mesmo os modos de vida italianos são diferentes entre os viventes da guerra e da escassez, e os nascidos em tempos de abundância. A geração do pós-guerra ainda vive nessa Itália bucólica e mesmo que possuidora de recursos financeiros, não sabe aproveitar a vida com gastos em compras e viagens, pois sua única preocupação consiste em acumular dinheiro. De forma contrária, as novas gerações se adaptaram aos modos de vida da Nova Itália, e se tornaram mais consumistas.

Paradoxalmente, outra entrevistada relatou imaginar a Itália muito mais rica e moderna antes de conhecê-la. Ela antes visitou outros países europeus, como França, Espanha, Alemanha e Áustria, e quando chegou à terra de seus ancestrais, pensou estar entrando, não no Primeiro, mas no “Segundo Mundo”.

A gente tinha passado lá pela Espanha, tinha ficado um mês na França, passado pela Alemanha, uma pontinha da Áustria... primeiríssimo mundo né... Aí quando nós entramos na Itália, era aquela coisa meio esquisita, era um pouco mais pobre, as estradas um pouco mais sujas. Quando chegamos em Veneza, eu vi um velho pobre na rua...coisa que a gente não tinha visto nos outros países. As plantações, o mato, a

vegetação um pouco mais seca... foi um impacto que eu tive. Eu imaginava que a Itália fosse ser como a França. (Elaine, atriz de teatro, neta de italianos, 53 anos, bairro São Lucas. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em maio de 2007).

As frustrações acerca das expectativas em relação à Itália, nesses dois casos, assumem aspectos diferenciados e parecem estar relacionados às diferenças da Itália em relação a alguns países europeus, bem como às diferenças encontradas dentro da própria Itália, com relação às regiões norte e sul. A primeira descendente esperava encontrar uma Itália mais agrária, parecida com as imagens trazidas pelos imigrantes, mas o fato de ela ter residido inicialmente nos grandes centros, como Roma e Milão, não permitiu que o seu imaginário pudesse ser ali representado. No segundo caso, a descendente já havia escutado relatos de viagens sobre a Itália moderna, mas em função de ter conhecido, no primeiro momento, outros países segundo ela mais desenvolvidos, teve a percepção da Itália pertencer à categoria de “segundo mundo”. Em outros casos, essas impressões se repetem quando os ítalo-brasileiros viajam para lugares localizados na região sul, em geral mais pobres com relação aos grandes centros do norte da península. Em todas as entrevistas foram evidenciadas as diferenças existentes nas paisagens rurais e urbanas entre o norte e o sul da Itália. O sul é o lugar mais quente, onde estão localizadas as mais belas praias, mas também o lugar mais pobre, enquanto o norte é mais frio, rico e elegante.

Apesar da península ser quase toda banhada pelo mar, uma entrevistada relatou que a relação que o povo do norte e do sul estabelece com o mar é bastante diferenciada. Em alguns lugares do norte, como Veneza, as pessoas têm relação com a água, com os rios, com o mar, mas não com as praias, que segundo ela são próprias do sul, localizadas principalmente nas Costas Malfitânia e Adriática. Ainda com relação às diferenças existentes entre as regiões norte e sul, outra entrevistada manifestou o desejo de morar na Itália para fazer um curso de mestrado, e conforme relatou, foi recomendada a se estabelecer na região mais central do país, Roma ou Bolonha, em função do elevado custo de vida no norte, e da acentuada pobreza no sul. Neste último caso, e diferentemente da primeira entrevistada, cuja narrativa atribuiu um sinal positivo ao sul da península, devido às suas belas praias, a depoente enfatizou o aspecto negativo da pobreza presente nessa área da Itália meridional.

As comparações entre os costumes brasileiros e italianos foram inevitáveis durante as entrevistas, e nesses momentos os descendentes acentuaram os contrastes existentes entre as duas culturas, se dando conta de que não podem se categorizar como italianos, porque são diferentes destes, mas sim como ítalo-brasileiros, ou brasileiros de origem italiana. Nesse estranhamento

dos costumes, a percepção sobre os italianos, conforme comentaram, é de que eles habitualmente falam alto, mas não percebem, gostam de comer muito pão durante todas as refeições, até mesmo como acompanhamento do macarrão, e ainda fecham as portas de seus estabelecimentos comerciais das 13 às 16 horas, como intervalo para o almoço. Segundo um dos entrevistados, a interrupção do horário comercial acontece porque “eles [os italianos,] entendem que a vida é feita para viver, e não para trabalhar, e quando se faz greve na Europa, é para diminuir a jornada de trabalho.” (Nelson, advogado, bisneto de italianos, 28 anos, bairro de Lourdes. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 09/01/2008).

Ainda com relação aos usos e costumes, é interessante observar como as informações acerca dos modos de vida italianos podem ser relatadas no Brasil em perspectivas diferenciadas. Uma ítalo-brasileira entrevistada nunca esteve na Itália, mas deseja mudar-se para lá, e de acordo com seu imaginário, as mulheres italianas são muito independentes e “duronas”, levando os homens italianos a procurarem relacionamentos com as mulheres brasileiras. Segundo informou, a mulher brasileira para os italianos é representada pela imagem da beleza, sensualidade, sedução, mas também do sexo fácil, da prostituição. Assim sendo, disse já ter sido alertada para a forma pela qual deverá se comportar com os homens italianos, quando for morar na Itália, pois quando eles ficam sabendo que a mulher é brasileira, pensam poder chegar perto, abraçá-las e tocá-las. Sendo as brasileiras mais sorridentes e as italianas mais fechadas e independentes, eles logo consideram as primeiras mais abertas para algum tipo de intimidade.

Outra entrevistada trabalhou como empregada doméstica e babá no interior das residências italianas, e em perspectiva diferente, comentou ter ficado surpresa com o machismo presente nessa cultura familiar, na qual os homens desempenham papel de mando sobre suas esposas, enquanto estas, ao contrário de se posicionarem de forma independente, assumem posturas subservientes em relação aos maridos. Segundo observou, a lei italiana contribui para a manutenção da família patriarcal ao não reconhecer a união estável. E não sendo a mulher legalmente casada com o homem italiano, embora tenha passado anos da sua vida ao seu lado, e gerado filhos com ele, com a separação não possui nenhum direito sobre os bens. Quando a descendente procurou se informar sobre o assunto, foi lhe dito que isso se justifica pelo fato da Itália ser um país católico, e a Igreja ter encontrado nessa medida uma forma de pressionar as pessoas a se casarem oficialmente.

Sobre o machismo presente na cultura italiana, de acordo com Zanini, que pesquisou as construções das identidades étnicas em Santa Maria, Rio Grande do Sul, as mulheres imigrantes italianas quando vieram para o Brasil se mostravam submissas e viviam para suas famílias “[...] obedecendo às ordens do pai e depois às do marido e filhos, modelo que ainda pode ser encontrado entre camponeses descendentes de italianos.” (ZANINI, 2005, p. 10). Outra descendente entrevistada revelou traços de machismo em sua própria família, descendente de imigrantes italianos. Conforme comentou, sua família morava numa fazenda no interior de Minas Gerais, e seus irmãos homens receberam duzentos hectares de terra como herança de seus pais, enquanto ela, mulher, recebera apenas vinte hectares. Isso foi justificado pelo fato de seus irmãos homens terem administrado e aumentado o patrimônio da família, cabendo-lhes na partilha uma parte maior das terras. Além disso, um de seus irmãos quando passou no vestibular e veio para Belo Horizonte, ganhou um carro novo da família, enquanto ela em nada foi compensada por ter entrado para a universidade. Ela disse não ter reclamado, pois as mulheres na família italiana, em geral nunca reclamam dessas diferenças, ainda que tenham consciência de que elas existam.

Segundo os entrevistados, outro aspecto relevante a ser observado na cultura italiana são os estereótipos construídos pela imprensa que não divulga quase nada sobre os países da América Latina, exceto as catástrofes ocorridas nesses lugares, e desse modo contribui para que os italianos fiquem desinformados e tendam a associar a imagem do Brasil aos símbolos mais exóticos, como carnaval, samba e mulatas. Conforme o relato de uma descendente, os italianos ficavam admirados pelo fato dela ser branca, alta e loura de olhos claros, porque acreditavam que as brasileiras fossem todas morenas ou mulatas. Outra entrevistada disse, em tom de brincadeira, que para os italianos os brasileiros moram em cima de árvores, no Brasil jacaré e cobra andam nas ruas, e que o país está circunscrito à Amazônia ou às violentas favelas do Rio de Janeiro.

Em algumas passagens de sua pesquisa Margolis também constatou a presença de estereótipos sobre o Brasil, no imaginário dos norte-americanos.

Os brasileiros freqüentemente me contaram histórias acerca dos estereótipos fúteis que os americanos têm sobre sua terra. Um brasileiro que trabalha como garçom em Manhattan disse que quando contou para outro garçom que ele era de São Paulo, seu colega comentou ter ouvido que “havia índios perambulando pelas ruas da cidade. Uma outra brasileira apontou que é muito frustrante interagir socialmente com os americanos, devido à sua desinformação a respeito do Brasil. “Vocês comem cobras?” perguntam os americanos. “Vocês têm janelas nas suas casas?” Ela disse que os americanos pensam que “a gente vive em cabanas. Isso é realmente lamentável, pois pensei que os americanos fossem muito cultos, mas, na verdade, eles nem sabem onde fica o Brasil!” (MARGOLIS, 1994, p. 382).

Retomando o caso da Itália, ainda na perspectiva das representações estereotipadas sobre o Brasil, a italiana Bechelloni, que concluiu sua pesquisa de mestrado aqui no Brasil, pela Universidade de São Paulo, também revelou, em sua dissertação, ter possuído, ela mesma, visões distorcidas sobre o país, que só foram dissipadas quando veio conhecê-lo. De acordo com suas palavras, ela “tinha na cabeça muitas “coisas” ouvidas e lidas que só depois de ter chegado aqui, ter aberto os olhos e os ouvidos, descobri[u] tratar-se de estereótipos e preconceitos construídos ao longo dos séculos.” (BECHELLONI, 2006, p. 108-109).

Não obstante a consciência de que os italianos são desinformados a respeito do Brasil e sua cultura, os ítalo-brasileiros revelaram, para além dessas diferenças, outras tantas semelhanças que aproximam os dois povos. Ainda que considerem os brasileiros mais alegres e festivos, em relação aos italianos, observam que estes últimos também são mais alegres que os outros europeus, o que faz que brasileiros e italianos se percebam muito próximos. E ao constatarem essas diferenças e semelhanças salientam que no Brasil os descendentes são relativamente diferentes dos demais brasileiros, já que possuem uma história ligada à Itália, bem como na Itália também apresentam diferenças em relação aos italianos, pois que foram socializados na cultura brasileira. Eles, portanto, não se percebem brasileiros ou italianos, mas ítalo-brasileiros, ou brasileiros de origem italiana, seres híbridos, misturados, síntese do contato entre dois povos e suas culturas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo dessa dissertação trouxe uma abordagem histórica sobre as configurações da imigração italiana, procurando destacar, apesar do caráter qualitativo dessa pesquisa, os dados quantitativos reveladores da presença italiana no Brasil, de forma geral, em Minas Gerais em particular, entre o final do século XIX e início do século XX. Os dados divulgados pelo *site* do Memorial do Imigrante para cada ano e segundo a nacionalidade, no período compreendido entre 1870 e 1953, permitiram montar tabelas que evidenciaram os períodos de maior participação da corrente italiana, e contextualizar a chegada desse grupo de imigrantes com a bibliografia que trata da temática da imigração. Tais dados foram importantes, não apenas para demonstrar que às vésperas, durante, e após a abolição da escravidão no Brasil, na passagem do Império à República, os italianos assumiram posição de destaque nos fluxos, até o ano de 1902, mas também para esclarecer que, ao contrário do que se costuma pensar, esses imigrantes não eram originários somente do sul da Itália, mas também do norte, em grande número, e em menor quantidade do centro da península.

No Brasil, atraídos pelo projeto de colonização encampado pelo Estado, os italianos acabaram por se concentrar na região sul, e lá povoaram os vazios demográficos existentes, bem como praticaram, nos pequenos lotes de terra, a policultura com base na mão-de-obra familiar. Face ao isolamento das colônias localizadas nessa região, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul, os imigrantes conseguiram melhor preservar sua cultura de origem, com manutenção dos hábitos, costumes e uso dos dialetos.

Ao contrário do sul do país, a região sudeste já apresentava a formação de latifúndios, inviabilizando o projeto de colonização. Se de um lado o governo central visava ocupar os vazios demográficos, diversificar a produção, e de certa maneira, promover o branqueamento da população, os grandes proprietários de terras objetivavam apenas a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre e assalariada. Com a República proclamada pelos militares, mas liderada pela elite cafeeira paulista, o Estado de São Paulo tornou-se o maior incentivador do projeto imigrantista. Nesse Estado os imigrantes se fizeram presentes tanto nas fazendas, como mão-de-obra nas lavouras de agro-exportação do café, quanto na área urbana, como força de trabalho operário nas indústrias nascentes.

Diferentemente do Estado de São Paulo, que no período anterior à abolição estimulou a inserção do trabalhador livre estrangeiro no seio de sua economia, Minas Gerais manteve o trabalho cativo até 1888, posto que não podia contar com a mão-de-obra livre nacional, bem como temia contratar os trabalhadores livres estrangeiros. Após o fim do ciclo minerador, a província mineira dispunha de grandes vazios demográficos, e por isso o campesinato gozava de fácil acesso às terras para tirar seu sustento, de modo que não se sujeitava ao trabalho permanente e assalariado. Sem a possibilidade de poder formar uma classe de trabalhadores livres nacionais, a maior parte da província continuou a importar escravos para atender sua economia diversificada, e voltada para o mercado interno, enquanto a Zona da Mata, após 1850, importava escravos para trabalhar na economia de exportação do café.

Quanto ao trabalhador livre estrangeiro, apesar do governo imperial incentivar o projeto de colonização, os latifundiários mineiros temiam que o acesso à terra pelos imigrantes também os afastassem da necessidade de se submeter ao trabalho assalariado, assim como aconteceu com o trabalhador nacional. Por esta razão o prolongamento da escravidão em Minas Gerais se deu até 1888, e somente no período republicano os imigrantes estrangeiros começaram a ser introduzidos no Estado, muito mais para atender as demandas do café, do que para formar núcleos de colonização. Ainda assim, não eram os fazendeiros os principais solicitantes de imigrantes, mas o próprio Estado e as empresas responsáveis pela construção da malha ferroviária, por meio da qual se escoaria a produção do café para os portos, e de lá para o exterior.

Em virtude dos investimentos realizados pelo Estado mineiro, como a criação da Superintendência de Minas na Europa e a construção da hospedaria Horta Barboza, em Juiz de Fora, os anos de 1896 e 1897 foram os que contaram com a maior entrada de imigrantes, coincidindo com o período de inauguração da nova capital, Belo Horizonte. Nesta cidade, como em todo o Estado, os italianos constituíram a principal corrente, e nela exerceram, além das atividades comerciais e industriais, também trabalhos ligados à construção civil, como arquitetos, que assinaram os desenhos dos projetos, ou como operários que os executaram, e ajudaram a imprimir nas fachadas dos prédios um novo estilo arquitetônico. Porém, mais do que auxiliado a construir a capital-símbolo da república, os italianos contribuíram para a composição da população de Belo Horizonte, e deixaram descendentes, que pelo motivo de terem nascido no Brasil, receberam o direito à cidadania brasileira, e pela consangüinidade, mantiveram o direito à cidadania italiana. A propósito desse tema, referente à dupla cidadania, é que a pesquisa procurou

mostrar que os ítalo-brasileiros, ou pelo menos parte deles, também possuem uma identidade que não é única, mas dupla, ligada tanto à cultura brasileira, na qual nasceram e foram socializados, quanto à italiana, preservada em maior ou menor grau no seio de suas famílias, e revigorada através do reconhecimento da dupla cidadania.

Entretanto, como se sabe, ainda não foram realizados trabalhos de pesquisa sobre a cidadania ítalo-brasileira em Belo Horizonte, e pouco foi escrito sobre o tema no âmbito nacional, estando os principais estudos localizados nas universidades da região sul do país, onde a imigração italiana teve importante relevo. Quando muito, a imprensa escrita belorizontina atribui aos descendentes a pecha de “oportunistas” que, assim como os emigrantes econômicos que fugiram da crise brasileira na década de 1980, solicitam a dupla cidadania com o propósito de se mudarem para outros países, como os Estados Unidos, e mais recentemente a Inglaterra, a fim de obterem oportunidades de ascensão social. Muito embora se saiba que os descendentes com dupla cidadania reconhecida gozam da possibilidade de se mudarem para o exterior, e alguns ou vários deles o fazem por motivo de trabalho, tais reportagens apresentam uma abordagem unilateral, na medida em que divulgam informações generalizadas de que os descendentes desconhecem suas origens, não sabem falar o idioma de seus antepassados, e ao contrário de procurarem a Itália para se estabelecerem, partem em direção a outros países com economia mais forte que a italiana, por meio dos quais acreditam que conseguirão realizar o sonho de ascensão social.

Compreende-se que tais reportagens apenas reforçam os estudos já realizados com os demais emigrantes brasileiros que partiram em decorrência da crise econômica, ao equivocadamente associarem a estes últimos o caso dos ítalo-brasileiros, e uma vez que não fazem qualquer esforço para esclarecer as diferenças existentes entre as duas situações, deixam de conhecer os vínculos históricos e culturais que parte dessa população de descendentes mantém com a Itália. Se a maioria dos estudos não abordou a “emigração” de ítalo-brasileiros para a Itália, e se concentrou nos fluxos de maior volume e intensidade, como para os Estados Unidos e Japão, parece superficial a direta associação entre dupla cidadania e emigração, e entre emigração e motivação econômica. Não se nega, nessa pesquisa, que motivações econômicas existam, mas salienta-se que elas não são as únicas presentes entre os duplos cidadãos. Por isso recorreu-se aos trabalhos mais recentes sobre os Estados Unidos e Japão, que também ampliaram a discussão acerca da emigração, e procuraram evidenciar os aspectos subjetivos que envolvem a decisão de emigrar. Nesse caso, observou-se que, apesar do caráter individual das migrações internacionais

recentes, diferente das migrações em massa ocorridas no final do século XIX e início do século XX, elas não constituem projetos individuais, mas familiares, pois ainda que os emigrantes tenham objetivos econômicos de partir para ganhar dinheiro fora de seu país, eles costumam manter os laços com os parentes que ficaram para administrar os recursos financeiros enviados, investindo em imóveis e outros bens de valor. Desse elo entre as duas referidas sociedades, e do caráter pendular desse tipo de emigração, uma vez que o emigrante vive entre os dois países, realizando diversos movimentos de ida e de retorno, tornou-se evidente a percepção de que os emigrantes, ao se deslocarem, também carregam consigo valores, códigos de comportamento e modos de vida dos dois países, colocando em contato a cultura das duas sociedades, de forma a construir múltiplas identidades.

No que tange à formação de duplas ou múltiplas identidades, construídas entre dois ou mais países e suas culturas, identidades essas escolhidas e negociadas pelos migrantes, o segundo capítulo apresentou inicialmente uma discussão teórica e conceitual acerca da construção do conceito de cidadania como processo, surgida primeiramente como posse de direitos vinculados à territorialidade do Estado-nação, e mais tarde como pertencimento, por meio do qual se formaram as identidades nacionais baseadas na oposição entre o nacional e o estrangeiro. Em seguida, procurou tecer reflexões acerca de três elementos, a saber: o fenômeno migratório, a cidadania européia, e a dupla cidadania, analisando suas influências na fragmentação das identidades essencialistas, forjadas e naturalizadas pela modernidade.

Nessa perspectiva do acoplamento entre Estado e nação, na modernidade, como ideologia criada por escritores e intelectuais, que por meio de mitos, romances e outros recursos, suprimiram costumes e elementos culturais de grupos minoritários, fazendo pessoas de diferentes culturas acreditarem partilhar da mesma e única cultura nacional, compreendeu-se que, pela obra desses intelectuais, ao caráter legal da cidadania como posse de direitos, somou-se a identidade cultural, baseada no sentimento de pertencimento a uma comunidade política.

O Estado nacional italiano chama atenção pela sua peculiaridade em relação aos demais países europeus, já que foi unificado apenas no final do século XIX, praticamente no mesmo período em que os camponeses começaram a realizar, pela primeira vez, as migrações de caráter intercontinental. E como ainda não havia se constituído em nação, haja vista que sua população possuía diferenças lingüísticas, históricas e culturais, o país sentia a premente necessidade de

fabricar símbolos capazes de promover o sentimento de pertencimento do povo com o território nacional, e com uma história e cultura que lhes parecessem compartilhadas.

Ao lado do Estado, que desejava resolver o problema do excedente populacional, e, além disso, promover a construção de uma identidade nacional, juntaram-se os membros da burguesia, cujos interesses se consubstanciavam no comércio de seus produtos com o exterior. Desse modo, intelectuais ligados a essa burguesia ascendente começaram a construir um discurso ideológico para dar à expulsão dos camponeses, decorrente da concentração fundiária, o caráter de colonização e expansão dos italianos pelo mundo, revestindo-a de um sinal positivo.

Ainda que inicialmente os italianos no exterior não possuíssem uma identidade italiana, aos poucos, na medida em que compartilhavam a saga da emigração, e se percebiam diferentes dos autóctones das sociedades receptoras, tenderam a somar, à identidade vinculada à região de origem na Itália, uma identidade ligada ao Estado nacional italiano. E nesse sentido, a singularidade da nação italiana consiste no fato de ter se formado enquanto tal através da emigração, fora do território estatal. Longe de casa, pessoas que até então se denominavam como vênéticos, trentinos, calabreses, entre outros, passaram a referir-se, pela primeira vez, como italianos. Assim, por meio do fenômeno migratório, a Itália se projetava, desde o final do século XIX, como uma nação desterritorializada.

Na atualidade, a territorialidade do Estado-nação tem sido desafiada, sobretudo pelos novos fluxos de migrantes, que ao transporem as fronteiras dos países de destino, não somente levam consigo o referencial cultural dos países de origem, como também constroem novas relações sociais e novas identidades. Por esta razão, esses imigrantes reivindicam sua inclusão nas democracias ocidentais, solicitando uma mudança na concepção de cidadania, que deverá ultrapassar as fronteiras territoriais, e estender o pertencimento para além dos nacionais.

Vale notar, além dos fluxos migratórios, que a formação da União Européia também desafia a lógica da cidadania atrelada à territorialidade do Estado nacional, uma vez que os cidadãos dos países membros, apesar de suas diferenças históricas e culturais, gozam dos mesmos direitos dentro do espaço da comunidade, e constroem, para além da identidade com os países de nascimento, outras identidades nos países de residência. Dentro desse quadro, torna-se importante observar que a oposição entre o nacional e o estrangeiro, apregoada pelo Estado-nação, cede lugar à oposição entre o cidadão europeu, integrado à comunidade, e o cidadão extracomunitário, oriundo de terceiros países. Isso fica claro nos países de localização mediterrânica, como Espanha,

Itália e Portugal, que apesar de serem porta de entrada para os imigrantes provenientes de vários lugares, principalmente da África e do Leste europeu, uma vez integrados à União Européia tenderam rapidamente a esquecer seu passado de emigração, e começaram a investir em medidas cada vez mais restritivas aos extracomunitários.

Sob essa perspectiva, a Itália, um país que no século XIX exportou seus cidadãos por não conseguir garantir a eles condições de existência, em apenas um século transformou-se em uma grande potência econômica, começou a atrair imigrantes econômicos e refugiados, e paradoxalmente, em vez de lembrar o seu passado de emigração, e se reconhecer nesses novos imigrantes, tendeu a tratá-los com rejeição. Apesar de possuir especificidades históricas e culturais em relação aos demais países membros da comunidade, uma vez incluída dentro dela, a Itália tendeu a assumir uma identidade “européia”, e excluir todos aqueles a que denominou “extracomunitários”, por serem provenientes de países não pertencentes ao bloco.

Todavia, sabe-se que no primeiro momento em que os imigrantes e refugiados começaram a chegar às costas italianas, a população e o governo do país exerceram uma postura humanitária de acolhimento, postura essa transformada em intolerância e rejeição, na medida em que os fluxos se tornaram mais intensos e mais volumosos, bem como os partidos de extrema-direita começaram a difundir suas idéias xenófobas, associando os imigrantes aos problemas sociais relacionados à pobreza, ao crime, à prostituição, e ao terrorismo. Apesar de adotarem uma postura não-humanitária, tais partidos abraçaram a estratégia discursiva que passou a rotular os imigrantes em invasores inassimiláveis, que estariam ameaçando a homogeneidade cultural italiana. Por essa retórica, a discriminação dada pela Itália aos imigrantes mudou o sinal negativo de sua postura de algoz para a imagem positiva de vítima, imprimindo aos extracomunitários a culpa pelos problemas sociais enfrentados pela sociedade italiana. No entanto, tendo em vista a baixa taxa de fecundidade, e o conseqüente envelhecimento da população italiana, o desafio desse país que difunde o medo coletivo do imigrante, está em combater a entrada de extracomunitários, e ao mesmo tempo garantir mão-de-obra para os postos de trabalho rejeitados pelos autóctones, como, por exemplo, aqueles que consistem na assistência às pessoas idosas.

Na contramão das imposições restritivas aos extracomunitários, a Itália goza de uma legislação sobre cidadania que data da época em que viveu a emigração em massa de sua população, e por isso permite aos descendentes desses emigrantes retornarem com plenos direitos de cidadania. Além disso, em razão de sua inclusão na União Européia, esses descendentes, ainda

que tenham nascido em terceiros países, podem retornar para a terra de seus ancestrais, ou qualquer país membro da comunidade, com os mesmos direitos dos cidadãos europeus. No fundo, a dupla cidadania não apenas possibilita que alguns indivíduos oriundos de países extracomunitários, mas com laços de consangüinidade, possam driblar as restritivas políticas migratórias, como também, ao lado dos fluxos migratórios e da cidadania européia, contribui para desafiar os limites da cidadania, da nacionalidade e da identidade nacional, vinculadas à territorialidade do Estado-nação. Se a identidade nacional italiana se formou fora da Itália através da emigração, e por isso apresentou um aspecto desterritorializado, o mesmo não se pode dizer dos demais países membros da União Européia, muitos dos quais assentam sua legislação em restrições ou limitações aos descendentes de emigrantes. Nesse caso, os duplos cidadãos ítalo-brasileiros desafiam a territorialidade desses Estados, na medida em que podem optar por residir em qualquer país da comunidade não correspondente à sua segunda nacionalidade.

Contudo, conforme apresentado no terceiro capítulo dessa dissertação, não deixam de ser recorrentes as informações de que a União Européia pressiona a Itália a impor limites na atribuição da cidadania baseada na ancestralidade, justificando que a península privilegia a entrada de seus descendentes na comunidade, em detrimento dos descendentes de imigrantes dos outros países membros, cujas leis de atribuição da cidadania são mais restritivas. Não obstante a pressão da União Européia, e de vários projetos de lei italianos terem tentado restringir a transmissão da cidadania pela consangüinidade, os princípios de atribuição da cidadania, que previam em 1912 o retorno dos emigrados e seus descendentes, mantêm-se inalterados e ainda apresentam a possibilidade de se tornarem mais flexíveis, incorporando inclusive os filhos de mães italianas nascidos antes 1948.

Por outro lado, embora a Itália assegure o direito de dupla cidadania, que possibilita incluir como cidadãos italianos indivíduos oriundos de terceiros países, mas com laços de consangüinidade, e desse modo demonstre sua vocação à desterritorialização, já que parece se preocupar com a população e não apenas com o território nacional, na prática, pouco tem feito para tornar realidade o reconhecimento dos descendentes de italianos pelos consulados brasileiros.

Por meio das evidências empíricas constatadas pela pesquisa de campo, observou-se que os primeiros descendentes, quando solicitaram o reconhecimento da cidadania italiana, no início da década de 1990, não se depararam com a morosidade dos serviços consulares, enfrentada pelos descendentes atualmente. Se as razões para a existência das longas filas de espera nos

consulados brasileiros foram apontadas pelas autoridades ligadas ao COMITES, como decorrentes do aumento da demanda de solicitações de dupla cidadania, após os ataques terroristas de 2001, nos Estados Unidos, bem como do despreparo do consulado para atender esse aumento da demanda, torna-se relevante questionar os motivos pelos quais o governo italiano ainda não corrigiu esse problema, decorridos sete anos do atentado. Se por um lado as falas de algumas autoridades apontaram o desinteresse da Itália com os novos reconhecimentos de cidadania, em função do aumento dos gastos que o país teria que arcar, uma vez que os valores das verbas correspondem à quantidade de italianos assistidos no exterior, por outro lado, também dão margem a pensar que pode se tratar de uma manobra utilizada pelo país para limitar, na prática, o direito de cidadania com base na ancestralidade, já que as tentativas de modificação da lei de cidadania foram julgadas inconstitucionais.

A posição da Itália dentro da União Européia, com relação à sua legislação sobre dupla cidadania, transmitida pela descendência e sem limites geracionais, parece não ser uma das mais confortáveis, haja vista os esforços tomados pela comunidade para limitar a entrada de cidadãos provenientes de terceiros países. Nesse sentido, embora a Itália continue a adotar os mesmos princípios da lei de cidadania de 1912, e tenha enfrentado os Estados Unidos, recusando a imposição do visto obrigatório aos italianos natos ou de origem reconhecida, não parece tomar medidas para ampliar o número de descendentes assistidos pelos direitos de cidadania, para que possam, não somente mudar-se para a Europa ou entrar nos Estados Unidos sem necessidade de visto, mas exercer seus direitos políticos através do processo eleitoral, uma vez que a legislação viabiliza a possibilidade de voto para os cidadãos residentes no exterior. Ainda que estas questões não tenham sido respondidas pela pesquisa, devido os limites impostos à mesma, bem como por não se pretender esgotar a temática nesse único trabalho, tornaram-se importantes pontos de reflexão que poderão se constituir como problemas a serem investigados em futuros trabalhos.

Com a única pretensão de ouvir os descendentes e compreender o impacto da dupla cidadania na formulação de uma identidade ítalo-brasileira, a pesquisa cumpriu o seu objetivo, e demonstrou que, de forma contrária às reportagens que enfatizam o caráter utilitarista que os descendentes imprimem à dupla cidadania, existe outro tipo de descendente de italianos em Belo Horizonte, que ainda conserva em sua história familiar aspectos ligados à memória e à cultura trazida pelos seus ascendentes imigrantes, bem como solicita o reconhecimento da dupla

cidadania por uma questão de orgulho e de fortalecimento dos elos familiares ligados a essa cultura.

Devido à atribuição da cidadania se guiar pelo direito *jus sanguinis*, tornou-se evidente nessa pesquisa que os descendentes percebem sua identidade italiana como algo herdado pelo sangue. Dos dezesseis entrevistados, quatorze disseram possuir uma identidade italiana, e entre os dois que revelaram não possuí-la, um esclareceu ter se referido à identidade nacional, pois não se sente nacionalista nem mesmo no Brasil, já que não partilha de certos símbolos identificados com a nação, como o futebol brasileiro, por exemplo. Ainda fazendo suas ressalvas, acrescentou que não pode dizer ser a Itália e sua cultura a ele indiferentes. Os demais entrevistados relataram se sentirem tanto brasileiros quanto italianos, e garantiram que o vínculo e a paixão que nutrem pela Itália foram “transmitidos geneticamente”, uma vez que não conseguem explicar exatamente como manifestam atitudes e comportamentos semelhantes aos dos seus antepassados imigrantes, muitos dos quais alguns nem sequer chegaram a conhecer.

Até mesmo nos casos em que os descendentes utilizaram a cidadania para entrar nos Estados Unidos ou na Itália para fins de trabalho e busca de uma ascensão social em Belo Horizonte, relataram possuir uma forte identificação com a cultura italiana, do qual sentem orgulho de pertencer. Um desses entrevistados comentou nunca ter imaginado que um dia sua situação de penúria financeira o obrigaria a emigrar para os Estados Unidos, país com o qual jamais desenvolveu qualquer simpatia. Ao chegar à América do Norte, por uma questão de necessidade e sobrevivência, teve que aprender “na marra” o idioma falado no país, mas para satisfazer seu desejo pessoal, também começou a frequentar um curso de italiano, que para ele é o idioma que lhe desperta sentimentos e afetos, e segundo narrou, “é uma língua romântica, cantada, não é uma língua fria como o inglês.”

Os depoimentos dos descendentes evidenciaram a carga de sentimentos e emoções que envolvem os rituais em torno das refeições, do preparo das massas, das reuniões e festas familiares, nos quais são narradas as histórias dos antepassados, bem como demonstraram a necessidade que eles sentem, de preservar sua identidade ligada à cultura italiana.

Nos casos das duas descendentes que moraram algum tempo na Itália por motivos de trabalho, seus depoimentos também revelaram a identificação com a cultura italiana. Uma delas relatou que jamais utilizaria a dupla cidadania para morar e trabalhar nos Estados Unidos ou qualquer outro país, porque somente a Itália lhe possibilitaria entender o seu passado, e obter a

formação cultural que desejava. A outra, embora tenha emigrado primeiramente para os Estados Unidos e depois para a Itália, narrou que possui uma identidade italiana, bem como guarda na memória lembranças de momentos de sua infância em que ainda se falava dentro de casa os dialetos italianos.

Outro ponto relevante dos depoimentos é que todos os descendentes que já estiveram na Itália, a trabalho, para realizar estudos, ou simplesmente a passeio, relataram que quando lá estavam, a distância física entre a Itália e o Brasil permitiu a eles reafirmarem, por contraste, a identidade brasileira.

Portanto, a pesquisa sobre os descendentes de imigrantes italianos em Belo Horizonte revelou diversas vantagens oferecidas pela dupla cidadania, tais como entrar nos Estados Unidos sem necessidade de visto, possibilidade de obter facilidades durante as viagens, na medida em que se torna desnecessário enfrentar as longas filas destinadas aos extracomunitários, possibilidade de morar no exterior e conhecer novas línguas e culturas, realizar estudos, guardar para os filhos como segurança para o futuro, e ainda, recuperar as raízes culturais da família, ligadas à história da Itália e da imigração.

Entretanto, apesar das vantagens citadas, que podem ser utilizadas ou não pelos descendentes, há quase sempre uma tentativa de compreender o passado para dar sentido ao presente, e a dupla cidadania, mais do que qualquer outra coisa, tem permitido a esses descendentes pensarem concretamente sobre sua história e sobre os vínculos que os ligam à Itália e ao Brasil, pois todos revelaram que, se a legislação italiana não reconhecesse a dupla cidadania, não aceitariam perder a cidadania brasileira para se tornarem italianos, uma vez que se sentem italianos e brasileiros, ou brasileiros de origem italiana. Na verdade, os descendentes não admitem essa denominação “se tornar italiano”, pois consideram que todos eles já nasceram italianos, e que a lei apenas serve para reconhecer o que já existe. Em suma, não consideram que há concessão da cidadania, mas o reconhecimento de um direito existente desde o nascimento.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Ovídio de. **Raça, Sangue e Luta: Identidade e Parentesco em uma cidade do interior**. 1980. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, R.J.

A EXCEÇÃO italiana: antigamente célebre por sua emigração, a Itália tornou-se nos últimos 20 anos um país de imigração. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, ano 27, nº 1, p. 17, jan. 1999.

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos**. São Paulo. Editora Moderna, 1980.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANNAN, Kofi. Uma estratégia de migração para o mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2004. Caderno Opinião, A3.

ANTUNES, Cláudia, MARQUES, Clóvis. Necessários indesejáveis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 abr 1997. Caderno 1, p.19-20.

ARAÚJO NETTO. Imigrante muda a cara da Europa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1998. Caderno 1, p.34.

ARBEX, José. Novos “muros” da vergonha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1991. Caderno Especial, p.3.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Estar aqui, estar lá...** uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos. Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2002. 170p.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Estar aqui...estar lá... uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999. p.125-166.

BARROS, Marcelo. O Rosto Divino da Pessoa Migrante. In: Fórum Social das Migrações/Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na Dê\$ordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 125-127.

BASSANEZI, Sílvia C. Beozzo. Brasileiros (as) na Itália: Nuovi cittadini ou extracomunitari? In: CNPD-Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Migrações Internacionais: Contribuições para políticas**. Brasília:CNPD, 1999. 672p.

BASSEGIO, Luis. As migrações no contexto da globalização. Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Migrações: discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004, p57-69.

BECELLONI, Bárbara. **A identidade cultural como fator de integração**: comunicação, história, cultura e memória na hibridação dos itálicos no Brasil. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bravagentebrasil.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=28> Acesso em: 10 dez. 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obras de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: Ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.

BIASI, Aléssia. Ficções Arquitetônicas para construção da identidade. **Horizontes Antropológicos**, n.16, dezembro de 2001.

BITAR, Nina Pinheiro. “Comida de Santo” e “Comida Típica”: um estudo do ofício das baianas de acarajé. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, [S.L.] [200-] Disponível em: <http://201.48.149.88/abnt/arquivos/24_5_2008_17_28_49.pdf> Acesso em: 10 nov. 2008.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, BRAGA, Mariângela Porto, ANDRADE, Cristiana Viegas. Imigração e Família em Minas Gerais do Final do Século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n° 54, p.155-176, jul./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição . Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª edição . Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CAMINHO de volta: pressionados pela crise famílias que têm origem européia buscam dupla cidadania e fazem rota oposta ao de seus avós imigrantes. Somente a Itália desperta o sonho de 261 mil brasileiros. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 mai. 2005. Caderno Gerais, p.17-18.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 3 ed. 2002.

CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede** na era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen. **Globalização, Transnacionalismo e Novos fluxos Migratórios**: dos trabalhadores convidados às Migrações Globais. S.L., Fim de Século: Lisboa, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa. Difel, 1987.

COSTAS, Ruth. Rota Para o Paraíso: as ilhas Canárias são a nova porta de entrada de imigrantes africanos na Europa. **Veja**, São Paulo, p.80-81, set. 2006.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Papirus, 1996.

DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? 8ª ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1984.

DAQUI ninguém me tira: a vitória de Prodi foi tão apertada que Berlusconi reluta em entregar o poder. **Veja**. São Paulo, ano 39, nº 15, p. 68-69, abr. 2006.

DIAS, Rafaela Cyrino Peralva. Resenha: modernidade e identidade. In: **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v.17, n.3, p.1-3, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822005000300013&script=sci_arttext> Acesso em: nov. 2008.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro. Paralelo, INL, 1972.

DI LAURO, Marco. Itália endurece ação contra imigrantes ilegais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 jul. 2008.

DONDERS, Yvone. Para um direito à identidade cultural na legislação internacional dos Direitos Humanos. In: SERRA, Mônica Allende. **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano** (Org.) São Paulo: Iluminuras, 2005.

DURHAM, Eunice. “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: problemas e perspectivas” In: Cardoso, Ruth (org). **A Aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENTRE portugueses e italianos. **Veja**, São Paulo, ano 30, nº 7, p. 24-25, fev. 1997.

EUROPA aprova ação contra imigrantes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 jun. 2002. Caderno Internacional, p.19.

EUROPA deve se preparar para grandes migrações, diz Brandt. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1991. Caderno Especial, p.4.

EUROPA discute como barrar os indesejáveis. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 jun. 2002. Caderno Internacional, p.17.

FABRINI, Fábio. Passaporte Cobiçado: empresas de pesquisa e escritórios de advocacia faturam alto facilitando a obtenção da cidadania européia para os mais de 18 mil mineiros interessados em mudar de país e de vida. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 mai. 2007. Caderno Gerais, p.23-24.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias, etnicidade e identidades**: a italianidade afirmada durante a Segunda Guerra Mundial. [S.L.] [200-] Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/MarlenedeFaveri.pdf>> Acesso em: out. 2008.

FERREIRA JUNIOR, Sílvio Pinto. **A festa popular como meio de preservação dos laços entre Brasil e Itália.** In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 mai. a 01 jul. 2007. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT5%20Cultura,%20Pol%C3%ADtica,%20Mem%C3%B3ria%20e%20Subjetividade/A%20festa%20popular%20como%20meio%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20dos%20la%C3%A7os%20entre%20Brasil%20e%20It%C3%A1lia.pdf> Acesso: 10 nov. 2008.

FILA para cidadania italiana tem 500 mil brasileiros. **O Globo On Line**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2008. Disponível em : <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/03/25/fila_para_cidadania_italiana_tem_500_mil_brasileiros-426526168.asp> Acesso em: 15. jul. 2008.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. **Fluxos Migratórios e Cooperação Para o Desenvolvimento: realidade compatíveis no contexto europeu.** 2005. dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

FIM melancólico: o sonho do dólar fácil vira frustração para o grupo de brasileiros clandestinos. **Veja**, São Paulo, ano 20, nº 34, p. 38-39, ago. 1988.

FORA daqui. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2004. Caderno Opinião, p.2.

FORTI, Marina. A exceção italiana. **O correio da Unesco**. Rio de Janeiro, 1999, ano 27 nº 1, p: 30-31.

FRANZINA, Emílio. **A Grande Emigração:** o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2006. 472p.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.), **Democracia hoje:** novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília. Ed. UnB, 2001.

FUSCO, Wilson. As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e o Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n.1, jan/jun. 2002.

GIANNINI, Sílvio. Cartão Vermelho de Saída: guia mostra como é quase impossível emigrar para os Estados Unidos sem ser barrado na fronteira. **Veja**, São Paulo, ano 24, nº 17, p. 73, abr. 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GONÇALVES, Pe. Alfredo José. Imigrantes no Brasil. In: Fórum Social das Migrações/Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na Dê\$ordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005, p.91-104.

GOZA, Franklim. A imigração brasileira para a América do Norte. In: **Revista Brasileira de Estudos de população**. V.9, nº 1, jan./jul.1992.

GUILAYN, Priscila. Europa de portas fechadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jun. 2002. Caderno O Mundo, p.41.

GUILAYN, Priscila. UE discute combate à imigração ilegal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2002. Caderno Mundo, p.29.

HABERMAS, Jurgen. Inclusão: integrar ou incorporar? Sobre a relação entre nação, Estado de direito e democracia. In: **Dados**, v. 40, nº 3, nov. 1998.

HABERMAS, Jurgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.43, p.87-101, nov. 1995.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMMAR, Tomas. Integração ganha força nos países hóspedes europeus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1991. Caderno Especial, p.16.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUGON, Paul. Evolução Histórica e quantitativa da imigração. In: **Demografia Brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 1973.

IMIGRANTES: o mito das fronteiras. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, ano 27, nº 1, p.17-37, jan. 1999.

ITÁLIA aprova dura lei da Liga Norte que dificulta entrada de estrangeiros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2002. Caderno O Mundo, p.36.

KADARÉ, Ismael. Fuga do Comunismo Inicia era de Grandes Migrações: Albânia passou por duas evasões trágicas neste milênio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 jul. 1991. Caderno especial, p.10.

KAWAMURA, Lili Katsuco. **Para onde vão os brasileiros?** Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. 236p.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KURZ, Robert. Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. In: Fórum Social das Migrações/Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na Dê\$ordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005, p.23-36.

LAGE, Otacílio. Nômades do século XXI. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 jun. 2002. Caderno Internacional.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Café e o Trabalho Livre em Minas Gerais _ 1870/1920. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.6, n° 12, pp. 73-88. mar./ Abr. 1986.

LAPOUGE, Gilles. Imigração intereuropéia é maior que a africana. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 mar. 1997. Caderno Internacional, p. A22.

LASK, Tomke. Imigração Brasileira no Japão: O mito de volta e a preservação da identidade. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 6, n. 14, p. 71-92, novembro de 2000.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: leitura da fotografia história. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n°2, p. 243-247, jul./set. 1995.

LEONARDO, Maria. **Antropologia da alimentação**. [S.L.] 21 jun. 2006. Disponível em: http://www.antropos.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=99 Acesso em: out. 2008.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. Cultura e Alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? In: **Horizontes Antropológicos**, v. Ano 7, n°16, Porto Alegre, dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200008> Acesso em: out. 2008.

MARGOLIS, Maxine L. **Little Brazil**: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 451p.

MARIZ, Cecília L. O estrangeiro e o homem moderno. **Caderno de Estudos Sociais**. Recife, v.4, n.1, p. 85-94, jan./jun. 1988.

MARTES, Ana C.B. **Brasileiros nos Estados Unidos**: um estudo sobre imigrantes em *Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.

MARTES, Ana C.B. Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachusetts. In: SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999b. p 87-122.

MARTINE, George. Migrações Internacionais e Pobreza no século XXI. In: Fórum Social das Migrações/Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na Dê\$ordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 37-75.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINO. Victor de. Não *per tutti*. **Veja**, São Paulo, jul. 2007.

MARTINS, Roberto B. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. [s.n.] Belo Horizonte, 1980.

MELLO, Patrícia Campos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, mar. 2005. Caderno Economia, p. B7.

MELLO, Patrícia, CHADE, Jamil. Emigração rende US\$ 5,8 bi ao país. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, mar. 2005. Caderno Economia, p. B6.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.16, n.47, p.1-10, dez. 2005. Disponível em: Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718.pdf> > Acesso em: set. 2008.

MONTEIRO, Joyce Anne Rodrigues. **Dupla cidadania em uma Europa globalizada: Portugal e os desafios dos novos fluxos migratórios**. 2006. 277f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Disponível em: < http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/926849-ARQ/926849_6.PDF > Acesso em nov. 2007.

MONTEIRO, Norma de Góez. **Imigração e Colonização em Minas: 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

MORAES, Márcio Senne de. Terrorismo abala os fluxos de imigração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2002. Caderno Mundo, p. A20.

MORAES, Márcio Senne. Itália aprova lei de imigração restritiva. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2002. Caderno Mundo, p. A11.

MORAES, Márcio Senne. Itália busca dificultar a imigração ilegal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 ago. 2001. Caderno Mundo, p. A 12.

MORTARI, Elisângela Carlosso Machado. Passado presente ou presente passado? As manobras narrativas em comunidades pós-modernas. In: **XXIV CONGRESSO DA INTERCOM**, 2001, Mato Grosso.

MUNNICH, Laurent. Migrantes dos novos tempos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jul. 1991. Caderno Especial, p.2.

NOVA terra prometida: a vida dos brasileiros que trocaram a crise e a recessão do Brasil pelos dólares de Miami. **Veja**, São Paulo, ano 24, nº 1, p. 58-59, jan. 1991.

O POVO da diáspora: com mais de 600 mil brasileiros vivendo no primeiro mundo e outros 130 000 saindo do país a cada ano, o país vive o seu grande êxodo. **Veja**, São Paulo, ano 24, nº 32, p. 36-43, ago. 1991.

OBOLER, Susanne. Etnicidades no exílio, identidades cindidas: a literatura latina dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 85-101, out. 1995.

OCADA, Fábio Kazuo. Migração e Trabalho no Mundo Contemporâneo: uma experiência acerca da imigração de kassegui. **Travessia**- revista do migrante- Publicação CEM. Ano XVI, nº 45, jan/abr 2003, pp. 37-41.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de. Repensando a identidade dentro da emigração de kassegui. In: SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999. p.275-307.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins. Padrões alimentares em mudança: a cozinha italiana no interior paulista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.26, nº .51, p.1-9, jan./ jun. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100004&script=sci_arttext> Acesso em: set. 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEN, Ruben Geor. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1996
OS BRASILEIROS que o mundo quer. **Veja**, São Paulo, ano 39, nº 17, p. 126-128, mai. 2006.

PAIVA, Esdras. Tudo Pelo Visto: a cidade mineira de Governador Valadares torna-se centro de falsificação de passaporte. **Veja**, São Paulo, ano 30, nº 13, p. 79, abr. 1997.

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos Migratórios Internacionais Recentes De/Para o Brasil e Políticas Públicas: um debate necessário. In: Fórum Social das Migrações/Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na Dê\$ordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 353-380.

PATARRA, Neide Lopes.(Coord.). **Emigração e Imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 2006. 268p.

PEDRAL, Sibelle. De Olho na América: com 15% dos seus moradores nos Estados Unidos, Governador Valadares usa dólares dos emigrantes para construir uma ilha de riqueza em Minas Gerais. **Veja**, São Paulo, ano 24, nº 32, p. 43, ago. 1991.

PEREIRA, Elizabeth Guerra Parreiras Baptista. **Belo Horizonte, uma cidade de acolhimento: a identidade de sobrevivência na imigração portuguesa entre 1975 e 1990**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PEREIRA, Syrléa Marques. **As guardiãs da memória italiana e suas viagens de “retorno”**. [S.L.] 2003 Disponível em: <http://158.110.81.142/sides/Papers_Pavia/3_Sori/Marques_Pereira.pdf> Acesso em: nov. 2008.

PERREIRA, Syrléa Marques. **Fotografias de família: múltiplos olhares, várias histórias**. [S.L.] 2003 Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:pXuXhz8hs1kJ:www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%2520Tematicos/Syrlea%2520Marques%2520Pereira.doc+Fotografias+de+fam%C3%ADlia:+m%C3%BAltiplos+olhares,+v%C3%A1rias+hist%C3%B3rias&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br&lr=lang_pt> Acesso em: out. 2008.

POPULAÇÕES em marcha: a conferência que se abre esta semana no Egito tem como pano de fundo a migração constante de povos em busca de escolhas pessoais **Veja**, São Paulo, ano 27, nº 36, p. 58-79, set. 1994.

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais: Origens, Tipos de Modos de Incorporação**. Oeiras: Celta, 1999.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barthes. São Paulo: UNESP, 1998. (Biblioteca Básica).

PÓVOA NETO, Helion. Discriminação e Violência. In: Fórum Social das Migrações/Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na Dê\$ordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005, p.107-19.

PÓVOA NETO, Helion. **Políticas para imigrantes e refugiados e a transição migratória na área mediterrânea**: observações sobre o caso italiano. Congresso da Abri, julho de 2006. (Sessão Temática IN3, “Repensando o político em tempos de exceção: sociedade política global, deslocamento e subjetividade nas margens das relações internacionais”).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de . **Relatos orais** do “indizível” ao “dizível”, s.d.

REFUGIADOS são o alvo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jul. 2002. Caderno Mundo, p.14.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. 2005. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBAS, Clarilton. Dekassegui-Koo: trabalhadores brasileiros no Japão. **Travessia**- revista do migrante-Publicação CEM. Ano XVI, nº 45, jan/abr 2003, pp. 17-22.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco. In: SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999. p.45-85.

ROSSINI, Rosa Ester. À procura das origens ou a expectativa do enriquecimento rápido: o exemplo dos dekasseguis do Brasil em direção ao Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, 1992.

ROUANET, Sérgio Paulo. Identidade e diferença: uma tipologia. **Sociedade e Estado**. Revista Semestral de Sociologia, UnB, Brasília, v.9, n. 1-2, p.80-4.

SABINO, Mário. Este é o saldo das eleições na Itália: uma reprise, sim, mas com uma enorme e boa novidade. **Veja**, São Paulo, ano 41, nº 16, p. 78-79, abr. 2008.

SAFRAM, William. Novas diásporas complicam o problema das minorias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1991. Caderno Especial, p.17.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SALES, Teresa. Brasil X Estados Unidos: Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999. p17-44.

SALGADO, Eduardo, CARELLI, Gabriela. Eles Fogem da Bagunça: desanimados com as mazelas nacionais, quase 2 milhões de brasileiros foram morar no exterior. Depois de experimentar a vida lá fora, a maioria não pretende voltar.**Veja**, São Paulo, ano 34, nº 28, p. 94-100, set. 2001.

SANTAGATI, Mariagrazia. **Jovens brasileiros, descendentes de italianos: relações internacionais e significados da dupla cidadania**. Projeto Alfa TransMigraRede. Rio Claro, S.P.- UNESP, jul.-out. 2005. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:cGbyQPtWQCwJ:www.migranti.torino.it/web/Santagati.pdf+Jovens+brasileiros,+descendentes+de+italianos:+rela%C3%A7%C3%B5es+internacionais+e+significados+da+dupla+cidadania&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br&lr=lang_pt>

SANTOS, Carolina Nunan dos. **De volta para casa: a reinserção do migrante internacional retornado no mercado formal de trabalho**. 2006. dissertação (mestrado Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

SANTOS, Boaventura de Souza Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**; *Rer. Social. USP*, São Paulo, v.5, n. 1-2, p.31-52, nov. 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Porto: Edições Afrontamento, s.d., v.1.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: **Pela mão de Alice: o social e o político da pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

SARAIVA, Renata. Brasileiro: profissão estrangeiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ago. 1999. Caderno D, p. 1-4.

SARDENBERG, Izalco. Espécie em Extinção: controle severo da imigração e escassez de oportunidades econômicas reduzem o contingente de estrangeiros que vivem no Brasil. **Veja**, São Paulo, ano 29, nº 28, p. 42-44, jul. 1996.

SARTORI, Anderson. **“Brazilian” ou “italian”?** Caminhos da nacionalização: Nova Trento(SC) – 1935 – 1945. [S.L.] Disponível em: <<http://74.125.47.132/search?q=cache:BUjpmfdl4zwJ:www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/analysis/st3/st3anderson.doc+Brazilian%E2%80%9Dou+%E2%80%9Citalian%E2%80%9D%3F+Caminhos+da+nacionaliza%C3%A7%C3%A3o:&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>

SASAKI, E. M. Os dekasseguis retornados. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, 1996.

SASAKI, E. M. Movimento de kassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, T. (Org). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo. Boitempo, 1999. p. 243-274.

SASSEN, Saskia. Mas por quê emigram? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2000. Caderno Lê Monde, p.27.

SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania**. 1998. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração** ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHIMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **A história nova**. 3 ed. São Paulo : Martins Fontes, 1995. P. 261-90. (o homem e a história).

SCUDLER, Cristina. “Imigrantes Valadarenses no Mercado de Trabalho dos EUA.” In: SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999.193-232

SEKLES, Flávia. **Veja**, São Paulo, ano 24, nº 49, p. 81-85, dez. 1991.

SELENE, Ascânio, DOTI, Andréa, MAGALHÃES-RUETHER, Graça. Indesejados que inquietam a Europa: numa política contraditória, países exploram e expulsam trabalhadores imigrantes ilegais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 set. 1996. Caderno O Mundo, p.54.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, vol.3, No 1, Rio de Janeiro, abr. 1997

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. A ideologia germanista e o grupo teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SGARBOSSA, Fernando Luís. **Cidadania Italiana**: manual prático. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008. 146p.

SILVA, Maria Virgínia Lopes da; SILVA, Francis Paulina Lopes da Silva. **Literatura e cinema: uma leitura da representação social do ato de comer**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABRALIC, 23 a 25 jul. 2007, São Paulo – SP. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/68/1112.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAES Filho, Evaristo de (Org.). **George Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. P. 182-88

SIMON, Gildas. Geopolítica retorna o étnico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1991. Caderno Especial, p.2.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do cone sul. **Travessia**- revista do migrante- Publicação CEM. Ano IV, nº 11, set/dez 1991.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. In: **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio**: desafios pastorais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SOARES, Weber. Imigração e (i)mobilidade residencial. . In. SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999. p.167-186.

TASSELLO, Graziano. Itália, país de imigração. **Travessia**- revista do migrante- Publicação CEM. Ano IV, nº 11, set/dez 1991, pp. 21-26.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, C. et al. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. P. 45-94.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração e Integração Cultural**: interfaces: brasileiros na região do Vêneto-Itália. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. 311p.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOLEDO, José Roberto de. Países ricos vão se abrir, diz especialista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 1997. Caderno 1, p. 19-20.

TOMMASINO, Kimiye. Dekasseguis no Japão: da sociabilidade provisória à descoberta da brasilidade. In: **Boletim 42-Revista da Área de Humanas**. Centro de Letras e Ciências Humanas. Editora UEL-Universidade Estadual de Londrina. Jan./jun. de 2002.

TREVISAN, Leonardo, PLUVIANO, Oliviero, MUNIZ, Roberto. Somos todos italianos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, maio. 2000. Caderno Especial, p. 1-16.

UM atalho na fila: as desventuras de brasileiros que compram passaportes falsificados para migrar para os Estados Unidos. **Veja**, São Paulo, ano 23, nº 18, p. 48-49, mai. 1990.

VEGA, Carlos de. Imigrantes mantêm Europa povoada. **O Tempo**, Belo Horizonte, 27 jul. 1997. Caderno Atualidades, p. 16.

VIAGEM perdida: brasileiros clandestinos são pegos nos EUA. **Veja**, São Paulo, ano 20, nº 33, p. 49, ago. 1998.

VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. In: **Dados**, Rio de Janeiro v. 42, nº 3, 1999.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. Italianos em Minas Gerais. **O Tempo**, Belo Horizonte, 23 set. 2005. Caderno Opinião, p. A11.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1989. 85p.

WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológica do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.41-78.

WEBSTER, Justin. Rota dos desesperados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2002. Caderno Mundo, p.14.

WERNECK, Gustavo. Mineiros de outras terras. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 ago. 2005. Caderno Gerais, p.25-27.

WIESEL, Elie. Sociedade estabelecida teme a presença do estrangeiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1991. Caderno Especial, p.23.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença_a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. **Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão**: Tradição e modernidade. s.n.t.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A Família Como Patrimônio: A construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Revista de Antropologia Social**, vol.5, No 1, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Assistir, ouvir, ler e narrar:** o papel da mídia nas construções identitárias étnicas. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.48, n.2, p. jul/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012005000200009&script=sci_arttext> Acesso em: 10. nov. 2008.

APÊNDICE A: PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Nº	(pseudônimo)	Tempo de entrevista	Data	Idade	Ocupação profissional	Bairro em que reside	Grau de origem italiana
1	André (autoridade)	59 m.	23/01/2007	–	Advogado e membro do COMITES	São Bento (escritório)	É italiano nato
2	Bárbara	50 m.	25/01/2007	46 anos	Professora universitária	Santo Antônio	filha
3	Carla	180 m.	29/01/2007	54 anos	Secretária	Jardim Vera Cruz /Contagem	neta
4	Carla	72 m.	30/01/2007				
5	Daniela	91 m.	31/01/2007	50 anos	Gestora cultural	Anchieta	neta
6	Elaine	82 m	Jun 2007	53 anos	Atriz de teatro	São Lucas	neta
7	Fernando	27 m.	Jun 2007	–	Professor universitário na Itália	Reside na Itália	É italiano nato
8	Gabriela (autoridade)	90 m.	Jan/2008	–	Secretária do COMITES	–	Italiana, naturalizada brasileira
9	Helena (autoridade)	58 m.	Jan/2008	–	Representante do COMITES	–	É italiana nata
10	Isabela	70 m.	Jan/2008	47 anos	Decoradora	Cidade Jardim	bisneta
11	Jorge	142 m.	Jan/2008	55 anos	Comerciante	Jardim Vera Cruz/Contagem	bisneto
12	Kleber (filho de Jorge)	idem	idem	24 anos	Estudante	idem	trineto
13	Luciano	64 m.	08/01/2008	46 anos	Administrador	São Pedro	neto
14	Mariana	96 m.	09/01/2008	54 anos	Cirurgiã dentista	Lourdes	neta
15	Nelson (filho de Mariana)	idem	idem	28 anos	Advogado	idem	bisneto
16	Olga	88 m.	10/01/2008	34 anos	Arquiteta	Gutierrez	bisneta
17	Patrícia (autoridade)	40 m.	11/01/2008	63 anos	Advogada e tradutora juramentada (também é membro do COMITES)	Funcionários (escritório)	neta

APÊNDICE B: Questionário

1) Nome:

2) Sexo:

feminino masculino

3) Data de Nascimento: _____

4) Cidade de origem: _____

5) Data em que se mudou para Belo Horizonte: _____

6) Renda: em salários mínimos.

1 a 2 SM

3 a 5 SM

5 a 10 SM

10 a 20 SM

Mais de 20 SM

7) Bairro em que reside: _____

8) Ocupação profissional: _____

9) Escolaridade:

fundamental completo

fundamental incompleto

2º grau completo

2º grau incompleto

superior completo

superior incompleto

pós graduação completa

pós graduação incompleta

Outro (s). Qual/quais? _____

10) Ano em que obteve a cidadania e o passaporte italianos: _____

11) Grau da origem italiana:

- italiano nato
- filho de italianos
- neto de italianos
- bisneto de italianos
- trineto de italianos
- tetraneto de italianos

12) Origem do antepassado italiano:

Comuni: _____

Província: _____

Região: _____

13) Ano em que o ascendente italiano veio para o Brasil. _____**14) O que motivou o pedido de reconhecimento da cidadania italiana:**

- resgate da história familiar e da cultura italiana.
- status
- deixar como herança para os filhos, caso necessitem sair do Brasil.
- Facilidades nos aeroportos (não pegar filas destinadas aos extracomunitários)
- Obter facilidades em viagens para a Europa.
- Obter facilidades em viagens para os Estados Unidos.
- Obter facilidades em viagens para a Europa e Estados Unidos.
- Obter facilidades em viagens para a Itália.
- Morar e trabalhar na Itália.
- Morar e trabalhar em outro país da União Européia.

- Outro (s). Qual/quais? _____

15) Já viajou para a Itália?

- sim
- não

16) Ano em que foi para a Itália: _____**17) Ano em que retornou da Itália: _____****18) Quando decidiu morar na Itália, qual ou quais eram seus objetivos?**

- conhecer o país e sua cultura (espírito de aventura)
- estudar/fazer cursos

- trabalhar e acumular dinheiro para conquistar uma ascensão social no Brasil.
- Outro (s). Qual/quais? _____

19) Conhecimento do idioma italiano:

- nenhum
- básico
- avançado

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevistas (para os descendentes)

- 1) O que te motivou reivindicar a cidadania italiana?
- 2) Você já viajou à Itália, ou morou lá?
 - a) O que pretendia fazer lá?
 - b) Você trabalhou ou estudou na Itália?
 - c) Você viajou sozinha?
 - d) Na época em que viajou para a Itália, você tinha parentes e/ou amigos residentes lá? Você morou com eles? Os seus amigos eram Ítalo-brasileiros ou italianos natos?
 - e) Você morou na terra de origem dos seus antepassados italianos? Você visitou a terra dos seus antepassados, e por quê?
 - f) Como é o mercado de trabalho na Itália para a mão-de-obra formada por descendentes?
 - g) Como você viveu essa experiência de morar fora do Brasil?
 - h) Como você percebeu a presença ítalo-brasileira na Itália?
 - i) Durante o período em que morou na Itália, você viajou livremente pelos outros países da União Européia?
 - j) Quanto você partiu, tinha em mente o projeto de permanecer na Itália, ou já vislumbrava retornar ao Brasil?
 - k) Depois de retornar ao Brasil, você voltou a viajar para a Itália, ou morar lá?
 - l) Você foi tratada pelos italianos nativos como italiana ou como brasileira? Como italiana ou como estrangeira, imigrante?
 - m) Como é o acesso às políticas sociais (saúde, educação, moradia...) para os ítalo-brasileiros?
 - n) Você falava o idioma italiano antes de viajar para a Itália?
 - o) Você notou que os italianos perceberam um sotaque diferente no seu jeito de falar a língua italiana, ou não? Eles percebiam que você não era nativa?
 - p) Como os italianos lidavam com as diferenças culturais entre você e eles? Achavam normal, ou discriminavam?
 - q) Existe ou existiram tentativas do governo em assimilar os ítalo-descendentes à cultura italiana? Há uma tentativa de promover a adaptação dos descendentes aos modos de vida italianos, ou os ítalo-brasileiros são aceitos com suas diferenças?
 - r) Você teve contato com imigrantes brasileiros ilegais? Como você percebe o tratamento dado a eles?
 - s) Qual era o seu sentimento em relação ao Brasil, quando estava morando na Itália?

- t) Quando você retornou ao Brasil, sentiu alguma diferença? Como foi o processo de adaptação?
 - u) Qual é a imagem que os italianos tem do Brasil e dos brasileiros? Existem características atribuídas por eles aos brasileiros?
 - v) Como você percebeu o tratamento dado pelos italianos aos estrangeiros de outras nacionalidades (de países orientais, por exemplo), que não fazem parte da União Européia?
 - w) Existem associações de ajuda ao imigrante na Itália?
 - y) Quais são os postos de trabalho italianos ocupados pelos ítalo-brasileiros?
-
- 4) Como é o seu sentimento pela Itália e sua cultura? Você se sente italiana ou brasileira?
 - 5) Como você percebeu a influência da cultura italiana em sua vida?
 - 6) A cidadania italiana contribuiu para criar ou reforçar o seu sentimento ligado à cultura italiana?
Por que?
 - 7) Quanto tempo demorou, para ser concluído, seu processo de cidadania?
 - 8) Você contou, ou não, com ajuda de um advogado especializado nesta questão?
 - 9) Ele é um processo caro ou barato?

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevistas (para advogados e autoridades representantes da comunidade italiana em Belo Horizonte)

- 1) A emigração de brasileiros para países estrangeiros é um fato recente. No final do século XIX e início do XX, o Brasil consolidou seu caráter imigrante, recebendo levas de imigrantes de várias nacionalidades. Ao que o (a) Sr. (a) atribui esses fluxos migratórios recentes, de descendentes de italianos fazendo o caminho inverso de seus antepassados?
- 2) A partir de quando e por quais motivos a Itália concedeu o direito de cidadania aos descendentes de italianos?
- 3) Como funciona a legislação italiana acerca da dupla cidadania?
- 4) Já que a Itália é parte integrante da União Europeia, os habitantes dos países da comunidade dispõem de uma cidadania europeia que lhes permite circular livremente e morar no país que escolher. Por outro lado, a Europa vive uma invasão de imigrantes ilegais da África, Leste Europeu etc.
 - a) No caso italiano, como é tratada a questão dos imigrantes ilegais, e como fica a situação do ítalo-brasileiro nesse processo?
 - b) No dia-a-dia, ele é tratado pela população italiana como pertencente ao grupo dos europeus, ou ocupa um lugar intermediário entre os cidadãos da comunidade e os ilegais? Em outras palavras, o brasileiro é tratado, na Itália, como cidadão italiano pleno, ou como um cidadão de segunda classe?
- 5) Como a Itália e a União Europeia tentam controlar a entrada dos ilegais?
- 6) Há descendentes de italianos, que apesar de possuírem direito à dupla cidadania, migram como ilegais?
- 7) É possível migrar como ilegal e conseguir a dupla cidadania diretamente na Itália?
- 8) Quais as vantagens de se conseguir a cidadania diretamente na Itália?
- 9) Qual é o tempo estimado para que um processo de dupla cidadania seja efetivado?
- 10) Qual é o custo estimado de um processo de dupla cidadania?
- 11) É possível fazer esse processo sem a ajuda de um advogado?
- 12) Quais são os motivos apontados pelos descendentes de italianos, para solicitarem a dupla cidadania?
- 13) Essas migrações para a Itália têm tomado o caráter temporário ou permanente?
- 14) Existe um projeto de ascensão social por traz desse processo migratório, ou os descendentes migram para resgatar suas origens culturais?

- 15) Os brasileiros na Itália, mandam remessas de dinheiro para seus familiares aqui no Brasil, a fim de que possam investir na economia local?
- 16) Existem casas de câmbio ou agências nas quais os brasileiros possam fazer essas remessas de dinheiro?
- 17) Existe algum projeto do governo italiano para promover a adaptação e integração dos brasileiros à cultura italiana?
- 18) Para obter a dupla cidadania é necessário ter conhecimento da língua italiana?
- 19) A dupla cidadania garante que os brasileiros gozem dos mesmos direitos que os cidadãos italianos nativos, referentes às políticas públicas (moradia, saúde, etc.)
- 20) Como são os trabalhos realizados pelos brasileiros na Itália? São em geral qualificados, ou não?
- 21) Existe, ou não, uma preferência pelos trabalhadores brasileiros, em relação aos trabalhadores estrangeiros de outras nacionalidades?
- 22) Existem redes sociais de apoio e solidariedade que facilitem a entrada e permanência dos brasileiros na Itália, promovendo facilidades para adaptação à cultura italiana?
- 23) A Igreja Católica é atuante com relação aos brasileiros ilegais, ou seja, ele promove algum tipo de ajuda e apoio aos imigrantes?

APÊNDICE F: Fotografias Da Festa Italiana- junho de 2002

FOTOS: I Festa Italiana de Belo Horizonte, 02 de junho de 2007.

Grupo de Dança Folclórica Italiana: “Tarantolato” – de Juiz de Fora.





ANEXO A _ DADOS DIVULGADOS PELO MEMORIAL DO IMIGRANTE - SP

Entrada de imigrantes no Brasil - 1870/1907

Ano	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Russos	Diversos	Total
1.870	6	38	7	4.458	0	649	5.158
1.871	296	510	1.626	8.124	4	1.871	12.431
1.872	1.103	727	1.808	12.918	7	2.656	19.219
1.873	1.082	0	0	1.310	41	12.309	14.742
1.874	1.435	0	5	6.644	30	12.219	20.333
1.875	1.308	39	1.171	3.692	956	7.424	14.590
1.876	3.530	763	6.820	7.421	3.011	9.202	30.747
1.877	2.310	23	13.582	7.965	2.115	3.473	29.468
1.878	1.535	929	11.836	6.236	1.904	2.016	24.456
1.879	2.022	911	10.245	8.841	7	762	22.788
1.880	2.385	1.275	12.936	12.101	426	1.232	30.355
1.881	1.851	2.677	2.705	3.144	305	866	11.548
1.882	1.804	3.961	12.428	10.621	19	756	29.589
1.883	2.348	2.660	15.724	12.509	10	764	34.015
1.884	1.719	710	10.102	8.683	457	3.219	24.890
1.885	2.848	952	21.765	7.611	275	1.989	35.440
1.886	2.414	1.317	20.430	6.287	146	2.892	33.486
1.887	1.147	1.766	40.157	10.205	0	2.690	55.965
1.888	782	4.736	104.353	18.289	0	5.093	133.253
1.889	1.903	9.012	36.124	15.240	0	2.967	65.246
1.890	4.812	12.008	31.275	25.174	27.125	7.080	107.474
1.891	5.285	22.146	132.326	32.349	11.817	12.837	216.760
1.892	800	10.471	55.049	17.797	158	1.928	86.203
1.893	1.368	38.998	58.552	28.986	155	6.746	134.805
1.894	790	5.986	34.872	17.041	57	2.238	60.984
1.895	973	17.641	97.344	36.055	275	15.330	167.618
1.896	1.070	24.154	96.505	22.299	592	13.512	158.132
1.897	930	19.466	104.510	13.558	569	7.329	146.362
1.898	535	8.024	49.086	15.105	258	5.101	78.109
1.899	521	5.399	30.846	10.989	412	6.462	54.629
1.900	217	4.834	19.671	8.250	147	7.181	40.300
1.901	166	8.584	59.869	11.261	99	5.327	85.306
1.902	265	3.588	32.111	11.606	108	4.526	52.204
1.903	1.231	4.466	12.970	11.378	371	3.646	34.062
1.904	797	10.046	12.857	17.318	287	4.859	46.164
1.905	650	25.329	17.360	20.181	996	5.779	70.295

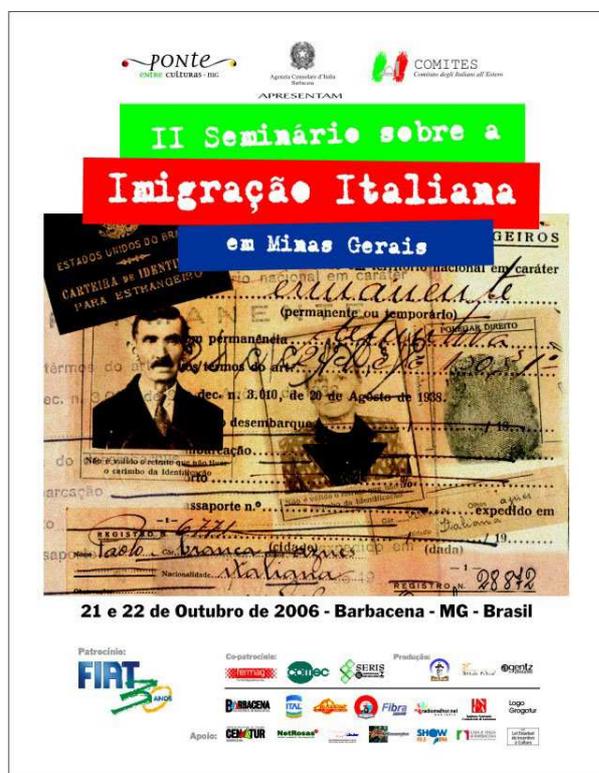
Ano	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Russos	Diversos	Total
1.906	1.333	24.441	20.777	21.706	751	4.664	73.672
1.907	845	9.235	18.238	25.681	703	13.085	67.787
	56.416	287.822	1.208.042	519.033	54.593	202.679	2.328.585

Entrada de imigrantes no Brasil - 1908/1953

Ano	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Russos	Japoneses	Diversos	Total
1.908	2.931	14.862	13.873	37.628	5.781	830	14.631	90.536
1.909	5.413	16.219	13.668	30.577	5.663	31	12.519	84.090
1.910	3.902	20.843	14.163	30.857	2.462	948	13.576	86.751
1.911	4.251	27.141	22.914	47.493	14.013	28	17.735	133.575
1.912	5.733	35.492	31.785	76.530	9.193	2.909	16.245	177.887
1.913	8.004	41.064	30.886	76.701	8.251	7.122	18.305	190.333
1.914	2.811	18.945	15.542	27.935	2.958	3.675	7.366	79.232
1.915	169	5.895	5.779	15.118	640	65	2.667	30.333
1.916	364	10.306	5.340	11.981	616	165	2.473	31.245
1.917	201	11.113	5.478	6.817	644	3.899	2.125	30.277
1.918	1	4.225	1.050	7.981	181	5.599	756	19.793
1.919	466	6.627	5.231	17.068	330	3.022	3.283	36.027
1.920	4.120	9.136	10.005	33.883	245	1.013	10.640	69.042
1.921	7.915	9.523	10.779	19.981	1.526	840	7.912	58.476
1.922	5.038	8.869	11.277	28.622	279	1.225	9.697	65.007
1.923	8.254	10.140	15.839	31.866	777	895	16.778	84.549
1.924	22.168	7.238	13.844	23.267	559	2.673	26.303	96.052
1.925	7.175	10.062	9.846	21.508	756	6.330	26.870	82.547
1.926	7.674	8.892	11.977	38.791	751	8.407	42.194	118.686
1.927	4.878	9.070	12.487	31.236	616	9.084	30.603	97.974
1.928	4.228	4.436	5.493	33.882	823	11.169	18.097	78.128
1.929	4.351	4.565	5.288	38.879	839	16.648	25.616	96.186
1.930	4.180	3.218	4.253	18.740	2.699	14.076	15.444	62.610
1.931	2.621	1.784	2.914	8.152	370	5.632	5.992	27.465
1.932	2.273	1.447	2.155	8.499	461	11.678	4.981	31.494
1.933	2.180	1.693	1.920	10.695	79	24.494	5.020	46.081
1.934	3.629	1.429	2.507	8.732	114	21.930	7.686	46.027
1.935	2.423	1.206	2.127	9.327	29	9.611	4.862	29.585
1.936	1.226	355	462	4.626	19	3.306	2.779	12.773
1.937	4.642	1.150	2.946	11.417	52	4.557	9.913	34.677
1.938	2.348	290	1.882	7.435	19	2.524	4.890	19.388
1.939	1.975	174	1.004	15.120	2	1.414	2.979	22.668

	AAlemães	AEspanhóis	Italianos	Portugueses	Russos	Japoneses	Diversos	Total
1.940	1.155	409	411	11.737	17	1.268	3.452	18.449
1.941	453	125	89	5.777	23	1.548	1.923	9.938
1.942	9	37	3	1.317	0	0	1.059	2.425
1.943	2	9	1	146	0	0	1.150	1.308
1.944	0	30	3	419	20	0	1.121	1.593
1.945	22	74	180	1.414	2	0	1.476	3.168
1.946	174	203	1.059	6.342	28	6	5.227	13.039
1.947	561	653	3.284	8.921	18	1	5.315	18.753
1.948	2.308	965	4.437	2.751	1.342	1	9.764	21.568
1.949	2.123	2.197	6.352	6.780	36	4	6.352	23.844
1.950	2.725	3.808	7.342	14.739	59	33	6.786	35.492
1.951	2.858	9.636	8.285	28.731	103	106	12.875	62.594
1.952	2.326	14.082	15.254	40.561	140	261	12.096	84.720
1.953	2.149	17.010	16.379	30.675	496	1.255	12.106	80.070
	154.409	356.647	357.793	951.654	64.031	190.282	471.639	2.546.455

ANEXO B: FOLDERES DOS EVENTOS ITALIANOS



Folder: II Seminário sobre a Imigração Italiana em Minas Gerais



FOLDER: IV Seminário sobre imigração italiana em Minas Gerais, outubro de 2008.

II Festa Tradicional Italiana de BH

Viva Itália

Cultura, culinária, música e principalmente muita alegria! Venha provar o que a Itália e os italianos têm de melhor na festa que está virando uma tradição em Belo Horizonte. Pizza, foccacia, risoto, nhoque, ravioli, espaguete, sanduiches, mortadela de Bolonha, vinho, chopp, sorvete, doces, biscoitos e outras delicias. **E mais: danças típicas e sorteio de brindes!**

1º junho . domingo
13h às 22h
Av. Getúlio Vargas
(entre R. Rio Grande do Norte e R. Professor Moraes)

Realização: ACIBRA/MG, COMITES, Patrocínio: AETHRA, CAIXA, Apoio: SERIS, Vitma, ARAUJO, COMASA, GOVERNO DE MINAS

FOLDER: II Festa Italiana de Belo Horizonte, 01 de junho de 2008.

JUNHO, O MÊS DA ITÁLIA EM BELO HORIZONTE.

CONSOLATO D'ITALIA BELO HORIZONTE APRESENTA

Junho Italiano 2008

1º DE JUNHO
FESTA POPULAR EM COMEMORAÇÃO DO DIA NACIONAL DA ITÁLIA

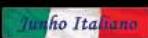
3 A 27 DE JUNHO
FESTIVAL PALCO ITÁLIA NO PALÁCIO DAS ARTES E NA USINA UNIBANCO DE CINEMA

8 DE JUNHO
CORRIDA E CAMINHADA FUNDAÇÃO TORNO PELO MEIO AMBIENTE

CONFIRA: WWW.JUNHOITALIANO.NET
EU ON DIVERTIMENTO!

POST CARD JUNHO ITALIANO 2008 - DESENVOLVIDO POR PIVO DESIGN


**CONSOLATO D'ITALIA
BELO HORIZONTE**



APRESENTA
GRUPPO AMARCORD EM
ELISIR
D'AUTORE
HOMENAGEM A
LUCIANO PAVAROTTI



06 DE JUNHO
GRANDE TEATRO DO
PALACIO DAS ARTES
21h

PATROCÍNIO: 

PRODUÇÃO: 

APOIO: 




GRUPPO AMARCORD EM
ELISIR
D'AUTORE
HOMENAGEM A
LUCIANO PAVAROTTI

No âmbito da iniciativa Junho Italiano www.junhoitaliano.net, apresentada pelo Consulado da Itália, "Elixir de Autor" é o espetáculo de ponta da programação do "Festival Palco Itália", que acontece no Palácio das Artes.

O Gruppo Amarcord, formado por cantores de ópera profissionais, oriundos principalmente da área na qual o grande tenor nasceu e viveu, ou seja a província de Modena (sede da fábrica da Ferrari), sente-se particularmente ligado à memória deste artista. "Elixir de autor" é um espetáculo criado propositalmente para levar no palco as áreas originárias das principais óperas das quais o Maestro foi protagonista no curso da sua longa carreira, entre as quais Elixir de Amor - da qual foi extralido, de forma engraçada, o título do espetáculo - Rigoletto, Turandot, La Boheme.

Áreas conhecidas que, no estilo tipicamente irônico do Gruppo Amarcord, são mescladas numa história rica de mudanças repentinas do enredo, que segue um esquema de narração típico da lírica: ele, ela, o outro e... a outra. Assim, na luta entre dois jovens galhardos para a conquista do coração de uma nobre dama, entra a criada, que tenta dar o golpe e roubar um dos bons partidos da patroa, símbolo da ascensão social que caracteriza desde sempre a sociedade humana. Uma história sem tempo porque pode de fato adaptar-se a qualquer período histórico.

DADANIA ITALIANA

APORTE DA COMUNIDADE EUROPÉIA

ÇÃO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA
POR PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

NESTA ÁREA.

ENTE DE ITALIANOS, SEJA UM CIDADÃO DO MUNDO!



A Itália é uma das últimas portas abertas para a poderosa União Européia. Sua legislação

- traz muitas facilidades para que os brasileiros,
- descendentes de italianos, solicitem a dupla cidadania.
- Você que é filho, neto ou bisneto de italianos tem nas
- mãos a oportunidade de residir e trabalhar em qualquer
- País Membro da União Européia, transitar sem visto,
- estudar em qualquer universidade, prestar concursos.
- Tudo isto sem perder a cidadania brasileira.
- Ou seja, você passa a ser cidadão italiano e
- brasileiro ao mesmo tempo.
- Também seus filhos terão direito a esta cidadania.

• **VOCÊ, DESCENDENTE DE ITALIANOS,**
• **NÃO PODE PERDER ESTA GRANDE**
• **OPORTUNIDADE.**

- Somos profissionais especializados nesta área, com
- todos os processos de cidadania italiana resolvidos.
- Procure-nos e entre para a Europa
- pela porta da frente.

**LIGUE
E MARQUE UMA CONSULTA
SEM COMPROMISSO.**



Folder: Propaganda divulgada por escritório de advocacia.

Foram retirados o endereço e telefone do escritório.